

CIP - Catalogação na Publicação

Kunrath Silva, Patricia

Filantropia e Investimento Social Privado nos Estados Unidos e no Brasil: redes transnacionais de governança econômica / Patricia Kunrath Silva. -- 2017. 259 f.

Orientador: Ruben George Oliven.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Filantropia. 2. Elites. 3. Investimento Social Privado. 4. Justiça social. 5. Governança econômica. I. Oliven, Ruben George, orient. II. Título.



PPGAS

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa 7 Capes/Proex



**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

Discente: Patricia Kunrath Silva

**Filantropia e Investimento Social Privado nos Estados Unidos e no Brasil:
redes transnacionais de governança econômica**

Porto Alegre

2017

Filantropia e Investimento Social Privado nos Estados Unidos e no Brasil: redes
transnacionais de governança econômica

Discente: Patricia Kunrath Silva

Orientador: Ruben George Oliven

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul para a obtenção do título de Doutora.

Porto Alegre

2017

Filantropia e Investimento Social Privado nos Estados Unidos e no Brasil: redes
transnacionais de governança econômica

Discente: Patricia Kunrath Silva

Orientador: Ruben George Oliven

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul para a obtenção do título de Doutora.

Banca Examinadora:

Lúcia Müller
(PPGCS - PUCRS)

Antônio Cattani
(PPGS - UFRGS)

Patrice Schuch
(PPGAS - UFRGS)

Data: _____

AGRADECIMENTOS

“Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”.
Raul Seixas

Este texto, mais do que um trabalho de pesquisa, é uma experiência de vida que foi me transformando ao longo da jornada, na mesma medida em que me trouxe e levou pessoas fantásticas, com quem aprendi, ri, chorei, me encantei e me decepcionei, nem sempre nessa ordem. Por tudo isso, sou muito grata.

Além disso, mais do que um empreendimento individual, é resultado de um esforço coletivo de uma equipe interessante que trabalhou - nem sempre unida, mas sempre em busca da vitória - comigo desde os primeiros encontros. São familiares, amigas, amigos, colegas, professores, interlocutoras e interlocutores, conhecidas e conhecidos que contribuíram para o resultado final. Gratidão novamente.

Para meus pais, irmãos, sobrinhas, sobrinho, incansáveis que, às vezes, foram modelo e outras exemplo do que não fazer para ser uma aprendiz “geniosa”. Meu caríssimo orientador Ruben George Oliven, sempre a postos para me parar quando eu queria saltar abismos sem outra margem para me amparar. Para todos os professores que acompanharam e contribuíram nessa trajetória, Arlei Sander Damo, Lúcia Müller, Patrice Schuch, André Iribure, Bill Maurer, George Marcus, entre outros. Também, a todos os colegas de grupos de estudos e mesmo “facebookianos” que trocaram ideias e conhecimentos o meu mais sincero obrigada (só espero que não me obriguem muito!).

À Capes e CNPq, que financiaram a bolsa de doutorado sanduíche e minha bolsa de doutorado, respectivamente, ao longo desses quatro anos. Às minhas interlocutoras e interlocutores, sem os quais simplesmente não haveria tese. Em especial, a Léo Voigt.

Com a certeza de que as pessoas são o mais importante do que há na minha vida e nas páginas a seguir, meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Os ricos declaram ter uma preocupação moral com a pobreza e com a desigualdade social. Uma das formas centrais de se dirigir a essas questões é a prática filantrópica que protagonizam. Este estudo trata das filantropias de elite, no Brasil e nos Estados Unidos, nas suas vertentes do chamado filantroc capitalismo e da filantropia progressista e/ou de justiça social. Enquanto o filantroc capitalismo tenta universalizar o humano, identificar e expandir suas categorias morais financiando apenas projetos próprios e/ou a serem implementados por empresas parceiras e seus pares de negócios, a filantropia que se diz progressista ou de justiça social busca financiar ativistas e movimentos sociais. Ambas se cruzam na articulação com governos e com o setor privado, influenciando na elaboração de políticas públicas. Uma das questões centrais desta pesquisa foi entender por que se doa tanto nos Estados Unidos - considerado em campo como o cenário ideal da filantropia global - mas não no Brasil. Os achados demonstram que a resposta é complexa, envolvendo desde os distintos modelos de colonização, a centralidade do ethos protestante nos Estados Unidos e católico no Brasil, o legado português no país, as relações das sociedades civis e os Estados e os modelos de democracia implementados nos dois países. Recorrendo à formação histórica das duas nações, a filantropia é declarada como parte do DNA estadunidense, em uma lógica democrática associativista com distanciamento do governo em um Estado mínimo e de matriz protestante, enquanto no Brasil a centralidade do papel do Estado, mesmo na noção de cidadania, levou à concepção do termo Filantroestatismo para fenômenos emergentes como o Investimento Social Privado enquanto modos de governança econômica.

Palavras-chave: Filantropia. Elites. Investimento Social Privado. Justiça social. Governança Econômica.

ABSTRACT

The rich declare a moral concern with poverty and social inequality. One of the main ways of addressing these social issues is through their philanthropic practice. This research focuses on the philanthropy of elites in Brazil and in the United States, on its trends of philanthrocapitalism and social justice or progressive philanthropy. Whereas philanthrocapitalism tries to universalize the human, identifying and expanding its moral categories, financing its own or peer related projects, the so-called social justice or progressive philanthropy seeks financing activists and social movements. Both practices intertwine with governments and the private sector, influencing public policies. The main addressed question is understanding why so much is donated in the United States but not in Brazil. The findings show a complex answer, passing through the different models of colonization in both countries, the protestant ethos in the United States versus the catholic ethos in Brazil, the Portuguese legacy in the country, the civil societies relations to governments and the distinct models of democracy implemented. Resorting to the historical formation of both nations, philanthropy is declared as a part of the United States' DNA, in an associative democratic logics with the distancing of a weak government, whereas in Brazil the centrality of the State, even in notions such as citizenship, lead to the creation of the concept Philanthrostatism for emergent phenomena such as Private Social Investment as means of economic governance.

Keywords: Philanthropy. Private social investment. Economic Governance. Elites. Social Justice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Financiamento do 3º setor	41
Figura 2 - Financiamento do 3º setor	42
Figura 3 - SER e ISP	42
Figura 4 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	47
Figura 5 - Ranking Filantropia	54
Figura 6 - Bubble Map - World Giving Index 2016.....	55
Figura 7 - Continuação.....	56
Figura 8 - Quarto Setor	90
Figura 9 - Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica, promovido pelo Instituto Filantropia.....	124
Figura 10 - Bubble Map.....	135
Figura 11 - Women for Women Project	137
Figura 12 - Revista Caras.....	138
Figura 13 - Revista Filantropia	138
Figura 14 - Laura Arrillaga-Andreesen	151
Figura 15 - The life you can save	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro comparativo	39
Quadro 2 - Conceitos	44

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	18
MARCEL MAUSS, FILANTROPIA E O FATO SOCIAL TOTAL.....	19
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: DILEMAS MORAIS.....	23
METODOLOGIA.....	26
CAPÍTULOS.....	32
CAPÍTULO 1 - CARIDADE, FILANTROPIA E INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: ESTABELECENDO AS BASES ANALÍTICAS	35
1.1 CARIDADE E FILANTROPIA.....	35
1.2 INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP)	39
1.3 GOVERNANÇA ECONÔMICA.....	44
1.4 ONU – OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM) E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	45
1.5 LEGISLAÇÃO.....	47
1.6 VERTENTES FILANTRÓPICAS	49
1.7 FILANTROPIA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS.....	51
CAPÍTULO 2 - É DANDO QUE SE RECEBE: FILANTROPIA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS. GENEALOGIAS.....	58
2.1 FILANTROPIA, TERCEIRO SETOR E FILANTROCAPITALISMO NOS EUA	58
2.1.1 Religião e Moral.....	58
2.1.2 Filantrocipitalismo.....	65
2.2 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS), TERCEIRO SETOR E FILANTROESTATISMO NO BRASIL.....	67
2.2.1 Filantroestatismo	70
CAPÍTULO 3 - CONJUGANDO O EMPRESÁRIO, O ESTADO E O MECENAS: INDÚSTRIA DA FILANTROPIA E O MERCADO DO SOCIAL	80
3.1 REDES: “TU NÃO VAIS ENCONTRAR NADA SOBRE FILANTROPIA NO BRASIL, ESSE É UM TERMO QUE NÃO NOS CAI BEM”.	80
3.1.1 O estabelecimento de um campo	82
3.2 O COMPOSTO FILANTRÓPICO	84

3.2.1 Investimento Social Privado: Primeiros contatos - Evento Fundação Gerações	85
3.2.2 Setor 2.5 e quarto setor	89
3.2.3 Investimento Social Privado e Responsabilidade Social Corporativa - “Caminhos do Plástico”	91
3.2.4 Advocacy e Políticas Públicas	93
3.2.5. Aqui se conjuga o empresário, a “comunidade” e uma política pública ..	94
3.2.6 Em busca dos beneficiários: Visita ao Centro Popular	97
3.2.7 Grupo Focal Escola de Administração da UFRGS: “Filantropia e qualidade de vida”	100
3.2.8 Voluntariado: Entrevista Cristina, ONG X	103
3.3 TERCEIRO SETOR, INSTITUTOS E FUNDAÇÕES: UM CENÁRIO DE DISPUTAS	106
3.3.1 Entrevista com Joana e Rosane	109
3.3.2 Instituto Empresa	115
CAPÍTULO 4 - AMOR (ESTRATÉGICO) À HUMANIDADE: DO QUE ESTAMOS FALANDO QUANDO SE TRATA DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA?	118
4.1 PARTE I - BRASIL	124
4.1.1 Filantropia Estratégica, Nova Filantropia, Filantrocipitalismo - roupagens do Investimento Social Privado	128
4.1.2 Investimento Social Privado: Fórum de Filantropos e Investidores Sociais	139
4.1.3 Prêmios e Certificações	143
4.1.3.1 Empreendedorismo Social: Prêmio Folha Empreendedor Social 2013	144
4.1.4 Considerações	145
4.2 PARTE 2 – ESTADOS UNIDOS	148
4.2.1 Vale do Silício: a Escola de Filantropia Estratégica (Stanford)	149
4.2.1.1 Laura Arrillaga-Andreesen	151
4.2.1.2 Massive on-line open course (MOOC) Strategic Philanthropy. Giving 2.0 ..	156
4.2.1.3 Módulos do MOOC	159
4.3 GLOBAL PHILANTHROPY FORUM (GPF)	166
4.4 - CONFERÊNCIA ANUAL GPF - 4 A 6 DE ABRIL DE 2016. REDWOOD CITY, CALIFORNIA	172

CAPÍTULO 5 - FILANTROPIA PROGRESSISTA E/OU DE JUSTIÇA SOCIAL	185
5.1 SINCRONICIDADES	186
5.2 ENTREVISTA COM AURÉLIA	188
5.3 ENTREVISTA COM LEONARDO LETELIER - CEO - SITAWI. FINANÇAS DO BEM	194
5.4 CONFERÊNCIA EDGE FUNDERS ALLIANCE 2016.....	199
5.5 JUST TRANSITION E GENDER JUSTICE INITIATIVE: A PERSPECTIVA DA TRANSIÇÃO JUSTA, A CRÍTICA FEMINISTA DA ECONOMIA POLÍTICA E FUNDOS DE MULHERES EM CAMPO	203
5.5.1 O campo	204
5.5.2 Entrevista com Lark	205
5.5.3 Entrevista com Mariana.....	206
5.5.4 Considerações	213
6 SEGUINDO O DINHEIRO: CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
ANEXO A - REDE.....	229
ANEXO B - GLOBAL PHILANTHROPY FORUM 2015	230
ANEXO C - COMITÊ ÉTICA	232
ANEXO D - PREÇOS INSCRIÇÕES	234
ANEXO E - REVISTA EXAME - BILIONÁRIOS COM CAUSA	235
ANEXO F - FILANTROPIA PORTFOLIO	238
ANEXO G - COURSE OVERVIEW - MOOC FILANTROPIA ESTRATÉGICA	243
ANEXO H - ARTIGO SOLICITADO PELOS ORGANIZADORES DA CONFERÊNCIA EDGE FUNDERS ALLIANCE 2016.....	246
ANEXO I - TAREFA CURSO MOOC.....	256

Sem justiça não há paz, é escravidão.
Mil Faces de Um Homem Leal (Marighella)
Racionais Mc's.

APRESENTAÇÃO

Sem justiça não há paz. Como muitos filósofos e cientistas sociais, conduzo meu trabalho tendo como pano de fundo a preocupação com a noção de (e o desejo de) justiça social¹. Poderia alegar as origens com base em questões pessoais desde a infância, na adolescência, com uma experiência de intercâmbio nos Estados Unidos em que convivi com uma família protestante ou, ainda, na idade adulta, a leituras e interesses construídos na minha trajetória de formação. No entanto, parece-me uma questão lógica tão simples quanto complexa: havendo riquezas suficientes no mundo para que todas as pessoas tenham uma vida digna (Sahlins, 2007), por que algumas desfrutam da concentração de riqueza, consumo conspícuo (Veblen, 1994), bens e serviços de luxo enquanto outros sofrem violências inomináveis e não têm acesso aos itens mais básicos para sua sobrevivência?

Essas inquietações e uma série de escolhas - nem sempre racionais e otimizadas - fizeram com que me aproximasse do chamado Terceiro Setor². Em 2006, concluí o curso de graduação em Comunicação Social, na Universidade Federal do RS e no ano seguinte tornei-me membro da organização não governamental AIESEC (*Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales*). A AIESEC se apresenta como “uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com caráter consultivo junto ao Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (ECOSOC), afiliada ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI UN), membro da *International Coordination Meeting of Youth Organizations* (ICMYO), reconhecida pela UNESCO. AIESEC Internacional é registrada como uma Fundação (Stichting), RSIN #807103895 em Roterdã, Holanda³”.

¹ Ver Fraser, Nancy e Reis, Elisa, por exemplo. Ver também dossiê As Dimensões Sociológicas da Desigualdade Social no Brasil.

Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/issue/view/11>

² De acordo com Simone Coelho (2000) em sua pesquisa comparativa sobre o Terceiro Setor no Brasil e nos Estados Unidos, orientada por Ruth Cardoso no final dos anos 90: “Várias denominações têm sido dadas para um certo grupo de organizações que surgem no seio da sociedade civil: organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, terceiro setor ou ONGs [organizações não governamentais], termo mais usado no Brasil. O termo “terceiro setor” foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos na década de 70, e a partir da década de 80 passou a ser usado também pelos pesquisadores europeus. Para eles, o termo sugere elementos amplamente relevantes. Expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante”.

³ Disponível em <<http://aiesec.org.br/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

Tendo trabalhado no setor privado desde o início de meu curso de graduação, em 2002, e estando já bastante acostumada com discursos e práticas administrativas de gestão, causou-me grande surpresa - bem como a colegas “aiesecos”, muitos então estudantes de humanidades - o foco empresarial em “liderança” da organização. Alguns anos mais no setor privado, a experiência de vida na Alemanha - onde fui parar por meio de um intercâmbio de trabalho da AIESEC – e um conflito constante com práticas de gestão com as quais eu vinha me deparando, especialmente o chamado “endomarketing” e comunicação interna, que buscavam subjetivar e “fidelizar” os [não mais empregados?] “colaboradores⁴” – decidi estudar tais práticas, com uma perspectiva crítica, no curso de mestrado acadêmico em Antropologia Social da UFRGS. Ao final do mestrado, no ano de 2013, defendi a dissertação intitulada “Vestindo a camiseta: engajamento institucional e construção de identidades no contexto de intercâmbios culturais da AIESEC”.

No curso de doutorado, debruicei-me no universo mais amplo e complexo da filantropia contemporânea no Brasil e nos Estados Unidos, por ser este último referenciado em veículos de comunicação, revistas especializadas na área e mesmo por meus interlocutores como o “cenário ideal, o mais desenvolvido” em termos de práticas, “tradições e cultura” filantrópicas. Buscava produzir conhecimento sobre elites (trans)nacionais, entender o protagonismo do setor filantrópico nos Estados Unidos e sua relação com iniciativas, aparentemente incipientes, que eu encontrava no Brasil.

Em minha primeira saída de campo, um interlocutor avisava “tu não vais encontrar nada sobre filantropia no Brasil, esse é um termo que não nos cai bem”. Foi assim que tomei conhecimento daquilo que *experts* da área chamam de investimento social privado, um braço da Responsabilidade Social Corporativa. Passei a seguir uma rede⁵, iniciando em Porto Alegre, indo para São Paulo, conectando com a Califórnia. Realizei uma série de vinte entrevistas em profundidade com *experts*, filantropos e beneficiários do campo no Brasil e nos Estados Unidos, observação participante em inúmeros eventos e palestras relacionadas ao tema. Também, participei de cursos e capacitações na área e etnografei conferências anuais de organizações guarda-chuva de duas vertentes da

⁴ Ver Donzelot, Jaques. “Pleasure in work”. In: “The Foucault Effect”.

⁵ Ver anexo A.

filantropia contemporânea: o filantropocapitalismo ou filantropia estratégica (e o investimento social privado) e a filantropia progressista ou de justiça social.

Em Porto Alegre, no ano de 2013, iniciei a pesquisa com um interlocutor-chave, *expert* na área, consultor filantrópico, então diretor de uma fundação empresarial⁶ e gestor em uma cooperativa. Assim, conheci uma série de atores do setor e participei de eventos na área. No final de 2013 e no ano de 2014, fui para São Paulo para a conferência anual do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS e para realizar entrevistas. Em São Paulo, conheci o parceiro internacional do IDIS na pessoa da vice-diretora da organização localizada em São Francisco no Vale do Silício, *Global Philanthropy Forum*⁷ (GPF). Seriam quase três anos tentando entrar na conferência fechada somente para convidados do GPF - “para o 1% que doa poder falar de suas fortunas”, como me explicou a vice-diretora - até a minha participação em abril de 2016.

Em 2015, fui agraciada pela CAPES com uma bolsa de doutorado sanduíche de um ano na Universidade da Califórnia, Irvine (UCI). Em Irvine, tive que passar por um comitê de ética para a realização da pesquisa de campo⁸, processo que levaria seis meses em sua totalidade. Durante este tempo realizei entrevistas informais, participei de eventos na área, estive imersa na cultura da doação norte-americana e realizei um curso *on-line*⁹, um *massive open on-line course*, da Universidade de Stanford, ministrado pela bilionária e filantropa Laura Arrillaga-Andreessen, intitulado “Giving 2.0”, mesmo título de seu livro *best-seller* em filantropia estratégica.

Em fevereiro de 2016, fui a Seattle para entrevistar três *experts* da Fundação Bill e Melinda Gates - principal financiador do instituto que também me recebia na UCI, o *Institute for Money Technology and Financial Inclusion* (IMTFI), dirigido pelo professor que me acolhia, Bill Maurer - e visitar a organização. Nesta oportunidade, entrevistei a Diretora de uma Fundação de direitos das mulheres e justiça de gênero. Ao falar da centralidade do *Global Philanthropy Forum* e seus associados em minha pesquisa, ela, uma intelectual feminista, declarou “ah esse pessoal que você está olhando é muito de direita, você precisa participar da conferência e conhecer a rede do *Edge Funders Alliance*, que são mais de esquerda”.

⁶ Sempre que possível o nome de minhas interlocutoras e interlocutores, bem como de suas respectivas organizações será omitido ou modificado para preservar suas identidades.

⁷ Ver anexo B.

⁸ Ver anexo C.

⁹ <https://www.coursera.org/learn/philanthropist>

Dessa forma, o universo complexo da filantropia contemporânea, além do escopo comparativo entre Brasil e Estados Unidos, oportunizou a análise de duas vertentes filantrópicas contemporâneas: o filantropocapitalismo ou filantropia estratégica e a filantropia progressista ou de justiça social (em 2017 começou a veicular na revista *Allianz*, uma das principais do setor, o termo filantropia comunitária). É possível notar que atores e organizações das distintas vertentes se entrecruzam, especialmente em centros produtores de conhecimentos e *experts*, como no caso do PACS Stanford. Entretanto, como a própria interlocutora define, e analiso ao longo deste estudo, um grupo se entende como mais “de direita” (especialmente no caso do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social e do *Global Philanthropy Forum*) e outro “de esquerda” (no caso do *Edge Funders Alliance*, embora o *advocacy* de causas como no caso do casamento homoafetivo nos Estados Unidos, por exemplo, encontre apoiadores em ambas vertentes).

Assim, a Fundação Gerações, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social Privado (IDIS) e o Grupo Institutos e Fundações Empresariais (GIFE) - organizações “guarda-chuva” de uma série de Institutos e Fundações no Brasil - e associados foram objetos desta pesquisa. Nos Estados Unidos, a Fundação da Universidade da Califórnia, Irvine (UCI Foundation), o *Global Philanthropy Forum* (parceiro internacional do IDIS), o *Edge Funders Alliance* e seus associados me oportunizaram o trabalho de campo.

Essas organizações apresentam distintas, se não conflitantes, abordagens para as práticas filantrópicas e prestam-se ao caráter comparativo desta pesquisa. À guisa de resumo e simplificação, o IDIS e o *Global Philanthropy Forum* (GPF) apresentam uma lógica voltada para o que autoras e autores norte-americanos, desde meados dos anos dois mil, especialmente em face à crise financeira de 2008, passaram a definir como Filantropocapitalismo.

Investimento Social Privado é um dos maiores interesses de afiliadas e afiliados do IDIS e, no geral, suas e seus proponentes consideram que o capitalismo é um sistema sujeito a falhas que podem ser corrigidas pelo setor privado. A Fundação da Universidade da Califórnia Irvine (UCI) e minha própria estada na UCI possibilitaram um aporte para a direta relação da filantropia de elite e as instituições de educação superior nos Estados Unidos. Em razão do alto custo das atividades de campo, recebi apoio e verbas da Fundação e dos Professores do Departamento de Antropologia. Quanto ao *Edge Funders Alliance*, organização que participa desde a

primeira edição do Fórum Social Mundial, sua abordagem se apresenta como uma filantropia progressista para justiça social e entre seus financiados estão movimentos sociais e ativistas, incluindo o movimento Via Campesina e uma rede de ativistas, bem como financiadoras feministas e de justiça de gênero. Para muitos de seus membros, o sistema capitalista teria provado não ser mais viável e buscam desenvolver novas propostas de governança econômica¹⁰.

No âmbito do investimento social privado, ou filantropia estratégica, nova filantropia, altruísmo efetivo - todas essas nomenclaturas êmicas para uma vertente da filantropia contemporânea, emanando do Vale do Silício - esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de mostrar como essa elite transnacional pensa e justifica suas práticas econômicas e filantrópicas, quem são seus “gurus”, suas referências e como acionam o discurso da ciência e tecnologia, do racional e quantitativo como paradigma hegemônico da conduta humana. Como esses atores significam suas práticas, se legitimam e se reproduzem, sem perder de vista o lugar de onde falo e os observo¹¹.

Cedo em campo, no ano de 2013, deparei-me com uma questão de gênero que eu não havia previsto. A maioria de minhas interlocutoras dividiu comigo questões íntimas sobre seu *status* social, conflitos familiares e protagonismo das mulheres de elite no campo da filantropia e do voluntariado.

Percebi, no momento da escrita, não somente a importância de problematizar esse ponto mais a fundo, mas também a inquietude e conflito que me causam o compromisso com a confiança que me foi dada por essas pessoas e a relevância de suas narrativas enquanto dados de pesquisa. Anedotas de campo, como a esposa que declara trabalhar como voluntária, “colocar a mão na massa” enquanto o marido fica em casa “ajudando somente seu ego” ao pensar e fazer políticas públicas, ou uma interlocutora que, após narrar sua trajetória pessoal e profissional, chorou e declarou que era “muito difícil ser rica” e que não queria que o Brasil ficasse dividido entre ricos e pobres. Todas essas questões parecem chaves fundamentais para entender essa experiência de mulheres de elite, bem como a relação delas com o mundo das finanças e investimentos (muitas vezes na esteira dos negócios de suas famílias). Passando pelas figuras das primeiras damas e “mães dos pobres” e

¹⁰ Inclusive participei da conferência anual do Egde Funders Alliance na cidade de Berkeley, Califórnia, em abril de 2016, na condição de relatora do Laboratório temático intitulado Governança Econômica.

¹¹ Ver Haraway, Donna. Saberes Localizados.

chegando ao grupo de justiça de gênero do *Edge Funders Alliance*, é possível identificar distintos significados e protagonismos das mulheres no âmbito da filantropia das elites.

Uma série de mulheres intelectuais dedica(ra)m seus estudos ao Terceiro Setor e à Filantropia, tais como Simone de Tavares Coelho, orientada pela antropóloga e então primeira-dama Ruth Cardoso¹², Jéssica Sklair, Teresa Odendhal, entre outras. Todas elas indicam a prevalência de mulheres nos seus campos de pesquisa. Em 2015, a revista norte-americana *Cultural Anthropology* publicou uma edição intitulada *Generating Capitalism* e um manifesto por estudos feministas do capitalismo¹³, incentivando pesquisadoras e pesquisadores a retirar o “capitalismo” do centro de suas análises e atentar para práticas dissidentes de economia política, especialmente na experiência de mulheres. Lembro ainda a indicação de pensadoras como Gibson-Graham¹⁴, referência de parte de minhas interlocutoras e interlocutores associados ao *Edge Funders Alliance*, de que o contra discurso mais controverso, mas também o mais exitoso ao pensamento econômico dominante tem sido feito por economistas e ativistas feministas. Estes “apontam para a significativa quantidade de trabalho (em grande parte performed por mulheres) gasto em atividades não-remuneradas e não orientadas para o mercado como trabalho doméstico, voluntariado, cuidado de crianças, de velhos e de enfermos”. Segundo as autoras, “trabalho empírico neste assunto tem estabelecido que em ambos países ricos e pobres 30 a 50% da atividade econômica é contabilizada como trabalho doméstico não remunerado”.

O apelo político econômico de intelectuais feministas já me havia chamado atenção, tanto por suas colocações acerca da sustentação do modelo dito hegemônico por parte da exploração das mulheres, quanto pela influência dessas autoras no trabalho de pessoas com quem dialoguei ao longo do período de

¹² Pesquisa encomendada pelo Banco Mundial, conforme apresentado no livro de Simone Tavares Coelho “Terceiro Setor. Um Estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos”.

¹³ Disponível em: <<http://www.culanth.org/fieldsights/650-generating-capitalism>>.

¹⁴ Do original “The most controversial but also the most successful counter to dominant economic thinking has been spearheaded by feminist activists and economists, who point to the significant amount of labor (much of it performed by women) expended on unpaid and non-market-oriented activities such as housework, volunteering, child-rearing, and care for the elderly and infirm. Empirical work on this topic has established that in both rich and poor countries, 30 to 50 percent of economic activity is accounted for by unpaid household labor (Ironmonger 1996; Luxton 1997). There is now a call for the system of national accounts to be revised so that the total measure of economic performance, gross economic product, includes both gross market product and gross household product (Ironmonger 1996, 38-39; Folbre 2001)”.

pesquisa, na academia e em campo. Ao chegar na Universidade da Califórnia Irvine, em 2005, realizei uma entrevista com Bill Maurer - antropólogo econômico norte-americano - que já havia escrito sobre filantropia no país e este me indicou a centralidade da influência de autoras e autores pós estruturalistas, bem como de autoras feministas como Gibson-Graham, Jane Guyer e Marilyn Strathern em seu trabalho, especialmente com economias alternativas. Assim, passei a atentar para uma vertente distinta de filantropia representada por Fundações de mulheres – na maioria herdeiras de grandes fortunas – dentro da perspectiva da filantropia progressista, as “*Wealthy Feminist Funders*”, como indica a antropóloga Teresa Odendahl (1990).

Odendahl, nos anos noventa, demonstra ainda como as elites norte-americanas doam majoritariamente entre indivíduos e para instituições de elite que mantêm e reproduzem seus privilégios além daquelas que lhes oferecem lazer como óperas, balés e museus, entre outras. Em um jogo tipicamente nacional, precisam realizar a filantropia para serem aceitas no círculo das grandes fortunas, sentarem em quadros de diretoria e influenciarem políticas públicas.

Nesta tese, me situo em uma área nebulosa, em que categorias caras aos estudos das ciências sociais, tais como Estado, setor privado e terceiro setor são borradas e atores de uma elite global disputam mercados (“sociais”) e modos de governança. Esta é uma ideia central deste estudo: a de que a filantropia contemporânea existe nos moldes de um mercado com ofertas e demandas e transita para sistemas de governança econômica.

Lido também com alguns aparentes paradoxos, como o de uma potência mundial, os Estados Unidos, que concentram boa parte da riqueza global, mas têm uma sociedade extremamente desigual. E também a inquietação acerca das possibilidades de uma prática que parte dessa concentração em reduzir a desigualdade social. Ou seria somente aliviar a pobreza¹⁵, já que esta não é “funcional”? Como dizem diversos interlocutores¹⁶: “a exclusão leva a graves conflitos”.

¹⁵ Kohl-Arenas, Erica. (2015). Ver *The self-help Myth. How philanthropy fails to alleviate poverty*.

¹⁶ Sempre que possível, o nome das organizações e de minhas interlocutoras e interlocutores será alterado por uma cláusula do comitê de ética da Universidade da Califórnia Irvine, que aprovou esta pesquisa, bem como por pedido de participantes e minha própria reflexão acerca de parâmetros éticos. Com inspiração na metodologia utilizada por Teresa Odendahl (1990), em sua pesquisa acerca da filantropia nos Estados Unidos, crio personagens que são compostos de pessoas que encontrei em campo, mas que compartilhavam discursos, práticas e valores extremamente similares.

INTRODUÇÃO

Tendo trabalhado questões de engajamento, identidade, profissionalização e gestão em uma organização sem fins lucrativos ou uma organização do terceiro setor em estágio de mestrado, ficou estabelecido o desafio de pensar o cenário mais amplo da filantropia contemporânea em âmbito de doutorado. Partindo do interesse em entender por que se doa tanto nos Estados Unidos, mas não no Brasil, não demoraria muito a me deparar com a pergunta - feita até mesmo por interlocutores - sobre o que seria filantropia.

Aponta-se então que se trata de uma filantropia difusa, complexa, múltipla, portanto difícil de conceituar. Por essa razão, remeteu-me primeiramente a pensar em termos das configurações de relações entre elites filantrópicas e beneficiários atentando para dilemas morais acerca da pobreza e da desigualdade social. Em seguida, estabeleceu-se como tarefa mapear o surgimento da tradição filantrópica nos Estados Unidos e entender sua ausência no Brasil. Tratar da ausência da filantropia individual e familiar no país tornou-se então entender e analisar a emergência do investimento social privado. Para efeitos deste estudo, filantropia é considerada o uso de recursos privados para fins públicos.

A partir desse mapeamento, distintas formas de filantropias emergiram: a filantropia estratégica ou investimento social privado (essa segunda sendo uma terminologia mais usada no Brasil como veremos ao longo deste estudo) e a filantropia progressista ou de justiça social. Enquanto no Brasil a incipiente cultura filantrópica colocaria a questão de o que é filantropia - e mesmo se vamos adotar esse termo ou não - nos Estados Unidos, as discussões se apresentariam muito avançadas, com as distintas formas de filantropia mais consolidadas e as disputas em termos das causas eleitas.

Nesta perspectiva, seria possível pensar a filantropia dentro do paradigma da dádiva, estruturante de relações e mantenedora da ordem social, cada vez mais disseminada em projetos de larga escala dentro do quadro de governança econômica global. Assim, a filantropia estaria embasada em uma obrigação, a obrigação de doar, característica da sociedade norte-americana - incipiente no Brasil - para a manutenção da ordem moral e administração de relações entre pares e entre sujeitos em distintas posições no mundo social.

Seja por estes fatores, seja porque muitas das ações filantrópicas são apenas possíveis por meio de legislações vigentes, seja porque os governos cada vez mais terceirizam os produtos e serviços sociais agora representados no terceiro setor, ou ainda porque inúmeras ações de responsabilidade social corporativa acontecem em respostas a exigências legais, o setor filantrópico, o setor público e o setor privado operam como engrenagens interdependentes no tecido social. Calcada no encontro paradoxal das elites com a pobreza - que consideram sua antítese - a prática filantrópica pode ser pensada em termos do *fato social total maussiano*¹⁷.

MARCEL MAUSS, FILANTROPIA E O FATO SOCIAL TOTAL

Analisando trocas e contratos que se fazem por meio de presentes em determinadas sociedades tradicionais, Mauss considera estes fenômenos complexos como totais. De acordo com a definição do autor:

Nesses fenômenos sociais “totais” (...) exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais - estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas - estas supondo formas particulares de produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam (MAUSS, 2003: 187).

Mauss aponta ainda a sua dedicação ao “caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações”. Considero que este mesmo caráter aplica-se à prática filantrópica contemporânea, tanto obrigatória para a rivalidade e ao mesmo tempo aceitação entre pares, quanto para a manutenção da ordem social. A partir da apreensão deste fenômeno em sua totalidade, seu caráter jurídico, econômico, político, moral, religioso e estético (MAUSS, 2011: 309), entre outros, é possível não mais contrapor, mas entender como se busca associar o *homo oeconomicus* e o *homo donator* (Godbout, 2002).

Para tanto, é fundamental pensar o tema à luz das produções acerca da “dádiva” (ou “dom”) de Marcel Mauss (2003) e autores do contemporâneo movimento francês antiutilitarista das ciências sociais (M.A.U.S.S). Alain Caillé (2006) e Jacques Godbout (2002), parte deste movimento e linha de pensamento,

¹⁷ “...fatos sociais *totais* (...) põem em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (...) e, noutros casos, somente um número muito grande de instituições, em particular quando essas trocas e contratos dizem respeito sobretudo a indivíduos” (MAUSS, 2003: 309).

apontam a impossibilidade de reduzirmos a figura do *homem total* - encontrada em Marcel Mauss (idem) - ao *homo oeconomicus* - figura central das teorias da ação racional. Podemos pensar a dádiva como um paradigma da *construção* da sociedade civil moderna, tendo a filantropia um papel importante dentro desta. No entanto, como aponta Mary Douglas no prefácio à obra de Marcel Mauss sobre a dádiva, o desinteresse e a não obrigatoriedade desta são meras ilusões e a impossibilidade de reciprocidade, desconectando a dádiva da solidariedade social, mantém os recipientes em posições inferiores na hierarquia social, bem como em situações de dependência. Philippe Chanial (2008) chama a atenção para a dupla realidade do dom, seu caráter híbrido da natureza e da sociabilidade humanas, a articulação de interesse e desinteressamento, que se fazem presentes nas práticas sociais.

Na esteira das discussões acerca do papel de práticas de beneficência, Philippe Chanial (idem) enfatiza a questão da generosidade por sua *incondicionalidade* que se traduz por sua obrigação própria: a obrigação de doar. À ideia de *incondicionalidade* expressa em propostas de renda incondicional, podemos pensar uma oposição, bastante recorrente em práticas de *caridade*, explicitada no texto de Ariel Wilkis (2008), “Os usos sociais do dinheiro em circuitos filantrópicos. O caso das ‘publicações de rua’”, que é o caso da da moralidade subjacente ao uso dos recursos recebidos via filantropia. Ou seja, os autores caracterizam a impossibilidade de doações incondicionais nas práticas filantrópicas e/ou caritativas centradas no indivíduo.

Marcel Hénaff (2009), em “Sur la Norme de Réciprocité”, aponta o que ele chama de “três formas maiores do dom”: 1 - dons cerimoniais das sociedades tradicionais que são sempre recíprocos; 2 - os dons graciosos que são oferecidos a fim de gerar prazer e felicidade; 3 - os dons de solidariedade para aqueles que têm necessidade (pessoas vítimas de pobreza ou de uma catástrofe natural ou social). Dentro do quadro deste terceiro tipo de dom, podemos enquadrar aqueles feitos pelas fundações de caridade/filantropia.

Mais do que a prestação de dons unilaterais às pessoas e comunidades em necessidade, fundações filantrópicas se prestam a construir e afirmar identidades, unir a elite de empresários em ações reconhecidamente caridosas e criar toda uma rede de instituições e sujeitos que por meio delas estabelecem carreiras na área, na mesma medida em que obtêm capital simbólico e social. No entanto, a intenção de

intervir pela *comunidade* muitas vezes não parece diminuir a distância interposta pelos recursos financeiros econômicos entre as duas pontas da prática filantrópica, a saber, doadores e recipientes.

Assim, o recorte deste estudo produz uma maior compreensão e análise da filantropia das elites, dos dispositivos morais acionados em seus discursos e práticas em relação ao dinheiro, da desigualdade social, bem como analisa a articulação da prática filantrópica com seu *status* de poder. Os *rankings*¹⁸ entre países e mesmo entre filantropos - com forte ênfase no cenário norte-americano - parecem funcionar como uma classificação de prestígio e disputa, caracterizando as prestações trabalhadas por Marcel Mauss (2003: 192).

O dom maussiano na tríade dar, receber e retribuir, considerado pedra basilar das sociedades, pode ser encarado ainda como *ficção*, *formalismo*, uma *mentira social*, regendo práticas que repousam sobre a questão do interesse e/ou do poder. Kelly Cristiane da Silva (2008), em seu texto intitulado “A Cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações”, traz à luz uma questão bastante ilustrativa deste caráter de poder e *interessamento* envolto em *doações* aparentemente *desinteressadas*. Ao analisar as práticas de cooperação internacional vigentes na construção do Estado-nação do Timor Leste, a autora destaca dois pontos que considero de extrema importância para a reflexão: a *disputa* - velada ou não - dos países *doadores* por uma posição de destaque em um *ranking* e reconhecimento do alto valor doado e de sua importância. Dessa forma, ganhando uma posição de superioridade em relação aos demais; o poder e o prestígio por eles assim conquistados no que tange à influência no desenvolvimento de políticas do Timor Leste, interferindo diretamente no planejamento e execução destas, de acordo com seus interesses e com o que julgam ser o melhor modelo a ser implementado: muitas vezes *cópias* de seus próprios.

Inúmeros destes elementos são encontrados no cenário da *nova filantropia*, desde a disputa, a criação de *rankings* até a imposição de modelos empresariais e de gestão. São estes elementos que constituiriam o caráter agonístico destas prestações, na analogia que se poderia fazer com a instituição do *potlatch*.

¹⁸ Ver <<http://oglobo.globo.com/economia/casal-zuckerberg-lidera-ranking-de-filantropos-dos-eua-em-2013-12663733>> e <<https://br.financas.yahoo.com/fotos/os-maiores-filantropos-dos-eua-slideshow/>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

Mauss, ao estudar as sociedades tradicionais do noroeste americano, manteve o termo nativo ou êmico *potlatch*, que significa “nutrir, consumir”. Nesses ritos que compreendem trocas com rivalidade exasperada, os chefes distribuem e destroem suas riquezas como forma de disputa entre nobres.

Seria a nova filantropia das elites uma espécie de *potlatch* contemporâneo? Como indica Mauss, essa forma de prestação total (em ritos em que “tudo se mistura (...) de prestações jurídicas e econômicas, de determinações de cargos políticos na sociedade dos homens, na tribo e nas confederações de tribos, e mesmo internacionalmente”) seria uma forma de “luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que ulteriormente beneficiará seu clã”, além de possuírem caráter de obrigatoriedade - apesar da aparência *voluntária* - “sob pena de guerra privada ou pública”. Além disso, esse tipo de prestação representada no *potlatch* é característica “nas tribos do Noroeste americano e nas de uma parte do Norte americano”, encontrando na América do Sul “formas intermediárias entre essas trocas com rivalidade exasperada...”. Ora, isso tudo soa muito familiar. Substitua-se “trocas” por “doações” e lembremos da referida “escala da bondade” - guardadas as devidas proporções - seguiriam os chefes tendo que se engajar, de alguma forma, na prática de “doar” como disputa política e expressão manifesta do poder? Parece que sim.

Assim, alinho-me ao trabalho de Ilana Silber (2008), que considera a importância de analisar a filantropia à luz da dádiva maussiana. A autora demonstra que se isso não tem sido feito regularmente é porque a bibliografia acerca do tema concentra sua produção em *experts* e agentes do campo. Para Silber, a filantropia moderna não é menos um fato social total do que o presente arcaico:

Il serait possible d'aller beaucoup plus loin, en montrant par exemple que le don philanthropique moderne n'est pas moins un phénomène total que l'échange de cadeaux archaïque, qu'il allie les mêmes dimensions économiques, légales, esthétiques, morales et même religieuses, et s'accompagne souvent, à l'instar des échanges archaïques étudiés par Mauss, de rites, de fêtes et de célébrations : cérémonies d'inauguration, dîners, galas, rassemblements, concerts, où artistes et autres personnalités brillantes contribuent à accroître l'effervescence sociale, pour employer le vocabulaire de Durkheim (SILBER, 2008: 7).

Silber demonstra a importância dessa doação, o paradoxo do caráter dadivoso obrigatório e ao mesmo tempo espontâneo - interessado e desinteressado - especialmente no que tange ao caráter de afirmação das identidades dos doadores, considerando a filantropia moderna mesmo como expressão da

identidade norte-americana. Sublinho ainda seu papel na construção de laços sociais e supressão de conflitos. A filantropia aparece como um dispositivo moral que, como indica Odendahl (1990), responde ao medo das elites de perderem seus privilégios por meio da cobrança de impostos ou mesmo de uma revolta e revolução das classes mais baixas.

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: DILEMAS MORAIS

A pobreza, diferentemente da desigualdade social, tem sido uma preocupação central em distintas sociedades. Das noções de democracia e cidadania gregas ao papel da filantropia entendida como “amor à humanidade”, na garantia de redes de proteção, na responsabilidade de senhores feudais por seus servos ou na *noblesse oblige* de aristocratas, a questão de como cuidar dos pobres é permeada por práticas e discursos múltiplos. Da mesma forma, parecem centrais as disputas de entendimento acerca dos motivos - ou mesmo culpa - pelos quais os pobres seriam pobres e os ricos seriam ricos. As respostas de distintos agentes podem estar centradas na religião, no mérito, na força, na capacidade adaptativa ou, ainda, na desigualdade histórica. No âmbito religioso, questão central para este estudo, percebe-se a riqueza entendida como prosperidade e cumprimento da vocação na ética protestante, no caso estadunidense (Weber, 2004), enquanto na tradição e legado católico brasileiro, a pobreza e o sofrimento são vistos como caminhos de purificação para a plenitude na vida eterna.

Historiadores, filósofos, antropólogos e inúmeros pensadores também centram suas problemáticas e análises em questões de justiça social, desigualdade, direitos, pobreza¹⁹ e moralidade. Como indica Sayad (1990), em seu texto “Uma pobreza exótica: a imigração argelina na França”, ao tratar da representação dominante da pobreza “Uma tal representação da pobreza - representação dominante, porque é a representação dos dominantes - leva a ver nela a negação, ou a antítese, das qualidades que estão na origem da riqueza”. Buscando alternativas a definições substancialistas dessas categorias, o foco recai sobre as representações, vínculos e relações manifestas no campo. Como indica Simmel

¹⁹ Ver Bremner, Tocqueville, Hall, Fraser e Gordon, Simmel, Chanial, entre outros.

(1998: 96-97), aparece a centralidade da necessidade de assistência na definição dos pobres como categoria social.

Sayad (1990) indica também que um dos efeitos correlatos da riqueza é que, de diversas maneiras, ela autoriza falar da pobreza (...). Fala-se dela a partir de um ponto de vista moral num tom de deploração resignada e impotente ou de acusação e denúncia, com uma linguagem que envolve os julgamentos de valor mais etnocêntricos.

Este escopo moral da pobreza é problematizado ainda por Didier Fassin (2012), que demonstra a partir de autores como James Scott que revoltas e movimentos populares não acontecem “espontaneamente”, mas tendem a emergir quando se entende que as condições de vida e situações sociais atingiram paradoxos morais e não podem ser sustentadas. Essa “imoralidade social” subentendida na desigualdade e na pobreza tende a ser contestada quando grupos subalternos têm suas condições de vida levemente melhoradas e visualizam horizontes distintos de suas realidades de origem.

De acordo com Didier Fassin, uma economia moral é um conjunto de valores, normas e obrigações, arbitrárias, mas que circulam no espaço social como parâmetros de ação: “...se considerará a economia moral como a produção, a distribuição, a circulação e a utilização das emoções e dos valores, das normas e das obrigações no espaço social²⁰”. Ao longo deste estudo, analiso a economia moral da filantropia, como está presente nos Estados Unidos e ainda tímida no Brasil, bem como economias morais da pobreza, sendo esta entendida pelas elites, muitas vezes, como resíduos indesejados e protagonizada por sujeitos ainda não totalmente civilizados (Elias, 1994).

Se a necessidade de assistência é fator utilizado para caracterizar a população pobre (SIMMEL, 1907, 1998), a preocupação em como atender a essa população encontra distintas abordagens. Contratualistas dirão que cada dever corresponde a um direito e, portanto, o governo ou as elites não podem nem devem redistribuir renda garantindo padrões mínimos de vida digna (como no caso da renda incondicional) sob perigo de perda da democracia na quebra da reciprocidade direitos-deveres.

²⁰ Tradução minha, do original: “on considérera l'économie morale comme la production, la répartition, la circulation et l'utilisation des émotions et des valeurs, des normes et des obligations dans l'espace social”

O movimento antiutilitarista nas ciências sociais (M.A.U.S.S.), centrado na obra seminal de Marcel Mauss, Ensaio sobre a Dádiva, rompe com esta leitura contratualista, entendendo que a renda incondicional garante os valores de “incondicionalidade do valor das pessoas e aquela da própria cidadania democrática (Ivo, 2008)²¹”. Esta vertente alinha-se com a abordagem de Simmel, bem como com a de filósofas feministas como Nancy Fraser e Linda Gordon que, apontando como a economia política do Estados Unidos baseia-se nas lógicas de contrato e de caridade, demonstram como as noções de direito e cidadania são apagadas no contexto nacional, levando à inexistência de cidadania social. As pensadoras e pensadores supracitados convergem em suas análises indicando como os discursos do contrato e da caridade colocam em posições de estigma, dependência e subordinação aqueles que não têm direitos reconhecidos, mas sim dádivas recebidas às quais jamais poderão reciprocicar.

Temos assim três formas abordadas para lidar com a pobreza e a desigualdade nas relações sociais: o contrato, a renda incondicional (ou o direito) e a caridade ou filantropia. Destaca-se que este estudo está centrado na caridade e na filantropia. Como indica Teresa Odendahl, em sua etnografia com a elite filantrópica nos Estados Unidos, para grande parte de suas interlocutoras e interlocutores, a provisão de rendas mínimas e seguro social seriam ameaças à democracia, uma vez que ninguém teria direitos incondicionais. Fortemente embasados em uma noção de darwinismo social²² - como encontrei também em meu campo, e como apontam historiadores da filantropia como Bremner (1960) e Hall (2006) - esses atores da elite filantrópica consideram que os mais fortes são aqueles que prosperaram financeiramente - seja pela ótica da religião na ética protestante, seja na doutrina política liberal e ideologia meritocrática - e, portanto, responsáveis pelo mais fracos a quem buscarão fornecer oportunidades de realizar deveres para acessar direitos. Cattani (2014) sublinha:

No pensamento dominante que forja o senso comum, a riqueza aparece sempre associada à competência, ao mérito ou ao talento. Segundo os princípios do liberalismo e do neoliberalismo, todos os indivíduos nascem iguais, com as mesmas qualidades e fraquezas e constroem suas vidas e fortunas livremente. Essas são falácias com consequências políticas

²¹ Ver: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

²² Ver, por exemplo:

<[http://servidor.iib.unsam.edu.ar/php/investigacion/humanidad/docs/libros/DarwinismoSocial/RevistaN DP\(2005\).pdf](http://servidor.iib.unsam.edu.ar/php/investigacion/humanidad/docs/libros/DarwinismoSocial/RevistaN DP(2005).pdf)>. Ver também epistemologia de Gaston Bachelard.

desastrosas, pois legitimam a posse da riqueza e justificam a pobreza: o rico é rico porque se esforçou, o pobre é pobre porque não trabalhou.

O autor aponta ainda que:

A imensa brecha social já existente alargou-se devido à reestruturação neoliberal e à globalização. Em poucas palavras, os pobres ficaram mais pobres e os ricos, ainda mais ricos. Além disso, milionários e bilionários latino-americanos desenvolvem uma nova estratégia de poder configurada na filantropia, que lhes assegura legitimidade social e preservação de privilégios numa sociedade cada vez mais desigual (CATTANI, 2007, p.16).

Tanto estudos na área da sociologia (Simmel) quanto da antropologia (Odendahl) indicam que a filantropia *mainstream* como vem sendo praticada, em termos de assistência social e não de justiça ou de direitos, funciona para a manutenção de estruturas de poder e de concentração de renda nas sociedades, da coesão social das elites e do *status quo*. No entanto, tais formas de fazer filantropia e quem operará funções de governança estão em disputa no campo. Assim, demonstro como uma hegemonia performa e reproduz supremacia. Há, no entanto, pensamentos que se colocam como concorrentes e dissidentes, embora não por raras vezes sejam suprimidos.

Odendahl indica que fundos de justiça social e de mulheres têm construído pontes com grupos locais em que a filantropia *mainstream* tem aberto abismos. Dessa forma, apesar do caráter conservador em termos de concentração de renda da filantropia contemporânea - especialmente na vertente do filantropocapitalismo - há uma série de agentes que por meio de *lobbying* e *advocacy* tentam influenciar políticas públicas de forma mais progressista.

METODOLOGIA

Ao passo em que alguns anunciam *o fim da luta de classes* – termo que aparece na fala de um interlocutor - outros justificam as *ações sociais* como forma elementar de diminuição das distâncias sociais - ou seria possível pensar em uma forma de mascaramento destas? – e prática essencial para evitar confrontos e violência urbana. Ao mesmo tempo que argumentos de busca por *desenvolvimento* e ajuste à *economia global* aparecem permeando as práticas filantrópicas, é

recorrente a contraposição de discursos de ordem *local* para justificar a discrepância do *sucesso* destas nos contextos analisados.

Problematizando essa dicotomia do local versus global, George Marcus, nos anos oitenta, escreve acerca das metodologias etnográficas utilizadas para estudar o contexto histórico da economia política capitalista. A mais comum ainda seria a de um locus singular de pesquisa e observação intensas, que permitiriam observar localmente esquemas relevantes para o entendimento de sistemas globais. Outra, seria a etnografia com múltiplos loci de observação, protagonizada por estudos de rede, mesmo pensando no contexto de produções pós-modernas, emergindo com estudos de ciência e tecnologia, estudos culturais, interdisciplinares e estudos feministas, entre outros. São “pesquisas etnográficas conscientemente situadas em um sistema mundo...[que] examinam a circulação de significados culturais, objetos e identidades em tempo-espaço difusos”. É dentro desta segunda linha que se encontra este estudo.

Tendo trabalhado no Brasil primeiramente, com foco nas cidades de Porto Alegre e São Paulo, e encontrando certas restrições com o uso da palavra filantropia, como veremos ao longo dos próximos capítulos, foquei em mapear práticas aparentemente difusas - como a responsabilidade social corporativa, voluntariado e o investimento social privado - não apenas para “limpar” o campo analítico, mas também por serem consideradas por muitos interlocutores como parte de um “composto filantrópico” contemporâneo.

Na sequência, a pesquisa de campo foi desenvolvida nos Estados Unidos com foco na Califórnia, na Costa Oeste, local em que realizei o estágio sanduíche. Diferentemente da filantropia considerada mais “tradicional” da costa leste e, por consequência atrelada ao “old Money” ou dinheiro velho no país, destacava-se a filantropia estratégica ou filantrocapitalismo - o “hype” da indústria tecnológica (Edwards, 2008) - clamando diferentes atores a adaptarem-se ao seu modelo de negócios e de mercado. No último ano de pesquisa, em 2016, deparei-me com uma vertente da filantropia que se autodenominava como progressista ou de justiça social, disputando espaço e recursos com essas outras.

Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, foram analisadas também as particularidades de desenvolver uma pesquisa antropológica com elites²³ ou no que

²³ Ver Marcus, Seidl, Perissinoto e Codatto.

pode ser pensado como o contexto de “*campos up*²⁴”, ou seja, em espaços e com atores produtores de saber, detentores de poder na esfera pública e privada e, neste caso, diretamente ligados ao governo e propositores/criadores de políticas públicas. As implicações éticas também foram pontos analisados, como indicam Sarti e Duarte (2013):

...a diversificação das questões enfrentadas pela pesquisa antropológica na atualidade leva igualmente, também com frequência cada vez maior, ao estudo de objetos produtores de saber e investidos de poder na sociedade, com os quais não temos afinidades ideológicas, o que recoloca os termos da relação entre observador e observado. São outros os dilemas éticos enfrentados pelo antropólogo quando a pesquisa se desenvolve nesses contextos (...). A necessidade, intrínseca a nossos procedimentos, de um olhar distanciado, e que permita, ao mesmo tempo, a aproximação necessária para a atividade investigativa, implica um enfrentamento distinto daquele no qual habitualmente se move o antropólogo, identificado com grupos que pesquisa, situados fora da arena hegemônica do poder.

Tomei como pontos aos quais se dirigiram esta pesquisa a análise do cenário da filantropia no Brasil e Estados Unidos, bem como da perspectiva de mercados de doação com base nas práticas de filantropia estratégica e investimento social privado, de um lado, e da filantropia progressista ou de justiça social de outro; a apreensão de lógicas e imaginários que pautam estes universos e o entendimento do que os aproxima e o que os distancia, bem como da discrepância dos valores doados. Da mesma forma, por meio da interpretação e análise antropológicas, trabalho de campo e análise de publicações, produzi conhecimento acerca da atuação das mulheres e homens de uma elite filantrópica e como interpretam, significam, constroem discursos e imaginários acerca da pobreza, desigualdade social, desenvolvimento e justiça social.

Ao longo deste estudo, foi possível identificar discursos que permeiam as práticas (filantropia estratégica, responsabilidade social corporativa, investimento social privado, voluntariado) e pensar, em escopo comparativo, o local e o global nas práticas filantrópicas e retóricas econômicas presentes nas noções de redes e relações, *networking*, transnacionalização de estratégias e lógicas administrativas como os *endowments* (ou fundos patrimoniais) e a dinâmica relacional das elites, sociedade civil e governos. Fez-se necessário empreender uma análise das moralidades que permeiam este universo tanto no disciplinamento de populações por meio de projetos quanto na aplicação de recursos, entender a estruturação deste setor e como está articulado com a produção de políticas públicas, analisando o

²⁴ Ver Laura Nader “Studying Up”.

processo de construção das populações como objetos de intervenção e focos de ações de ONGS, institutos e fundações e políticas públicas e analisando a construção da figura do filantropo, a obtenção de capital simbólico e social por meio desta prática, a partir de produções sobre performance, representações e esfera público-privada.

Sendo esta uma pesquisa antropológica de caráter predominantemente qualitativo, foi realizado um estudo de cunho etnográfico por meio da observação-participante em reuniões, eventos, atividades gerais de entidades de filantropia e entrevistas em profundidade. Tendo realizado cerca de dois anos de pesquisa de campo no Brasil e um ano e meio de pesquisa nos Estados Unidos, tenho desenhada uma rede²⁵ de interlocutores-chave e suas respectivas organizações. Heloisa de Souza Martins (2004) ressalta que:

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também - o que é muito importante - para a liberdade do intelectual.

Ainda acerca do método qualitativo, Martins (2004:292), a partir de uma leitura de Da Matta, indica que “não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador” e, no caso desta pesquisa antropológica com um segmento de elite, somando questões de distanciamento político, ideológico e identitário entre pesquisadora e pesquisados (Schuch, 2010), é necessária uma vigilância ética e epistemológica²⁶ constantes em trazer a voz dos interlocutores para o texto a fim de fazê-las dialogar com as análises e interpretações, ressaltando tratar-se de sujeitos que muitas vezes atuam na esfera pública e detêm um espaço privilegiado de poder. Desta forma, a meu ver, inverte-se completamente a situação de que fala Martins (2004:295):

A presença de pesquisadores, muitas vezes disfarçada, pode envolver os observados, pode manipulá-los de acordo com seus interesses e objetivos, introduzindo tensões, provocando rupturas. Segundo Zaluar (1986), o

²⁵ Referência Análise de elites em perspectiva relacional: a operacionalização da Análise de Redes Sociais (ARS). *Emerson Urizzi Cervi*

²⁶ Como indica Hermano Roberto Thiry-Cherques (2006) “...os atos e os pensamentos dos agentes se dão sob "constrangimentos estruturais". Por isso, insiste que na pesquisa se mantenha uma "vigilância epistemológica": o cuidado permanente com as condições e os limites da validade de técnicas e conceitos. As atitudes de repensar cada operação da pesquisa, mesmo a mais rotineira e óbvia, de proceder à crítica dos princípios e à análise das hipóteses para determinar a sua origem lógica (Bourdieu et al., 1990:14). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 de fev. 2014.

cientista social não deve esquecer que a relação que se estabelece entre o observador e o observado é uma relação social e política. Para o pesquisador, com muita frequência, o mais importante é a pesquisa a ser feita, e os outros são vistos como informantes, ou seja, devem estar a serviço dele para lhe fornecerem os dados que lhe são fundamentais - “fundamentais”, na verdade, para a sua carreira e não para a vida daquele grupo ou para os indivíduos que dele fazem parte. Ele se coloca acima dos outros...

Nos termos que Geertz (1989) ao elaborar-se a descrição etnográfica, prioriza-se recursos de descrição densa, que permitam a visualização dos eventos acompanhados em campo. Busca-se o acesso a experiências e sentidos implicados nas práticas e discursos dos atores em questão e, para tanto, mostram-se fundamentais as entrevistas, a fim de possibilitar delinear-se a trama social que as envolve.

Após o período de pesquisa bibliográfica acerca do tema e tendo estabelecido um contato com sujeitos que ocupam posições privilegiadas²⁷ no universo da filantropia - e terceiro setor, em geral - no Brasil, bem como algumas pessoas nos Estados Unidos, foi possível realizar uma série de entrevistas em profundidade. Para tais entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado (BONI; QUARESMA, 2005: 75), deixando espaço aberto para uma conversa fluente para que assim os sujeitos falassem de suas trajetórias e de seu entendimento sobre a prática filantrópica no país. Boni e Quaresma (2005:72) lembram que por meio de entrevistas:

...os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias, tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados.

Os autores (2005:72) lembram ainda que:

As perguntas devem ser feitas levando em conta a sequência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto, o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado.

²⁷Penso em termos êmicos de reconhecimento entre pares enquanto “líderes”, “empreendedores sociais”, movimentando orçamentos e articulados com o governo na produção de políticas públicas.

Além dos espaços de pesquisa de campo, recorri a periódicos e revistas especializadas no levantamento de dados para análise, como também o faz Abélès (2012): “Évidemmt, ce magazine, comme d’autres plus connus (*Business Week, Forbes*), s’adresse aux élites de la nouvelle économie. Désignant un vrai problème, il identifie du même coups les héros – intelligents et généreux – susceptibles de le résoudre. «Everything is under control», comme on aime à repeter par ici». (p133). Para tanto, passei a receber em novembro de 2013 a publicação do Instituto Filantropia “Revista Filantropia. Gestão social, responsabilidade social, voluntariado, terceiro setor” e em abril de 2015, em estágio de doutorado sanduíche, assinei a revista “The Chronicle of Philanthropy”. Da mesma forma, utilizei como aporte à minha análise material editorial, tais como livros sobre investimento social e desenvolvimento, bem como materiais de divulgação de eventos na área, recebidos em eventos e/ou de interlocutores ao longo do trabalho de campo.

Utilizei, ainda, como um de meus recursos metodológicos, o mapeamento de rede e seu acompanhamento para apreender e compreender interações e relações que se estabelecem entre os agentes. Como define Callon (1998 p.19): “O bien uno entra en una red a través de los agentes y se ve inmediatamente tentado de caracterizarlos como conformados por sus relaciones; o bien se focaliza en la red en sí misma, y, en ese caso, usa la asociación entre sus agentes constitutivos para describirla”.

Neste caso, ambas as possibilidades se apresentaram: seguir os agentes, até porque as indicações de *com quem falar* surgiam a todo momento, ao mesmo passo que foi possível observar como sujeitos, eventos e organizações se interligam e se perpassam. No entanto, essa abordagem não pretende uma afiliação teórico-metodológica a correntes e/ou autores específicos que exploram o conceito de rede e seus desdobramentos. O uso da noção de rede resume-se a uma estratégia pontual, que parece propícia pela forma como se deu a entrada em campo - bastante difícil em vistas do universo fechado das elites, de restrito acesso e muitas vezes envolvendo altos custos, como no caso de eventos - e como desenrolaram-se os contatos e relações²⁸.

²⁸ Para estudos focados na teoria de redes e, posteriormente, a teoria ator rede ver: GRANOVETTER (1973, 1985), LAW (1984), LATOUR (2005).

CAPÍTULOS

No primeiro capítulo desta tese, contextualizo e diferencio a filantropia e a caridade, passando pelo projeto iluminista de “racionalização” da filantropia em uma tentativa de separá-la assim da “emoção e do afeto” da caridade. Conceituo investimento social privado e governança econômica. Apresento os primeiros dados acerca da discrepância dos valores doados no Brasil e nos Estados Unidos, situando assim minha questão de pesquisa.

No segundo capítulo, faço uma breve genealogia das práticas filantrópicas. Analiso “tradições” religiosas, filantrópicas, caritativas, econômicas e políticas de Brasil e Estados Unidos para chegar à noção do estado de bem-estar social, ou *welfare state*. Da mesma forma, abordo a emergente doutrina do libertarianismo²⁹ que emana do Vale do Silício e noções de governança global.

No terceiro capítulo, entro em meu campo de pesquisa e esclareço o complexo campo de análise atentando para distintas facetas da filantropia contemporânea, tais como responsabilidade social corporativa e investimento social privado, filantropia estratégica e filantropia para justiça social. Analiso questões de *advocacy* e *lobby* no setor filantrópico que conduzem à elaboração e à execução ou mesmo cumprimento de regulações públicas.

No quarto capítulo abordo o Filantropocapitalismo e Investimento Social Privado, a partir das perspectivas do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), Grupo de Institutos Fundações Empresariais (GIFE). Além disso, aponto a centralidade do Centro de Estudos da Filantropia e Sociedade Civil PACS Stanford e apresento o curso *on-line* realizado em filantropia estratégica (ou nova filantropia, ou altruísmo efetivo, etc.).

O quinto capítulo trata da filantropia progressista ou de justiça social, a partir da experiência do *Edge Funders Alliance*. Com participação desde a primeira edição do Fórum Social Mundial, sua abordagem recai sobre o financiamento de ativistas e movimentos sociais, especialmente as mulheres (e aí o protagonismo das ativistas feministas) no chamado sul global.

Argumento que a filantropia é uma das formas de atendimento à população mais pobre, agindo como elemento atenuante de conflitos sociais, diferindo do

²⁹ Ver também Boltanski e Chiapello. *Novo Espírito do Capitalismo*

contrato e do direito incondicional. A filantropia, em suas distintas vertentes, apresenta-se ainda como um dispositivo moral legitimador das desigualdades sociais e concentração de riqueza.

O setor filantrópico não funciona descolado de governos e do setor privado como o parecem crer defensores das liberdades individuais presentes nas ideologias liberais e libertarianistas, em especial as que emanam da região dos novos ricos da indústria tecnológica no Vale do Silício³⁰. No entanto, este performa as noções de austeridade dos governos locais nos EUA em benefício de financiamentos e agendas de governança privadas - que alguns já chamam de uma nova plutocracia (BISHOP; GREEN, 2008). No Brasil, os governos são chamados a financiar as pautas de atores privados e incentivar por meio de regulamentações e benefícios fiscais o setor filantrópico.

Historicamente, pode-se observar distintos modos de fazer filantropia nos Estados Unidos, uma dita mais conservadora na distribuição dos recursos e outra que se autodenomina progressista e/ou de justiça social. Vemos na primeira onda de industrialização no país, grandes fortunas financiarem infraestrutura que contribuiria para o aumento de sua riqueza e/ou qualidade de vida. Atualmente, “velhos e novos ricos” nos Estados Unidos voltam-se para a indústria tecnológica e de dados, financiando e patenteando propriedades intelectuais (LEAL; SOUZA, 2010).

Há uma soma de fatores complexos que explicam a disparidade nos valores doados no Brasil e nos Estados Unidos, bem como seus distintos setores filantrópicos, que perpassam desde a colonização dos dois países, matrizes religiosas e moral, ideologias políticas e estruturas de governo, “tradições” e identidades individuais e nacionais e legislações. Nos capítulos a seguir, analiso, contraponho e indico os entrecruzamentos desse setor que opera por meio de redes transnacionais de elites filantrópicas.

Neste estudo, identifico e analiso as distintas formas de filantropia, assim como explico a discrepância dos valores doados nos Estados Unidos e no Brasil. Busco também estudar práticas e discursos no plano teórico como elementos centrais de dois modelos com distintas perspectivas de governança global. Se Foucault se concentrou no estudo das sociedades de disciplina dos séculos XVIII, XIX e início do século XX, Deleuze identifica a transição para sociedades de

³⁰ Ver Marc Abélès (2012). Ao longo desta pesquisa, mostro como a região é central para entender correntes filantrópicas contemporâneas.

controle, calcadas em números, tecnologias e empresas ao passo que instituições tradicionais passam por incessantes reformas, sabendo que seu fim encontrar-se-ia em um horizonte próximo.

CAPÍTULO 1 - CARIDADE, FILANTROPIA E INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: ESTABELECENDO AS BASES ANALÍTICAS

O campo de pesquisa da filantropia é complexo. Inúmeras categorias se cruzam, entram em disputa e podem assim se tornar obscuras. Michael Edwards (2008) aponta para a necessidade de “limpar o campo analítico” atentando para termos e práticas como a responsabilidade social corporativa (RSC) - entendida enquanto prática empresarial -a *venture philanthropy*, o filantropocapitalismo e a empresa social.

Interligadas por seus protagonistas e recursos, todas essas categorias estão voltadas às lógicas de administração e negócios aplicados à prestação de serviços ou ofertas de produtos de cunho “social”. Apesar de conter iniciativas que podem melhorar a vida da população em geral, oferecem risco quando consideradas como a única solução possível para as questões sociais, retirando o foco de reformas políticas, de questões de direito, de sociedade civil e de democracia.

No Brasil, ao trabalhar com filantropia, temos ainda a forte presença da caridade – institucional e individual. Para tanto, a fim de delimitar essas categorias, inicio apresentando os argumentos que separam a filantropia (não adjetivada) da caridade.

1.1 CARIDADE E FILANTROPIA

A caridade existiu durante muito tempo, especialmente no contexto das instituições cristãs, enquanto auxílio aos doentes, velhos, peregrinos, parturientes e crianças (SANGLARD, 2005). Segundo a definição do dicionário Aurélio' caridade é “boa disposição do ânimo para com todas as criaturas; qualquer manifestação dessa disposição; pena que se sente pelos sofrimentos alheios; esmola; dano, ofensa; irmã de caridade: religiosa sem clausura que se dedica ao tratamento de doentes pobres³¹”.

Com base na definição do dicionário, percebe-se então o conceito de dano, ofensa. Essa definição, por sua vez, remete novamente ao paradigma da dádiva de Marcel Mauss (2003) de que aquele que recebe uma dádiva está em posição inferior

³¹ Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/caridade>>. Acesso em: 22 de abril de 2017.

e em obrigação com o doador. Da mesma forma, aparece o direcionamento à saúde que no Brasil coloca em evidência as Santas Casas de Misericórdia.

Sanglard (2005) aponta que a filantropia ou a caridade são - assim como a dádiva - “geradoras de laços sociais, princípio de emulação de reconhecimento e legitimação sociais”. A autora sublinha ainda que, na França, contrariamente ao que aconteceu em outros países, houve uma diferenciação entre os conceitos de *filantropia* e *caridade*. Para autores como Catherine Duprat (1993), a filantropia seria uma virtude social e seu desenvolvimento estaria ligado ao papel desempenhado pelos filósofos das Luzes no final do Antigo Regime, enquanto a caridade seria entendida como uma virtude cristã. A autora frisa que os filósofos das Luzes buscaram esvaziar o caráter caritativo da filantropia reforçando seu lado de *utilidade social*. Assim, o termo passou a ser percebido mais como prevenção à miséria do que uma forma de suavizá-la. Tratava-se, então, de oferecer trabalho, encorajar a população e a produção; todo o resto era caridade, testemunha do amor a Deus.

Emerson Giumbeli, ao tratar das noções de assistência e caridade dentro da matriz do espiritismo, aponta:

O par indivíduo e sociedade [é] mediado exatamente pela caridade - a um só tempo lei divina, valor pessoal e ideal social. A caridade, como vimos, é definida como o principal dos meios pelos quais se estabelece a evolução espiritual, servindo imediatamente à salvação pessoal. No entanto, por sua própria natureza, pressupõe e envolve um outro, que se encontra em uma situação de necessidade. Não há, por isso, como desvincular a evolução espiritual de um indivíduo da condição de vida daqueles que o cercam (EMERSON GIUMBELI, 1998: 135).

Observa-se aqui o conceito de caridade remetendo novamente à noção de dádiva, de um mediador por assim dizer que possibilita indivíduos engajarem-se em sociedade. Entretanto, apesar da “racionalidade” que distinguiria a filantropia, veremos que neste aspecto os conceitos não estão distantes.

A filantropia é um conceito que ganha espaço durante o iluminismo. “Historicamente no Brasil as ações filantrópicas estiveram arraigadas à concepção caritativa de ajuda ao próximo sob o prisma da moral cristã, na qual há o reconhecimento do valor da pobreza como redentora dos pecados”, aponta Escorsim (2008). Portanto, trata-se de um termo escorregadio e de grande complexidade, pois revela a disputa entre o altruísmo e o desapego versus o interesse. Ressalta-se que, positivar este último, antes negado e malvisto no campo, pode passar a pautar suas

práticas, tendo em vista que tratar do amor à humanidade nunca foi uma tarefa simples. Sabe-se, pois, que os discursos são inflamados e o universo é controverso. Ainda, os filósofos das luzes e a razão iluminista parecem ter ocupado papel central na modificação do conceito, em um esforço da separação do ato afetivo caritativo e da prática estruturada e planejada da filantropia que elucubravam.

Segundo Sanglard:

...a grande diferença apontada (...) entre caridade e filantropia é que a primeira, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda a vaidade de seu autor e propugna o anonimato, ao passo que a segunda é marcada por um gesto de utilidade, e neste caso a publicidade se torna uma arma importante nas mãos dos filantropos, além de acirrar-lhes a rivalidade... A filantropia pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos (SANGLARD, 2005, P. 30).

Entretanto, as categorias filantropia e caridade por algumas vezes são utilizadas como sinônimo e, em outras, contrapostas: apela-se para a prática filantrópica *otimizada e estratégica* e para que se pare de fazer caridade, por exemplo, apresentando esta última com uma carga pejorativa.

Sanglard (2005) aponta ainda o caráter laico que se pretendia à filantropia, em contraposição à caridade ligada ao *ethos* cristão. No entanto, a autora destaca não considerar os termos antagônicos, uma vez que se detecta atos filantrópicos religiosos, observações levantadas por autores acerca das práticas na França e no mundo anglo-saxão. Assim, para efeitos deste estudo, tomou-se como objeto a filantropia contemporânea em distintas vertentes, sem deixar de observar o entrecruzamento de princípios caritativos e/ou sua negação em campo.

Tanto a filantropia quanto a caridade, nesse prisma, podem ser entendidas como dádiva (ou dom). Com base no paradigma da *economia de bens simbólicos* (Bourdieu, 1996), o dom é abordado como uma *estratégia* para a conservação ou aumento de capital simbólico, como o define Bourdieu (idem: 149). Tal ideia pode fazer referência à proposição dos elos ou laços sociais estruturados pelo dom como parte deste tipo de capital, em especial em uma sociedade dita *globalizada* que valoriza as redes de contatos, as chamadas *networks* e que precisa lidar com o

paradoxo da primazia do individualismo versus dependência mútua, solidariedade e colaboração.

Outro elemento ainda a ser considerado é o da confiança no estabelecimento de relações e contratos sociais. Diversas autoras e autores que trabalham com a sociologia e antropologia do dinheiro³² demonstram como este, mais do que uma coisa desprovida de agência, está embasado em e performa relações e situações de confiança, bem como delas depende. Niklas Luhmann (1988), em seu texto “Familiarity, Confidence, Trust: Problems and Alternatives”, demonstra como a noção de confiança ainda aparece muito atrelada a termos como solidariedade, significado e participação, nas pesquisas sociológicas. Para o autor, as sociedades complexas necessitam de instituições sociais, redes de amizades e relações patrono cliente que reatualizem a confiança encontrada em (algumas) famílias e sociedades tradicionais. Luhmann argumenta que esta confiança não pode ser automaticamente transferida para sociedades complexas com divisão do trabalho.

No entanto, no paradigma da caridade, não se observa uma rede de solidariedade forte que estabeleça objetivos de longo prazo, mas sim a construção de uma alteridade, nós (doadores) e os outros (recipientes ou beneficiários) de esmolas ou serviços paliativos. A filantropia também pode negligenciar a alteridade e ser praticada entre pares quando as doações focam majoritariamente em instituições de elite.

No entanto, alguns modelos de filantropia já começam a reconhecer a conexão entre alteridades e a constituição de laços de confiança entre projetos diversos e distintos de vida. São essas novas abordagens e linguagens para o estabelecimento de relações mais horizontais e de confiança mútua entre alteridades que apresentam caráter alternativos para lidar com a desigualdade social.

³² Ver Ruben Oliven, Nigel Dodd, Bill Maurer, Keith Hart, Viviana Zelizer, Karen Ho, Hannah Appel, entre outras.

Quadro 1 – Quadro comparativo

FILANTROPIA	CARIDADE
Investimento, pobreza como anomalia	Esmola; pobreza como expiação de pecados
Iluminismo, mundo anglo-saxão	Idade Média, Estados déspotas da Europa
Paradigma racional	Emoção, afeto
Estratégica, trabalhando na “origem” dos problemas sociais	Emergencial, paliativa
Operação de mediadores, profissionalização	Transferência direta de valores e serviços para “necessitados”
Ethos protestante	Ethos católico

Fonte: Autora

1.2 INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP)

Conforme apontado no início deste capítulo, as categorias no campo da filantropia contemporânea são múltiplas. No Brasil, nos anos 90, aparece o Investimento Social Privado (ISP) criado por executivos e líderes de empresas, fundações e institutos em contraposição a modelos tradicionais de filantropia - e mesmo pelo termo filantropia não ser bem visto no país, como indicam meus interlocutores.

Natalie Beghin (2005), pesquisadora do IPEA, aponta mesmo que a filantropia empresarial no Brasil, ilustrada na figura de Jorge Gerdau, por exemplo (idem, p.51), teria um cunho caritativo, clientelista e paternalista de tutela moral dos pobres com doações pontuais e esmolas, descontextualizando a causa da pobreza e desintegrando a noção de cidadania. Além disso, esses empresários reforçariam a ideia de que o Estado é responsável pelas mazelas sociais. Para fugir desse modelo e da acusação de que o empresariado no país seria um segmento atrasado e sem visão pública surgiria o termo investimento social privado, o que a autora ainda chama de neofilantropia empresarial.

De acordo com Beghin (2005), “o investimento social privado contribui para descaracterizar a própria noção de cidadania: esta passa a ser entendida como participação e, no lugar dos sujeitos de direitos, entram em cena os beneficiários ou usuários de serviços”. Podemos acrescentar ainda o termo consumidores, na medida em que o setor se profissionaliza e assume as lógicas gerenciais - o que se

pretende para o Estado também. A autora indica ainda que “a ajuda é feita sob condições e busca-se alcançar resultados mensuráveis que disciplinem os comportamentos dos beneficiados e, por conseguinte, distam do fortalecimento da cidadania”.

Apesar de mais utilizado no contexto brasileiro, o investimento social privado encontra termos correlatos que surgem na mesma época nos Estados Unidos, como *social enterprise* e *social entrepreneurs*. Trata-se de uma nova classificação para lidar com cooperativas, instituições de microcrédito, profissionalização de minorias, entre outros empreendimentos sociais. Embora empresas com cunho social já existissem em séculos anteriores, a nova tônica traz o perfil do empreendedor inovador, proativo, energético e obstinado (EDWARDS, 2008).

O investimento social privado é considerado por alguns como uma faceta da Responsabilidade Social Corporativa e definido como “o uso voluntário e planejado de recursos em projetos de interesse público³³”. Para outros, trata-se de uma iniciativa à parte, podendo ser praticado por empresas, fundações, institutos, famílias e indivíduos.

De acordo com o site do Grupo de Institutos Fundações Empresariais³⁴ (GIFE), o investimento social privado diferencia-se de práticas assistencialistas e apresenta os seguintes elementos fundamentais: “preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação de projetos; estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social; envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação”. O GIFE destaca ainda a possibilidade de incentivos fiscais concedidos pelo poder público para alavancar o ISP e também a “alocação de recursos não financeiros e intangíveis”.

De acordo com Nogueira e Schommer, no Brasil, “O contexto da sua [ISP] criação e difusão se deu basicamente em torno de duas organizações sem fins lucrativos sediadas em São Paulo, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)”. Para os autores, a *venture philanthropy* e *filantropia de diáspora* são formas de investimento social privado.

De acordo com Kisil (2007):

³³ Ver <<http://www.responsabilidadesocial.com/assunto/investimento-social-privado/>>.

³⁴ <<http://gife.org.br/investimento-social-privado/>>.

...o Brasil vem se destacando internacionalmente nesse tema, tido como um dos países em desenvolvimento com soluções mais criativas e efetivas, como parte de uma nova onda de filantropia global em que não apenas os países desenvolvidos exportam seus modelos e metodologias mundo afora, mas países como Brasil e Índia também se posicionam como atores relevantes.

Para Nogueira e Schommer, ISP surge “para designar um novo tipo de filantropia desenvolvida por empresas e cidadãos, diferente da tradicionalmente praticada e que se confundia com a caridade”. Veremos assim, ao longo deste estudo, que essa perspectiva converge muitas vezes com a da chamada filantropia estratégica analisada no capítulo 4.

Figura 1 - Financiamento do 3º setor



Fonte: GIFE³⁵

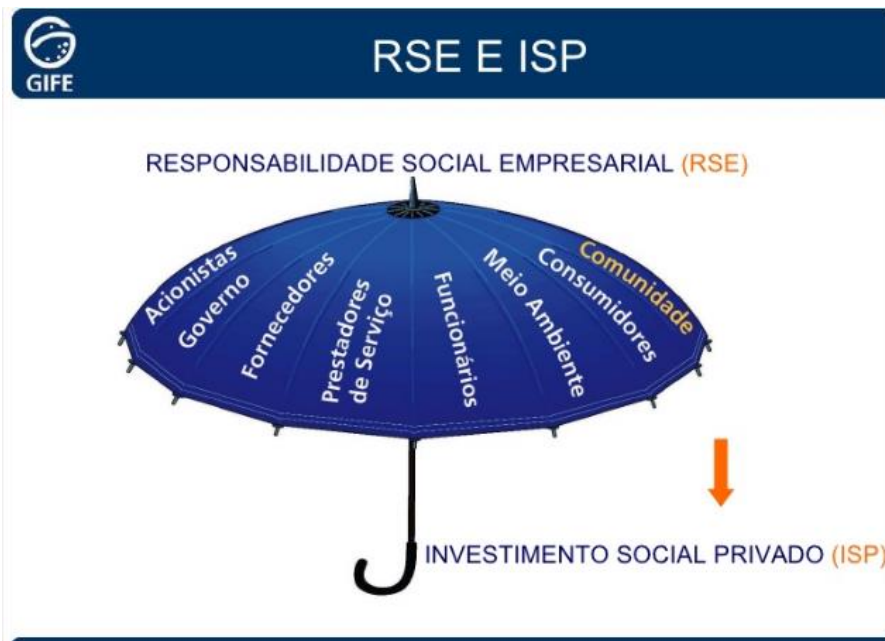
³⁵ Disponível em: <<https://www.slideshare.net/nielsleidecker/corporate-social-responsibility-in-brazil>>.

Figura 2 - Financiamento do 3º setor



Fonte: GIFE

Figura 3 - SER e ISP



Fonte: GIFE

Para fins deste estudo e de acordo com a classificação do GIFE e IDIS, que oportunizaram também trabalho de campo, o Investimento Social Privado é entendido como uma faceta da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) quando

praticado por empresas – mas não se restringindo a elas. Como na Imagem 3 acima, um conhecido guarda-chuva da RSC que circula em eventos do setor, o ISP está focado na relação de organizações, famílias e indivíduos com a comunidade, mas de forma estratégica, planejada e monitorada. Dessa forma, converge com o conceito emanando do Vale do Silício de Filantropia Estratégica. Portanto, estes termos serão entendidos como sinônimos.

No Brasil, o IDIS promove anualmente seu encontro para Filantropos e Investidores Sociais e explica que o termo filantropia ainda não é bem aceito no país, o que teria propiciado a criação do Investimento Social Privado. Enquanto isso, nos Estados Unidos, o termo filantropia aparece consolidado e passa a ser adjetivado como estratégico, especialmente na costa oeste no contexto das novas fortunas da indústria de tecnologia. Constata-se então que é desse contexto que emana a filantropia estratégica e a *venture philanthropy*, ou filantropia praticada com ferramentas de negócios, a qual disputa espaço com a filantropia considerada mais “tradicional” e a filantropia progressista, como veremos nos capítulos a seguir.

Quadro 2 - Conceitos

Conceito	Definição	Origem	Relação com ISP	Referências / autores
Cidadania empresarial	Para ser cidadã, a empresa deve ser integrante ativa da sociedade, exercendo conscientemente seus direitos e deveres, em especial nas áreas social e ambiental	Inspirado na expressão em inglês “corporate citizenship”, e compatível com o <i>espírito</i> dos anos 1990, em que a discussão sobre cidadania estava muito em voga	Foi bastante utilizada em âmbito empresarial antes do conceito de ISP, mas era mais impreciso e trazia ainda mais confusão com RSE	SCHOMMER, 2000
Filantropia	Corresponde a um impulso interior das pessoas para doar tempo, dinheiro ou conhecimentos, acima de seus interesses pessoais ou institucionais, para melhorar a situação de outros ou para o bem comum	Originalmente, remete à visão grega de “amor ao homem” ou “à humanidade”. No Brasil, mais associada à visão católica, assistencial, caritativa	É o termo mais utilizado fora do Brasil, mas aqui ficou associado ao assistencialismo, do qual o ISP busca se distanciar ¹	TORO J., 1998; ANDRADE, 1996; SMITH, 1994; ALTMAN, 1998; IOSCHPE, 1997
Responsabilidade social empresarial	Forma de comportamento ético das empresas nas suas relações com seus públicos de interesse (<i>stakeholders</i>), no curto e no longo prazo. É um processo contínuo, não um estágio a ser alcançado	Fruto do movimento pela ética nos negócios e pela cobrança da consistência nas empresas entre suas práticas internas e externas. Ganha força a partir dos anos 1970 e 80	É um conceito mais amplo do que o ISP, visto que a relação da empresa com a comunidade é apenas um dos focos de atenção da responsabilidade social	SCHOMMER, 2008; THE ECONOMIST, 2008
Outras expressões e conceitos	Há outros termos que popularmente designam o investimento social de empresas, fundações e indivíduos: <ul style="list-style-type: none"> - Ação social – ver, como referência, as pesquisas do IPEA (IPEA, 2006) - Projetos sociais – referência para nomes de cursos voltados à área, principalmente na elaboração e avaliação de programas empresariais - Terceiro setor empresarial – expressão de razoável popularidade nos anos 1990, indicando as entidades de mantenedores corporativos que atuavam na área social (FALCONER, 1999) 			

Fonte: Nogueira e Schommer (2009)

1.3 GOVERNANÇA ECONÔMICA

A governança econômica global é um tema caro a estudos de relações internacionais. Derivada de agências reguladoras multilaterais, parte da unidade política do Estado Nação para a coordenação entre nações no governo de economias globais. Marcelo Lima define:

A governança econômica global é o conjunto de normas, padrões e procedimentos que dizem respeito à organização da economia mundial. Este processo desenvolvido sem um governo unificado, mas dependente da cooperação de uma pluralidade de governos nacionais, é importante para a

estabilidade financeira internacional, o desenvolvimento do comércio transnacional e o crescimento econômico dos países integrados na economia globalizada. Para este fim, autoridades econômicas nacionais se reúnem periodicamente em instituições internacionais que têm por missão promover a cooperação econômica multilateral (MARCELO LIMA, 2013: 7).

Ainda, de acordo com Lima:

Rosenau (1999) define governança como "the regulation of interdependent relations in the absence of overarching political authority, such as in the international system." Na visão institucionalista liberal o objetivo do sistema internacional não seria estabelecer um governo mundial, mas desenvolver práticas que promovam a coordenação internacional, ao mesmo tempo em que mantém o Estado-nação como a forma básica de organização política. A governança econômica global, especificamente, pode ser entendida como uma combinação de organizações internacionais fundamentadas em tratados ou acordos, normas e práticas que têm gerado regras e diretrizes para a gestão da economia mundial.

Algumas das agências centrais nos esquemas de governança global atuais são o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Grupo dos Vinte e a Organização das Nações Unidas. Assim, para efeitos deste estudo, a governança econômica é definida como o conjunto de normas e regulações internacionais que pautam práticas de gestão de populações por meio da economia protagonizadas dentro das unidades do Estado-Nação. Com a progressiva terceirização das funções do Estado dentro do paradigma liberal e o fortalecimento do chamado terceiro setor, e com ele da filantropia, argumento que esta é central em esquemas emergentes de governança econômica.

1.4 ONU - OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM ³⁶) E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS³⁷)

Massivamente, as ações filantrópicas e parcerias público-privadas nacionais e transnacionais apareceram durante a pesquisa a fim de satisfazer as diretrizes abstratas - e assim suas soluções disputadas - dos objetivos do milênio da Organização das Nações Unidas, que vigoraram de 2000 a 2015 e estão compilados em: 1. Acabar com a fome e com a miséria; 2. Educação básica de qualidade para todos; 3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater a AIDS, a malária e outras

³⁶ Ver <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>.

³⁷ Ver <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>> e <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

doenças; 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

A partir de 2015 até 2030, entram em pauta - e aqui lembro especialmente da fala da uma *Program Officer da Fundação Rockefeller* e sua proposta, com seu apoio, vinda de Stanford da criação do quarto setor (a migração do setor privado “for profit” para o setor social “for benefit”, nas palavras de seus propositores) ao longo da conferência do Edge Funders Alliance (e fonte de acirrado debate e contestação), tratada no quinto capítulo deste estudo - os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da mesma organização: 1. Erradicação da Pobreza; 2. Fome Zero; 3. Boa Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de Qualidade; 5. Igualdade de Gênero; 6. Água Limpa e Saneamento; 7. Energia Acessível e Limpa; 8. Emprego Digno e Crescimento Econômico; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das Desigualdades; 11. Cidades e Comunidades sustentáveis; 12. Consumo e Produção responsáveis; 13. Combate às alterações Climáticas; 14. Vida debaixo d’água; 15. Vida sobre a Terra; 16. Paz, Justiça e Instituições Fortes; 17. Parcerias em prol das metas.

Figura 4 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Itamaraty (2016)³⁸

Considero fundamental destacar os objetivos de desenvolvimento sustentável, pois aparecem incessantemente como justificativas e guias para as práticas filantrópicas abordadas ao longo desta pesquisa. Disputa característica do campo, observa-se que as diretrizes da ONU são pautadas na noção de desenvolvimento, enquanto o discurso emergente, ao longo da conferência do Edge Funders Alliance e interação com ativistas e movimentos sociais por eles financiados, coloca ênfase no decrescimento e desinvestimento (D'Alisa, 2016), sobretudo no caso de indústrias extrativistas.

1.5 LEGISLAÇÃO³⁹

No que concerne à questão tributária, citada majoritariamente por minhas interlocutoras e interlocutores como fator fundamental para entender a discrepância de doações no Brasil e nos Estados Unidos, é importante ressaltar alguns pontos.

³⁸ <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>.

³⁹ Ver Anexo D

Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, as organizações filantrópicas são isentas de uma série de impostos⁴⁰. No entanto, no Brasil, as demandas para certificar uma entidade enquanto filantrópica seriam mais rígidas, não permitindo a criação massiva da estrutura de Fundações como nos Estados Unidos⁴¹.

Em 2013, quando iniciei o estudo, já se discutia com grande expectativa por parte do setor filantrópico, acerca do marco regulatório do terceiro setor⁴² - que apareceu na fala de uma série de interlocutores - a fim de pautar parcerias público-privadas e dos governos com o terceiro setor, bem como incentivos e editais públicos para o mesmo. Em 2015, quando foi regulamentado, o setor (nas falas destes sujeitos) se mostrou decepcionado, pois esperava que os benefícios públicos para a área fossem ser ampliados, o que ilustra a centralidade que o financiamento público e o Estado ocupam no Brasil - como demonstrarei em capítulos a seguir.

No Brasil, o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD) é um dos mais baixos do mundo⁴³, variando pelos estados da federação, mas com uma média de 3,86% para herança e 3,23% para doação. Nos Estados Unidos, o imposto chama-se *Estate Tax*⁴⁴, a média fica em 29%; e em 2017, seria cobrado apenas para propriedades combinadas com ativos brutos, antes de taxaço, a partir do valor de \$5,490,000.

Aponta-se que uma das lógicas que pauta a filantropia é a transferência de funções estatais para o terceiro setor e regressiva⁴⁵ cobrança de impostos/taxação (Garfinkle, 2006). Parece lógico que os empresários, milionários e bilionários e mesmo a classe média consigam ver vantagens em investir no setor filantrópico e deduzir os valores do imposto de renda. Nos Estados Unidos, de acordo com o site da Receita Federal⁴⁶, geralmente pode-se deduzir até 50% da renda bruta em doações feitas para organizações qualificadas - há casos em que limitações a 20% e 30% são aplicadas.

⁴⁰ Ver Lei da Filantropia disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm>.

⁴¹ Ver <<https://www.irs.gov/charities-non-profits/private-foundations/types-of-foundations>>

⁴² Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/mrosc>>

⁴³ Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-um-dos-que-menos-tributam-heranca-no-mundo-imp-,1170532>>

⁴⁴ Ver <<https://www.irs.gov/businesses/small-businesses-self-employed/estate-and-gift-taxes>>

⁴⁵ Lembrando que os projetos do The Gospel of Wealth and do Sonho Americano são distintos no seu entendimento da cobrança de impostos e prestação pública de serviços básicos e direitos fundamentais, ver Norton Garfinkle. "The American Dream vs. The Gospel of Wealth. The Fight for a Productive Middle-Class Economy". Yale University Press. 2006

⁴⁶ Ver <www.irs.gov/charities-non-profits/charitable-organizations/charitable-contribution-deductions>

No Brasil, tal dedução é possível apenas em casos específicos, de acordo com leis federais, como a Lei Rouanet⁴⁷ - em que se pode deduzir até 4% para pessoas jurídicas e 6% para pessoas físicas quando o projeto se enquadrar no Artigo 18⁴⁸ e “o apoiador de um projeto enquadrado no artigo 26 poderá deduzir, em seu imposto de renda, o percentual equivalente a 30% (no caso de patrocínio) ou 40% (no caso de doação), para pessoa jurídica; e 60% (no caso de patrocínio) ou 80% (no caso de doação), para pessoa física. Ou ainda, por meio de leis estaduais como a Lei da Solidariedade⁴⁹ e Fundos do Idoso, da Criança e do Adolescente.

Ainda, diversas atividades de responsabilidade social corporativa ganham forma em resposta a resoluções e normas legais, tais como a lei de resíduos sólidos que corresponsabiliza empresas que produzem os resíduos por toda sua vida útil até chegar na reciclagem, por exemplo, programas de eficiência energética da ANEEL, entre outras. As diferenças na flexibilidade das leis do setor filantrópico configuram elemento fundamental para entender a diferença dos universos estudados.

Destaca-se que nos Estados Unidos são feitas muitas doações do patrimônio individual e familiar, enquanto no Brasil tais doações ficam concentradas nas empresas e regimes de isenção fiscal. Lembrando, ainda, que esse quadro jurídico legal é extremamente complexo e uma série de advogados, contadores e *experts* se especializam e estabelecem carreira justamente nesta área.

1.6 VERTENTES FILANTRÓPICAS

Das distintas vertentes com as quais trabalhei neste estudo, em um primeiro momento (durante os três primeiros anos de pesquisa, de 2013 a 2015), teve

⁴⁷ Ver <<http://www.cultura.gov.br/incentivofiscal>>

⁴⁸ Ver <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11501710/artigo-18-da-lei-n-8313-de-23-de-dezembro-de-1991>>: “artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; exposições de artes visuais; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001”.

⁴⁹ Ver <<http://www.fundacaogeracoes.org.br/lei-da-solidariedade/>> e <<http://www.sdstjdh.rs.gov.br/lei-da-solidariedade/>>: “Esta parceria consolida-se com a adoção de projetos sociais elaborados e executados por entidades sociais, bem como o setor produtivo - empresas- que financiam, com utilização de incentivo fiscal oferecido pelo Estado- até 100% do ICMS, que teriam de recolher e 25% com seus próprios recursos”.

centralidade a filantropia *mainstream* ou filantropocapitalismo. Para definir essa vertente, aponta-se ainda nomenclaturas como a filantropia estratégica, investimento social privado, ou “nova filantropia⁵⁰”, todas voltadas às lógicas de mercado. Foi somente no último ano de pesquisa (2016) que entrei no universo da filantropia autodenominada progressista ou de justiça social, com forte protagonismo dos fundos de mulheres.

Meu campo se conformou com estas duas correntes que disputam e se entrecruzam: de um lado, o filantropocapitalismo ou a nova filantropia. Em outras palavras, um modelo que disputa hegemonia, tendo em seus representantes algumas das mulheres e homens mais poderosos e ricos do mundo atual. Esse modelo que se propõe como solução inevitável, métrica, racional, maior e mais funcional do que qualquer caridade - termo utilizado não raras vezes com carga pejorativa por minhas interlocutoras e interlocutores - “simplesmente” baseada em emoções e solidariedade. De outro, a filantropia que se diz progressista e de justiça social, que diz renegar o capitalismo e advoga por causas e soluções diversas - muitas vezes alinhada com o financiamento de ativistas e movimentos sociais, com foco em organizações e soluções locais, com muitas de suas promotoras defendendo uma abordagem feminista a diversos problemas sociais desde a pobreza e o aquecimento global até novas formas de governança⁵¹.

Autores como Keith Hart, Jean-Louis Laville e Antonio David Cattani (2010) sublinham que novos formatos de associativismo, bem como formas de fazer a pluralidade de vozes em distintas sociedades serem ouvidas, são projetos que aparecem em sociedades emergentes, como Brasil, por exemplo, além de China e Índia. Países estes que, por muito tempo, ficaram marginalizados, especialmente durante o auge do neoliberalismo (enquanto fenômeno essencialmente anglófono), que vem sofrendo crises ininterruptas. Entendo não ser à toa que as primeiras

⁵⁰ Categoria êmica.

⁵¹ Ver entrevista com George Marcus, In: Horizontes Antropológicos, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v23n47/0104-7183-ha-23-47-0401.pdf>>: “Existem certas áreas e tópicos, como a que nos interessa, por exemplo, da filantropia e seu caráter mutável, que entra diretamente nos usos e normas de deslocamento de concentrações de riqueza para benefício da humanidade. Esse é um tópico-chave que pode definir a antropologia das elites como um campo, mas o conhecimento antropológico nessa arena é bastante escasso e raramente conectado com o trabalho de campo sobre poderes em outros aspectos. Em geral, eu diria que o estudo das elites, para os antropólogos, encontra menos barreiras por problemas de acesso do que pelo desgosto moral ou ético pelo assunto”.

referências ao filantropocapitalismo emergem em 2008 no contexto do colapso financeiro no norte global.

Os autores atentam ainda para sistemas globais que vêm se estabelecendo desde a segunda metade do século XX, como a internet, por exemplo, e sob o guarda-chuva conceitual de economia humana encontra-se um difuso de práticas alternativas. Algumas delas concernem a este estudo como o terceiro setor e negócios sociais, mas também ideias que são referências dos sujeitos com quem pesquisei, especialmente no caso da filantropia progressista ou de justiça social, como se poderá ver nos capítulos a seguir. Como os autores apontam, “não se trata de celebrar outro movimento do pêndulo do Estado para o Mercado e de volta novamente. É hora de as pessoas terem voz em questões econômicas”. No entanto, o formato e as possibilidades de participação da sociedade civil estão em disputa em distintos contextos. Nos setores sociais e filantrópicos, essas disputas também aparecem e enquanto o Brasil tenta alavancar suas práticas, os Estados Unidos se colocam como potência filantrópica estabelecida.

1.7 FILANTROPIA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Brasil e Estados Unidos são países extremamente desiguais. Embora situado no “norte global”, os Estados Unidos marcam 0.41 no índice Gini do Banco Mundial⁵², enquanto o Brasil marca 0.52, com dados no ano base de 2013. De acordo com esse indexador, que vai de zero a um, o zero representa a perfeita igualdade enquanto o cem representa a perfeita desigualdade. Ainda de acordo com os índices de desenvolvimento mundial dessa instituição, em termos de concentração de renda, nos Estados Unidos, 20% da população mais rica detém 46.4% da riqueza (em termos de lucros/salários e consumo), enquanto os 20% da população mais pobre detém somente 5.1%. No Brasil, os números ficam em torno

⁵² <http://wdi.worldbank.org/table/2.9#> De acordo com o IPEA: “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda.

Disponível em:

<www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>

de 57.4% de riqueza para 20% da população mais rica e 3.3% para 20% da população mais pobre. Cattani (2009) aponta:

Na ausência de forças contrárias ou corretivas, a apropriação privada da produção social resultou em um desmedido processo de concentração de renda. Vários indicadores comprovam essa assertiva, como, por exemplo, o fato de que, em 2005, nos Estados Unidos, a parte recebida pelo 1% mais rico da população representava mais de 50% da riqueza nacional. Os outros 50% eram divididos entre o restante, 99% da população. Essa desproporção não tinha acontecido desde 1929! (CATTANI, 2009: 549).

No imaginário brasileiro, é muito forte a imagem de que os Estados Unidos, como um país de “primeiro mundo” e “desenvolvido”, deve muito da sua potência econômica a figuras e atos filantrópicos, tornando-o assim um modelo que buscam emular. Tanto em reportagens quanto em conversas com interlocutores, os EUA figuram continuamente como referência prioritária na área. Isso faz com que organizações se aliem, profissionais troquem *expertise* e *know how* e, ainda, redes transnacionais sejam tecidas para desenvolver, fortificar e mesmo legitimar práticas de filantropia e gestão.

Meu interesse em pesquisar a filantropia no Brasil e nos Estados Unidos partiu de uma perspectiva comparada. Sendo assim, o desenvolvimento do estudo mostrou os vínculos que existem entre as filantropias dos dois países, isso aparece na estreita correlação e parceria entre atores, seus investimentos e seus projetos.

No ano de 2011, noticiava-se uma pretensa escassez das doações brasileiras e clamava-se por “estímulo fiscal” para aumentar a filantropia no país⁵³. Como parâmetro comparativo, um dos principais jornais do país trazia as cifras estadunidenses destacando o protagonismo do casal Bill e Melinda Gates, que já teria doado vinte e oito bilhões de dólares para filantropia, quase três vezes o valor passível de ser arrecadado no Brasil inteiro no período de um ano⁵⁴.

Em 2014, a Revista Filantropia #68, produzida pelo Instituto Filantropia, apresentava os dados de uma pesquisa realizada em 2012, pela ChildFund Brasil, indicando que “os brasileiros doam mais de 5 bilhões de reais [ou o equivalente a uma média de 2 bilhões de dólares] anualmente para projetos sociais e ambientais”. No entanto, figurava uma completa ausência de dados referentes aos valores

⁵³ <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/863950-estimulo-fiscal-pode-duplicar-filantropia-no-brasil.shtml>> Acesso em: 13 set. 2012.

⁵⁴ <<http://oglobo.globo.com/mundo/com-foco-empresarial-grupo-de-bilionarios-redefine-filantropia-nos-eua-2837637>>. Acesso em: 13 set. 2012.

arrecadados no ano de 2014, no país. E nenhuma menção honrosa aos grandes filantropos do ano rechearam as páginas dessa Revista e das publicações de Institutos voltados à temática (tais como o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS - e o Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE). No site do IDIS, em divulgação da Pesquisa “Por que os investidores sociais brasileiros não divulgam o quanto doam?”, além da comparação com os Estados Unidos, já aparece a “incipiente cultura da doação no Brasil” como justificativa:

O jornal quinzenal “The Chronicle of Philanthropy” faz, todo ano, uma lista das maiores doações feitas publicamente por norte-americanos. Considerando apenas as maiores de 1 milhão de dólares, foram doados U\$ 9,6 bilhões em 2013. No Brasil, esses números são desconhecidos - aqui, não se sabe quanto, ou mesmo se os detentores de grande fortuna doam a causas sociais. Para entender essa realidade, o IDIS convidou quatro especialistas para comentar. Entre os pontos em comum observados, eles indicam a necessidade de criar uma cultura de doação (ainda incipiente no Brasil, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos) e a importância de falar publicamente sobre doações para inspirar outras pessoas⁵⁵.

Ainda nesta reportagem, a Diretora de uma Associação apontava: “Nos Estados Unidos, declarar a doação é algo positivo e valorizado. As pessoas doam para inspirar e também para serem reconhecidas e admiradas. No Brasil, a admiração está apenas no ato de ganhar, e não no ato de doar. Os valores são diferentes. ” Eis que em 10 de dezembro de 2014, Warren Buffet, *chief executive officer* (CEO) da Berkshire Hathaway, ganhava as páginas de diversos sites na internet como “o homem mais generoso do mundo”, tendo feito o que foi considerada a “maior doação de caridade do ano, US\$ 2,1 bilhões [cerca de R\$ 5,5 bilhões], para a Fundação Bill e Melinda Gates”, de acordo com o *ranking* da Wealth-X⁵⁶. Ou seja, Warren Buffet teria superado sozinho, em quase três vezes, o valor supostamente arrecadado no Brasil. E a lista dos dez maiores filantropos e filantropas⁵⁷ - segundo a Wealth-X - seguia com nomes de outros sete estadunidenses e dois chineses.

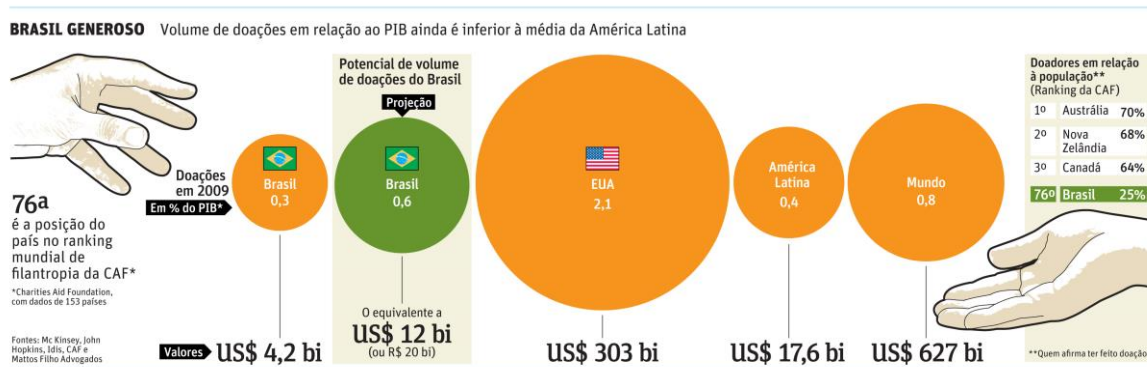
⁵⁵ Disponível em: <<http://idis.org.br/por-que-os-investidores-sociais-brasileiros-nao-divulgam-o-quanto-doam/>> Acesso em: 11 dez. 2014.

⁵⁶ De acordo com o site da firma, a Wealth-X é uma empresa focada em trabalhar a rede de pessoas muito ricas, detendo informações sobre suas famílias, biografias, interesses, etc.: “Wealth-X is the world’s leading ultra high net worth (UHNW) intelligence and prospecting firm with the largest collection of curated research on UHNW individuals, defined as those with net assets of US\$30 million and above”. Ver:

<www.wealthx.com/articles/minisite-post/buffett-makes-largest-charitable-donation-of-2014/>; <epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/12/warren-buffett-e-o-homem-mais-generoso-do-mundo.html>; <www.cnn.com/id/102254417>; <news.morningstar.com/all/market-watch/TDJNMW20141210238/10-biggest-charitable-donations-of-2014.aspx> Acessos em: 11 dez 2014.

⁵⁷ Ver <[ranking: www.wltz.com/story/27590182/wealth-x-reveals-the-largest-philanthropic-donations-of-2014](http://www.wltz.com/story/27590182/wealth-x-reveals-the-largest-philanthropic-donations-of-2014)>

Figura 5 - Ranking Filantropia



Fonte: Folha de São Paulo, 21 de janeiro de 2011

De acordo com a matéria da Folha de São Paulo, o Brasil, “pouco generoso”, teria arrecadado no ano de 2009 cerca de 4,7 bilhões de dólares em doações, o equivalente a 0,3% do PIB, tendo sido ranqueado em 76º lugar no *ranking* do *World Giving Index* da *Charities Aid Foundation* (CAF)⁵⁸. Enquanto isso, os Estados Unidos arrecadaram 303 bilhões de dólares, o equivalente a 2,1% de seu PIB, liderando o mesmo *ranking*. Sendo assim, nos anos seguintes, o país se manteve no topo do *ranking* enquanto o Brasil decaía da 76ª para a 85ª posição, em 2011; após passou para a 91ª, em 2013.

Em 2014, os Estados Unidos cairiam para a segunda posição - perdendo a liderança para Myanmar - e o Brasil fecharia emplacando a 90ª posição no *ranking*. No ano de 2015, os EUA se mantiveram na segunda posição, com Myanmar na primeira, e o Brasil cairia para a 105ª posição. Em uma reviravolta surpreendente, o Brasil subiria em 2016 para a 68ª posição, uma colocação nunca antes alcançada no *ranking* internacional da CAF.

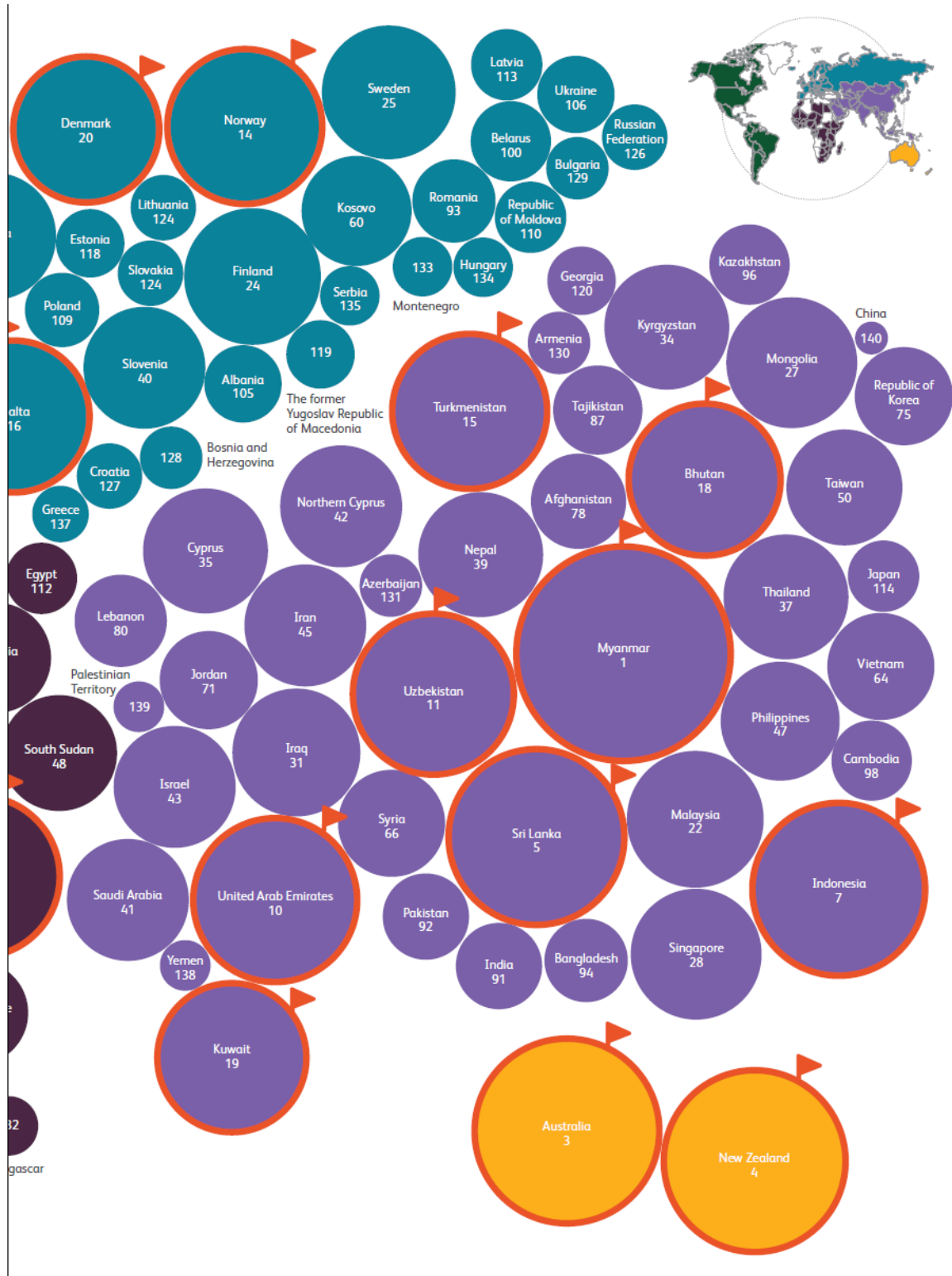
⁵⁸ <www.cafonline.org>

Figura 6 - Bubble Map - World Giving Index 2016



Fonte: Charities Aid Foundation (CAF)

Figura 7 - Continuação



Fonte: Charities Aid Foundation (CAF)⁵⁹

⁵⁹ <<https://www.cafonline.org/about-us/publications/2016-publications/caf-world-giving-index-2016>>

A partir destes dados e de uma série de inquietações acerca não somente dos valores doados, mas dos imaginários e disputas que cercam as práticas filantrópicas, mostrou-se interessante, no sentido bourdieusiano⁶⁰ do termo, lançar um olhar antropológico para as práticas e discursos presentes no universo da filantropia brasileira e estadunidense. Lembrando a proposta do autor de por meio da análise [sociológica] buscar entender a razão pela qual os atores fazem o que fazem, e assim dar sentido a um composto difuso de práticas a partir de “um princípio único ou um conjunto coerente de princípios” abandonando um olhar ingênuo e postulando que “os agentes sociais não realizam atos gratuitos”, esta pesquisa se voltou a entender por que se faz ou não filantropia, como ela é feita em diferentes contextos, o que pretendem os atores que protagonizam a sua prática e qual o seu papel frente a injustiças sociais.

Para tanto, a análise de Bourdieu sobre o interesse no desinteresse perpassa as análises elaboradas dialogando com a obra seminal de Marcel Mauss acerca da dádiva. A tríade “dar, receber e retribuir” maussiana que, como explica Chanial (2008: 43), inicia, mantém e apazigua as relações ganha agora um quarto elemento para torná-las perenes: *fidelizar*. A filantropia aparece então como elemento central dessa fidelização nas relações entre pares e entre distintas camadas da sociedade, seja ela na sua vertente corporativa, de famílias ou individual.

Tendo delineado neste primeiro capítulo as separações entre atos caritativos e filantropias, definido investimento social privado e governança econômica, prossigo analisando a historicidade das práticas filantrópicas no Brasil e nos Estados Unidos. Para isso, elaboro uma breve genealogia dessas práticas atentando para tradições religiosas, econômicas e políticas no capítulo a seguir.

⁶⁰ “...a noção de interesse primeiro se colocou para mim como um *instrumento de ruptura* com uma visão encantada, e mistificadora, das condutas humanas” (BOURDIEU, 1997: 137).

CAPÍTULO 2 - É DANDO QUE SE RECEBE: FILANTROPIA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS. GENEALOGIAS

Por definição, os fatos sociais são inesgotáveis(...). E fora da história não haverá compreendê-los, nem total nem parcialmente.
Vianna Moog (1957, p.95).

A fim de contextualizar os cenários nacionais estudados, traço breves genealogias da filantropia nos Estados Unidos e no Brasil. Não o faço inteiramente nos termos de Foucault, pois, como define o autor, uma “genealogia demanda uma implacável erudição”. Não tenho essa pretensão. No entanto, a elaborei nos termos em que ela “requer paciência e conhecimento de detalhes e depende de vasta acumulação de materiais fonte (...), não se opõe à história (...) e se opõe à busca de origens”. Ainda, analisando eventos que parecem relevantes na construção e conformação do que está sendo hoje disputado em termos de práticas e de discursos filantrópicos.

2.1 FILANTROPIA, TERCEIRO SETOR E FILANTROCAPITALISMO NOS EUA

“Calvino exprobra a caridade e a pobreza”.
Vianna Moog (1957, p.90)

A prática filantrópica nos Estados Unidos remete a práticas indígenas e a ideários beneficentes dos colonizadores, passando por estágios de benevolência e caridade e, posteriormente, da filantropia iluminista de cunho racional. Também ajudou a construir a infraestrutura do país. O termo terceiro setor, por sua vez, surge somente na década de 70 e aparece como um termo guarda-chuva para definir organizações estruturadas fora do aparato estatal, não destinadas a distribuir lucro para diretoria e acionistas, autogovernadas e com esforço voluntário (Fernandes, 1994). A seguir, os contornos deste histórico são demarcados.

2.1.1 Religião e Moral

Historiadores da filantropia norte americana⁶¹ apontam suas práticas desde o período colonial, na doação por parte de grupos nativos e mesmo nos relatos de

⁶¹ Para uma cronologia e história mais detalhada da filantropia estadunidense ver também <<http://historyofgiving.org/>>

colonizadores. Peter Dobkin Hall (2006) aponta uma sobreposição entre o público e o privado nessa etapa, sem a identificação de focos de grandes fortunas e indivíduos milionários (Bremner, 1960).

As dimensões da religião, da moral e de uma espécie de darwinismo ou spencerianismo social embasam discursos e práticas filantrópicas. Desde seus primórdios, a prática filantrópica aparece associada à ideia - descontextualizada e despolitizada - de que as pessoas que necessitam de auxílio, estão em tal condição por serem mais fracas, menos aptas e, portanto, dignas de ajuda dos mais fortes. Tal construto aparece tanto para filantropos que consideram suas fortunas dádivas divinas - especialmente na doutrina calvinista e central na ética protestante⁶² - quanto para aqueles que veem no trabalho árduo e na superação individual sua fonte de riqueza - noção expressa no mito norte-americano do *self-made men e self-made woman*, bem como do sonho americano. Argumento que tanto a ética e a moralidade protestante, especialmente em períodos anteriores à separação do Estado e da igreja⁶³, quanto esses mitos estadunidenses de igualdade de oportunidades são fundamentais para entender a filantropia no país.

Promotores de reformas sociais e morais influenciaram os modelos de filantropia nos Estados Unidos. Refiro-me a uma pluralidade de modelos presentes até as disputas contemporâneas, pois Bremner (idem) já aponta a presença do que chama de filantropos e filantropas⁶⁴ conservadores e reformistas.

O historiador Peter Dobkin Hall (idem), assim como interlocutores em campo, indicam o caráter de “invenção”, ou “construto social”, das categorias terceiro setor ou setor sem fins lucrativos ou não governamental. Hall (idem) indica que estes são neologismos “cunhados por economistas, advogados e cientistas políticos nas décadas que se seguem à Segunda Guerra Mundial, como parte de um esforço para descrever e classificar o domínio organizacional em termos de impostos, políticas e regulações⁶⁵”.

⁶² Ver Weber, Max. A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

⁶³ De acordo com Bremner, essa separação começa a ganhar forma no final do século XVII e início do século XVIII. “p. 9 - William Penn (1644 - 1718) Pennsylvania - Quackers, separação do Estado e da igreja - also saw “class distinction [as] an essential part of the divine order”.

⁶⁴ Especialmente em contextos de guerra, quando homens são chamados às trincheiras e mulheres a ocuparem espaços públicos e de cuidado).

⁶⁵ Do original: “The terms *nonprofit sector* and *nonprofit organization* are neologisms. Coined by economists, lawyers, and policy scientists in the decades following World War II as part of an effort to describe and classify the organizational domain for tax, policy, and regulatory purposes, the meaning varies depending on the identity and intentions of the user.

No entanto, o historiador aponta que os termos nunca foram extremamente precisos - algum o é? - e que “varia dependendo da identidade e intenções dos usuários”. No caso, se utilizamos essas classificações do primeiro setor ou Estado/Governo, segundo setor ou setor privado e terceiro setor ou setor não lucrativo e não governamental (como as organizações não governamentais, ONG’s), percebemos que, historicamente, a filantropia está justamente no interstício das mesmas, em que essas fronteiras são extremamente borradas e permeáveis.

Robert Bremner (idem), ao escrever sobre a filantropia nos Estados Unidos, divide sua história: no período da chegada dos Europeus ao “novo continente” até as atividades coloniais (século XVII, meados do século XVIII); no “humanitarismo religioso e revolucionário” (meados do século XVII a meados do século XIX); “benevolência na jovem república”, obras “santas” e filantropias no período da guerra civil (ainda em meados do século XIX); a filantropia científica (no final do século XIX e início do século XX, com destaque para a inserção da lógica dos negócios ou *business* por Andrew Carneggie⁶⁶ e John D. Rockefeller). Ainda, o “business da benevolência e a indústria da destruição (compreendendo o período da Primeira Guerra Mundial, chegando a meados do século XX com desenvolvimentos tecnológicos e suas repercussões nas indústrias, passando pela grande depressão e o New Deal); a filantropia como excedente, tanto em sua origem quanto em seu fim, focando não na redução da desigualdade social, mas na promoção de “pesquisas de ponta”, novas tecnologias e educação (no período que precede e durante a Segunda Guerra Mundial). Chegando por fim a décadas mais recentes, entre os anos sessenta e oitenta em que reformas tributárias são executadas por meio do “Tax Reform Act⁶⁷”, regulamentando e aumentando as possibilidades de isenções fiscais para o setor. Já a partir da década de setenta, entram em foco as doações domésticas e internacionais, além das parcerias público-privadas.

É interessante observar que, seguindo a linearidade histórica de Hall e de Bremner, o acúmulo e concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas parece acompanhar a história da filantropia norte-americana, visto que apontavam uma ausência de grandes fortunas quando do período colonial da região. Quanto mais a riqueza acumula na mão de um número cada vez menor de pessoas, a

⁶⁶ Ver *The Gospel of Wealth*

⁶⁷ Michael Edwards(2008, p.22) nota que o termo “Venture Philanthropy” teria sido usado pela primeira vez por John D. Rockefeller em 1969 no contexto das audiências que antecederam o Tax Reform Act.

filantropia vai se fortalecendo e ganhando espaço como dispositivo moral, o qual legitima a desigualdade, seja pela lógica religiosa e/ou meritocrática⁶⁸.

Percebe-se, no bojo da história da filantropia norte-americana narrada por esses historiadores, a supremacia do pensamento do homem branco religioso colonizador e o silenciamento de conhecimentos dissidentes⁶⁹, disputa até hoje marcada em campo. Uma das primeiras figuras citadas pelos autores é Cotton Mather, no final do século XVII e início do século XVIII. Ministro protestante, filho de pais puritanos, seu pai Presidente de Harvard e ele mesmo um dos fundadores de Yale, Mather aparece como uma das figuras comandantes da filantropia norte americana - embora mais lembrado por ter sido o acusador e forte promotor dos julgamentos de Salem que resultaram na detenção de centenas de pessoas e morte de dezenas.

Destaca-se que, se o tempo é circular e a história dá voltas, parece interessante revisitar esse momento da imposição de certos saberes e dogmas, bem como de regimes políticos. Pertinente lembrar, então, a alusão feita por uma série de estudiosas e estudiosos da filantropia norte-americana (ver Maurer, 2012) ao desenvolvimento de uma espécie de “feudalismo moderno” na economia política estadunidense ou a *noblesse oblige* aristocrata.

Para Maurer (2012), o capital filantrópico é diferente de formas precedentes de privatização das funções sociais, pois enquanto os Estados organizavam a vida econômica, ao menos parcialmente fora da lógica de mercado, a privatização coloca o lucro à frente da provisão do estado social:

Isto está acontecendo. Mas o deslocamento de alguns papéis do Estado por atores filantrópicos pode ser diferente pela natureza, pelo menos em alguns casos, da dádiva. Quando a *venture philanthropy* não demanda uma parte nos resultados das empresas [sociais], teria reinventado um feudalismo dos dias modernos, a *noblesse oblige* dos lordes (e sua magnífica riqueza), evitando qualquer desejo que possam ter em lucrar com esses empreendimentos? (MAURER, 2012: 425)

Quanto à prática filantrópica no “novo mundo”, Bremner (idem) indica que a filantropia na América tem em suas raízes a ação indígena⁷⁰, bem como a influência direta da filantropia Europeia no período de colonização. O projeto civilizador europeu e a domesticação da chamada “natureza” parecem estar no bojo da ação

⁶⁸ Ver Weber e Boltanski

⁶⁹ Ver <<http://computo.ceiich.unam.mx/webceiich/docs/libro/Investigacion%20Feminista.pdf>>

⁷⁰ Rever o estudo de Mauss sobre potlatch, dádiva e indígenas no noroeste americano.

filantrópica norte-americana. O autor ainda destaca que os esforços coloniais clamavam ter uma “motivação filantrópica”: desde a questão religiosa de cristianização de indígenas, passando pela assistência a pessoas pobres em termos de terra e trabalho e chegando ao que o autor define como “o selvagem a ser suprido com as instituições da civilização⁷¹”. Acrescenta-se que estes elementos de religiosidade, disciplina, trabalho, mérito e o discurso civilizatório ainda estão fortemente presentes no cenário da filantropia contemporânea.

Em contraposição ao modelo da caridade católica cristã encontrado no Brasil, podemos pensar também em distinções, no caso, em termos da própria colonização, pois é quase senso comum o fato de que a colonização norte-americana buscou ter comunidades melhores do que as de origem na Europa, um modelo praticamente contrário ao da colonização portuguesa no Brasil (MOOG, 1957). É dito que John Winthrop (1588 - 1649) teria pregado a bordo do navio “Arbella” em direção ao novo mundo “A Model of Christian Charity”, ainda não o modelo filantrópico científico, mas ligado ao amor à humanidade e à benevolência, uma espécie de código de conduta para cristãos na nova terra.

Vianna Moog, em sua obra *Bandeirantes e Pioneiros*, mais especificamente no capítulo *Ética e Economia*, diferencia a ética protestante calvinista anglo-saxã nos Estados Unidos da ética católica renascentista no Brasil, remetendo também ao argumento weberiano da ética protestante e o espírito do capitalismo moderno. O autor, sobre a fórmula da causalidade econômica marxista questiona: “Não teria influído na marcha das duas civilizações a circunstância de haverem sido protestantes calvinistas os primeiros povoadores dos Estados Unidos e católicos renascentistas os primeiros povoadores do Brasil?” Para Moog, assim como para Weber, a estrita ética protestante, fundamentada nas noções de vocação e ascese que ligam a vida religiosa, moral e uma economia baseada no lucro na igreja reformada seria responsável pelo despontar da nação norte-americana enquanto potência capitalista moderna:

Aquele que tem o bastante para satisfazer suas necessidades e não obstante trabalha sem cessar para adquirir riquezas - comenta um escolástico do século XIV - "seja com o fim de obter uma posição social mais alta, seja para subseqüentemente poder viver sem trabalhar, seja para que os filhos venham a ser homens de riqueza e importância - em todos esses casos é impelido por condenável avareza, sensualidade ou orgulho. “

⁷¹ Tradução minha. Do original “a wilderness to be supplied with the insitutions of civilization” (p.7)

E dizer que, quando esta doutrina era pregada e universalmente aceita, o mundo ocidental estava apenas a dois passos das doutrinas de Calvino, segundo a qual a melhor maneira de ser agradável a Deus é acumular riqueza! (MOOG, 1957, p.81)

O autor traz ainda elementos da conquista e colonização, imagem e símbolo, fé e império, desnaturalizando e descentrando da raça, do físico, do evolucionismo spenceriano, do positivismo comtiano, do materialismo dialético marxista (assim como Weber - no caso do carvão estadunidense e o surgimento da indústria a vapor no século XIX) e da geografia tais diferenças.

E com todo o carvão da terra somado ao protestantismo e ao apetite aquisitivo, nunca teriam realizado a civilização que realizaram, se a geografia e a biologia, a ecologia e a hidrometria, de um modo ou de outro modo, não tivessem cooperado para esse resultado... Impossível, portanto, endossar as interpretações mecanicista, ou geofísica, ou econômica, da história. História é vida e a vida, antes de ter causas, tem passado (MOOG, 1957, p.95).

Além da centralidade da religião na lógica econômica capitalista, Moog atenta para a reforma religiosa e o princípio das nacionalidades - trazido neste estudo no escopo comparativo:

Os teóricos do princípio das nacionalidades e do capitalismo, êsses são invariavelmente protestantes. Protestantes ou judeus. Êles é que, opondo nacionalismo a universalismo, estabelecem também o divisor de águas entre a economia medieval e a economia moderna. (...). Cifra-se apenas em reconhecer que há mais compatibilidade doutrinária entre protestantismo e nacionalismo, ou entre protestantismo e capitalismo, do que entre capitalismo e catolicismo, ou entre catolicismo o nacionalismo (MOOG, 1957, p.87).

Retomando a noção de filantropia enquanto dispositivo moral, outro fator importante que acompanha a sua história nos Estados Unidos é o caráter conciliatório, de coesão e de controle social⁷² (NADER, 2011), que também aparecerá ao longo do campo de pesquisa no Brasil. Bremner (1960) indica que para Mather “fazer o bem era uma boa política, um instrumento moderado, mas efetivo de controle social. O exemplo piedoso, liderança moral, esforço voluntário e

⁷² Ver, por exemplo, Patricia O’Toole em seu texto “Why millionaires should not be shot” in “Money and Morals”.

caridade privada eram os meios pelos quais os interesses conflitantes e em competição na sociedade seriam colocados em harmonia⁷³ (p.13).

Outro nome central para pensar a filantropia estadunidense é Benjamin Franklin, que aparece como figura representativa do Iluminismo. Franklin teria introduzido um espírito secular nos trabalhos filantrópicos retirando a ênfase da piedade e caridade individual a fim de tentar ampliar o que é comumente chamado de *self-help*, (KOHL-ARENAS, 2016) ou o crescimento individual por meio de oportunidades, ideia central do *ethos* do sonho americano.

Os nomes e figuras da filantropia norte-americana são muitos, nem mesmo Bremner (idem) se propôs a fazer um catálogo ou enciclopédia sobre o assunto. Para destrinchar ideias centrais, pode-se pensar também em Alexis de Tocqueville (1969), que escreve sobre a democracia na América e o associativismo civil. O pensador parece ter se impressionado com os valores morais da América e achava que no país não haveria uma raça de homens ricos, além da incerteza do *status* de riqueza em uma sociedade “democrática” (BREMNER, p.41). Também, acreditava que os valores e princípios da sociedade atendiam melhor aos interesses da classe média e das classes mais baixas e recriminavam o consumo conspícuo (VEBLEN, 1994). Dentro dos ideais e mitos do país, desde o século XVIII aparece a ideia, repetida por minhas interlocutoras e interlocutores, de que seria uma maldição deixar uma fortuna para os filhos. Estes, dentro da ética protestante e do ideal meritocrático individual, devem batalhar nessa terra de oportunidades⁷⁴ para alcançarem suas riquezas e bênçãos.

Andrew Carnegie, por sua vez, no século XIX, deixa de ver a riqueza como uma ordem divina como o faziam os filantropos do período colonial até quase o final do século XIX. Ele atribuía a “eminência da classe milionária [por volta de 1890 quando Tocqueville em 1835 não identificava uma classe de milionários] à habilidade de sobrevivência e triunfo na luta competitiva”. De acordo com Bremner, para Carnegie:

⁷³ “...Doing good was sound policy, a mild but effective instrument of social control. Pious example, moral leadership, voluntary effort, and private charity were the means by which competing and conflicting interests in society might be brought into harmony”.

⁷⁴ Há uma série de estudos que alegam que a América falhou em longo prazo e vem falhando em cumprir a promessa do sonho americano a classes mais baixas. Ver, por exemplo, Robert Putnam, *Our Kids: The American Dream in Crisis*.

O milionário, um produto da seleção natural, era mais um agente do público, das forças da civilização, do que um servo de Deus. A administração fiduciária recai sobre o homem de riqueza porque ele era o mais apto a exercê-la. No seu exercício, ele era responsável apenas por sua própria consciência e seu julgamento do que era melhor para a comunidade⁷⁵ (CARNEGGIE apud BREMNER, 1960, p.101).

Dessa forma, a tônica dada não é na provisão social e redução de injustiça, mas sim em investimentos a critério do doador. Essa lógica vai sendo emaranhada de elementos de controle social e governo de populações mais pobres, em escala praticamente global, do que passa a ser praticado por fundações bilionárias na era do filantropocapitalismo.

2.1.2 Filantropocapitalismo

Alguns livros publicados no ano de 2008 discutem uma nova abordagem no universo filantrópico: o filantropocapitalismo. Um deles, intitulado “Filantropocapitalismo. Como a doação (ou os ricos) pode salvar o mundo”, foi escrito pelo jornalista e autodenominado “*social progress expert*” Mathew Green. De acordo com o prefácio do livro, este trata da “renascença da doação e da filantropia, liderada pelos criadores de riqueza mais bem sucedidos do mundo. Filantropocapitalismo descreve como eles doam, aplicando técnicas e modos de pensar do mundo dos negócios a sua filantropia. Também descreve o crescente reconhecimento de líderes do capitalismo de que doar [*giving back*] muito de sua fortuna para melhorar a sociedade é tanto parte do sistema quanto fazer dinheiro⁷⁶”.

Outro livro, intitulado “Just Another Emperor? The myths and realities of Philanthropcapitalism” foi escrito por Michael Edwards que, de acordo com sua página na internet⁷⁷, trabalhou em posições administrativas sênior na Oxfam, Voluntary Services Overseas, Banco Mundial e Ford Foundation. De acordo com o autor, “Um novo momento está surgindo, que promove salvar o mundo

⁷⁵ Tradução minha, do original “The millionaire, a product of natural selection, was an agente of the public, of the forces of civilization, rather than a servant of God. Trusteeship devolved on the man of wealth because he was fittest to exercise it. In the exercise of his trust he was responsible only to his own conscience and judgement of what was best for the community”.

⁷⁶ Tradução minha. No original: “about the renaissance of giving and philanthropy, led by the world’s most successful wealth creators. Philanthropcapitalism describes how they give, by applying business techniques and ways of thinking to their philanthropy. It also describes the growing recognition by the leaders of capitalism that giving back much of their fortune to improve society is as much a part of the system as making the money in the first place”.

⁷⁷ Disponível em: <[http://sv.cyclopaedia.net/wiki/Michael_Edwards_\(academic\)](http://sv.cyclopaedia.net/wiki/Michael_Edwards_(academic))> e <opendemocracy.net/article/globalisation/visions_reflections/philanthropcapitalism_after_the_goldrush>

revolucionando a filantropia, fazendo organizações sem fins lucrativos operarem como negócios, criando novos mercados para bens e serviços que beneficiam a sociedade⁷⁸.

Em um artigo publicado em 2006, no “The Economist”, intitulado “O nascimento do Filantropocapitalismo”, o subtítulo “os novos filantropos líderes se veem como investidores sociais” já articulava a tendência de investimento social, desenvolvida na intersecção dos setores privado e terceiro setor.

É também neste contexto que ganha força o Libertarianismo⁷⁹. Emanando do Vale do Silício - e veja-se a etnografia de Marc Abélès (2012) na região, que mostra como as elites do Vale percebem-se como o centro do mundo, de onde lançam suas práticas e ideias para esferas transnacionais - o Libertarianismo, apesar de não estar embasado em filosofias políticas densas, mobiliza o *lobbying* e o imaginário do mundo tecnológico. Baseado na ideia de supremacia do indivíduo e das liberdades individuais, a doutrina política libertária ainda não está clara, mas prega muitos dos ideários liberais como a premissa da não interferência nas liberdades individuais e, sobretudo, a austeridade dos governos, ou sua não influência nos mercados, sendo entendidos (os governos amplos) como inapropriados e cerceadores destas liberdades.

Didier Fassin indica (em notas de rodapé) em sua obra “A Companion to Moral Anthropology” que as discussões liberais acerca das obrigações e pobreza global devem ser entendidas no contexto das pluralidades encontradas nas democracias liberais, que teriam superado discussões universalistas encontradas no comunitarianismo e libertarianismo - embora encontremos estas últimas vivas em grupos marcados pela multiculturalidade, também apontada pelo autor. Fassin aponta ainda que:

Um legado histórico foi forjado por meio de uma complexa imbricação da feição de mitos anistóricos e apropriação descontextualizada: de interpretações particulares do preceito de autointeresse de Adam Smith ao cruzamento ideológico de maximização e liberdade de Milton Friedman, da contenção de que o capitalismo é o único sistema moral verdadeiro de Ayn

⁷⁸ Tradução minha. No original: “A new movement is afoot that promises to save the world by revolutionizing philanthropy, making non-profit organizations operate like business, and creating new markets for goods and services that benefit society. Nick-named “philanthrocapitalism” for short, its supporters believe that business principles can be successfully combined with the search for social transformation”.

⁷⁹ Ver David Boaz. Libertarianism. Ver também <<http://www.thedailybeast.com/articles/2015/12/31/the-myth-of-silicon-valley-libertarianism.html>> e <<http://www.libertarianismo.org/>>

Rand a economia de Regan e Thatcherismo, de abordagens evolutivas no projeto de desenvolvimento ao libertarianismo.

Considero de extrema relevância esta premissa no contexto do Filantropocapitalismo, uma vez que este também emana da região e parece estar alinhado com este ideal. As elites do Vale do Silício, como já aponta Bill Maurer, em contraposição com as elites da filantropia tradicional norte-americana que investiram em infraestrutura para a geração de sua própria riqueza, agora investem em tecnologia, e devemos pensar que infraestrutura é essa que está sendo financiada via filantropia, projetada em um futuro cujas previsões consideram que os dados serão o próximo petróleo⁸⁰.

Na próxima seção, apresenta-se uma análise do contexto nacional que a filantropia encontra no Brasil. A partir da centralidade do Estado e negociações com governos locais, proponho o conceito de filantroestatismo em contraposição com o pretense distanciamento da elite norte-americana e seus governos na abordagem filantropocapitalista.

2.2 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS), TERCEIRO SETOR E FILANTROESTÁTISMO NO BRASIL

Se a mobilização da razão e da ciência pelo homem Iluminista no século *das luzes* dá novo fôlego à prática da ação filantrópica, seus ideais de progresso e reforma são por vezes diretamente ligados ao Despotismo Esclarecido em alguns Estados da Europa Continental (Norton, 2005; Sanglard, 2005).

Com referência ao trabalho de Raymundo Faoro, é possível traçar e entender a formação do Estado brasileiro e sua estrutura de estamento-patrimonial que sufoca a nação - e o será referido por meus interlocutores em campo, precisamente naquilo que diferiria do Estado norte-americano. Nessa mesma chave analítica, de recuperação do legado da colonização portuguesa no Brasil, é possível compreender os moldes da (escassa) filantropia à brasileira.

No modelo apresentado por Faoro, “O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos”. Parece que não há muito

⁸⁰ Ver <<http://www.lse.ac.uk/website-archive/newsAndMedia/videoAndAudio/channels/publicLecturesAndEvents/player.aspx?id=3068>>

de novo até aqui. Talvez a novidade seja a lógica do *management* e essa espécie de *filantropia científica* que cruza dirigentes políticos, empresariais e os deságua no chamado terceiro setor. É possível observar, ao longo desse estudo, como essa imposição de padrões segue sendo reproduzida, como ocorre e, ainda, como disputa espaço.

O autor, ainda ao tratar das *elites*, ressalta essa disputa pelo poder ao mesmo tempo em que deixa clara sua necessária vinculação à estrutura estatal como forma de manutenção e mesmo condição *sine qua non* de existência:

A classe dirigente, a elite ou a classe política seria, desta sorte, um produto destilado por qualquer sistema, sistema aristocrático ou democrático, com os caracteres dependentes do solo que a gerou. Seria, se melhor aprofundada a análise, uma excrescência do mecanismo representativo, distorção necessária do exercício da soberania popular, perecível sempre que reivindicar autonomia social e independência política (FAORO, 2001: 110).

Informa-se que, ao retomar as referências lusitanas, ao tratar do Iluminismo Filantrópico de Pina Manique em Portugal – o que possivelmente seja uma chave explicativa preciosa para a prática filantrópica no Brasil - José Norton (2005) indica que este “corporizava o modelo idealizado pelo ministro de D. José para a elite de poder que devia protagonizar o ‘despotismo esclarecido’ (...). Avançado em muitos aspectos, era contudo e naturalmente um conservador em política, um defensor encarniçado do Trono e do Altar”. O autor vai mais além:

A criação da Casa Pia da qual a rainha o encarregou foi a oportunidade de pôr em prática entre nós o chamado “iluminismo filantrópico” que se espalhava pelas outras cortes da Europa (...). Pina Manique [que viveu entre os séculos XVIII e XIX] quando mais tarde lhe começaram a cercear os meios financeiros para manter a Casa Pia, reafirmaria um aspecto fundamental da acção assistencial que para ele não tinha dúvida: “as casas idênticas que há pela Europa [...] são entretidas à custa da Fazenda do Estado”. Para ele, a recuperação dos que se desviavam do bom caminho, a assistência aos indigentes, órfãos e desocupados era dever do Estado e os encargos que daí resultavam por este deviam ser suportados (NORTON, 2005: 126).

Quando entram em disputa premissas neoliberais, lembrando que, neste contexto, são tomadas pelos carâteres de minimização das funções do Estado, privatizações - ou o reforço do setor privado na economia - mercados abertos e desregulamentação nos gastos do Governo, o Terceiro Setor parece surgir como arena ideal a tentar descolar-se do Estado e onde deverão passar a serem

exercidas funções que antes nele e em seus agentes concentravam-se, tais como a prestação de serviços e a elaboração de políticas públicas. No entanto, no Brasil, observa-se ainda que as ações podem ser administradas por empresários, profissionais liberais e agentes de ONGs, mas o dinheiro colocado no chamado Terceiro Setor ou para os beneficiários da *filantropia* ainda é buscado massivamente junto aos governos.

Na esteira das discussões acerca das noções de democracia, cidadania, ajuda ao próximo e a centralidade da doutrina católica no Brasil - e observe-se o paralelo com o período colonial norte-americano - Escorsim (2008) aponta que “O homem como ser social por essência justificava a naturalização destas relações [de amizade do homem com outro homem], considerando ainda que a igualdade e a democracia fossem devidas àqueles que tinham o *status* de cidadãos”.

A autora ainda destaca acerca da noção de estamento e religiosidade - observado nas estruturas de poder e governo da sociedade brasileira - que a ajuda ao próximo nascida no interior da sociedade civil “foi historicamente referendada pela Igreja Católica que, durante um longo período histórico, alicerçou as condutas morais de seus seguidores na caridade e amor ao próximo, ainda que em um contexto europeu dividido por estamentos sociais rígidos, determinantes da ocupação das classes naquelas sociedades”.

No Brasil, Escorsim argumenta que a filantropia e a assistência social, desde o século XVIII, “associavam-se intimamente às práticas de caridade”. A autora demonstra que essas iniciativas partiam de instituições religiosas no país, “sob o prisma da herança moral cristã” reconhecendo o papel das Santas Casas de Misericórdia. Mais tarde, as primeiras damas passam a ter forte influência no setor, especialmente no século XX, com a criação da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no governo de Getúlio Vargas e presidida pela Senhora Darcy Vargas. A moral privada, dentro de uma lógica conservadora - e não a ética social e pública - engendra então a prática filantrópica. Assim, como indica Escorsim:

Neste sentido, é que os conservadores pretendem agir (e agem) modelando a atenção àqueles mais cravados pela destituição, desapropriação e exclusão social, organizando atividades que vinculam as relações de classe, sob a égide do favor transclassista, do mais rico ao mais pobre, com a vinculação do reconhecimento da bondade do doador pelo receptor (...). O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial (...). Neste modelo, a assistência social é

entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais.

No entanto, argumento que esse apagamento da linguagem dos direitos não se restringe ao cenário nacional, fazendo-se presente especialmente nas vertentes prático-discursivas transnacionais do filantropocapitalismo e investimento social privado - talvez em contraposição ao discurso da filantropia progressista ou de justiça social.

2.2.1 Filantroestatismo

Assim como Faoro, diversos outros autores se dedicaram e se dedicam a trabalhos minuciosos e brilhantes sobre o Brasil, como José Murilo de Carvalho (2002), Sérgio Buarque de Holanda (1995), Ruben George Oliven (1997, 2006, 2009) e Elisa Reis (2004), ao mostrar a construção do Estado e da nação, do povo e das identidades brasileiras, na conjunção sempre presente das elites e dos governos. A centralidade do papel do Estado, no caso, que argumento perseverar até os dias atuais, também está traçada em uma leitura histórica da realidade brasileira, constituindo, assim, um dos elementos fulcrais daquilo que podemos pensar como uma *cultura política brasileira*. A ação dos filantropos e investidores sociais aparece estreitamente articulada com atores e agentes dos governos, o que, a partir da noção aqui cunhada de *Filantroestatismo* no país, remete à própria concepção de cidadania existente no cenário nacional - ou *estadania*, como delineou, com maestria, José Murilo de Carvalho:

A fascinação com um Executivo forte está sempre presente, e foi ela sem dúvida uma das razões da vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo, no plebiscito de 1993. Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese, como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Como vimos, até mesmo uma parcela do movimento operário na Primeira República teve orientação nessa direção; parcela ainda maior adaptou-se a ela na década de 30. Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de "estadania", em contraste com a cidadania (CARVALHO, 2002: 221).

Sérgio Buarque de Holanda, em "O Homem Cordial", demonstra como, com a herança da tradição portuguesa, do estamento patrimonial e da estrutura familiar patriarcal, o cidadão brasileiro "recebeu o peso das "relações de simpatia", que

dificultam a incorporação normal a outros agrupamentos. Por isso, não acha agradáveis as relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo” (HOLANDA, 1995: 16). Para o autor, tais características presentes fortemente nos processos de urbanização brasileiros, acarretariam no desequilíbrio social e em desigualdades “cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje”. Tratando ainda das dimensões do público e do privado - e como para estas não existe delimitação clara no caso brasileiro - Holanda ressalta:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar - a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração - está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 1995: 145).

Dessa forma, e pensando a constituição das hierarquias na sociedade brasileira, considerando as particularizações, afetos e imbricamentos do público e do privado no exercício político do país, a retórica da filantropia - ou mesmo a retórica humanitária - parece fundamental para a reconversão de capital social, cultural e familiar em cargos políticos. Quanto ao “homem cordial” com o qual o Brasil brindaria o mundo, Holanda lembra que “seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São, antes de tudo, expressões legítimas de

um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. A obra, da década de 30, apresenta elementos ainda muito atuais.

A questão emotiva e o apelo afetivo aparecem o tempo todo no universo da filantropia, caridade e solidariedade brasileiras. Lembro-me, especialmente da fala de um Diretor da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de município, que ao tratar das doações realizadas via Fundos da Criança e do Adolescente e do Idoso, enfatizava: “Assim, eles ganharam um caminhãozinho, um elevadorzinho, uma kombizinha, um dinheirinho, uma obrinha (...). Para fazer o pagamentinho, temos um modelinho, o videozinho, a vidinha, obrinha, servicinho [na Instituição], notinha, talãozinho, gavetinha, pastinha”; “Aquele dinheirinho tá lá”, e por mais de uma hora, em sua fala, era gritante o uso de infindáveis diminutivos. Impossível não lembrar mais uma vez de Holanda:

No domínio da linguística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação “inho”, aposta as palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. E a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração (HOLANDA, 1995: 148).

Ainda, o protagonismo do Estado na resposta aos "problemas sociais" permeia discursos e práticas muito diversos como o paternalismo, o clientelismo, o autoritarismo, a cidadania etc. Estes autores (HOLANDA, 1995) ajudam a pensar como tais questões estão constituídas. Temporalmente, isso ocorre nas primeiras décadas do século XX e se expressa em movimentos como o Tenentismo e a Semana de Arte Moderna, que pode ser caracterizado como um “divisor de águas” no processo de alternância das elites em relação à cultura nacional, desvalorizando-a ou exaltando-a. É neste momento que aparece uma “reatualização do Brasil (...) e a busca de raízes nacionais valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil”, conforme indica Oliven. O Tenentismo parece ter aberto caminho para a Revolução de 1930, que alternaria as estruturas de poder no país, findo o período da República Velha. Ao longo de quinze anos de governo, Getúlio Vargas, institui o Estado como agente da modernização nacional em contraposição (retórica) às oligarquias que expressariam o atraso.

Talvez por essas e outras [leituras], causou-me enorme estranhamento ao deparar-me com o texto - indicado por um interlocutor - de Simone de Castro Tavares Coelho acerca do “Terceiro Setor, um estudo comparado entre Brasil e

Estados Unidos”. Uma vez justificada a importância da comparação destes dois universos, e com a qual estou de acordo, especialmente pela “visível e lamentável escassez de informações, interpretações e publicações disponíveis no Brasil e sobre o caso brasileiro”, Luiz Eduardo Soares, autor do prefácio de referenciado livro, indica que o conteúdo nas páginas que seguirão tomará um rumo completamente distinto, ou oposto, do que tomo em minhas análises.

Em uma tentativa de separar o Estado e o Terceiro Setor praticamente em *esferas hostis*⁸¹, no sentido que lhes confere a socióloga Viviana Zelizer (2000) - em sua obra *The Purchase of Intimacy*, Zelizer demonstra como, apesar de entendidas como separadas ou hostis, as esferas do afeto e do dinheiro se entrecruzam e estabelecem relações íntimas - corremos o risco de cair na despolitização das demandas sociais⁸². No entanto, Soares acusa: “Os cientistas sociais... Esquecemo-nos, com frequência, de que esteve em marcha um processo autopoiético, por assim dizer, gestando e construindo uma complexíssima sociabilidade invisível, trançada por elos que nada devem ao Estado, senão indiretamente”. Ou seja, como se a sociedade produzisse a si própria sem o Estado no país. Ele separa ainda em duas dimensões o “mundo social”: a primeira seria “correspondente aos domínios do mercado e do Estado”, enquanto a segunda seria aquela na qual se ergue “a débil arquitetura do voluntariado, da filantropia, dos investimentos não orientados para o lucro, das iniciativas dificilmente redutíveis à lógica individualista da maximização de benefícios e redução de custos, dos esforços gregários de tantos e distintos atores e agências, [que] recebe o título genérico “Terceiro Setor”.

Soares justifica, ao tratar do título da obra e da escolha da categoria “Terceiro Setor”, embora, a meu ver, tenha cometido um equívoco em relação à lógica encontrada no cenário atual: “... evita-se, assim, a carga de preconceitos que se projetariam sobre categorias já conhecidas, de uso corrente no vocabulário ordinário, exigindo-se, conseqüentemente, definição analiticamente dirigida. A categoria filantropia, por exemplo, dificilmente estaria livre das críticas de paternalismo promotor de acomodação e reprodução das desigualdades”. No entanto, hoje, são políticas sociais - especialmente como o Programa Bolsa Família do Governo

⁸¹ Ver trabalhos de Viviana Zelizer sobre Dinheiro e Afeto.

⁸² Ver <<http://massalijn.nl/new/the-ngo-ization-of-resistance/>>

Federal⁸³ - que no universo das elites que lidam com filantropia e voluntariado recebem os rótulos de “paternalista” e “assistencialista”, como escutei inúmeras vezes. Enquanto isso, a filantropia [estratégica], o terceiro setor e o investimento social privado são conclamados cada vez mais a ajustarem-se e apropriaram-se das lógicas de gestão e da economia ortodoxa neoliberal da maximização do lucro (e aí se passa a defender o lucro no terceiro setor), otimização de processos e foco na escolha racional. Soares prossegue: “Por outro lado, é digna de nota a transferência metonímica das críticas de um alvo para outro, ou melhor, da parte para o todo. Assim, o que se diz da filantropia, diz-se também do Terceiro Setor, geralmente, de uma perspectiva que não admite qualquer ação social senão aquela proveniente do Estado”.

Esse afastamento, ou melhor, essa ausência do Estado no Terceiro Setor é pura ficção, talvez um equívoco contingente e de um contexto histórico específico. Entretanto, como veremos, a fonte de recursos mais acessada pelas ONGs ainda são os governos e, no caso de empresas, a via de renúncia fiscal, pelo menos no caso do Brasil. Como indicado em matérias acerca do tema, pouco é repassado de fundos particulares para doação, conforme demonstrado em reportagens acerca do tema, como em matéria publicada na Revista *Isto é*, de 19 de março de 2014, na qual encontramos a seguinte chamada “O Mito da Solidariedade Brasileira”; e em entrevista publicada na Folha de São Paulo, de 8 de março de 2014, intitulada “Os milionários não doam quase nada à pesquisa no Brasil”. As afirmações de Soares tornam-se ainda mais contrastantes com os achados desta pesquisa: “Portanto, não há, de fato, como evitar a reiteração do senso comum crítico, restando apenas, como antídoto, a demonstração dos equívocos contidos nessas generalizações empobrecedoras, insensíveis à pluralidade de níveis nos quais se desdobram as relações sociais indiferentes ao cálculo” (grifos meus).

Esta última colocação, grifada, é sintomática de uma falácia lógica e analítica. A palavra cálculo não subsume somente operações de cunho numérico, de lucro monetário e de ordem prioritariamente consciente e racional. O cálculo pode estar incutido nas próprias regras do jogo, ou *illusio*, como define Bourdieu e o qual só será jogado por aqueles que introjetaram uma disposição - ou *habitus* - que o faz

⁸³ Ver EGER, Talita Jabs. DAMO, Arlei Sander. “Money and Morality in the Bolsa Família”. In: Vibrant. v. 11, n. 101 – 06 / 2014. Os autores demonstram também como as beneficiárias são, em sua maioria, mulheres.

valer a pena, que o torna *interessante*. Dessa forma, dizer que não há cálculo seria equivalente a dizer que não há interesse, ignorando, assim, premissas seminais do trabalho sobre a Dádiva de Marcel Mauss, por exemplo, e de Bourdieu (1996) sobre o interesse e *desinteresse*. Em seu texto “É possível um ato desinteressado?”, este indica que “à redução ao cálculo consciente, oponho a relação de cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o campo” (BOURDIEU, 1996: 143). O autor segue:

Tendo evocado sumariamente os conceitos fundamentais, indispensáveis, a meu ver, para pensar a ação razoável - *habitus*, campo, interesse ou *illusio*, capital simbólico - volto ao problema do desinteresse. É possível uma conduta desinteressada e, se é, como e em que condições? Se permanecemos em uma filosofia da consciência, é evidente que só podemos responder negativamente à questão e que todas as ações aparentemente desinteressadas esconderão intenções de maximizar alguma forma de lucro. Ao introduzir a noção de capital simbólico (e de lucro simbólico), de certa maneira radicalizamos o questionamento da visão ingênua: as ações mais santas - a ascese ou o devotamento mais extremos - poderão ser sempre suspeitas (e historicamente o foram, por certas formas extremas de rigorismo) de ter sido inspiradas pela busca do lucro simbólico de santidade ou de celebridade etc. (BOURDIEU, 1996: 143).

Ao advogar a *ausência do Estado*, seguindo na confluência de muitas das falas de meus interlocutores, os quais afirmam fazer “o que o Estado não faz, mas deveria”, estes atores conduzem à lógica perigosa de privatização das funções do Estado, como indicado por Bill Maurer (2012), em seu texto “Philanthropy or the State? Modern Feudalism”, ao tratar da filantropia nos EUA. Seguindo a lógica de uma *noblesse oblige*, ou a implicação de responsabilidade que acompanha a riqueza, o poder e o prestígio, é possível constatar sua disposição tanto no cenário Estadunidense, quanto no Brasileiro, não esquecendo que no Brasileiro ela quer ser exercida dentro de sua visão de mundo e estilos de vida, mas com financiamento estatal.

Acerca desta noção, Bourdieu (*idem*) aborda-a em função do aristocrata que “não pode deixar de ser generoso, por fidelidade a seu grupo e por fidelidade a si mesmo, como digno de ser membro do grupo. É isso que significa “*noblesse oblige*”. “A nobreza é a nobreza como corpo, como grupo que, incorporado, toma corpo, disposição, *habitus*, torna-se sujeito de práticas [consideradas] nobres e obriga o nobre a agir nobremente”.

Soares afirma que “... mesmo dispondo de um Terceiro Setor já antigo e forte, a sociedade brasileira o tem ampliado e lhe tem transferido crescentes responsabilidades, seja pela ausência do Estado - em seu sentido mais negativo,

injusto e socialmente irresponsável -, seja pela assunção espontânea e crescente de iniciativas por parte da sociedade civil”. Considero de fundamental interesse a esta pesquisa, pelas análises e interpretações tão distantes, o que é sempre fulcral para o debate de ideias, manter o diálogo ao longo da pesquisa com o trabalho de Simone Coelho.

Jéssica Sklair (2010), em sua obra “A filantropia paulistana: Ações sociais em uma cidade segregada”, apresenta uma abordagem bastante interessante dos pontos de encontro dos filhos e parte da elite com as comunidades e sujeitos que se prestam a atender. A autora demonstra como essa elite depende - para serviços de faxineiras, motoristas, babás, jardineiros, etc. - de trabalhadores de baixo salário e há um interesse em manter as relações com baixo grau de conflito. O mesmo pode ser pensando em meu universo de estudo, recorrentes foram as falas de que a desigualdade extrema pode levar a conflitos e à “contestação do formato atual da sociedade”.

Sklair recorre à noção de redes para pensar as relações entre populações de perfis socioeconômicos muito diferentes e relativizar a noção da cidade segregada e “mundos sociais apartados”. Destaca-se que minha abordagem possui uma pretensão um tanto distinta. Embora conheça e visualize algumas das relações entre comunidades tão distantes, tais relações parecem subjazer a essas linhas de relações ritualizadas e muitas vezes burocráticas, de ordem moral e mesmo obrigatórias uma manutenção estrutural de hierarquias e segregação. A autora explica também a impossibilidade de abordar os *beneficiários*, esta *outra ponta* das ações de filantropia investigadas. Argumento que essa impossibilidade ilustra uma segmentação do campo, também em disputa, com iniciativas que excluem as vozes dos beneficiários e restringem as tomadas de decisões às elites filantrópicas, como no caso da abordagem filantropocapitalista, em oposição a iniciativas que se pretendem de justiça social e mais horizontais, como no caso da filantropia dita progressista tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Enquanto Bill Maurer lança a analogia da prática filantrópica como uma espécie de feudalismo moderno nos EUA - e *noblesse oblige* - verifica-se no Brasil um cruzamento do Despotismo Esclarecido nos moldes do *management* - em que não o Estado seria visto como legítimo para governar e conduzir ao progresso por saber fazê-lo, mas sim os *experts* e gestores - com a participação ativa do Estado nos moldes do estamento-patrimonial e ainda com práticas que acionam diretamente

a lógica clientelista. Dessa forma, se o Iluminismo Filantrópico de Manique não parece, o Filantropismo Iluminista aparenta bastante atual.

Assim, parece de fundamental relevância problematizar as distintas concepções das elites sobre o Estado no Brasil e nos Estados Unidos. O papel que teve a ideologia positivista no Brasil (e, especialmente, a defesa da centralidade do Estado na condução do desenvolvimento/civilização do país), na conformação de nossas elites (políticas, militares, intelectuais e, provavelmente, econômicas) é algo que não parece ter paralelo nos EUA (onde sempre houve uma resistência ao Estado, especialmente o Federal). Esta diferença do papel (efetivo ou imaginado) do Estado fica bem clara no livro coletânea "*Bringing the State Back in*", em cujo prefácio já se anuncia uma ausência do *Estado* nas Ciências Sociais dominantes, na qual acredito podemos incluir a estadunidense. De acordo com Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985): "dominant theoretical paradigms in the comparative social sciences did not highlight states as organizational structures or as potentially autonomous actors. Indeed, the term "state" was rarely used". Enquanto autores que analisam os Estados Unidos salientam que as ciências sociais norte-americanas desconsideraram a importância do Estado, o capítulo de Alfred Stepan (1985: 317) "State Power and the Strength of Civil Society in the Southern Cone of Latin America" mostra que, na América Latina (e no Brasil, em especial), o Estado sempre teve centralidade nos processos sociais e nas análises. Esta centralidade conferida ao Estado levou, inclusive, a que autores criticassem o "estatismo" das ciências sociais brasileiras⁸⁴.

Essa distinção nas abordagens analíticas refletem na produção acadêmica acerca do Estado, do terceiro setor e da filantropia nos dois países. Enquanto nos Estados Unidos encontramos inúmeros estudos e centros de pesquisa acerca de ONGs, sociedade civil e filantropia, no Brasil estas começam a aparecer timidamente a partir dos anos noventa.

A história das organizações não governamentais e terceiro setor é bastante recente no Brasil, alinhada com a atuação das primeiras damas e de especial destaque nas ações de Ruth Cardoso⁸⁵, e foi estudada por Leila Landim (1998,

⁸⁴ Ver, por exemplo, SADER, Eder, PAOLI, Maria Célia. Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986).

⁸⁵ Ver Comunidade Solidária <<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/139/141>> e livro de Simone Tavares

2000, 2001), bem como a criação dessa categoria. Landim reconhece a centralidade das lógicas do “Norte” global (divisão reiterada nas academias do “norte e sul global” e entre minhas interlocutoras e interlocutores de blocos “norte e sul”) na existência de ONGs brasileiras, que começaram a ganhar forma a partir dos anos setenta e com forte e direta influência de investimentos internacionais: “Vê-se que o fenômeno nativo “ONG” tem como uma das condições de sua multiplicação lógicas que vêm do “Norte”. Em sua tese de doutorado do início dos anos noventa (1993), Landim argumenta que o aumento significativo dessas organizações no Brasil nos últimos dez ou vinte anos tinha um paralelo no “volume de recursos internacionais alocados para esse tipo de instituição, em nível mundial⁸⁶.” Atualmente, reclama-se no setor que o Brasil perdera lugar enquanto recipiente destes recursos internacionais nos últimos anos.

A partir destas breves genealogias, contextualizei as vertentes da filantropia norte-americanas e brasileiras, que irão perpassar os próximos capítulos nas experiências de campo. Historiadores da filantropia analisam a noção de “amor à humanidade⁸⁷” e as práticas que essa noção considera remetendo a “origens” greco-romanas e diferenciando-a da caridade cristã. Argumento que os modelos de filantropia contemporânea encontrados no Brasil e nos Estados Unidos e suas idiossincrasias muito devem às distintas lógicas religiosas que pautam o auxílio aos demais, dentro da ética protestante (ODENDAHL, 2012), nos EUA, e da ética

⁸⁶ “Por exemplo, entre 1960 e 1980 houve um crescimento de 68% na ajuda externa para o “Terceiro Mundo”, através de agências não governamentais de países europeus, do Canadá e dos Estados Unidos: passou-se de 2.8 bilhões de dólares para 4.7 bilhões de dólares (pelo dólar de 1986). Um dos fatores mais importantes nesse aumento foi o crescimento dos subsídios governamentais para ONGs: quanto aos países membros da OECD (Organization for Economic Cooperation and Development), por exemplo, estes subiram de 778.2 milhões de dólares em 1973 para 1.5 bilhões, em 1980. Com respeito à Comunidade Econômica Europeia, se em 1976 dava às ONGs europeias 4.8 milhões de dólares, em 1982 essa quantia vai a 22.7 milhões. Da mesma forma, o Banco Mundial passa, no mesmo período, a investir crescentemente nas “ONGs” do “Terceiro Mundo”. E muito poderia ser aprofundado, por meio das diversas fontes de dados existentes, a respeito da crescente importância, em nível da alocação de recursos internacionais, para essas entidades não governamentais dos países periféricos, durante os anos 70/80 (OECD, 1988 e 1989; Smith, 1990)” **Landim (1993)**.

⁸⁷ De acordo com o dicionário de filosofia: **FILANTROPIA** (gí. *cpilav6po7tí(X)*; lat. *Phi-tanthropia*; in. *Philanthropy*, fr. *Philanthropie*, ai. *Philanthropie*, it. *Filantropia*). Amizade do homem para com outro homem. Essa palavra foi assim entendida por ARISTÓTELES (*Et. nic.*, VIII, 1, 1155, a. 20) e pelos estoícos, que atribuíram essa amizade ao vínculo natural, graças ao qual toda a humanidade constitui um único organismo. “Daí deriva”, diz Cícero, “que também é natural a solidariedade recíproca entre os homens, graças à qual, necessariamente, um homem não pode ser alheio a outro homem, pelo próprio fato de ser homem” (*Definibus*, III, 63). Diógenes Laércio atribui o conceito de F. também a Platão, que o teria dividido em três aspectos: saudação, ajuda, hospitalidade (DIÓG. L., III, 98). Na linguagem moderna, a significação desse termo restringiu-se ao segundo dos aspectos distinguidos por Platão. A atitude geral de benevolência para com os outros homens hoje é frequentemente chamada de *altruísmo* (v.).

católica no Brasil, bem como das distintas moralidades em relação ao dinheiro e à individualidade.

Ao longo dos próximos capítulos e com aporte no trabalho de campo, passarei a delinear convergências e contraposições entre as elites transnacionais e suas filantropias no Brasil e nos Estados Unidos, bem como entre as distintas abordagens encontradas, evidenciando o Filantropocapitalismo e o Investimento Social Privado (filantroestatismo), de um lado, e a filantropia progressista e de justiça social, de outro. Lembro ainda que, considerando o cenário do mercado global, os Estados Unidos figuram como ator “doador” nas ajudas internacionais, enquanto o Brasil ainda figura como foco “receptor” de tais auxílios e isso impacta claramente na discrepância de valores doados nos cenários analisados.

No próximo capítulo trago à discussão a articulação do primeiro, segundo e terceiro setor, a partir de sua configuração empírica, abordando distintas práticas do universo filantrópico - desde a responsabilidade social corporativa, com seu auge nos anos 80, à necessidade de adequações legais das empresas e corporações, ao funcionamento de institutos empresariais nesta rede e a elaboração de uma política pública - passando pelas práticas de *lobbying* e *advocacy*.

CAPÍTULO 3 - CONJUGANDO O EMPRESÁRIO, O ESTADO E O MECENAS: INDÚSTRIA DA FILANTROPIA E O MERCADO DO SOCIAL

Neste capítulo, busco esclarecer o campo e as categorias analíticas caras ao complexo quadro da filantropia contemporânea, elaborando-os com dados e análises empíricas. Antes de focar no filantropocapitalismo ou filantropia estratégica e na filantropia dita progressista, abordo questões de responsabilidade social corporativa, investimento social privado e voluntariado por fazerem parte dos discursos, métricas e bibliografias adotadas por interlocutores e organizações trabalhadas neste estudo.

3.1 REDES: “TU NÃO VAIS ENCONTRAR NADA SOBRE FILANTROPIA NO BRASIL, ESSE É UM TERMO QUE NÃO NOS CAI BEM”.

Uma série de autores tem indicado a centralidade das redes nas mais diversas configurações de estudos. Boltanski e Chiapello (2009) atribuem a desenvolvimentos técnicos, tais como na comunicação e no transporte, a potencialização da imaginação conexcionista. Para eles, entram em concorrência os elos de pertencimento a um território, como os territórios nacionais, com os elos estabelecidos à distância. Essas mudanças propriamente técnicas, conjugadas “à redução perceptível e regular de seu custo de utilização” e a “responsabilidades políticas evidentes quanto à desregulamentação ou à ausência de legislação” abriu “o espaço das conexões possíveis”:

...dando um impulso sem precedente às atividades de criação de redes e ao trabalho teórico de redefinição dos elos sociais e, de modo mais profundo, de criação de uma nova antropologia não fundamentada numa propensão universal a trocar objetos (como, por exemplo, no caso da cidade mercantil), mas numa propensão - descrita como não menos universal - a estabelecer elos. (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009: 176).

Os autores sublinham ainda o protagonismo de Bruno Latour e de Michel Callon ao trazerem as análises e representações de rede para a sociologia da ciência.

Nessa corrente, as representações em termos de redes são exploradas para superar a separação entre aquilo que era da alçada da "ciência" propriamente dita (considerada "objetiva") e o que seria da ordem de seus "usos sociais" (pondo em jogo interesses que viriam corromper essa suposta "objetividade"), separação que dominara até então a sociologia das ciências. (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009: 182).

As redes e essa cadeia de poder cada vez mais difusa têm também configurado o que Boltanski e Chiapello (2009) denominaram de Novo Espírito do Capitalismo. É a partir da articulação entre indivíduos, organizações e agências internacionais em redes transnacionais de filantropia, enquanto esquemas de governança, que o campo desta pesquisa foi se configurando.

George Marcus propõe a noção de etnografia multisituada nas etnografias do sistema mundo, que encontrará algumas críticas no que tange a possibilidades de descrição densa. No entanto, cada vez mais, é difícil precisar um espaço geográfico e social contido de populações segregadas de estudo - e também podemos nos questionar até que ponto essa abordagem segue sendo interessante à antropologia - na produção de conhecimentos na contemporaneidade. Pesquisadores e pesquisados se movem, conectam e circulam em campo, oferecendo desafios e articulações complexas.

No ano de 2013, iniciei o campo exploratório. Dessa forma, acompanhei uma rede das diversas abordagens do setor filantrópico - nas práticas de voluntariado, responsabilidade social corporativa e investimento social privado - na área de plásticos e recicláveis, envolvendo *experts*, uma corporação fabricante, um instituto empresarial, uma cooperativa⁸⁸, um centro comunitário (ou a “ponta beneficiária”) e uma política pública, que apresento neste capítulo. São iniciativas que compõem o cenário da filantropia contemporânea e que ensejam a coprodução⁸⁹ de indicadores e métricas para *rankings* internacionais como o *World Giving Index*⁹⁰.

No Brasil, como vimos, vigora a tradição católica da caridade. A noção de filantropia teria ficado atrelada a esta e ainda com carga pejorativa no imaginário nacional. Por isso, termos como o investimento social privado surgiram para substituí-la. No entanto, especialistas da área definem ainda o investimento social privado como um braço da Responsabilidade Social Corporativa, localizado no encontro das organizações com a comunidade. Pela ausência da filantropia

⁸⁸ No ano de 2013, tanto o Instituto Empresarial quanto a cooperativa eram dirigidas por meu interlocutor-chave. Todas as iniciativas estavam interligadas, ações de RSC da corporação eram realizadas por membros da cooperativa e consistiam, inclusive, em visitas às “pontas beneficiárias” em galpões de reciclagem. As principais ações acompanhadas consistiam em adequações a requisitos legais, mas na roupagem de iniciativas de “impacto social”.

⁸⁹ Ver Fonseca, Cláudia. “Ordem e progresso à brasileira: lei, ciência e gente na coprodução de novas moralidades familiares”. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2011/Claudia%20Fonseca.pdf>

⁹⁰ Apresentado no Capítulo 1 desta tese

individual e familiar no país, o Investimento Social Privado torna-se protagonista no setor e, portanto, é abordado neste capítulo associado às práticas protagonizadas por um instituto empresarial, uma cooperativa e o poder público.

3.1.1 O estabelecimento de um campo

A busca pela entrada em um campo que se apresentava extremamente desafiador - especialmente pela minha falta de contato com pessoas que circulam no universo da filantropia - culminou na interlocução com Ricardo, então Diretor executivo de um Instituto empresarial, sócio de uma cooperativa - ambos tendo como carro-chefe a temática da reciclagem do lixo e galpões de triagem - Diretor Técnico de uma Fundação, Diretor de uma Associação e consultor para Institutos e Fundações. Nossa primeira conversa se desenrolou de forma tranquila. Ricardo, que se define como *o decano da Responsabilidade Social Corporativa no Brasil*, com vasta experiência no terceiro setor, já conhecia a AIESEC - organização objeto e minha pesquisa de mestrado - na qual se fazia clara a apropriação de lógicas do segundo setor ou setor privado dentro de uma organização do terceiro setor.

Em que pese a diferença dos universos, na AIESEC trabalhei com jovens de classe média e média-alta, em sua maioria estudantes universitários que buscavam se tornar *empreendedores sociais* ou *líderes agentes de mudança na sociedade*. Enquanto isso, a circulação que eu encontrava no universo da filantropia era junto a elites já consolidadas, presidentes, diretores e profissionais de Institutos, Fundações e empresas, articuladores das práticas e estabelecadores deste mercado. Propus, assim, pensar a filantropia, em um primeiro momento, como um nicho de mercado, com produtos específicos, profissionais e *experts* no ramo, no qual se encontra uma rede constantemente tecida para construção e circulação de capitais específicos. Tanto a formação desta rede é perpassada por atores estadunidenses quanto as práticas são frequentemente referenciadas ao que é feito nos Estados Unidos, tido como a referência ideal, ou *benchmarking*, em termos de filantropia. Em evento da Fundação Gerações⁹¹, para o qual fui convidada por Ricardo, o secretário geral do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) explicava:

⁹¹ <<http://www.fundacaogeracoes.org.br/index.php?page=institucional>>

...então isso [investimento social privado] ganhou corpo com o lançamento do Guia das Melhores Práticas [<http://www.gife.org.br/publicacao-guia-das-melhores-praticas-de-governanca-para-fundacoes-e-institutos-empresariais-d23541a904f46f8e.asp>] (...). Junto a esse Guia, o GIFE trabalhou e contribuiu na construção de um código de conduta para gestão de investimento em parceria com a CFA, instituição americana [<https://www.cfainstitute.org/Pages/index.aspx>]. O GIFE traduziu esse código para o português. E é um código que ele visa criar um conjunto de regras mais ou menos de autorregulação para balizar a gestão dos investimentos. E no contexto de investimentos, digamos, seguros, com a rentabilidade razoável, seguro, etc., as fundações não precisavam se preocupar com lucro, com políticas de investimento, estruturas de governança que amparassem uma gestão apropriada dos recursos. Com esse paradigma mudando se coloca um desafio importante que é cuidar das estruturas que vão dar conta inclusive de adotar políticas mais arrojadas de investimento, aí passando por um diálogo com o Ministério Público, na medida em que ele mude o entendimento, que o contexto brasileiro não é mais o de dez, vinte anos atrás e ele exige uma nova visão do papel das organizações sem fins lucrativos, assim como também é um paradigma a ser vencido a ideia de que as organizações sem fins lucrativos não podem ter superávit. (Diário de Campo. 8 de agosto de 2013. Evento Fundação Gerações: “Fundos Permanentes: a oportunidade para sustentabilidade da sua organização”).

A indicação da necessidade de *mudar paradigmas* no Brasil em relação ao lucro no terceiro setor, bem como alterar *moralidades* em relação ao dinheiro das doações - de que esse não pode ser perdido e, portanto, não pode ser aplicado em investimentos de alto risco, o que seria um *raciocínio superado* para alguns profissionais da área - apareceram como discursos constantes e que se repetiram em outros eventos. Quanto ao mercado nos EUA, ressalto a referência à *Indústria da Filantropia*, como definido por Lucy Bernholz (2004) - convidada de eventos do GIFE, associada ao centro de Stanford de cidadania social e filantropia e parte da minha rede de interlocutoras - e autora do livro “*Creating Philanthropic Capital Markets. The deliberate evolution*”:

Ver a filantropia como uma indústria nos oferece um quadro conceitual para unir essas peças separadas. Ao pensar a filantropia como uma indústria, podemos rastrear a influência de crescimento de capital, regulação, diferenciação de produtos e mercados (BERNHOLZ, 2004. p.21)⁹².

Inicialmente, parecia que seria quase impossível achar práticas no Brasil que fossem abertamente nomeadas como filantrópicas. Em nossa primeira conversa, Ricardo me explicava:

⁹² Tradução minha. Do original: “Viewing philanthropy as an industry provides us with a conceptual framework to hold together these disparate pieces. By thinking of philanthropy as an industry, we can track the influence of capital growth, regulation, product differentiation, and markets”.

As pessoas sempre evitaram o conceito de filantropia, ele nunca foi aceito, não obstante, nós tínhamos todas as razões do mundo para incorporar este conceito, porque nós incorporamos muitos conceitos. Por exemplo, o conceito de social responsibility nós incorporamos totalmente, compreende? Fizemos umas adaptações pequenas, mas incorporamos. Agora, filantropia não, nós fomos financiados... eu fui oito anos bolsista da fundação Kellogg's, eu e todos os líderes de responsabilidade social da América Latina, nós fizemos um curso na Kellogg's durante cinco anos, compreende? E a Kellogg's sempre veio com a noção de filantropia... tanto que o nome do programa era 'Liderazgo en Filantropia'. 'Leadership in philanthropy program'. Filantropia o tempo todo e nunca nenhum de nós, nenhum dos líderes da América Latina conseguiu incorporar o conceito de filantropia, por quê? Porque esse conceito nos desce atravessado e nem é por uma resistência ideológica, é por que ele tem significado diferente..." (Diário de campo: Entrevista, 7 de maio de 2013).

No entanto, decorridos dois meses de pesquisa de campo, deparei-me com a noção de *filantropia estratégica* [e *for-profit-philanthropy* nos Estados Unidos] lado a lado do *Investimento Social Privado*. Dessa forma, meu campo exploratório incluiu incursões⁹³ em ações, eventos e conversas com profissionais englobando práticas e discursos de responsabilidade social corporativa, voluntariado, investimento social privado e filantropia para me possibilitar traçar uma primeira diferenciação entre eles. Apareceram também as propostas de criação de novos setores na sociedade, setores que representassem uma espécie de fusão do setor privado e do terceiro setor, conforme análise a seguir.

3.2 O COMPOSTO FILANTRÓPICO

Em decorrência da complexidade deste cenário e da disputa detectada em torno do termo filantropia, foi possível elaborar o que chamo de *Composto Filantrópico*, ou seja, o conjunto das práticas estudadas que, ao mesmo tempo, servem como indicadores para agências avaliadoras como *Charities Aid Foundation* (CAF) na composição do *World Giving Index*⁹⁴ (WGI), no qual Estados Unidos ocupava primeira posição e Brasil nonagésima primeira, segundo a edição de 2013. Os elementos selecionados para tanto neste capítulo tratam do Investimento Social Privado, Responsabilidade Social Corporativa e Voluntariado.

⁹³ Ver anexo – Esquema parcial da rede percorrida.

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.cafonline.org/publications/2013-publications/world-giving-index-2013.aspx>>

3.2.1 Investimento Social Privado: Primeiros contatos - Evento Fundação Gerações

No dia oito de agosto de 2013, na Fundação Iberê Camargo, acontecia o Evento intitulado “Fundos Permanentes: a oportunidade para sustentabilidade da sua organização”, realizado pela Fundação Gerações e GIFE, com apoio institucional da Associação Rio-grandense de Fundações (ARF), Grupo De Trabalho para o Terceiro Setor (gt³s) e Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e parceria A&S Sul, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Gerdau, Instituto Vonpar e Walmart Instituto. Por meio de Ricardo, recebi o convite e decidi participar. A programação envolvia uma visita guiada ao museu e após um coquetel de recepção, palestras e debate. Enquanto eu aguardava na recepção o processo de credenciamento dos convidados, observava um pouco afastada os grupos de conversa que se formavam, pessoas que pareciam se conhecer que se encontravam e tentava identificar nos crachás nomes e instituições às quais aquelas pessoas estavam ligadas.

Circulando pelo saguão, ouvi o primeiro comentário que me despertou a atenção e que, posteriormente, viria a ser o mote de muitas das falas nos espaços em que circulei: “nós somos os anjos doadores, temos que colaborar”. Considero relevante o uso da figura angelical, divina, que salva pessoas (assim como o termo elite, os eleitos, como frisa uma interlocutora), bem como sua aplicação no contexto do Vale do Silício (que se mostrou central para o campo filantrópico) em que aparecem os *angel investors*, ou investidores anônimos que aplicam seus recursos em *start ups*. De acordo com o livro “Anjos. Mensageiros de Luz” de Terry Lynn Taylor (1990),

os anjos existem no céu como seres separados do mais alto poder divino do universo. São seres de luz que enviam informações e pensamentos de amor através de nosso Eu superior para inspirar e guiar-nos. Esses seres angélicos têm todas as propriedades da luz - velocidade, brilho e o poder de curar e obliterar a escuridão (p.29).

De fato, observa-se na elite filantrópica a noção de que são um grupo à parte do restante da sociedade. Seja no Brasil ou nos Estados Unidos, tanto na literatura acerca do tema quanto nos espaços pesquisados, a noção de distinção se faz presente e a filantropia ou o investimento social privado são elementos de prestígio.

Uma vez no coquetel, à entrada do auditório, percebi as rodas de conversas que se formavam. Tive um pouco de dificuldade de tomar notas pela grande

circulação de pessoas. Além disso, o ambiente era bastante formal, carregado de um tom grave, de negócios, com homens em ternos e gravatas e as mulheres em trajes sociais. No meio do saguão consegui encontrar Ricardo - que estava conversando com algumas pessoas - então me direcionei para cumprimentá-lo. Prontamente, ele me apresentou Cristina, da ONG X. Ele explicou a ela que eu estava fazendo um estudo comparativo da filantropia no Brasil e nos Estados Unidos e me contou que Cristina voltara recentemente de uma estada nos EUA. Cristina falou sobre sua viagem, disse que foi maravilhoso, que teria feito cursos, acompanhado questões de *fundraising* e *endowments*, visitado institutos e fundações. Ela, muito simpática, me indicou a fundação que visitara - e com a qual se mostrava um tanto impressionada - a Lilly Foundation, que teria conhecido e seria incrível. Trocamos e-mails e fiquei de entrar em contato futuramente para mais conversas, trocas de ideias e eventual entrevista. Ricardo indicou ainda que eu deveria tentar conhecer as pessoas no local, fazer contato com elas para tentar marcar entrevistas, dizendo que achava que tinha *tudo a ver* com meu tema e que todos ali seriam parte do *empresariado que lida com filantropia*.

No lado de dentro do auditório, por volta das dezenove horas, teve início a abertura do evento com a fala do Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Gerações. Assim, foi enfatizado o objetivo do encontro como

...para refletir um pouco sobre fundos de sustentabilidade, caminhos de sustentabilidade e sobre essa estratégia que o Estado do Rio Grande do Sul⁹⁵ vem adotando de uma forma coletiva e compartilhada e apostando num fundo (...) para que no futuro a gente possa, em conjunto com a comunidade definir esses investimentos que esse fundo pode realizar para contribuir no desenvolvimento social do nosso Estado (grifos meus).

Na sequência, teve início a primeira palestra da noite, com enfoque na temática dos fundos de investimento a longo prazo ou *endowments*⁹⁶:

Apresentação do palestrante - Diário de Campo: Bom, eu queria falar rapidamente um pouquinho do conceito, para esclarecer um pouquinho do conceito de *endowments* e depois focar um pouco mais nessa espécie de investimento... Então, já que a gente começa com uma palavra estranha,

⁹⁵ A referência na legislação que se encontra sobre o fundo patrimonial estadual no Rio Grande do Sul data de 2004 e está disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2012.144.pdf>>

⁹⁶ Para mais informações sobre *endowments*, ver texto “Endowments no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade”, de autoria do palestrante Felipe Sotto-Maior, disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/78341873/Endowments-no-Brasil-a-importacao-de-uma-estrategia-de-sustentabilidade>> Acesso em: 14 jan. 2013.

vamos começar pela definição em português. Essa definição é de um relatório da Ford Foundation e um endowment institucional é mantido na perpetuidade, é criado para que seja mantido na perpetuidade de maneira que o valor real dos recursos seja preservado ou expandido ao longo dos tempos. Ele deve ser mantido investido para gerar resgates regulares e previsíveis para as atividades da organização. Então a gente destacou, eu destaquei as palavras-chave deste conceito, que são esse longo prazo, lá fora se escreve o próprio valor de perpetuidade, pelo menos tem que ser orientado para o longo prazo, com a noção de preservação de valor e geração de um orçamento periódico para sustentar uma causa de interesse coletivo. O objetivo sempre tá ligado a uma causa de interesse coletivo ou social.

Essa noção de *lá fora versus aqui dentro* é articulada continuamente com a noção de que estamos inseridos num cenário *global* (cf. OLIVEN, 2006; ORTIZ, s/d; SMITH, 1994) - e é proposta mesmo a importação de lógicas e técnicas de gestão e de fazer filantropia enquanto um negócio - perpassando o tempo toda a ideia de *modernidade* (cf. GIDDENS, 1997) na qual o *desenvolvimento* e *evolução* que se quer para a sociedade seriam pontos comuns, também dados e de escala global. Giddens (1997:74) observa que “enquanto ‘moderno’ significou ‘ocidental’, a influência contínua da tradição dentro da modernidade permanece obscura. Há cerca de cem anos, Nietzsche já ‘chamou a modernidade à razão’, mostrando que o próprio Iluminismo era um mito, formulando perguntas inquietantes sobre o conhecimento e o poder”.

Renato Ortiz (s/d) também destaca uma reflexão para contraponto a essa perspectiva evolucionista, a partir da filosofia de Herder, quem “contrário à ideia de progresso, crítico do Iluminismo, recusa a noção de evolução histórica” (idem, p.72), reflexão esta tão cara à antropologia. O autor lembra que “pensar a globalização em termos de modernidade-mundo nos permite evitar alguns tropeços. Da mesma forma que não faz sentido falarmos em ‘cultura global’, seria insensato buscarmos uma ‘identidade global” (ORTIZ, 2000:85). É também interessante perceber como, embora esse contexto de *economia global* apareça como dado, a questão das identidades nacionais - ressaltando, de acordo com Oliven (2006), como “é preciso invocar antigas tradições (reais ou inventadas) como fundamento “natural” da identidade nacional” - é recorrentemente acionada para justificar as diferenças na *cultura de doação* entre Brasil e Estados Unidos.

Em seguida, foram projetadas lâminas e foram apresentados como exemplos/modelos os gráficos e valores de *endowments* da Harvard University, de Yale e da Fundação Bill e Melinda Gates. Toda a fala foi permeada pela comparação

com o cenário norte-americano. Da série de argumentos levantados ao longo da fala, destaco: “quanto menor o *endowment*, mais conservador ele tende a ser”; “os *endowments* são [investimentos] super agressivos porque o horizonte [de resgate] é longuíssimo e aí você tem que ter esse folêgo para aguentar. Tem que ter folêgo para aguentar passar pelas crises e superar a oscilação para começar a gastar o dinheiro que tá na renda variável”; “Se você caminha em direção à segurança, geralmente você abre mão de rentabilidade e/ou de liquidez (...) O Brasil é um dos poucos países no mundo, ou era um dos poucos países no mundo, onde você tinha um investimento com rentabilidade, liquidez e segurança altas, e a gente tem inclusive com os ministérios públicos propondo uma diretriz obrigatória: fundações ou organizações sem fins lucrativos só podem investir em investimentos cobertos de rentabilidade, segurança e liquidez. Essa categoria está acabando. Você hoje para ter liquidez e segurança, abre mão de rentabilidade. Muitas vezes você vai ver que a rentabilidade vai pra baixo da inflação. E é isso. Isso é uma coisa saudável pro país, não é uma coisa a se lamentar. O país está se desenvolvendo e faz parte”.

Com base nisso, então, um argumento aparece em campo para distinguir o que é feito no Brasil e o que é feito nos EUA: um suposto caráter *conservador* nas políticas de investimento no Brasil, pois, ao equiparar a noção de filantropia com uma forma de investimento, no caso, o *Investimento Social Privado*, bem como sua localização, tem-se *um passo mais atrás* em uma pressuposta escala de desenvolvimento.

A segunda fala trouxe o exemplo de um Instituto que já possui um fundo de investimento. Ao falar das cifras, em torno de quatorze milhões de reais de resgate previsto ao ano, a plateia vibrou e foi possível ouvir diversas interjeições de espanto e admiração. Também foi mencionado o *mercado do terceiro setor* com um suposto foco em *inovação*. Sobre as atividades do Instituto:

Tem capacitação de gestor de escola pública, a gente fornece coaching, uma capacitação individual, a gente não coloca os gestores em sala de aula né, a gente oferece coachings de primeira linha, que trabalha com o desenvolvimento individual.

Chamam a atenção novamente as questões da qualificação profissional e a criação de *experts* (GIDDENS, 2012) sempre voltadas às lógicas de *gestão*, de *liderança*, reforçando a ideia do cruzamento e apropriação de práticas e discursos do

segundo setor pelo terceiro, o que vai culminar na fala que, explicitamente, propõe o reconhecimento do setor 2.5.

3.2.2 Setor 2.5 e quarto setor

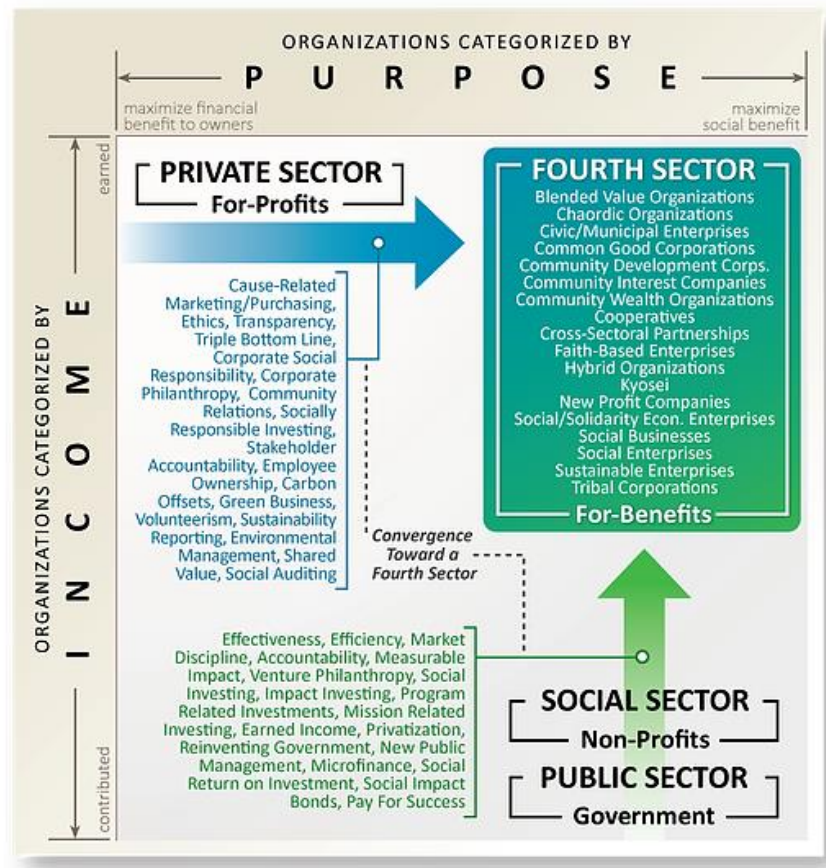
Pautados no discurso da *solidariedade* e tendo como referência - ou *benchmark*, como definem - o cenário da filantropia nos Estados Unidos, empresários, atores do terceiro setor e agentes do governo brasileiros estão articulados para estruturar o mercado da *filantropia empresarial*, incentivar a filantropia individual e elaborar políticas públicas. Assim, foi possível analisar a discrepância de valores doados nos dois países, os atores envolvidos na rede, como estes pensam e justificam suas práticas, bem como identificar elementos da *indústria da filantropia* e o entrecruzamento do Setor Privado, o Estado e o Terceiro Setor no que agora alguns propõem chamar de *setor 2,5*, ou o entrecruzamento do setor privado e do terceiro setor (este último operando com as lógicas administrativas de gestão) no Brasil e 4º setor (ou a migração do setor “for profit” para um setor “for benefit”), nos Estados Unidos.

Como indica Michael Edwards (2008),

...para alguns, a empresa social constitui um novo ou quarto setor que é distinto dos convencionais mundos público, privado e sem fins lucrativos, enquanto para outros parece mais um caso de vinhos antigos em embalagens novas, re-embalando as tradicionais funções de prestação de serviços da sociedade civil sob um novo título mais elegante, talvez para ganhar mais recursos. As caridades públicas nos Estados Unidos já recebem mais de 70% da sua renda de taxas sobre produtos e serviços, então é difícil ver o porquê de tanto agito a respeito da novidade da empresa social.

Quando questionados os propositores - *experts* de Stanford e uma *program officer* da Rockefeller Foundation - justamente acerca do que distinguiria o quarto setor do setor 2,5, durante a conferência do Edge Funders Alliance, em 2016, estes não souberam responder e disseram ser uma proposta nova e ainda em estágio de elaboração. A pergunta que fiz, no entanto, causou muito mal-estar na sessão, uma vez que a proposta havia sido apresentada como a solução para questões de governança econômica.

Figura 8 – Quarto Setor



Fonte: <http://www.fourthsector.net/learn>

O setor 2,5, o qual tomei conhecimento pela fala de Antônio Moraes Neto, neto de Antônio Ermírio de Moraes, durante o Fórum de Filantropos e Investidores Sociais de 2013, trata de combinar lucro com transformação social. O objetivo de seus propositores seria resolver problemas sociais por meio de suas empresas, sendo que o caráter legal - por enquanto - dessas organizações é o de uma empresa do segundo setor.

Segundo a definição de um site de administração⁹⁷:

Há um novo tipo de negócios em franco crescimento no mundo que permite aos empreendedores unir sustentabilidade financeira e impacto positivo à sociedade. É o chamado setor 2.5, formado por empresas que não são somente destinadas ao lucro, mas que também não são simplesmente ONGs ou entidades sem fins lucrativos.

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/setor-2-5-uma-nova-forma-de-empreender-e-gerar-impacto-social/83980/>> Ver também: <http://www.entremundos.tv/>>

É importante salientar que tanto a proposta do setor 2.5 está inclusa nas iniciativas de investimento social privado no Brasil, quanto a do quarto setor está nas iniciativas filantrópicas norte-americanas. As falas de meus interlocutores referem a origem dos negócios sociais a Muhammad Yunus⁹⁸, ganhador do Prêmio Nobel pela criação do microcrédito, em Bangladesh.

A circulação neste universo - seja por meio da participação em eventos especializados, das entrevistas em profundidade e das matérias acessadas - colocou em evidência discursos e práticas marcadas por componentes morais e normativos do que estes agentes consideram como adequado e mesmo ideal para a sociedade como um todo. As diretrizes administrativas, de gestão e com base na conformação ao lucro e ao disciplinamento - bem como a supressão de conflitos - permeiam este campo articulado por atores detentores de poder nas esferas pública e privada e, portanto, podendo ser considerados como hegemônicos.

Da mesma forma, a referência ao mercado da filantropia estadunidense é constantemente acionada como *benchmarking* ou parâmetro comparativo - um *tipo ideal* - da filantropia. Observa-se, assim, uma série de atores estabelecendo carreiras no que chamo de *mercado do social*. Esse mercado envolve desde *investidores sociais*, passando pelos *empreendedores e negócios sociais*, chegando aos propositores do *setor 2.5*⁹⁹ - identificando-se como aqueles que fazem o que o Governo não faz e que darão as bases e diretrizes de um dever da sociedade.

3.2.3 Investimento Social Privado e Responsabilidade Social Corporativa - “Caminhos do Plástico”

In some people's minds, both social enterprise and venture philanthropy are forms of corporate social responsibility (or CSR for short), an umbrella term that covers a wide variety of activities connecting the corporate world to social and environmental goals through their core business models, supply chains and operations.

Michael Edwards (2008, p.24)

As discussões acerca da *Responsabilidade Social Corporativa* convergem com um projeto de Governo que aposta nas premissas neoliberais de redução do Estado com a minimização da regulação estatal sobre o mercado, apologia à *crise*

⁹⁸ Ver <<https://www.yunusnegociossociais.com/muhammad-yunus>> e <<http://exame.abril.com.br/pme/herdeiro-do-grupo-votorantim-quer-acabar-com-a-pobreza/>>

do Estado de bem-estar social e do fomento a um então chamado *Terceiro Setor* emergente como o responsável por promover o associativismo e cidadania para ações de cunho social - que deveriam ser descentralizadas desse Estado mínimo - nos anos 90¹⁰⁰. Atores internacionais - como Fundação Kelloggs - passam a olhar para a América Latina e assim para o Brasil, vide o próprio treinamento recebido por meu interlocutor em sua juventude - "*Liderazgo en Filantropia*". Da mesma forma, dá-se o surgimento do Instituto ETHOS – figura e referência central em RSC - depois passando para o GIFE em conceitos que vão mudando - de RSC ao ISP.

Como indica meu principal interlocutor de pesquisa no Brasil:

A segunda coisa que eu desconstruo no meu texto é o seguinte: é essa noção de que a responsabilidade social vai dar retorno pra empresa no longo prazo. O ETHOS fazia isso. O Oded Grajew ele ia nas empresas, batia lá, falava com os empresários e dizia o seguinte: "se você quer a sustentabilidade da sua empresa no longo prazo, você tem que se tornar uma empresa ética". Isso não é verdade, que a ética, que a responsabilidade social dá sustentabilidade à empresa, isso é falso. Esta promessa que nós vendemos não foi entregue, eu digo isso no texto. Ela não foi entregue, por quê? Responsabilidade social não consegue acenar com este ganho tão palpável. Agora, a verdade é o seguinte, Patrícia, algum ganho a responsabilidade social traz porque senão os caras não se manteriam fazendo.

Assim, a partir deste contato, indiquei meu interesse em visitar os Galpões de Reciclagem para conversar com *a outra ponta*, as pessoas consideradas beneficiárias das ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) da Empresa B. Em resposta, ele disse que poderia abrir espaço para eu participar de uma atividade denominada "Caminhos do Plástico". Na ocasião, foram convidados professores de escolas privadas para uma espécie de passeio, envolvendo uma coordenadora representante da Cooperativa [na qual Ricardo trabalha] e um representante [publicitário e integrante da RSC] da Empresa B, culminando em uma visita a um Galpão de Reciclagem.

Saindo de Porto Alegre, às oito horas da manhã, no dia 14 de novembro de 2013, nove professoras, duas pessoas de um Instituto voltado para causas ambientais e os coordenadores da ação, fomos em direção ao Polo Petroquímico. O roteiro envolveria uma visita à Estação ambiental e ao Centro de Tecnologia, a uma fábrica de *madeira plástica* e ao Galpão de Reciclagem na cidade de Dois Irmãos,

¹⁰⁰ Ver COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor. Um Estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. SENAC: São Paulo, 2002.

considerado *um dos mais bem-sucedidos da rede*. Aponta-se a seguinte explicação: desde o ano de 2010, a política nacional de resíduos sólidos responsabiliza Município, União e Estado pelos resíduos sólidos. Destaca-se, como indica um texto da área, “Em um mercado globalizado e competitivo, consumidores, cada vez mais exigentes, e alicerçado por uma legislação comprometida com os anseios sociais futuristas, a gestão ambiental passou a ter caráter marcante e decisivo na escolha de produtos” (MAZZER; CAVALCANTI, 2004:67).

Ao final da exibição de um vídeo institucional acerca dos galpões de reciclagem, tomo nota das organizações que assinam o material: CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional, Vonpar, Braskem, Fundação La Salle, Ifsul campus de Sapucaia do Sul. Assim, o mote do dia, como explicou o representante da indústria, era mostrar aos professores que *o plástico é bom*, ao contrário da imagem de *vilão* que teria sido nomeado, principalmente por ações das indústrias que teriam perdido mercado - como vidro e papel - e que ele ainda *agregaria valor ao material* na reciclagem, que *o problema seria o descarte inadequado feito pelas pessoas*. Todos os professores receberam material então para trabalhar essa *nova ideia* em sala de aula com seus alunos. O encontro no galpão de reciclagem possibilitou um contato mais direto somente com a pessoa que nos recebeu e que estava bastante alinhada ao discurso institucional. Esta nos deu uma breve visita guiada, explicando formas de *agregar valor ao material* e não foi possível realizar uma conversa mais informal.

3.2.4 Advocacy e Políticas Públicas

Um dos interesses descritos como mais elementares para o exercício da filantropia contemporânea, por parte das elites, seria a capacidade de influenciar políticas públicas e/ou pautar debates do que consideram como *problemas sociais*. Para tanto, meus interlocutores e boa parte dos impressos consultados, como a Revista Filantropia, indicam o *Advocacy* de causas, por meio da constituição de *lobby* de *experts* para negociar junto ao poder público. De acordo com definição do Instituto Filantropia:

O *advocacy*, sem tradução literal para a língua portuguesa, consiste em um conjunto de ações que visam influenciar a formulação, aprovação e execução de políticas públicas junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e à sociedade, por meio do trabalho em redes e a mobilização da mídia. Trata-se de tema de interesse para organizações do Terceiro Setor e pesquisadores que objetivam provocar mudanças na sociedade a partir de

políticas públicas nas áreas da saúde, meio ambiente, direitos humanos, crianças e adolescentes, educação, direito do consumidor, trabalho, entre outras¹⁰¹.

Na cidade de Porto Alegre, ao longo do campo de pesquisa, nos anos de 2013 e 2014, pude observar uma dinâmica em curso, a saber, a elaboração de uma política pública envolvendo iniciativas e *advocacy* do setor privado e do terceiro setor. A partir de uma série de atores - especialistas, Institutos e Fundações - que trabalhavam com Galpões de reciclagem e com a pauta do lixo urbano - tendo suas indústrias a necessidade de adequação à legislação ambiental em termos de resíduos sólidos¹⁰² (especialmente no caso de indústrias de plástico e aço), a atuação e articulação com o Governo Municipal resultou na política “Todos Somos Porto Alegre”, no caso, a retirada de carroceiro e carrinheiros, catadores de lixo, das ruas.

3.2.5. Aqui se conjuga o empresário, a “comunidade” e uma política pública

Em abril de 2014, retomei o campo de pesquisa, após ter produzido a primeira monografia¹⁰³ com base no campo exploratório de 2013. Nesta ocasião, voltei a conversar com Ricardo, que me recebeu no escritório da Cooperativa. Ele me perguntou se participei do Congresso GIFE. Disse que não e ele respondeu: “ah, mas então tu perdeste. Tudo sobre filantropia estava lá”. No entanto, os preços das inscrições¹⁰⁴ foram impeditivos da minha participação naquele momento. Esta é mais uma característica do campo que segui, uma pluralidade de Institutos, Fundações e Associações - das quais destaco GIFE, ETHOS, IDIS e Instituto Filantropia, conforme publicação da Revista Filantropia, também objeto deste estudo - promovendo incontáveis eventos com empresários, profissionais da área, atores do Governo como o Ministro Gilberto Carvalho e assessora especial do Ministro, Laís de Figueirêdo Lopes que estaria novamente presente neste evento do GIFE, etc.

¹⁰¹ Disponível em: www.dialogosocial.com.br/advocacy-s351-1.html#.U9K5H_IdWCk Acessado em 25 de julho de 2014.

¹⁰² Ver <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000040/000040B9.pdf>> e <<http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/77/i04-aintroducao.pdf>> Acessos em: 2 Nov. 2014.

¹⁰³ Trabalho apresentado no Seminário de etnografias da economia e da política PPGAS/UFRGS, março de 2014, intitulado: “Amor [estratégico] à humanidade”: configurações do investimento social privado e o mercado filantrópico no Brasil e Estados Unidos.

¹⁰⁴ Ver Anexo D.

Uma constante na pesquisa que desenvolvi com este grupo de dirigentes, foi que muitos deles têm ou tiveram experiência acadêmica, doutoraram-se e se interessam por pesquisa. As minhas conversas e entrevistas, excetuando a entrevista com a *beneficiária* no Centro Popular - talvez a *outra ponta* dessas ações - eram sempre iniciadas por um tom de orientação. Os meus interlocutores indicavam com quem eu deveria falar, onde deveria ir, o que deveria ler e, em certa ocasião, fui até mesmo presenteada com livros por um empresário. Como bem salienta Lúcia Müller (2010, p.55): “...todas essas questões ficam mais complicadas quando nos damos conta de que vivemos em uma sociedade em que a visão empresarial está se tornando dominante em quase todas as dimensões da vida social, como na gestão pública, em organizações da sociedade civil, inclusive nas universidades”.

Dessa forma, diversas vezes surgiu o incentivo de buscar referências naquilo que estava sendo lido pelos interlocutores. Ricardo sugeriu ainda que eu deveria partir de algumas hipóteses referentes à questão da razão de não se doar tanto dinheiro no Brasil [quanto nos EUA] e citou quais seriam suas apostas: desconfiança das pessoas em relação às ONGs e OSCIPs; indicou que eu deveria procurar pessoas que já falaram sobre isso como Marcos Kisil, no momento, Presidente do IDIS. Na sequência, explicou o que seria, a seu ver, a diferença da concepção de voluntariado no Brasil e nos EUA: contou-me que via o voluntariado como forma de militância nos EUA, enquanto no Brasil seria visto como *filantropismo* - termo que utilizou (pela segunda vez) com carga pejorativa.

Segundo ele, no Brasil haveria uma *ambição alterativa*, enquanto nos EUA, a ideia seria de *fazer o bem*, algo como a *ética protestante*. Da mesma forma, indicou que no Brasil haveria uma falta de isenção/dedução fiscal e faltaria fazer o *advocacy* das causas. Para Ricardo, a temática da filantropia no Brasil envolveria a questão da identidade nacional e disse que o brasileiro tem o que Nelson Rodrigues chama de “Síndrome do cachorro vira-lata” - elemento que iria se repetir na fala de um Diretor de uma grande agência de publicidade e vice-presidente de uma Instituição para jovens e crianças - ao tratar do Terceiro Setor e das doações no país.

No entanto, apesar da constante reclamação de que o Governo não incentivaria as doações e de que seria preciso ter um marco regulatório¹⁰⁵ mais

¹⁰⁵ Lembrando que, posteriormente aos eventos trabalhados, foi sancionada em 31 de julho de 2014 a Lei 7.168/2014, que regula as parcerias entre Organizações da Sociedade Civil (OSCS) e órgãos

claro, Elisa Reis (2004) já indica a concepção de que a elite brasileira tem da intervenção estatal quando se trata de trabalhar com a *pobreza*. Apostando ainda fortemente no papel do Estado - embora condenando-o como paternalista incessantemente - essa elite espera que o Estado intervenha melhorando as condições de vida de toda a população, ou seja, não se trata de uma questão de redução da desigualdade, menos ainda de redistribuição de renda - fator também demonstrado por Sklair na fala de interlocutores (2010, p.98 e p.223): “Não acho que deva ser assim: por ter dinheiro, tenho que fazer alguma coisa” [trecho de entrevista, SKLAIR, 2010, p. 98]. Além das ONGs, o OSCIPs alinham-se cada vez mais à lógica empresarial, as elites que desenvolvem as ferramentas, discursos e práticas a dominar este universo insistem no argumento de que estão *cobrando uma lacuna, fazendo aquilo que o Estado não faz, mas deveria*. Como indica ainda a autora:

(...) São discursos sofisticados que apoiam inúmeros esquemas originais, todos com grandes aspirações para a ‘transformação social do país’. Mas são discursos que pouco contemplam a ideia de que, para reduzir a pobreza brasileira, poderia também ser necessário reduzir a concentração de sua riqueza (SKLAIR, 2010, P.223).

De acordo com Reis:

(...) as elites enfatizam espontaneamente a temática da desigualdade, consideram-na problemática para toda a sociedade, mas tendem a rejeitar reformas distributivas. Como recurso de mudança no padrão de acentuada desigualdade, preconizam medidas patrocinadas pelo Estado que proporcionem a todos melhores condições de vida. Ou seja, as elites favorecem uma orientação de política que privilegia a superação da pobreza, mas não da desigualdade (REIS, 2004, p.49).

Ricardo explicou-me ainda que as Fundações, no geral, são críticas ao Brasil, fazem oposição ao Governo e trabalham com a noção de *mudar o mundo*. Ele me informou como é feito o *Advocacy* em torno de causas: “Primeiro é preciso constituir *lobby*, redes em defesa da causa; encontrar especialistas que representam a causa e que irão frente ao Governo pressionar para que haja mudança na pauta pública”. Diz que isso começa com os ecologistas. “Segundo: necessita-se de conhecimentos, dados, informação, é aí que o Governo chama esses *especialistas*, que produzem e detêm o *conhecimento* (FOUCAULT, 1987). Terceiro: criam-se modelos de projetos, com metodologia, para interferir na realidade social” (e aí lembro do conceito de

Tecnologia Social (MACIEL; FERNANDES, 2011) trazido por uma interlocutora). Ricardo enfatizou que a Fundação Boticário, por exemplo, seria referência sobre meio ambiente, conservação, de que o Governo em certo ponto nada fazia sem consultá-la na área; a Coca-Cola seria referência no âmbito dos catadores/reciclagem; e assim indicou o nome de uma pessoa para interlocução, disse que era *lobbyista*, trabalhava em uma Fundação e fazia o lobby para o terceiro setor.

Após ele indicar mais alguns nomes, expliquei a ele a dificuldade que estava tendo em acessar *o outro lado*, as pessoas que são - assim chamadas - beneficiárias dessas ações, pois meu interesse era trabalhar com um quadro amplo da filantropia no Brasil. Indiquei - como havia feito anteriormente - meu interesse em conhecer Galpões de Reciclagem - que estariam dentro de projetos de Institutos empresariais e agora alinhados com a política pública de retirada de carroceiros e catadores de lixo das ruas: “Todos somos Porto Alegre”. Ele chamou então Araci, disse que era com ela que eu deveria falar, que ela coordenava a cooperativa em uma vila da cidade e era uma conhecida líder comunitária. Também contou que ela acabara de ganhar um edital da prefeitura de Porto Alegre para montar uma equipe de abordagem na rua com os catadores de lixo. Peguei o contato de Araci e combinamos que eu marcaria, por intermédio de sua secretária, uma visita à vila.

3.2.6 Em busca dos beneficiários: Visita ao Centro Popular¹⁰⁶

No dia 9 de maio de 2014, dirigi-me ao Centro Popular que abrigava um pequeno Galpão de Reciclagem. Cheguei ao local e logo encontrei Silvana, quem me atendeu ao telefone e agendou minha conversa com Araci. Ela me levou até uma sala, na qual três moças conversavam e trabalhavam em seus computadores. Logo chegou Sara - a quem eu já havia visto em um vídeo no site do Centro Popular - e Ana, que havia se apresentado como filha de Araci. Naquele momento então, ela explicou que Araci teve um imprevisto e não poderia me receber, mas que Sara me mostraria tudo e depois Ana estaria disponível para responder as minhas questões. Inicialmente, Sara me levou até a creche, que ficava um pouco acima na ladeira, do outro lado da rua. Na caminhada, contou-me de seu filho que fizera uma viagem

¹⁰⁶ Os nomes já estão trocados para preservar a identidade de meus interlocutores.

internacional como parte de suas atividades de jiu-jitsu a partir do Centro Comunitário. Na creche, passamos de sala em sala cumprimentando as professoras e as crianças. Ela explicou que na creche eram atendidas cerca de 120 crianças, com idade entre três meses e cinco anos.

Ao retornar, passamos pelo Galpão de Reciclagem, muito pequeno, no qual cerca de seis pessoas trabalhavam. Voltando ao Centro, Sara falou-me sobre um novo projeto, que seria lançado no dia seguinte, em parceria com uma empresa de telefonia celular e a Federação Gaúcha de Jiu-Jitsu. Perguntei então qual seria a participação deles [empresa] no projeto e ela informou que “eles pagam os treinadores e quimonos”. Inicialmente, com duas turmas: 15 alunos na turma da manhã e 15 na turma da tarde.

No Centro passamos ainda pelo Laboratório de Informática e uma pequena biblioteca. Sara acrescentou que oferecem aulas de maquiagem nas segundas e terças-feiras, uma sala para o Pró-Jovem, uma Sala de Cinema (em reforma), um Telecentro e o SASE (Serviço de Apoio Socioeducativo). Na sala do SASE, Renara nos recebeu enquanto realizava atividades com cinco crianças. Informou que se tratava do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos de idade. Disse que havia gente na lista de espera e que naquele momento teria um registro de 96 crianças para atendimento, mas sua meta seria baixar para 80. Renara conversou conosco e falou sobre como a vila teria melhorado muito, que hoje os “carrões dos moradores de condomínios próximos atravessam a vila para cortar caminho¹⁰⁷”. Renara contou ainda que entrou no Centro como educadora na coordenação há cerca de dois anos. Seguimos a visita, Sara informou sobre a existência de duas assistentes sociais contratadas e me mostrou uma sala que, naquele momento, estava com a porta fechada. Sobre a inscrição na porta :“Serviço atendimento familiar”, ela acrescentou a informação de que “deveriam estar em atendimento”. Na cozinha, contou que eram servidas, diariamente, cerca de 150 refeições para as pessoas da equipe. Voltamos à sala administrativa e Sirlei apresentou-me outra filha de Araci, responsável pelo projeto de jiu-jitsu lançado com apoio da empresa Tim de telefonia, e que leva crianças “carentes” vencedoras de campeonatos todos os anos ao mundial em Abu Dhabi, Emirados Árabes.

¹⁰⁷ Ver SKLAIR (2010) para a questão de Antropologia Urbana e segregação nas cidades.

Agradei e iniciei uma conversa informal com Ana - coordenadora do centro de triagem. Expliquei brevemente meu tema de pesquisa e falei da dificuldade de ter acesso aos números de valores de doações- especialmente quando tratava de saber o quanto é doado por empresas - e meu interesse em saber sobre sua articulação com o Governo. Ana Paula informou que a maior parte dos recursos viria via Lei da Solidariedade no RS, por meio de editais, e que no site do Governo seria possível ver as empresas que aderem à lei do Governo Estadual; ela me falou como funcionava via um Instituto empresarial antes (extinto em janeiro de 2014): o Instituto abria editais para galpões de reciclagem (e diz que a média foi de 12 galpões no Estado); fazia balanço para a doação, valor que a empresa destinaria via lei da solidariedade à Rede de Parceria Social¹⁰⁸.

Pedi então a ela que me falasse um pouco sobre a questão da reciclagem e como se articulam Empresas, Institutos e Governo. Ela me falou sobre a extinção do Instituto empresarial e como a questão passou a ser centralizada na empresa transnacional. Ela me apresentou, como exemplo, um projeto da Coca-Cola para o ano de Copa do Mundo, envolvendo catadores de lixo no RS: a empresa montaria um posto de coleta no estádio durante os jogos do mundial e três representantes de galpões de reciclagem de Porto Alegre foram selecionados para trabalhar no local para que os turistas pudessem visitar, uma espécie de *unidade modelo no estádio*. Observei que Ana vestia a camiseta do “Todos Somos Porto Alegre”, que me mostrou empolgada quando perguntei sobre o projeto. Ana explicou que fechariam uma equipe de trinta e três pessoas para realizar a primeira etapa: busca ativa nas ruas de catadores e carroceiros em convênio com Prefeitura Municipal. Voltando à questão de doações, ela disse que a partir da lei da solidariedade fica claro para as empresas mostrarem o que é repassado e que a principal forma de doação é pela rede. Explicou que pessoas física e jurídica podem fazer doações para o Centro por meio do Funcriança (estadual) e do Fundo Nacional de Assistência a Crianças e Adolescentes.

Como vimos, essas leis incentivam, mas também parecem limitar as doações na medida em que pessoas físicas e pessoas jurídicas doariam somente aquilo que pode ser fiscalmente abatido. Assim, as doações individuais de pequenos valores

¹⁰⁸ Sobre a Lei da Solidariedade, ver: <http://www.stds.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=2055> Na página da Rede Parceria Social na internet [<http://www.redeparceriasocial.rs.gov.br/>] deparamo-nos com os logos das seguintes organizações: Gerdau, Renner, Randon, Arteccla, Zaffari, Dana, CEEE, Sulgás, Banrisul, FAMURS, Parceiros Voluntários.

ainda são vistas como as malfadadas esmolas ou doações assistencialistas. Essa moralidade negativa da caridade procura dar força a uma prática filantrópica otimizada.

Assim, após ter mapeado e acompanhado a rede que perpassava Investimento Social Privado, Responsabilidade Social Corporativa e uma política pública, optei por focar em atividades nominadamente voltadas ao voluntariado e à filantropia, por serem também integrantes do quadro mais amplo do terceiro setor. Além disso, o voluntariado entra nas contabilidades de organizações e *rankings* internacionais filantrópicos. Nas próximas seções, analiso um grupo focal em filantropia e trabalho com atores do setor e voluntariado.

3.2.7 Grupo Focal Escola de Administração da UFRGS: “Filantropia e qualidade de vida”

Por meio de uma rede social, recebi o convite de um amigo - a quem conheci durante o campo de pesquisa de mestrado, mexicano, estudante de pós-graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA - UFRGS) - para participar de um grupo focal, organizado por um de seus professores, no intuito de tratar da temática “a relação da filantropia com a felicidade nos porto-alegrenses”. Expliquei a ele que teria interesse em etnografar o grupo e, assim, aceitei participar. O grupo focal aconteceu no dia nove de setembro de 2013, às 18h30, em uma sala de aula da EA - UFRGS. Éramos dezesseis participantes, entre estudantes, profissionais liberais - como psicólogos(as) e advogados - voluntários em ONGs, empresários e coordenadores de Institutos. Sentamo-nos em cadeiras dispostas em semicírculo. Uma pessoa filmava, no centro da sala, um microfone, e duas pessoas [1 rapaz e 1 moça] - estudantes EA - tomavam nota, uma moça fazia a mediação. Com exceção de um rapaz, proprietário de uma pequena empresa - como se apresentou - que disse doar 10% do faturamento *para caridade*, quase todos os demais se apresentaram como pessoas com *experiência de voluntariado*. Neste evento, passei a atentar então para discursos e lógicas acionadas por aqueles que dizem que *colocam a mão na massa*. Diversos pontos surgiram ao longo de quase duas horas de conversa e debates.

Uma das primeiras justificativas citadas para a realização de doações e de trabalho voluntário apareceu justamente no sentido da satisfação pessoal: “acredito

que o voluntariado nos conduza à felicidade”. Logo na rodada de apresentações, um participante, que se identificou como engenheiro de telecomunicações, declarou: “nunca fiz voluntariado apesar de ser doador, acho que é muito gratificante, mas já pago impostos, acho que o governo deveria fazer”. Essa ideia veio a se destacar em falas recorrentes em campo - especialmente no que irei destacar ao tratar do Fórum de Filantropos e Investidores Sociais - a de que o terceiro setor estaria fazendo o trabalho do Governo, de que ao cabo do Governo deveria ficar o que está sendo feito pelos filantropos, de que o Governo deve estabelecer um marco regulatório mais claro das doações, de que o Governo deve abrir mais editais para fornecimento de recursos, etc. Ou seja, uma distinção clara do que parece ser a lógica norte-americana de uma mínima intervenção estatal - como também apontarei em falas de interlocutores.

Ricardo, em nossa segunda conversa, esclareceu acerca dessa centralidade do financiamento por parte do Governo ao falar das ações da Empresa A, Instituto B e Galpões de reciclagem:

Todo mundo quer fazer parceria com Galpão, mas ninguém entra com a grana (...) é verdade que muita gente se aproxima, mas não bota dinheiro, a própria Empresa A não bota dinheiro, a Empresa A bota prensa, que não é dinheiro (...). A Empresa B bota dinheiro. Então tem a primeira questão aqui que quem bota dinheiro é Governo Federal, a Fundação A. botava dinheiro e a Empresa B. Então é pouca gente que bota dinheiro nisso. Governo Federal bota, o Tarso [Governo do Estado] tá prometendo e até agora não botou nenhum. As prefeituras botam pouco, na verdade, as prefeituras não botam dinheiro, elas fazem benfeitorias. Agora quem dá grana é só Governo Federal e todas as coligadas: BNDES, Funasa.

De volta ao evento, foi possível interceptar algumas falas em relação à doação de si, no caso, o fato de não esperar retribuições: “O voluntariado é o único momento em que você faz e não espera nada de volta”, “deve ser a glória você poder dar a vida a uma pessoa”. Um participante relacionou sua prática diretamente com a sua identidade religiosa: “no judaísmo, há o caráter religioso para doação, para o voluntariado. Chamamos Tsedacá, ou ato de justiça. A figura da pessoa que doa é valorizada dentro da nossa cultura, faz parte do jogo” (BOURDIEU, 1996). Outra participante, após ser questionada especificamente se achava que o voluntariado, a filantropia, influenciavam na imagem da pessoa perante a sociedade, retoma o mesmo argumento da valorização pessoal: “influencia, sim. As pessoas olham pra ti como aquela que ajuda todo mundo”.

Desta forma, um ponto de convergência, observado em distintas instâncias - voluntariado, filantropia e investimento social - é a valorização do sujeito que doa. No entanto, no geral é possível identificar como as justificativas para ação que aparecem nesta esfera já são um tanto distintas daquelas do circuito dos investidores sociais – em que o lucro e o retorno são e devem ser esperados, como uma consequência quase natural da alocação de trabalho e recurso que fazem - no voluntariado e no que proponho chamar de doação individual (em distinção ao composto mercadológico/administrativo dos institutos e fundações empresariais, podendo estender a noção de doação de pessoa física) discursos sobre a *satisfação pessoal e o não esperar nada em troca* parecem predominar.

Já próximo ao encerramento da atividade, após uma participante citar o “Projeto Pescar” e dizer que as ações devem ser de “ensinar a pescar e não de dar o peixe” (Ferguson, 2015), a mediadora lança a pergunta “você acham que o voluntariado vem para preencher um sentimento de culpa?”, eis que aparecem as seguintes respostas: “pode ser (...), se eu tenho muito dinheiro e eu penso ‘será que eu contribuí com o mundo?’. Não, não contribuí. Então espera aí, vou lá e vou doar dinheiro para não me sentir culpado”. “Talvez a intenção seja preencher, mas aí se vai preencher eu já não sei, pode qualquer coisa, né. Deve haver muitas pessoas no mundo que tomam a iniciativa de voluntariado porque se sentem culpados né”. “Se a gente for tentar achar o porquê de cada um que faz o voluntariado, a gente nunca vai achar uma resposta, porque não existe uma resposta, cada um tem seu motivo (...). A gente consegue identificar os resultados: a sociedade vê com bons olhos quem faz, funciona ou não funciona? Talvez (...). A gente consegue perceber alguns arranjos aí: no pós-guerra teve um crescimento disso tudo”. Essas últimas falas, podem ser diretamente relacionadas com alguns argumentos trazidos por Ricardo, em nossa primeira conversa:

...a empresa privada se legitimou com o fim da guerra fria. De equipamento exploratório, predador da riqueza da comunidade, além de tudo são aliados do Estado, essa aliança de oligarquia política e crise econômica né... então o debate em torno da empresa privada, ele é um debate muito ideológico, né, se a empresa... é uma noção ideológica, de guerra de posições e conflito, quem é que vai hegemonizar, a ideia de hegemonia... a recíproca é verdadeira: as ONGs sempre foram vistas com desconfiança pelos empresários, foram vistas sempre como marionetes comunistas (risos). Bom, o fim da guerra fria ele acaba com isso (...). A minha primeira hipótese é que todos desejam compartilhar... é aquela hipótese do Weber: todos se sentem motivados a compartilhar com os outros a sua bem aventurança, essa é a frase do Weber, compreende? (...) E a motivação é muito pessoal.

Cada um tem uma motivação diferente, viu? Eu te diria o seguinte: ao olhar oitenta sócios [do GIFE] eu encontrei oitenta motivações diferentes, compreende? Então, não existe... outra coisa é que tu foge da tentação de explicações fáceis. Não existe uma regra que diga "o cara tem objetivo de *marketing*" ou "o cara tem culpa". Não existe essa regra que consiga abarcar 20% do universo. Não é verdade. A verdade é que cada um tem... O Geraldo Linck, que criou o projeto Pescar, foi assaltado aqui na Praça da Alfândega. No dia em que ele foi assaltado ele decidiu que ia fazer um projeto para jovens pobres, compreende? O Seu Maurício, o Sirotsky, criou pelo humanismo judaico dele, a cultura judaica compareceu. Cada um tem uma motivação diferente, né, mas todas elas têm a sua própria história, têm sua própria trajetória, tá? Bom, motivações são diferentes, são distintas né. A novidade é que isso começa a se tornar sistemático a partir dos anos 90. Isso começa a ter sistematicidade, regularidade, orçamento e programa. Diário de campo. 7 de maio de 2013.

3.2.8 Voluntariado: Entrevista Cristina, ONG X

No final do mês de outubro de 2013, retomei o contato com Cristina - esta me foi apresentada por Ricardo - colaboradora da ONG X desde 1998, para marcarmos uma entrevista. No dia 30 do mesmo mês, conversamos então na sede da organização, no centro de Porto Alegre. Nosso encontro durou cerca de duas horas. Cristina me explicou o funcionamento da organização, suas *metas, quadro de missão, visão e valores*, bem como aquilo que vê como desafios a serem enfrentados no terceiro setor. A partir deste enfoque, pedi a ela que me falasse um pouco sobre sua ida recente aos Estados Unidos e sobre as diferenças que percebia em relação ao Brasil. O primeiro fator citado foi o *Advocacy*¹⁰⁹, como ela explicou: “não tem no Brasil como nos Estados Unidos” e também indicou a baixa porcentagem de abatimento no imposto de renda no Brasil. Cristina mencionou ainda o fato de o Brasil ser signatário dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹¹⁰ da Organização das Nações Unidas (ONU), o que poderia impulsionar o setor. Na sequência, contou-me como, quando reunida em família, por vezes era *acusada* de ser *ingênua*, especialmente pelo irmão, advogado. Este comentário reforçou a ideia encontrada de uma descrença nas atividades de ONGs, Institutos e Fundações que parece estar presente no cenário brasileiro.

¹⁰⁹ "Advocacy" encompasses any activity that a person or organization undertakes to influence policies. There is great latitude in this definition, and some people consider advocacy to be all activities that are not specifically lobbying, such as public demonstrations, or the filing of friend of the court briefs".

Disponível em:

<<http://web.archive.org/web/20100402225054/http://www.npaction.org/article/articleview/76/1/248>>

Acesso em: 16 jan. 2014. Ver também a definição geral em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Advocacy>>

¹¹⁰ Ver <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>

e <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3760>> Acessos em: 16 jan. 2014.

Questionada sobre suas impressões acerca da conferência do IDIS para filantropos e investidores sociais, Cristina disse que havia gostado muito, apesar de ter achado o evento muito “ensimesmado”, voltado para si mesmo e somente para São Paulo:

É nós falando para nós mesmos, é nós nos elogiando. Então é o vídeo conosco, são as palestras para aqueles que já se conhecem. Eu imagino que aquele evento deve ter tido um orçamento bem alto para acontecer e poucos são os novos que estão ali. Então em um momento que a gente precisa expandir, porque eu acho que o Brasil ainda está num momento de conscientização né, do assunto, responsabilidade social, investimento social, seja lá, voluntariado, essas coisas... que na minha visão eu chamo de uma cidadania ativa, é preciso expandir no Brasil...

Pensando em uma escala evolutiva da filantropia, pode-se dizer então que o Brasil se encontra, de acordo com Cristina, em uma fase inicial, de tomada de consciência. Jéssica Sklair (2010), em sua pesquisa sobre filantropia paulistana, trata também de conscientização ao falar do Programa Novas Gerações voltado para a segunda geração de herdeiros de grandes fortunas, para que comecem a se conscientizar dos problemas sociais e da parte que ocupam em um quadro maior. Quanto à crítica de Cristina, Kohl-Arenas (2015) demonstra em seu trabalho acerca da filantropia norte-americana como distintos agentes criticam e negociam as práticas filantrópicas e suas conseqüentes relações o tempo todo no setor, ou seja, ele é heterogêneo.

Ao tratar das diversas terminologias no setor e da importação de lógicas norte-americanas, Cristina questiona o fato de jamais ser abordado - nos espaços em que circula - modelos europeus e sugere que talvez seja pela força dos estados nacionais na seguridade social, necessitando menos das estruturas não governamentais. A questão do ego e do ranqueamento, bem como uma resposta cultural, aparecem como fatores para distinguir as doações no Brasil e nos Estados Unidos:

Até uma pergunta que eu queria fazer [na conferência do IDIS] é por que a gente se empresta somente de conceitos norte-americanos? A Europa não faz isso? Porque tu viu eles falarem só em americanos, a gente se empresta do conceito americano de filantropia que é o seguinte: primeiro, os Estados Unidos têm muito incentivo para pessoa física e outra coisa que aprendi quando fui fazer o curso de *fundraising* lá com eles é que eles têm um ranqueamento dos maiores filantropos do país e isso é status, é ego. Isso alimenta uma posição social importante na cultura norte-americana, aqui não. Lá, quanto mais tu doa, tanto mais tu tens incentivo para doar, é crescente. É uma questão de viver naquela pólis lá, tem um status quo, eles

têm uma inteligência para descobrir os maiores filantropos. Isso movimenta a dimensão cultural do país que nem dá para imaginar... Eu ser um filantropo nos Estados Unidos é eu conhecer as melhores galerias de arte, é eu estar com pessoas intelectualmente bem providas, é uma coisa que alimenta intelectualmente e em termos de sociedade também. É muito diferente da visão que o Brasil tem sobre isso. É cultural, é da essência deles. Se tu olhar como os EUA nasceu e o Brasil nasceu, tem diferença... No Brasil não temos a dimensão do todo, o se importar com os vizinhos, isso tem a ver como a gente se constituiu como um povo, como nação, é tudo fracionado e fraciona voluntariado, RSC, ISP... Falta a perspectiva do dever e não só do direito.

No âmbito da iniciativa individual, e mesmo do reconhecimento público da figura do empresário que faz filantropia, aparece a questão do *status* e *ego*, o que seria motivado principalmente a partir de um *ranqueamento de filantropos*. A questão do ego já havia aparecido no Fórum de Filantropos e Investidores Sociais, em duas ocasiões: a primeira fala fazia referência a “nós, a elite, os vencedores, temos que ser responsáveis pelos mais fracos. A etimologia da palavra elite é: de Deus, despertar, humanidade pela doação, desapego, amor incondicional, consciência individual e isso está associado ao ego” [Cristina, que sentava ao meu lado, exclama “totalmente”] “quando se doa, a consciência se amplia”. Não parece ser à toa que, em contraposição à ideia de “vencedores”, a palavra “perdedores” ou “losers” é um dos xingamentos mais populares e degradantes no idioma inglês, no contexto da cultura estadunidense.

E em um segundo momento, na fala de um representante internacional que explicou como ficava sentado em seu escritório pensando políticas, enquanto a esposa trabalhava em uma escola ajudando as crianças. Ele conta ainda que ela teria lhe dito: “eu ajudei alguém, você ajudou ninguém, talvez seu ego”, o que despertou muitos risos na plateia. Associando a questão da menção ao ego e o riso, parece possível - e plausível - interpretar que há qualquer coisa aí, na representação do filantropo como uma imagem egóica, do amor próprio e da autorrealização, que promove uma ruptura - a qual suponho ser mesmo de ordem moral - já que o dever ser neste campo muitas vezes passa por valores de altruísmo e desapego. Douglas (1993: 95) já indicava que “todas as piadas têm esse efeito subversivo da estrutura dominante das ideias”¹¹¹. Ao tratar do humor como forma de representação, Saliba (2002: 17) indica que este “brota exatamente do contraste, da estranheza e da

¹¹¹ Tradução minha. No original “All jokes have this subversive effect on the dominant structure of ideas”. Para mais discussões sobre riso e humor ver Burke(2000); Clastres (1978); Le Goff (2000); Macedo (2000).

criação de novos significados”. Propp lembra também que “no âmbito de cada cultura nacional diferentes camadas sociais possuirão um sentido diferente do humor e diferentes meios de expressá-lo”.

Ainda atrelado à questão da imagem pessoal, Cristina explicava: “o lucro pra empresa não é só recurso monetário, o empresário ele quer ter sucesso no seu negócio e sucesso não significa só retorno econômico, ele quer ser admirado como líder, como um cara mecenas, como um cara inteligente (...) e a responsabilidade social ela traz isso pra ele, ele não quer apenas ter lucro no balanço, ele quer entrar num restaurante e ser olhado com admiração e nesse sentido a responsabilidade social pode ser que traga esse tipo de retorno intangível, imponderável que é o prazer institucional, que é prazer subjetivo institucional de quem é admirado na sociedade”, o que reforça a ideia de que circular nesses espaços, fazer parte dessas redes elabora uma forma de distinção e obtenção de capital social (Bourdieu, 2006).

3.3 TERCEIRO SETOR, INSTITUTOS E FUNDAÇÕES: UM CENÁRIO DE DISPUTAS

Tendo observado até aqui como os atores em questão estão construindo discursos, práticas e performatividades do que elaboram como o mercado da filantropia no Brasil, não posso ignorar a centralidade da lógica administrativa e de gestão presente nesse universo, o que também já foi notado por pesquisadores como Landim e Scalon (2010) e Paula e Rohden (1998). No entanto, na pesquisa de Paula e Rohden (idem), sobre o Prêmio Eco, na década de 90, os autores indicavam que “No Brasil, entretanto, as fundações ocupam uma posição minoritária, já que sua criação se concentra nos últimos anos”. Esse cenário parece ter se invertido: em 2014 os Institutos e Fundações ligadas a empresas parecem centralizar o universo das *doações* e dos *projetos sociais*. É este enfoque que priorizarei dentre os diversos elementos trazidos em um evento intitulado 11º Seminário do Terceiro Setor gt3s: Gestão, Sustentabilidade e Parcerias em Debate.

Logo no início deste evento, encontrei o interlocutor Ricardo sentado na primeira fileira e fui cumprimentá-lo. Mais tarde, ele veio até mim e apontou a Assistente Social, Diretora de uma Fundação e com uma trajetória profissional ligada ao Terceiro Setor dizendo que seria uma pessoa com quem eu deveria conversar e que, de fato, viria a ser uma interlocutora. Nesta ocasião, Patrícia Mendonça,

Doutora em Administração Pública e Governo, Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, Professora da Universidade de São Paulo (USP), divulgou a pesquisa encomendada por uma rede de organizações (FGV CEAPG; WF Kellogg Foundation; D3 - articulação para diálogos, direito e democracia e Aliança Interage), intitulada: “Arquitetura institucional de apoio às entidades da sociedade civil¹¹²”. Patrícia iniciou sua fala indicando que a pesquisa partiu também de uma necessidade de “pressionar o Governo por políticas públicas de direitos”. Ela enfatizou em sua fala pontos como: “como fazer para conseguir dinheiro com Governo, empresas, doadores locais? ”; “Como convencer a sociedade do apoio que estamos dando?”; “onde está o dinheiro da sociedade civil? Há uma grande falta de dados, informações sobre isso”; “4 fontes de recursos: cooperação internacional; novos formatos; recursos públicos (convênio Governo Federal); Investimento Social Privado - corporativo - filantropia empresarial”; “novos formatos não são novos propriamente, mas aliados com a tecnologia da informação, etc., se torna novo”; “necessidade de pressionar o Governo - organizações que lutam por Direitos para fortalecer a democracia”, “ONGs profissionalizadas a partir da Constituição de 1988”; “Arcabouço conceitual dos “direitos humanos” (ONU); “Dificuldade em obter dados sobre financiamento das OSCIPs - limitados, desatualizados, sem parâmetros de medição/acompanhamento”; “De onde tá vindo o dinheiro? A gente não consegue responder essa pergunta, a gente não sabe...”; “Crise desde 2008 nos países tradicionalmente doadores, “a África tá pegando mais [doações], diminuiu no Brasil; “redirecionamento de agendas neste âmbito” (meio-ambiente; saúde; agricultura); “os brasileiros doam muito, sempre doaram, mas isso nunca foi medido” (LANDIM; SCALON, 2000); “não tínhamos doações institucionalizadas, isto está mudando com o aumento da renda”; “IDIS indica que a doação informal acontece ainda muito em pequenas e médias cidades”; “EX.: São Paulo, abordagem “*face to face*” - pessoa aborda na rua, apresenta o projeto e já tem máquina de cartão - a plateia parece se espantar e conversa”. Patrícia apresentou os seguintes dados: Segundo Landim, o brasileiro médio doaria R\$396 ao ano. Segundo o IDIS, R\$388, “mas são pesquisas muito recortadas”. Segundo Pesquisa Child Fund Brasil, dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e censo IBGE - há 17 milhões de doadores no Brasil,

¹¹² Disponível em

<http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/arquivos/Pesquisa_Apoio_OS/ef_eixo_nov_for_mob_rec_osc_bras.pdf> Acesso em: 11 jul. 2014.

sendo o valor estimado de R\$5,2 bilhões/ano com a concentração na Classe C; “classe C seriam principais doadores”. Segundo Landim e Scalon em seu texto “Quem dá e quem não dá, eis a questão”¹¹³:

...entre os mais pobres e bota pobre nisso - há quem abra mão de alguma parte do que tem para fazer doativos. 8% das pessoas que recebem até um salário mínimo fazem doações em dinheiro. Mais que isso, entre as pessoas que têm renda familiar entre um e dois salários, 13% doam dinheiro para instituições (sendo que aí a proporção dos que doam bens - 26% - é idêntica a de quem possui mais de 20 salários). É muita gente. Qual a proporção cedida da renda? Nada menos do que 3,6% do que possuem - uma proporção muito maior, claro, do que a observada quanto aos mais ricos: para os que recebem acima de 20 salários, a quantidade doada representa apenas 0,8% da sua renda.

Patrícia Mendonça prosseguiu indicando que “há organizações internacionais captando [recursos] aqui, com todo seu *expertise*, para projetos no exterior”; “há a necessidade de criar base de dados, senão vêm estas organizações captar com nossos doadores e coloca em projetos fora do país”; “questão das denúncias [contra ONGs] e como a mídia divulga”; “problema que o Governo não mexe no marco regulatório”; “convênio como instrumento mais utilizado para transferência de recursos do Governo Federal”; “briga pelo marco regulatório, mas não para ajustar leis já existentes”; “Entendimento sobre defesa de direitos não é consensual no Governo”; “Esse dinheiro [das empresas] vai para OSCIPs? Não, a maior parte do dinheiro vai para operações, projetos internos em parceria dos Institutos e Fundações próprios das empresas”; “medo de que ONGs façam protestos, se oponham às empresas” - o IDIS teria mostrado um índice “animador” de que esse dinheiro pode vir a ser repassado¹¹⁴.

Destaquei os principais pontos de fala da palestrante, bem como suas principais indicações sobre a pesquisa, por serem pontos de fala recorrentes no universo em que circulo. A Professora Dr. Patrícia Mendonça encerrou a sua fala destacando que o cenário do terceiro setor, na captação de recursos, está se tornando crítico. Segundo ela, isso aconteceria devido à proliferação de Institutos e Fundações ligados a empresas, que agora não mais repassam recursos, investem apenas em seus projetos e muitas vezes esses são diretamente ligados aos interesses da organização - o que vemos novamente na entrevista a seguir.

¹¹³ Disponível em: <<http://www.ufrn.br/sites/engenhodesonhos/mediateca/artigos/Solidariedade.pdf>>

¹¹⁴ Pesquisa completa disponível on line em:

<http://www.avina.net/por/wp-content/uploads/2013/09/rf_eixo_nov_for_mob_rec_oscs_bras.pdf>

Acesso em: 19 jun. 2014.

3.3.1 Entrevista com Joana e Rosane

Tendo participado do evento do Grupo de Trabalho do Terceiro Setor (gt3s), marquei uma entrevista/conversa com Joana, que trabalhava em uma Fundação e coordenava os encontros do gt3s. Enquanto aguardava na recepção, visualizei na parede um mural, com o título “Mãos que ajudam” e vinte e uma placas de gesso com as mãos incrustadas de *personalidades* como Jorge Gerdau, Ricardo Vontobel, entre outros. Além disso, conforme informativo da Fundação visitada, poder-se-ia encontrar a “Parede do Capital Social” no interior do prédio da organização¹¹⁵. Fui recebida por Joana em sua sala, localizada na frente do prédio. Ela me pediu que falasse um pouco sobre minha pesquisa. Joana então acrescentou algo que me lembrou uma espécie de orientação para o trabalho, perguntando-me sobre meu referencial teórico e meu marco analítico para o estudo.

Eu acho que [a filantropia] está mesmo no DNA dos Estados Unidos. Aí é aquilo que a gente tinha conversado, o que eu estou imaginando é que tu estás tomando como tipo ideal, digamos assim, numa linguagem weberiana, tu estás tomando como tipo ideal a cultura norte-americana de filantropia, doação, enfim, que esse conceito eu acho que com o Professor Ruben tu vais ter que definir, se vai ser doação, se vai ser filantropia, se vai ser caridade, o que vai ser... porque investimento social privado e responsabilidade social já são conceitos mais das práticas empresariais e que eu acho que limitam muito para o que tu quer buscar, entendeu? As práticas empresariais elas vão estar dentro desse espectro, dessa cultura, digamos assim, que tu vais ter pessoas jurídicas, no caso, empresas, não só fundações, ongs, enfim, praticando essa cultura. Eu já excluiria esses conceitos, pra mim os teus grandes conceitos que tu tem que definir é ou filantropia ou é doação, caridade talvez, solidariedade, acho que são esses conceitos que são conceitos mais congêneres né, que tem a ver com o fato de pessoas e organizações que parecem ter no seu DNA uma sensibilidade e assumem muito mais um papel e uma função social diferente dos outros sujeitos né, não são só sujeitos políticos.

Por repetidas vezes, meus interlocutores em campo aparecem nessa posição que pode dar a ideia de mestre diante de seu aprendiz, bastante diferente das interações que percebemos em etnografias com classes populares. Também por esse motivo, esta pesquisa foi seguindo os contatos que apareciam mesmo dentro de um esquema “bola de neve”, ou seja, surgiam e aumentavam, conforme eu ia estabelecendo relações, circulando em campo e estabelecendo uma rede. Esse tipo de interação era muito benéfica na medida em que ia abrindo o campo à minha frente, mas também um tanto desgastante, pois a cada conversa se configurava um

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.fijo.com.br/jornais/outubro_2007.pdf> Acesso em: 20 jun. 2014.

novo estudo idealizado pelo interlocutor ou interlocutora em questão. Joana prosseguiu:

...então eu estou imaginando que tu estás tomando como tipo ideal a sociedade norte-americana que depois quando tu fores [para os Estados Unidos] tu vais ter que falsear isso, porque assim, por que a gente diz que a sociedade norte-americana ela é um tipo ideal? Bom, porque ela tem uma cultura de doação e um marco legal favorável para isto, entende? Não sei se daqui a pouco, se não tivesse, ela funcionaria desta mesma forma. Tem toda a questão da dominação norte-americana, tem muitas questões aí para ti..., mas a gente sempre olha para a realidade norte-americana no âmbito da filantropia muito mais com essa perspectiva assim "ah, lá eles praticam mais a filantropia porque eles doam mais", então eu acho que aí tu tens que ver assim 'bom, o que justifica isso, o que explica", do meu ponto de vista, de um lado é o ambiente legal, o incentivo, a legislação que existe para isso que tu terás que dar uma visitada. Tu terias que mapear os números dessas doações para depois poder comparar com as doações do Brasil. Aí tu tens o estudo da Patrícia [Mendonça, tratada anteriormente], por exemplo, que já está pronto e tu pode pegar. E aí no estudo da Patrícia tu vê, tu tens alguns indícios do tipo assim, o investimento do estado, o investimento das empresas é menor do que a doação que é feita pelos indivíduos, então no Brasil quem mais doa são os indivíduos. A fala dela ali aquele dia desconstruiu um pouco aquela ideia de que o brasileiro não doa, né? Agora por isso eu acho que é importante o conceito da filantropia e o conceito da doação, porque a doação normalmente ela é utilizada com um caráter financeiro, a transferência de recurso financeiro, eu só sou reconhecida como doadora quando eu transfiro algum recurso financeiro, filantropia não necessariamente né, quer dizer, eu como voluntária eu não vou doar um real meu, mas eu vou destinar horas do meu tempo de lazer ou de tempo de trabalho para trabalho voluntário... Eu acho que tu vai ter que configurar um pouco isso, o que tu estás entendendo. Eu posso ser alguém que está formando opinião favorável para as causas sociais, etc. Por exemplo, quando tu falas do empreendedor social, o empreendedor social é um negócio, é um nicho de mercado. Eu não sei se esse sujeito pode ser comparado ao sujeito que vai lá e doa, tipo a minha mãe, que está lá na casa dela e se sensibiliza e doa para alguma coisa, porque ela não está ganhando nada, o empreendedor social sim, esse é o negócio.

Neste trecho da fala de Joana, considero importante destacar o foco que recai sobre a doação individual como algo desconectado deste que venho entendendo com o mercado do social. No entanto, como apresentarei nesta tese ao tratar da filantropia estratégica, os *experts* e filantropos já enfocam doadores das diversas classes para tentar canalizar as doações para organizações intermediárias e não mais para o que entendem como “causa fim”. Da mesma forma, Joana separa as esferas da responsabilidade social corporativa e investimento social privado de um lado, enquanto doações, filantropia e caridade aparecem de outro. Mesmo nas bibliografias indicadas pela interlocutora, como no trecho abaixo, em que a doutora em Serviço Social Joana Garcia, em seu texto “O Negócio do Social”, tenta diferenciar filantropia empresarial e responsabilidade social, essa separação é tênue

e em outras falas outros interlocutores entendem todas essas práticas como integrantes do conceito mais amplo e abstrato de filantropia, e foi assim que optei por entendê-los, trazendo um panorama geral do campo no sentido bourdiesiano do termo:

Tu leste o livro da Joana Garcia, O Negócio do Social? É bem legal, é uma pesquisadora do Rio, é um livro bem pequenininho. [outra referência] é da Nataly Beghin, professora e pesquisadora do IPEA, ela coordenou aquelas pesquisas sobre ação social das empresas no Brasil, essa pesquisa tu conheces. Ela tem um livro da Coleção Primeiros Passos, "A Filantropia Empresarial: nem caridade, nem direito". ... Elas discutem um pouco essas questões no cenário brasileiro; então Patricia, eu acho que tu tem que pegar desse tipo ideal norte-americano. Tu tens muito forte, além da questão da doação, o fato da filantropia estar muito concentrada nas pessoas que detêm grandes recursos financeiros. Então são trilionários que morrem que não tem família ou até tem família, etc e tal e doam toda a sua fortuna para a sociedade. E tu tem concentrado também nessa visão de grandes doadores, filantropos, enfim, empresários... assim, indivíduos que, pelo seu carisma, por sua penetração, poder econômico, etc., fazem em torno da sua imagem, né, são indivíduos. Então acho que tem isso. E outro aspecto bem importante é a formação sócio-histórica dos dois países, pois é completamente distinta. Então, o teu escudo comparativo vai ter que passar por esses dois filtros, formação sócio-histórica completamente distinta, embora mesmo continente, e segundo, ambiente legal, padrão de desenvolvimento econômico distinto também. Então que estranho, né, um país que é desenvolvido, potência mundial, ser o que mais doa e promove isso, então o que é isso? Então que cultura é essa? No caso brasileiro, tu tens outra realidade, tu tens uma formação sócio-histórica dependente, um país subdesenvolvido, que a gente não usa mais esse conceito, mas que é, e por séculos foi subdesenvolvido, com indicadores sociais de extrema desigualdade e exclusão, mas que eu não sei se é isto que gera e motiva uma cultura filantrópica. Tu vê, no nosso caso a gente não tem ambiente legal favorável, a filantropia para nós, no Brasil, é vista sempre como a forma instituída.

Joana prossegue dizendo que eu deveria focar meu estudo em biografias de filantropos e *experts* da área, uma proposta bastante semelhante ao estudo de Teresa Odendahl, desenvolvido com a elite filantrópica nos Estados Unidos - e que no Brasil haveria um foco em instituições diferentemente do foco no indivíduo norte-americano.

...tu terás que dar uma olhada em pesquisas que já foram feitas no Brasil com relação à solidariedade, ao voluntariado, etc., que aí tu podes encontrar pistas. Então tu tens o próprio estudo da Jaqueline Oliveira da Unisinos sobre a Parceiros [Voluntários], tem a pesquisa de um colega meu que foi feita... O que pragmaticamente eu observo da cultura dessas pessoas que fazem filantropia de alguma forma, que doam de alguma forma, que aqui eu estou usando os dois conceitos como se fossem semelhantes..., mas eu acho que não são, tu vais ter que criar um conceito, indicadores disso... teus conceitos ou é filantropia ou é doação. Porque é o que vai te permitir inclusive fazer o estudo comparativo porque a própria discussão sobre responsabilidade social nos Estados Unidos já está há anos luz da nossa, isso só vai te atrapalhar. O que eu observo na realidade brasileira, duas grandes motivações: uma delas, para que as pessoas se

mobilizem com isso, tem a ver com vivência pessoal. Eu passo por uma situação e desperto para uma realidade social. Essa identificação pessoal para mim é um dos elementos que constitui esse DNA, não acho que é consciência política, não acho que seja... acho que pode ser para um grupo muito menor, mas não acho, em função do grau de maturidade política que a gente tem, não acho que seja isso. Então eu vejo um grupo grande que tem a ver com isso, e nesse grupo também eu coloco pessoas que pertencem àquele mesmo segmento de vulnerabilidade e transforma isso numa possibilidade de acessar trabalho e renda, por isso, os estudos de caso talvez possam te ajudar, mas talvez muito mais centrados nos indivíduos e não nas formas institucionais. Daí é por meio da história de vida né. Pessoas tão pobres quanto que daí são beneficiadas, como tem no Filme Quanto Vale ou é Por Quilo? - ali é bacana porque mostra a projeção, é uma forma de eu me diferenciar naquele universo, então somos todos muito pobres, mas eu sou a pessoa que consigo sublimar a minha pobreza, digamos assim e ajudar a resolver os problemas da comunidade e ser reconhecida pela comunidade como um sujeito diferenciado, do bem, etc. Aí que eu me refiro ao DNA. Que DNA é esse? É a questão da cultura. Que cultura é essa que mobiliza? E tem o outro grupo, no Brasil, eu estou falando do Brasil, que vê nessa prática a possibilidade de *marketing* pessoal, de retorno de imagem para sua empresa, eu percebo esses dois perfis. Porque o religioso seria um terceiro, mas o religioso eu acho que na tua tese tu não tem como pegar também o religioso, porque daí é outro movimento que tu terias que fazer, que daí tem outra implicação, inclusive entidades filantrópicas do tipo confessionais é uma outra dinâmica, as lideranças religiosas, outra dinâmica, se tu pega o próprio Oded Grajaw, ele é judeu, é outra cultura. Então tu não tens como pegar... eu não pegaria quem tem vínculo religioso nesse momento, que daí tu tem outros determinantes.

Por entender a filantropia enquanto fato social total, optei também por abordar elementos de *ethos* religiosos presentes nos imaginários nacionais das comunidades brasileiras e norte-americanas. É possível observar modelos distintos também de pensamento acerca do campo e abordagem pelas falas da minha interlocutora. No escopo deste estudo se tentou integrar ao máximo essas divisões que argumento serem artificiais. Ainda, observo que a prática filantrópica, nas suas mais variadas vertentes, se cruza com o legado e a presença de éticas religiosas.

Joana destacou ainda uma pretensa ausência de consciência política no Brasil que justificaria a escassez de doações. Considero, entretanto, que a consciência política existe e é apenas de outra ordem: enquanto nos Estados Unidos as elites e mesmo as classes médias e mais baixas consideram como democrática a não intervenção estatal e o foco na liberdade e iniciativas individuais, no Brasil temos a centralidade da lógica de que o Estado deve ser forte em relação às questões sociais e os indivíduos não precisam fazer o que é de obrigação governamental. Questionada acerca de conceitos emergentes como a filantropia estratégica, Joana explicou:

É que todos esses termos estão sendo cooptados pelos modelos de gestão empresarial, e quem trabalha no terceiro setor e que tem formação técnica, que é o meu caso, eu não sou voluntária [na Fundação na qual trabalha]... aqui para mim é um trabalho técnico que, claro, supõe defesa de uma causa, em que acredito e defendo, porque eu entendo que as organizações da sociedade civil têm que ser protagonistas também, entende? Não acho que seja só papel do Estado resolver os problemas, mas acho que o Estado tem que ter a supremacia sim, nós também operamos políticas públicas... Bom, eu estou aqui como técnica. Então, tem um grupo muito grande, cada vez maior de profissionais técnicos que estão colocando a mão nessa cultura, e o fazem a partir de ferramentas de gestão existentes, que são quais, as do mundo empresarial. Só que isso se faz de forma muito bem feita e de forma nada bem feita. Tu deves ter lido Kotler [referência obrigatória nos cursos de comunicação e marketing]. O que a gente tem que desmistificar é que essas organizações também têm práticas de gestão que são inovadoras, digamos assim, e que não tem nada a ver com o modelo de gestão empresarial. Então a gente tem que quebrar com essa ideia que só o que vem do mundo empresarial é certo e a gente tem que incorporar. Porque o negócio é outro, a demanda é outra. Então não dá para transformar tudo numa linguagem empresarial. Esse monte de nome para a filantropia, para mim, é pura pasteurização desse paradigma, tu tens que colocar tudo do segundo setor no terceiro setor. Daqui a pouco, nós vamos ser um setor único.

Com base nas palavras de Joana, fui remetida à noção e à proposta do setor 2,5. Um setor que conjugaria a lógica e as ferramentas administrativas do segundo setor com o papel social do terceiro setor. Joana informou não concordar com essa proposta e ter medo que ela iniba iniciativas, especialmente de menor escala, da sociedade civil:

Eu discordo, pois isso, talvez, possa impedir outras iniciativas que vêm e que nascem da sociedade civil. Ou seja, isso vai limitar muito e eu acredito que tem é preciso ter um campo aberto para o que vem da sociedade, seja como for. Considero a questão importante, tendo em vista que é preciso seguir fomentando por ela ser da natureza das relações sociais que se estabelecem.

Joana, quase antecipando o futuro, em uma proposta que fui encontrar em campo já nos Estados Unidos, questionou: “Aí no momento que a gente disser não, não tem lugar para isso, isso vai para onde? Um quarto setor?”. E, de fato, já existem os propositores do quarto setor partindo da Universidade de Stanford. Ainda em tom de orientação, Joana prosseguiu:

A profissionalização traz essas anomalias, assim como o fato de as pessoas serem remuneradas para trabalhar com isso... então eu deixaria fora porque não acho que vai te ajudar. Isso já está explicado, é a profissionalização que tem como paradigma incorporar ferramentas de gestão do mundo empresarial para ensinar as organizações da sociedade civil a trabalhar com indicadores, com metas, etc.

Teresa Odendhal também indica disputas que surgiram em seu campo de pesquisa em função de questões salariais para pessoas de distintas classes atuando no setor. No caso narrado pela antropóloga, uma colaboradora que possuía fortuna passou a receber um salário mais alto que as demais colaboradoras. Aos poucos, a situação passou a gerar uma tensão insuportável, culminando no afastamento da colaboradora. Retomando sua ideia de foco no indivíduo, Joana ressaltou:

Voltando ao foco do teu estudo, isso não vai alterar em nada a tomada de decisão de um sujeito individual que por algum motivo olha para uma determinada situação e resolve colocar a mão. E eu acho que é isso que tu tens que ir atrás... metodologicamente pensando, nem que seja um estudo de caso, sejam biografias de lideranças, de técnicos referência na área que te indiquem também grandes doadores, grandes filantropos. Aí tu vais descobrir a história, a cultura dessas pessoas... talvez seja alguma coisa por aí... porque o formato organizacional já é um formato institucionalizado e daí a própria teoria do Bourdieu dos campos te explica. Acho que daí não vai ter novidade, a novidade talvez seja sair do foco do institucionalizado... mesmo que o sujeito faça parte de uma instituição, de uma organização, não tem problema... tem que descobrir o que motiva o Bill Gates, por exemplo... O teu foco é cultura mesmo, o que está no DNA, que faz promover e criar uma cultura de doação, de filantropia, tu vê com o Ruben...

Em visita à Fundação Bill e Melinda Gates, foi possível conhecer a história deles, no caso, desde a infância. Sabe-se que já se envolviam com filantropia e voluntariado por meio de suas famílias. Remonta-se a uma tradição (inventada e reinventada constantemente) filantrópica no país, nas famílias e indivíduos. O engajamento associativo celebrado como característico da democracia norte-americana para construir uma nação forte, com um Estado mínimo, de raízes protestantes, disposta ao empreendedorismo, geração de lucro e prosperidade dos trabalhadores e dos negócios, como nos mitos do *self-made man*, *self-made woman* e do sonho americano.

Ao final, ela me explicou que havia uma série de colegas que trabalhavam com pesquisas sobre o Terceiro Setor e me permitiu que conversasse longamente com uma delas. Iniciei assim uma conversa com Rosana, a quem expliquei um pouco de minha pesquisa. Ela informou que se interessava muito por Antropologia, e contou que teria *migrado* da engenharia para trabalhar com *desenvolvimento social* e que sempre que possível busca ler coisas relacionadas com a disciplina. Rosana enfatizou que haveria muita dificuldade das organizações do terceiro setor em levantar fundos e que muitas vezes a doação estaria relacionada com a questão religiosa. Buscando referência nas doações que são feitas nos EUA, sugeriu

ligações ao protestantismo e judaísmo, fazendo correlações também com o dízimo da igreja católica e o *Tsedacá* judeu. Rosana disse ainda observar uma dimensão de participação comunitária nos EUA, que antecede a doação; indicou também nomes de possíveis interlocutores e leituras. Ao final de quase duas horas de conversa, Rosana desabafou: “Estamos à beira de uma crise, está havendo mudança na forma de atuação das empresas, que antes, via renúncia fiscal, mandavam para Instituições recursos que agora alocam nos seus projetos dentro de Institutos e Fundações” e citou como exemplos a empresa X, que apoiaria uma ONG com cursos técnicos, mas para capacitação de funcionários para sua organização.

3.2 Instituto Empresa

No dia 19 de maio de 2014, realizei uma entrevista com o Diretor do Instituto Empresa, João Pedro. Novamente o mesmo roteiro: expliquei minha pesquisa a João Pedro, que me fez algumas perguntas, entre elas “Por que filantropia?”, questionando sobre meu tema de pesquisa e “o que você pretende fazer depois de acabar o doutorado”? Após essa conversa introdutória sobre minha pesquisa, suas perguntas e recomendações, ele me perguntou se eu teria um roteiro de perguntas ou “como vai ser”? Munida de uma pasta com livros - referenciais teóricos -, matérias de jornal e o roteiro de perguntas, iniciei meus questionamentos. Primeiramente, ele falou um pouco sobre a história da família diretora da Empresa e do Instituto - algumas coisas que eu já havia lido e assistido *on line*. Informou que buscam sintetizar na marca tudo o que a empresa é, uma organização de origem familiar que pratica “ação solidária produtiva” (ver Paula e Rohden 1998, p.179). Falou da vinda desta família para o Brasil: questão da religião luterana, disciplina e *solidariedade pragmática*. No fim do século XIX, o patriarca teria se instalado no Brasil, buscando *realizar auxílio para que a comunidade que o recebia vivesse melhor*. Contou que este foi um Pioneiro com uma fábrica e disse que à época a família já doava, apoiando hospitais e uma antiga Sociedade. Em 1945, uma nova figura teria entrado na empresa com uma visão mais integrada, com a premissa das partes interessadas crescerem juntas, o que me lembra premissas de *endomarketing*. Relatou ainda que este fazia “pequenas ações como oferecer café da manhã para carroceiros de lixo, o

que fazia com que o material coletado - e que serviria de matéria prima - fosse entregue a ele e não a concorrentes”.

Ele então explicou que a Fundação Empresa iniciou como um projeto para *colaboradores* com cursos, rancho, atendimento de saúde. Nos anos dois mil, o Instituto Empresa foi criado com três focos de investimento: “1. Foco no indivíduo: Indivíduo faz mudança; indivíduo faz melhor se tem igualdade: Educação; 2. Gestão da Qualidade: Programas de Qualidade; 3. Mobilização Social: privilegiam o trabalho voluntário; ações pontuais: nutrição infantil, câncer de mama”. Explicou que são essas então as três frentes do Instituto: Educação, Qualidade e Gestão, Trabalho Voluntário. Questionado sobre como decidem onde alocar dinheiro, ele informou os critérios utilizados: “1. Impacto direto nas comunidades e diferenças locais; 2. Pessoas que podem ajudar na sociedade/mundo e aí destinam apoio para organizações como Junior Achievement e AIESEC; Programa 5s na escola; 3. Influência na cadeia de negócios: melhoria dos fornecedores e clientes; 4. Utopia absoluta: como fazer o Brasil melhorar”. Contou que há 14 países, nos quais a empresa atua, atualmente com processos estruturados, mas que não se utilizam do termo *filantropia* e acrescenta que suas ações são um diferencial frente à concorrência: “ajuda para ser visto com o consumidor”.

Quanto aos valores doados/repassados, João disse que segue a média de 1% em todas as empresas, mas que no caso do Instituto Empresa é 1% do lucro bruto destinado a suas causas eleitas e que isso passa pelo Conselho Administrativo, mas enfatizou ainda uma necessidade de otimização da renúncia fiscal. Para João Pedro, a figura do *Visionário* é aquele “com um instrumento na mão: a caneta para fazer”. Ao final de mais de duas horas de conversa, João sugeriu que eu deveria ir a São Paulo entrevistar uma série de pessoas que poderiam ser interessantes para a pesquisa. Mostrou-me alguns quadros ao fundo da sala ampla, local onde trabalhavam diversas pessoas. Logo avistei Diego, a quem reencontrei em um evento de uma Fundação em Porto Alegre, que trabalha atualmente no Instituto e a quem eu já conhecia por ter sido membro e Presidente da AIESEC Porto Alegre. João prosseguiu acrescentando que o voluntariado é mais fácil no lugar em que as pessoas estão mais próximas da comunidade e que a empresa dá horas para trabalho voluntário e isso poderia ser convertido em cerca de R\$4 milhões de hora/trabalho. Também destacou a ausência de *grandes lideranças na área social*, disse haver uma *crise de lideranças* e isso também porque haveria *falta de*

reconhecimento. Presenteou-me então com exemplares de dois livros, que se encontravam em cima de sua mesa, intitulados: “Foco do Cliente” e “Capitalismo Consciente”.

Considero de extrema relevância as referências que me foram recomendadas e, como neste caso, doadas em campo. Argumento que nestas estão as distintas “cosmologias”, valores, ou ainda, paradigmas científicos e sociais que estão sendo produzidos, disputados e seguidos pelas elites filantrópicas, seja na sua vertente “capitalista”, seja na vertente de “justiça social”. De um lado, referências na área de administração, *business, management, marketing* e economia e, de outro, referências na ciência política, sociologia, antropologia, conformam mesmo no setor filantrópico disputas em torno das práticas de governo e atenção a populações.

Seguindo uma rede de atores e organizações que atuam localmente em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi possível identificar a sua articulação com organizações nacionais e internacionais no cenário mais amplo da filantropia contemporânea. Justifico que a dificuldade de centrar em um polo, ou vertente filantrópica, no trabalho de campo reflete a difusão do poder, questão verificada por vários autores em regimes produtivos e de governança, assunto que Boltanski e Chiapello (2009) intitularam chamar “novo espírito do capitalismo”.

Ao percorrer essa rede que engloba práticas de responsabilidade social corporativa, filantropia, investimento social privado, voluntariado e uma política pública, mapeei e analisei como institutos empresariais e *experts* no campo conformam suas práticas e atuam diretamente em cumprimento a leis que regulam seus setores. Da mesma, forma, influenciam diretamente na elaboração de políticas públicas em uma estreita relação com agentes dos governos e líderes comunitários.

No entanto, as formas de atender a essas regulações e de praticar a filantropia, bem como os discursos que as promovem, encontram-se em permanente disputa e são performadas de formas distintas. No próximo capítulo suscito a discussão acerca das noções conceituais da filantropia estratégica e do investimento social privado, atentando para suas configurações empíricas em São Paulo e nos Estados Unidos.

CAPÍTULO 4 - AMOR (ESTRATÉGICO) À HUMANIDADE: DO QUE ESTAMOS FALANDO QUANDO SE TRATA DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA?

Ainda relativamente pouco problematizada nas Ciências Sociais brasileiras, especialmente pela Antropologia, a filantropia, como vimos, pensada enquanto *modo de doar*, assume diversos caracteres na literatura administrativa, no que tange a ações denominadas como *filantropia estratégica*, *investimento social privado*, *responsabilidade social corporativa*, *contribuição social*, *assistencialismo*, *cidadania [empresarial]*, acionando lógicas e moralidades distintas em contextos específicos.

Nos Estados Unidos, no ano de 2005, foi publicado o livro *Rethinking Philanthropic Effectiveness. Lessons from an International Network of Foundation Experts*, publicado por uma editora alemã, é resultado de uma colaboração iniciada no ano de 2001, quando sete fundações europeias e norte-americanas organizaram a Rede Internacional de Filantropia Estratégica ou International Network on Strategic Philanthropy¹¹⁶ (INSP).

No livro, a escassez de pesquisas transnacionais do setor enquanto “fenômeno global” é apontada já no primeiro artigo intitulado “The Role of Philanthropy in Globalization”, assinado por Helmut Anheier, Presidente da Hertie School of Governance e Adele Simmons, Presidente do Hampshire College: “*Yet little is known about transnational philanthropy, and above all, its distinct role in an era of globalization. Through a series of case studies, this report aims to demonstrate the strategic role for philanthropy as a global phenomenon*”. Da mesma forma, são diagnosticadas pelos autores três abordagens da filantropia estratégica que permitiriam a participação da sociedade civil no processo chamado de globalização: 1. A possibilidade de criar novas organizações, 2. Coalizões entre os distintos setores da sociedade e 3. Coordenação estratégica entre organizações filantrópicas:

There are three strategic philanthropic approaches that have given civil society a role in the globalization process. The first is to start new organizations at the local, national or global level. The second is to build coalitions across sectors among funders, civil-society organizations (CSOs), business and government. The third is to coordinate strategy among philanthropic organizations, leveraging each other's power and working as a bloc.

¹¹⁶ Ver <<http://www.alliancemagazine.org/news/international-network-for-strategic-philanthropy-looking-at-strategic-philanthropy-outside-us-and-western-europe/>>

Os autores apontam ainda a centralidade do papel filantrópico na intervenção social em que governos e mercado falharam. Seja em iniciativas anticorrupção, seja na prestação de serviços e ofertas de produtos, argumentam pela atuação de organizações da sociedade civil. Todas essas iniciativas podem trazer benefícios para a sociedade em geral, o problema é quando descontextualizam as questões de pobreza e de desigualdade, transferindo a responsabilidade de “autoajuda” (KOHL-ARENAS, 2016) para os indivíduos que necessitam de que seus direitos sejam reconhecidos.

A figura do filantropo - bem como a imagem de famílias e empresárias e empresários que fazem filantropia - parece acionar significados e imaginários distintos, de acordo com o contexto em que ela está inserida, além de jogar constantemente com a obtenção de capitais simbólicos e sociais (seja em termos de reconhecimento entre seus pares, inserção e/ou legitimidade na esfera política, reconhecimento enquanto líder (SENNETT, 1998) e admiração frente às comunidades para a sustentabilidade de uma posição e de seus negócios, por exemplo).

Em conversa com um interlocutor, diretor de um reconhecido Instituto empresarial brasileiro, este apontava como um dos grandes motivos da ausência da figura pública de filantropos no Brasil o que chamou de “uma crise de liderança”. Uma hipótese a ser pensada para tal ausência, parece ser justamente a não legitimação, no Brasil, de uma economia moral (Fassin 2012: 37) da filantropia diferentemente dos Estados Unidos. Atreladas à filantropia, as próprias noções de lucro, dos modos de uso do dinheiro, as disputas acerca dos riscos no investimento social privado e do protagonismo dos que estão autorizados - ou capacitados para atuar no campo - geram uma série de categorizações do que são consideradas como boas ou más práticas, aquilo que é certo ou errado, legítimo ou não.

Este escopo moral do universo da filantropia mostra-se bastante relevante por permear justificativas para a doação ou sua negativa, bem como suscitar polêmicas entre atores e pensadores que trabalham com a temática. A abordagem da filantropia estratégica ou altruísmo eficaz, defendida fortemente por autores como o filósofo Peter Singer e o consultor e parceiro executivo da Skadden¹¹⁷ Eric Friedman, identifica causas e formas de doação que seriam consideradas mais “eficientes”. No

¹¹⁷ Ver <<https://www.forbes.com/sites/davidparnell/2015/06/09/eric-friedman-skadden-inside-bti-consultings-most-elite-legal-brand/#5138fb050977>>

entanto, o caráter arbitrário dessa eficácia e a hierarquização de causas e recipientes que este enfoque promove, vêm sendo alvos de diversas críticas.

Em matéria publicada pelo IDIS ¹¹⁸, intitulada “Especialistas criticam “altruísmo eficaz” por fazer juízo moral do investimento social privado”, apresenta-se uma crítica elaborada por dois representantes da *Charity Navigator*, organização que analisa entidades e orienta doadores nos Estados Unidos. Para estes, a filantropia estratégica seria uma filantropia elitista, promovendo avaliações morais das causas a serem financiadas e legitimando cada vez mais que especialistas escolham os destinos dos recursos doados.

Devido a essa dinâmica de avaliação de causas por especialistas do setor filantrópico, Singer (2012) e Friedman (2013) são chamados de utilitaristas radicais, em uma revisão ¹¹⁹ do livro de Friedman *Reinventing Philanthropy: A Framework for More Effective Giving*. Os autores propõem a definição de indicadores e métricas para o quanto e como as pessoas devem doar. Peter Singer, em seu livro “Salvar uma vida. Cómo terminar con la pobreza” (2012), abre um capítulo intitulado “Cuanto cuesta salvar una vida y cómo averiguar qué organizaciones lo hacen mejor” e baseia-se em dados do Charity Navigator para hierarquizar organizações sem fins lucrativos. A abordagem trata de disputas colocadas em campo, não somente em termos das diretrizes morais a serem seguidas por doadoras e doadores, mas também das possibilidades de acesso de organizações de distintas escalas aos recursos existentes (como as organizações não governamentais locais de pequeno porte ou *grassroot organizations* e ativistas, de um lado; e as grandes Fundações e Institutos privados, de outro) ¹²⁰.

Ainda, é possível encontrar termos como *Filantrocapitalismo* (Edwards, 2008), *Pilantropia* - com apoio em práticas retratadas de forma visceral no filme brasileiro “Quanto vale ou é por quilo?”, de Sérgio Bianchi, 2005 - *Indústria Filantrópica* e segue. Assim, ainda resta uma pergunta: afinal, do que estamos falando quando falamos em filantropia? Desse modo, como outros processos subjetivos individuais e relacionais, o fenômeno parece ser dinâmico e se transmutar constantemente

¹¹⁸ Disponível em <idis.org.br/acontece/noticias/especialistas-criticam-201caltruismo-eficaz201d-por-fazer-juizo-moral-do-investimento-social-privado> Acesso em: 4 fev. de 2014.

¹¹⁹ Disponível em <reinventingphilanthropy.com/reviews-and-press/> Acesso em: 25 out. 2014.

¹²⁰ Basta lembrar que a maior doação considerada por revistas como Forbes, em 2014, foi feita por Warren Buffet para a Fundação Bill e Melinda Gates. Disponível em <<http://www.cnbc.com/2014/07/15/buffetts-gift-to-gates-foundation-is-biggest-ever.html>>. Ver também Giving Pledge>.

ganhando novas formas. Dotado de certa fluidez aparece em associação direta com características *sociais, econômicas e ideológicas* que tornam certo tipo de *amor* - ou como aparece repetidas vezes em campo, *solidariedade* - possível (MACFARLANE, 1989). A noção de filantropia ganha diversas roupagens ao longo da história, de acordo com o contexto, campo de estudo e interesse de quem sobre ela disserta. Escorsim (2008) define:

A constituição da alcunha *filantropia* como expressão de determinado modo de relação social, teve como cenário a Grécia antiga: berço da democracia ocidental (ABBAGNANO, 2000:441). Refere-se à compreensão que tinham Aristóteles e os Estoicos desta palavra: *Amizade do homem para com outro homem*, entendida como vínculo natural, visto que nenhum homem poderia ser alheio a outro homem. Esse conceito também foi atribuído a Platão que o entendia sob três aspectos: saudação, ajuda e hospitalidade (Escorsim, 2008, p.1)

Independentemente de disputas e controvérsias, se há algo com o qual a maioria da comunidade antropológica, se não toda, parece concordar é que nada deve parecer natural. De forma que essa “*amizade do homem para com outro homem*, entendida como vínculo natural”, opera de formas distintas em múltiplos contextos, momentos históricos e de acordo com os sujeitos envolvidos, tendo assim, portanto, nada de *natural*.

Tendo iniciado meu campo de pesquisa, árdua tarefa se mostrou encontrar quem sobre filantropia estivesse disposto a conversar. Meu principal interlocutor chegou a indicar que eu provavelmente nada encontraria sobre, nas práticas atuais, uma vez que o termo filantropia *não cairia bem*, talvez por um viés ideológico, talvez por *experts* terem optado por trabalhar com noções mais *modernas* como Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Investimento Social Privado (ISP). No entanto, não demoraria muito até me deparar com a categoria *filantropia estratégica*.

Ao seguir então as pistas dessa noção, deparei-me com a elaboração de um novo paradigma envolvendo a filantropia, solidariedade e doação, qual seja, a de que essas ações deveriam abandonar cunhos ditos *assistencialistas* e assumir a busca estrutural de uma forma estratégica de aplicação, com rentabilidade e lucro, ferramentas de avaliação, objetivos de longo prazo e financiamento misto - envolvendo a contribuição financeira de pessoas físicas, jurídicas e dos governos. Em uma análise bibliográfica do conceito, institutos que despontam em liderança sobre a temática do Terceiro Setor, RSC e ISP, tais como IDIS e GIFE, já

apresentavam uma série de artigos ¹²¹ a respeito. Títulos como “Filantropia estratégica ou emergente: o que isso tem a ver com a gente?” e “Investimento Social Estratégico: Integrando o Processo e a Visão” estampam páginas de seus sites na internet. De acordo com a matéria do IDIS:

Investimento social estratégico - ou, como é mais conhecida nos Estados Unidos, “filantropia estratégica” - tem diversos significados. No The Philanthropic Initiative, Inc. (TPI) nós acreditamos que o investimento social estratégico tenha os seguintes componentes principais: Doação e voluntariado que combinam “cabeça e coração”; Doação e voluntariado que é focado, impulsionador e “mão na massa”; Doação e voluntariado que tem como objetivo transformações a longo prazo e sistemáticas. Investidores sociais estratégicos tendem a ser exatamente o que o nome se propõe: que se comportam como investidores de qualquer mercado. Estes investidores são direcionados por uma visão e por valores. Eles conhecem suas metas e objetivos. Eles possuem um processo de validação das organizações em que investem. Eles estão interessados em análise de riscos, mas também estão dispostos a assumir riscos para atingir suas metas. Eles estão interessados em medir o retorno de seus investimentos. E eles estão dispostos a assumir diversos papéis além de financiadores para atingir seus objetivos ¹²².

Neste capítulo, dividido em duas partes, será desenvolvida a noção da filantropia estratégica - ou ainda investimento social privado ou altruísmo efetivo - pensando o cenário mais amplo no qual está inserida, ou seja, o mercado dos negócios e empreendedores sociais ou o *mercado do social*. A primeira parte foca na experiência brasileira, traz experiências de campo em São Paulo no final do ano de 2013 e ao longo 2014, a observação participante e produção etnográfica do Segundo Fórum de Filantropos e Investidores Sociais do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), bem como entrevistas e conversas informais com filantropas, filantropos e *experts* na área. Foi possível mapear uma rede destes atores bem como identificar e analisar as práticas e discursos presentes neste universo. Ainda na conferência anual do IDIS, conheci a vice-presidente do *Global Philanthropy Forum* (GPF), organização guarda-chuva que se tornaria objeto deste estudo, enquanto parceiro internacional do IDIS ¹²³ (o IDIS é apresentado pelo GPF enquanto seu “braço” no Brasil).

¹²¹ Disponíveis em: <<http://www.gife.org.br/artigo-filantropia-estrategica-ou-emergente-o-que-isso-tem-a-ver-com-a-gente-15702.asp>> e <<http://idis.org.br/investimento-social-estrategico-integrando-o-processo-e-a-visao/>> Acesso em: 2 nov. 2014.

¹²² Disponível em <<http://idis.org.br/investimento-social-estrategico-integrando-o-processo-e-a-visao/>> Acesso em: 22 out. 2014.

¹²³ <<https://www.philanthropyforum.org/community/affiliates/>>

A segunda parte foca na experiência norte-americana, está embasada nas experiências de campo dos anos de 2015 e 2016, durante o estágio de doutorado sanduíche no exterior, associada à Universidade da Califórnia Irvine, quando realizei um curso *on-line* em filantropia estratégica - durante o período em que aguardava a aprovação do comitê de ética da instituição para poder iniciar os contatos com atores e organizações locais. Na sequência, foram realizadas entrevistas em profundidade e conversas informais com a vice-presidente do *Global Philanthropy Forum*, experts da Fundação Bill e Melinda Gates e da iniciativa Intellectual Ventures¹²⁴ (IV - parte da iniciativa *Global Good* de Bill Gates), Channel Foundation, UCI Foundation, com visitas a estas organizações em Irvine e San Francisco, Califórnia e Seattle, Washington. Entrevistei também um Diretor do Brazil Institute, brasileiro residente em Washington D.C. e participante do Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais do IDIS. Em abril de 2016, encerrei o campo de pesquisa nos Estados Unidos, tendo realizado observação participante nas conferências fechadas do *Global Philanthropy Forum*, representante da vertente Filantropocapitalista ou de Filantropia Estratégica, que apresento neste capítulo e do Edge Funders Alliance, representante da vertente da Filantropia Progressista ou de Justiça Social, assunto do próximo capítulo.

¹²⁴ “Global Good combines IV’s unique invention prowess with the expertise of leading humanitarian organizations, forward-looking governments, and commercial partners that share our vision. Together, we invent, develop, and deploy commercially-viable technologies that improve life in developing countries”. Disponível em: <<http://www.intellectualventures.com/globalgood/>>

Figura 9 - Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica, promovido pelo Instituto Filantropia



Fonte: Site Instituto Filantropia - <http://www.fife.org.br/>

4.1 PARTE I - BRASIL

Nesta primeira seção, o foco está nas definições e experiências de campo brasileiras em torno do que é chamado por minhas interlocutoras e interlocutores de filantropia estratégica, nova filantropia ou investimento social privado ou ainda filantrocapitalismo (embora este último seja mais utilizado nos Estados Unidos). Com base na pesquisa de campo realizada nos anos de 2013 e 2014, acompanhando organizações como o Instituto para o Desenvolvimento Social Privado (IDIS) e suas afiliadas e afiliados em São Paulo e o grupo de Estudos do Terceiro Setor¹²⁵ (GT3S), Fundação Gerações e Parceiros Voluntários em Porto Alegre, mapeei e interagi com uma rede de atores nacionais protagonistas da filantropia de elite, que circulam em

¹²⁵ <<http://observatorioterceirosetor.org.br/>>

premiações como o Prêmio Empreendedor Social da Folha de São Paulo - também etnografado no ano de 2013 por meio da internet - e estão aliados a *experts* e elites filantrópicas transnacionais.

Exemplos de destaque nessa rede aponta-se o casal (o valor familiar e a presença da mulher são constantes no universo filantrópico de elite) Suzy Horn e Ellie Horn¹²⁶, dono da incorporadora Cyrela que, em 2016, estamparam as páginas do jornal Folha de São Paulo, por aderirem ao Giving Pledge¹²⁷, organizado por Bill Gates¹²⁸. Suzy Horn foi considerada a estrela do “encontro fechado¹²⁹” anual do IDIS, o 5º Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais. No ano anterior, em 2015, Ellie Horn protagonizou a conferência, comprometendo-se a doar “60% da fortuna e incentivando outras bilionárias e bilionários a doar ao menos 20%”.

Ainda em junho de 2015, a Revista Exame¹³⁰ veiculou uma matéria de capa intitulada “Bilionários com causa. Um grupo crescente de famílias de empresários brasileiros investe dinheiro, tempo e influência para mudar a cara da filantropia no país”. Os filantropos listados que estampavam a revista, consistiam em quatro mulheres e dois homens: Elie Horn, dono da incorporadora Cyrela; Ana Maria Diniz, Diretora do Instituto Península e filha primogênita de Abílio Diniz; Beatriz Gerdau, do Instituto Gerdau; Inês Mindlin Lafer, do Instituto Betty e Jacob Lafer; Guilherme Leal, do Instituto Arapyaú; e Ana Lucia Villela, do Instituto Alana.

A reportagem aponta que “os investimentos sociais feitos por famílias no Brasil dobraram na última década”. Apresentando prioritariamente a abordagem filantropocapitalista e de investimento social privado, a Revista Exame indicou que, a seu pedido, “duas organizações voltadas para o terceiro setor - o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) - mapearam o panorama do investimento filantrópico familiar no Brasil”.

De acordo com a matéria:

¹²⁶ <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/redesocial/2016/10/1821513-brasileiro-que-doou-60-da-fortuna-incentiva-outros-a-doar-ao-menos-20.shtml>>

¹²⁷ Ver <<https://givingpledge.org/>>

¹²⁸ A partir desta iniciativa, Warren Buffet foi considerado o “homem mais generoso do mundo” em 2014 ao doar para a Fundação Bill e Melinda Gates.

¹²⁹ Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/redesocial/2016/10/1821513-brasileiro-que-doou-60-da-fortuna-incentiva-outros-a-doar-ao-menos-20.shtml>>

¹³⁰ Edição 1092. Ano 49. Nº12. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/bilionarios-com-causa/>> Ver anexo E.

Há 33 fundações e institutos do gênero associados a essas instituições, que concordaram em revelar seus investimentos. Metade nasceu ao longo da última década. Hoje, elas investem aproximadamente 500 milhões de reais por ano - o dobro do que aplicavam em 2005. É um volume proporcionalmente tímido, equivalente a apenas 0,4% da fortuna das 15 famílias mais ricas do Brasil, donas de um patrimônio estimado em 122 bilhões de dólares. Ainda assim trata-se de um avanço expressivo (REVISTA EXAME Edição 1092. Ano 49. No 12. 24/6/2015. p.38).

O discurso destaca “investimentos” enquanto esses bilionários empresários e herdeiros de grandes fortunas passam a se definir como investidores e empreendedores sociais. A narrativa é de que essas iniciativas, aplicações de parte das fortunas com as ferramentas e lógicas do mundo dos negócios como “foco e metas”, permitem a obtenção de escala das ações, almejando mudanças de longa duração e não alívios de curto prazo. As pesquisas apontaram ainda que “não há dados precisos sobre o número de empresários que investem sistematicamente dinheiro do próprio bolso em causas sociais no Brasil atualmente. Mas os indícios são de que haja algo de novo no ar” (REVISTA EXAME Edição 1092. Ano 49. No 12. 24/6/2015, p.36).

Alguns dos motivos apresentados como propulsores dessa nova filantropia no Brasil, na última década, são a abertura para o capital internacional que teria aumentado a riqueza das famílias de elite no país: “Atualmente, 54 brasileiros figuram na lista de bilionários da revista americana Forbes - em 2005, apenas oito integravam a lista¹³¹”. Existem ainda 172 000 brasileiros com patrimônio acima de 30 milhões de dólares, um salto de 17% em relação a 2009. A ineficiência do governo também volta a aparecer como fator a estimular o setor filantrópico e de investimento social, sendo um elemento constante das abordagens do universo filantropocapitalista.

Ainda nesta perspectiva, as palavras de ordem são desenvolvimento, crescimento e investimento - de acordo com métricas de organizações internacionais como do Banco Mundial - conforme indica o texto da revista¹³². No que difere da filantropia que se identifica como progressista ou de justiça social - abordada no próximo capítulo - observa-se que esta última traz um vocabulário distinto de decrescimento, desinvestimento (especialmente quando se trata da extração de recursos não renováveis) e financiamento de movimento sociais, ativistas e comunidades tradicionais e não de projetos de cunho próprio dos Institutos e Fundações ou de seus pares empreendedores.

¹³¹ Em 2015 figuravam 54 bilionários brasileiros na Revista Forbes, número que caiu para 31, de acordo com matéria de 1º de março de 2016: “Jorge Paulo Lemann não sentiu o peso da alta do dólar, que ajudou a despencar o número de brasileiros na lista anual de bilionários de FORBES: de 54 para 31 representantes. O investidor carioca não só manteve sua liderança no Brasil, como assumiu o 19º lugar com um aumento de sete posições e US\$ 2,7 bilhões no patrimônio”. Ver <<http://www.forbes.com.br/listas/2016/03/31-maiores-bilionarios-brasileiros/>>

¹³² Ver também Rethinking Philanthropic Effectiveness.

A reportagem indica ainda fatores que motivariam as elites brasileiras a fazer filantropia, tais como o interesse nos legados familiares, a perpetuidade de heranças, o aumento e liquidez de suas fortunas, especialmente após a abertura do mercado interno ao capital internacional nos anos 90. Como fator principal que inibe a ação filantrópica aparece sempre a falta de incentivo fiscal à doação de pessoa física. Argumento similar, na disputa da filantropia privada versus pagamento de impostos para serviços públicos, aparece constantemente no universo da filantropia estadunidense. Abaixo, reproduzo trechos da reportagem que ilustram a narrativa e perfil da filantropia que tenta crescer no país:

Para garantir a longevidade do Alana, em junho do ano passado Ana Lúcia e o irmão decidiram parar de fazer aportes esporádicos e dedicaram 300 milhões de reais à formação de um fundo patrimonial. Desde então, o instituto vive do rendimento desses recursos, equivalente a algo como 15 milhões de reais por ano.

Ana Lúcia faz parte de uma geração de bilionários brasileiros que dedicam não apenas dinheiro, mas também tempo e influência à filantropia. São empresários ou herdeiros que assumiram uma nova vida como empreendedores dedicados a causas sociais. Em vez de buscar alívio para necessidades de curto prazo, almejam mudanças de longa duração.

À frente de fundações e institutos mantidos com a própria fortuna, aplicam princípios de negócios - como foco e metas - para obter escala. Não há dados precisos sobre o número de empresários que investem sistematicamente dinheiro do próprio bolso em causas sociais no Brasil hoje. Mas os indícios são de que haja algo de novo no ar(...).

Ainda assim, trata-se de um avanço significativo. “Cada vez mais essas famílias expressam o desejo de assumir um papel na sociedade que vai além do sucesso econômico”, diz Paula Fabiani, presidente do Idis. “Elas querem protagonizar transformações.”

Nos últimos anos, alguns indicadores sociais do país evoluíram, como a queda da taxa de mortalidade infantil e o aumento do índice de crianças matriculadas no ensino fundamental. Mas os problemas em diversas áreas, do saneamento básico à educação, ainda são enormes. “Há uma frustração muito grande diante da lentidão do progresso no Brasil”, diz o economista e ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, conselheiro de diversos institutos e fundações.

“É saudável que haja ceticismo quanto à capacidade de o governo resolver tudo e à visão de que existe a necessidade de um esforço complementar da sociedade.” Hoje, a esmagadora maioria dos institutos e fundações filantrópicas no

Brasil ainda está vinculada a empresas, diferentemente do que acontece nos Estados Unidos. Uma das razões para isso é a ausência de incentivos para o investimento via pessoa física no Brasil. No caso das empresas, a lei permite a dedução das doações até o limite de 2% do lucro.

Um dos raros casos híbridos é o do braço filantrópico da siderúrgica Gerdau, que desde 2005 concentra também os investimentos diretos da família Gerdau Johannpeter. “Decidimos concentrar esforços para aumentar os resultados”, diz Beatriz Gerdau, vice-presidente do conselho do instituto e filha do empresário Jorge Gerdau¹³³.

Em 2013, quando iniciei a pesquisa e participei da então segunda edição do Fórum anual do IDIS, sentei-me ao lado do Diretor do Instituto Cyrella, que estava acompanhado por uma de minhas interlocutoras. Ela me explicou então que, ao lado de Beatriz Gerdau e Maria Helena Johannpeter, passaram o dia anterior em visita a Cyrella e que esse seria um grande caso da filantropia brasileira. Parece-me de fundamental importância destacar esses encontros de organizações e atores da rede filantrópica nacional e transnacional, pois são nessas conferências que filantropos e investidores sociais circulam pelos salões com *experts* do mercado do social para discutir estratégias, fazer alianças e definir onde alocarão seus recursos - geralmente em Institutos, Fundações e projetos liderados por seus pares.

4.1.1 Filantropia Estratégica, Nova Filantropia, Filantrocapialismo - roupagens do Investimento Social Privado

A forma como pensamos, atribuímos significado e nos relacionamos com o dinheiro pauta nossas mais diversas práticas. Se do Velho Grandet Balzaquiano em “Eugène Grandet” transbordava a avareza, à sua filha restaria a solidão e a caridade com os mais pobres. Ruben Oliven, em seu texto “The Money Rhetoric in the United States”, ressalta a centralidade do dinheiro na vida cotidiana norte-americana tomando a forma de um “veículo que comunica valores locais”. Segundo o autor o “dinheiro é parte integral da cultura norte-americana e como tal é constitutivo da realidade social nos Estados Unidos”. O modo como lidamos com o dinheiro - de forma ainda muitas vezes obscurantista, velada e negativa no Brasil (Oliven, 1997) -

¹³³ Fonte: Revista Exame

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/bilionarios-com-causa/>>

fornece pistas para pensarmos acerca da discrepância da filantropia praticada no Brasil e nos Estados Unidos. Considero ainda essa diferença, em relação ao tratamento com o dinheiro, não um ponto de chegada, mas sim o ponto de partida, tendo como hipótese a questão da desigualdade social e o *ethos* nacional (em sua relação direta com as doutrinas religiosas do protestantismo nos EUA e o catolicismo no Brasil) centrais para se entender essa divergência.

Diversos autores, sem maiores pudores, nomeiam a filantropia nos Estados Unidos assim como a idealizam e praticam: Filantrocapitalismo, Indústria da Filantropia e Mercado Filantrópico. Enquanto isso, no Brasil, “o termo filantropia não nos desce bem”, como dizia meu interlocutor. Posto isso, o que dizer então de um posicionamento claro quanto à forma, à finalidade e, principalmente, à identidade de quem - e para quem - doa grandes somas? Seguimos na ambiguidade. Encontramos então a filantropia estratégica ou nova filantropia.

Em artigo intitulado “O Discurso das Fundações Corporativas: Caminhos de uma “Nova” Filantropia?”, Borges, Miranda e Júnior discutem essa *nova filantropia* a partir das noções de *filantropia estratégica* e *responsabilidade social corporativa* enquanto vetores de ações de mercado das Fundações empresariais. Para os autores, outro elemento que entra em cena é a *performance social* das organizações. Estes elementos combinados vão compor o que venho chamando de *mercado do social*: Empreendedorismo, negócio, *marketing*, impacto e performance. Estes são adjetivados com a palavra social e já fazem parte de um universo bastante delimitado com interlocutores específicos. Ao elaborar o conceito de *mercado do social*, não me refiro ao *mercado* enquanto uma instância abstrata *autorregulada*, noção naturalizada muitas vezes nas ciências econômicas, como indica Callon (1998). Penso antes em um construto em constante elaboração e disputa, legitimado por meio de discursos e práticas dos agentes em questão. Ele é social, pois o foco dos negócios e o discurso institucional são dirigidos a *problemáticas sociais* ou *social issues* e é um mercado composto por profissionais e *experts* - que por sua vez o modelam e disputam - com produtos, mercadorias, capitais, sistemas de avaliação e assim por diante.

O caráter distintivo, o diferencial no mercado, é então buscado no enfoque social que certas práticas acionam. Borges, Miranda e Júnior destacam ainda que “a ideia de “filantropia estratégica” implica a aceitação de que o benefício público e o bem-estar social propiciado por meio das práticas de RSC geram valor para os

acionistas e a redução do risco para a reputação da companhia”. Ainda pelo viés administrativo, os autores indicam que “a RSC pode gerar oportunidades e contribuir com a busca de vantagem competitiva para a firma (...) e que a performance social tem efeitos sobre a competitividade da empresa”.

Relacionando o discurso da *nova filantropia* à ideologia hegemônica¹³⁴ do *management*, os autores propõem uma discussão acerca de uma nova série de conceitos trabalhados pelo norte-americano Stanley Katz, em seu texto “*What does it mean to say that philanthropy is “effective”? The philanthropists’ new clothes*”, mas verificáveis disputando legitimidade no contexto brasileiro:

Katz (2005) analisa a retórica da “nova filantropia” presente no mundo das fundações, em anos recentes (PORTER; KRAMER, 1999; SASSE; TRAHAN; 2007; SMITH, 1994). Ele questiona se há de fato uma “nova e melhorada” fundação filantrópica a partir de três aspectos desse discurso: filantropia estratégica (refere-se a decidir o que não fazer, ter metas bem definidas e objetivos alcançáveis, atacar as causas dos problemas em caminhos que recursos finitos possam fazer a diferença); filantropia efetiva (implica a medição e a avaliação dos esforços, programas, impactos e ações da fundação sobre a sua *performance*); filantropia de risco (aplica as lições do *venture capitalism* à filantropia, enfatiza os resultados de longo prazo das doações e busca desenvolver capacidade, infraestrutura, redes de relacionamento e habilidades organizacionais daqueles que recebem as doações).

O referido autor afirma que as mudanças que vêm ocorrendo no mundo das fundações são menos profundas se comparadas às consequências dos pressupostos acerca do papel da filantropia que elas mascaram. De modo geral, a retórica da “nova filantropia” está intimamente associada à “nova ideologia do *management*”. Ambas são parte de um amplo sistema ideológico do “novo espírito do capitalismo” (FAIRCLOUGH, 2002; CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002) e dirigem-se aos principais executivos e aos gestores de nível médio das grandes companhias.

¹³⁴ Para pensar esta noção recorro à teoria da hegemonia de Gramsci, revisitada por Buckel e Fischer-Lescano (2009: 475): “A hegemonia é, portanto, uma forma particular de vida e pensamento, uma *weltanschauung*, em que se baseiam as preferências, o gosto, a moralidade, a ética e os princípios filosóficos da maioria na sociedade (...). Dessa forma, o conceito exprime mais do que a legitimidade weberiana (...), ou seja, o controle por meio de um consenso assimétrico disseminado por toda a estrutura da vida social e que, portanto, se “naturaliza” na forma de costume, hábito e prática espontânea (...). Isso é uma espécie sutil de poder que se tornou o *senso comum* de toda uma ordem social (...). Mas tal conceito não deve ser compreendido como “colonização do mundo interior” (...), pois a hegemonia não é um tema metafísico, mas uma prática permanente, uma visão de mundo disputada em lutas por reconhecimento”.

O objetivo deste discurso é explicar e justificar a maneira como as companhias “estão” ou “devem” ser organizadas (...). Termos com origem na área de negócios estão presentes, também, nos discursos das fundações, como planejamento estratégico, administração participativa, identidade visual, ações de *marketing*, ter um diferencial. Estes elementos constituem material para o que Katz (2005) alerta como a retórica da “nova” filantropia.

Estes atores vinculados a empresas e empresários disputam no Brasil os recursos doados por pessoas físicas e repassados pelos governos seja via renúncia fiscal, editais para projetos, entre outros¹³⁵. No entanto, é preciso distinguir as premissas da filantropia estratégica, da noção mais ampla e abstrata de filantropia não adjetivada.

Daniel J. Boorstein (1960)¹³⁶, historiador, professor, advogado e escritor escreveu, de uma perspectiva religiosa, no prefácio à obra “*American Philanthropy*”, de Robert Bremner, de 1960, que:

Faithful Christians have often remarked that one of God’s purposes in creating poverty was to make charity possible. In the United States, as Mr. Bremner shows in this volume, the emphasis has generally been quite different. One of God’s purposes in creating American wealth, it is said, must have been to make philanthropy possible. Without great wealth, how could there be great philanthropy?

Dentro do paradigma liberal, Bremner vai mais longe - mas reforça o que ainda é visto hoje, o filantropo como agente para atenuar a desigualdade social e dignos da gratidão (Mauss, 2003) de toda a sociedade, sem questionar as origens da pobreza e da riqueza dos atores em questão, elementos que aparecem como dados, naturalizados, como na perspectiva criacionista (“Deus criou a pobreza... Deus criou a riqueza...” de Boorstein): “*We are all indebted to philanthropic reformers who have called attention to and agitated for abatement of the barbarities inflicted by society on its weaker members*” (Bremner, 1960). Destas perspectivas, decorrentes do que se pensa como uma espécie de “darwinismo social¹³⁷”, parece *natural* que os ditos *mais fortes* detenham mais riqueza e, portanto, auxiliem por meio da filantropia, os *mais fracos*.

¹³⁵ Vide Lei Rouanet, Fundos do Idoso, da Criança e do Adolescente.

¹³⁶ <<http://www.loc.gov/about/librarianoffice/boorstin.html>>

¹³⁷ Ver LEONARD, Thomas C. “Origins of the myth of social Darwinism: The ambiguous legacy of Richard Hofstadter’s Social Darwinism in American Thought. Disponível em <<http://www.princeton.edu/~tleonard/papers/myth.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2014.

Percebe-se ainda contornos de doutrinas religiosas como, no caso estadunidense, com a matriz protestante em que a filantropia parece ser pensada como uma consequência e mesmo obrigação advinda da prosperidade - que seria positiva - e acumulação de riquezas (Weber, 1976). No Brasil, em que se diz prevalecer por muitas vezes a lógica da caridade, a doação parece ser pensada, dentro de uma matriz predominantemente católica - que eleva o sofrimento e mesmo a pobreza - como pequenas prestações que são feitas por existir essa pobreza.

Em matéria da Revista Filantropia #64, intitulada “Multiplicando o SUAS¹³⁸: fazer ou controlar o bem”, o autor Padre Valdecir Uveda, Pró-Diretor Administrativo da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, após editar o conceito de capital social por Bourdieu e Putnam, recorre à noção de darwinismo social:

O capital social é definido por Bourdieu (1977) como um capital de relações sociais que fornece, quando necessário, suportes úteis: um capital de honorabilidade e respeitabilidade. Putnam (1993: 169) definiu como característica da organização social, confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade (...). O darwinismo social apoiou a sobrevivência daquilo que é socialmente mais justo e, algumas vezes, foi confundido como libertário.

Dessa forma, a filantropia (não adjetivada) seria a doação ou transferência de recursos e serviços dos mais ricos para os mais pobres. Na prática isso não confere. Em matéria no Jornal Folha de São Paulo, de nove de março de 2014¹³⁹, a carga moral e a ideologia da *nova filantropia* estão postas: “Brasileiro doa mais para pedintes e igreja. Pesquisa mostra que 30% da população pratica *doação assistencialista* em vez de contribuir com entidades”. Nessa mesma matéria, assim como em pesquisas conduzidas por Leilah Landim e Celi Scalon (2001), bem como Patricia Mendonça (2013), aponta-se que a maior proporção de doações é feita pelos mais pobres.

Segundo Lucy Bernholz (2004), autora de “*Creating Philanthropic Capital Markets*”:

...*philanthropy* is the act of giving private resources for public good. It encompasses individual charitable gifts and the strategic investments of foundations staffed by professionals and endowed with billions of dollars. The philanthropic industry includes products sold by commercial banks and brokerages and the activities of nonprofit grant-making foundations.

¹³⁸ Sistema Único de Assistência Social

¹³⁹ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/155599-brasileiro-doa-mais-para-mendigos-e-igrejas-diz-estudo.shtml>> Acesso em: 2 nov. 2014.

Dessa forma, e a partir da vasta gama de definições encontradas, proponho pensar a *filantropia* enquanto um conjunto de ações de alocação de recursos financeiros e/ou serviços, a partir do setor privado, pessoa jurídica ou física, de forma *estratégica* ou não, com a finalidade de intervenção social e geração de lucro em fundações, institutos, organizações não-governamentais ou, ainda, em negócios sociais¹⁴⁰ com causas definidas.

No Brasil, o *mercado filantrópico* parece estar se estruturando. Busca-se formar profissionais que possam atuar no que agora é, por alguns, chamado como setor 2.5, uma associação das lógicas do segundo e do terceiro setor, ou também *negócios sociais*. Quanto à figura do consultor filantrópico, quando a menciono a um entrevistado, ele sorrindo responde:

É isso. Somos nós. É isso, é a departamentalização [dentro das empresas, antes da criação de Institutos e Fundações]. Primeiro começa com a departamentalização, mas o departamento também se quebra. Porque não adianta, a Patrícia [por exemplo], ela vai fazer comunicação, mas não política pública e o que nós estamos atuando é em política pública, cada vez mais. Principalmente quando a constituição começa a pressionar e o conjunto da legislação e das políticas públicas começa a pressionar, que tu só podes atuar com crianças se tu atenderes o estatuto da criança e do adolescente. Tu só podes atuar com educação se tu atenderes à lei de diretrizes e base da educação, compreende? Quer dizer, a própria sociedade está pressionando que o mundo empresarial pare de fazer filantropismos, doaçõezinhas aleatórias, doações baseadas só na boa vontade e passe a entrar de acordo... começa a surgir até algum destaque, algumas autuações do ministério público, algumas cobranças da comunidade, dos movimentos sociais, começa a surgir isso, então os empresários cada vez mais são empurrados a fazer política pública¹⁴¹.

De acordo com matéria já citada da Folha de São Paulo, de 21 de janeiro de 2011¹⁴², o Brasil figurava, de acordo com o *World Giving Index*, referente ao ano de 2010, como “76ª nação no *ranking* de filantropia de 153 países da fundação britânica CAF (Charities Aid Foundation) que, além das doações em dinheiro, inclui doação de tempo (voluntariado) e ajuda a estranhos”. O país, ainda de acordo com a reportagem, seria “pouco generoso”, tendo arrecadado em 2009 o montante de 4,7 bilhões de dólares em doação, equivalente a 0,3% do seu Produto Interno Bruto

¹⁴⁰ <<http://www.sebrae.com.br/momento/quero-abrir-um-negocio/negocios-sociais/o-que-sao>>

¹⁴¹ Vide Capa da Revista Exame, Edição 1005, de 30 de novembro de 2011, com matéria intitulada “O Homem e a Máquina: A máquina pública brasileira precisa de um brutal choque de gestão. O empresário Jorge Gerdau foi o homem escolhido para conduzir o processo. Até onde ele consegue ir?”. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1005/noticias/o-homem-e-a-maquina>> Acesso em: 17 de jan. 2014.

¹⁴² H<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/863950-estimulo-fiscal-pode-duplicar-filantropia-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 13 set. 2012.

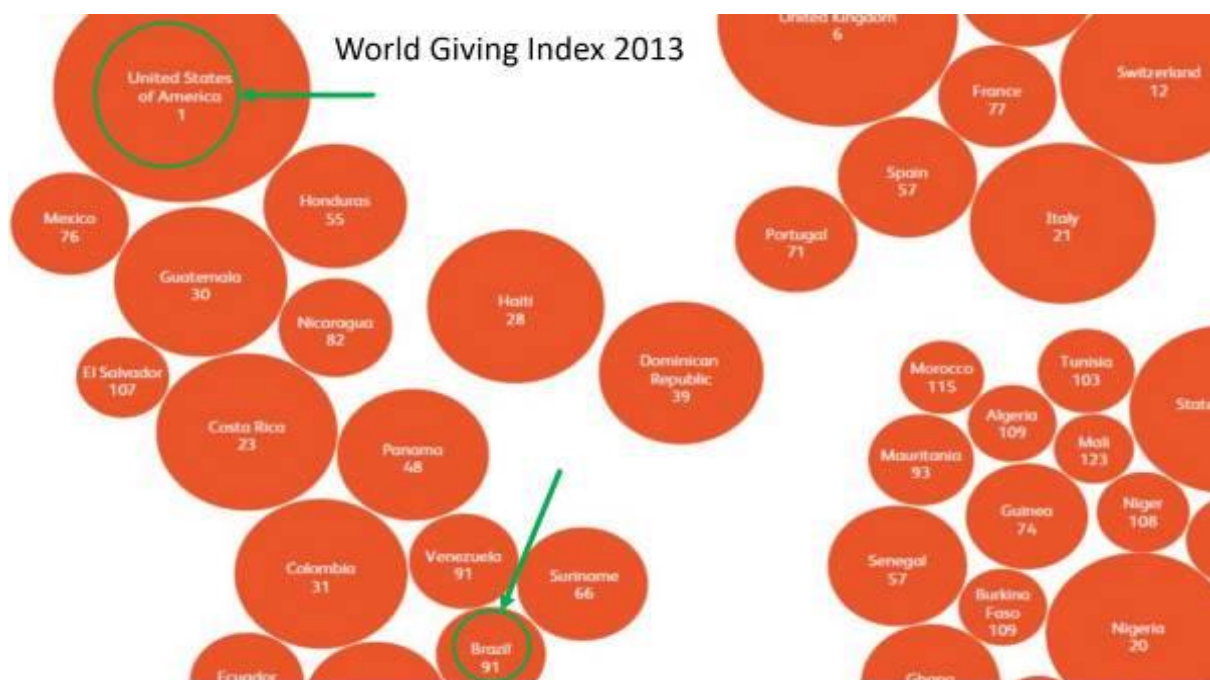
(PIB). Na comparação, ficaria abaixo da média de arrecadação da América Latina (de 0,4% do PIB) e da mundial (de 0,8% do PIB). Os Estados Unidos, neste mesmo período, desponta então como arrecadador de 303 bilhões de dólares, equivalente a 2,1% do seu PIB, sendo ilustrado com destaque na reportagem.

Em 2013, o Brasil decaiu para a 91ª posição no *ranking* da CAF. Em reportagem da Revista Filantropia #68, de 2014, intitulada “Captar com pessoas físicas: é necessário estar preparado¹⁴³”, é referenciada uma pesquisa realizada pela ChildFund Brasil, que “mostra que os brasileiros doam mais de R\$5 bilhões anualmente para projetos sociais e ambientais”. No entanto, a reportagem aponta ainda que “estamos abaixo da média mundial”. Em seguida, é lançado então o prognóstico de que “alcançaremos um grande mercado de captação de recursos de pessoas físicas, em torno de R\$42 bilhões em 2020. O Brasil está assistindo ao alvorecer de um novo personagem: o doador pessoa física”.

¹⁴³ De autoria de Flavia Lang.

Disponível em: <<http://www.institutofilantropia.org.br/secoes/gestao/item/7098-captar-com-pessoas-f%C3%ADsicas-%C3%A9-necess%C3%A1rio-estar-preparado>> Acesso em: 2 nov. 2014.

Figura 10 - Bubble Map



Fonte: World Giving Index 2013 (CAF)

Apesar da queda no *ranking*, uma série de atores parece “estar de olho no Brasil”. Aparecem as indicações de que o Brasil teria perdido o foco de receptor de uma série de auxílios na cooperação internacional por parte de agências que, com o crescimento econômico brasileiro, teriam passado a destinar seus recursos para outras regiões *menos favorecidas*, conforme indicado por Patricia Maria E. Mendonça, Professora do Curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP e coordenadora da Pesquisa Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil: “há organizações internacionais captando [recursos] aqui, com todo seu *expertise*, para projetos no exterior”; “há a necessidade de criar base de dados, senão vêm estas organizações captar com nossos doadores e coloca em projetos fora do país”. Em entrevista à Revista Filantropia #66, de 2014, Leona Forman, fundadora da BrazilFoundation, também declara: “O Brasil ganhou a classificação de *investment grade* no Mercado Financeiro (...). Assim, fundações internacionais e agências de desenvolvimento passaram a ajudar países considerados mais pobres, ou seja, desviaram sua atenção para a África e países do Caribe”.

O Diretor do Brazil Institute, presente no II Fórum de Filantropos e Investidores Sociais em 2013 - evento etnografado e tratado na próxima seção - fez

a fala de encerramento do evento, enfatizando a necessidade de promover a captação de recursos de pessoas físicas e desvincular-se dessa centralidade do Estado e de tantas cobranças em relação a este. Este mesmo Diretor foi enfático ao defender que a “filantropia está no DNA dos norte-americanos”. Essa mesma organização iria lançar-se no ano de 2014 à captação de recursos no Brasil.

Na Capa da Revista Caras ¹⁴⁴, de junho de 2014, lê-se a chamada “BrazilFoundation reúne astros da TV em sua gala de estreia no país”. Ao longo da reportagem, mais uma vez uma soma dos elementos identificados no universo dessas elites que se engajam na filantropia: gênero - em termos das *mulheres belas* e das que *botam a mão na massa* - ausência da cultura da filantropia no Brasil e cobranças em relação aos governos. Logo na abertura da matéria, ficamos sabendo que “mulheres poderosas em *looks* deslumbrantes pontuaram a elegante e solidária noite da I BrazilFoundation Gala São Paulo, realizada em SP”. Na sequência, a declaração da empresária Luiza Brunet, que desfilou no tapete vermelho: “Tudo o que investe com seriedade na saúde, educação, civilidade e que pretende diminuir o abismo social em que nós vivemos há tanto tempo, vale a pena”. Em seguida, Dagmar Garroux, há “20 anos no comando da ONG Casa do Zezinho”, avisa: “o brasileiro tem de se acostumar à filantropia. Essa noite é um grande passo para o país”. Encerrando a reportagem, a “igualmente elegante, apresentadora Luciana Gimenez”: “Ter um evento beneficente no Brasil é sempre bom, mas não é uma responsabilidade só nossa, é também do governo e temos que cobrar isso nas urnas”. Parece estarmos assistindo a uma nova tendência: os bailes de gala beneficentes chegam ao país¹⁴⁵.

Seguindo a ideia de que o Brasil entra agora na mira da captação de recursos e a demarcação do local da figura feminina neste universo, em outubro de 2014, recebi dois e-mails - uma versão em português e outra em inglês - de lançamento do “*Women for Women Project*”. Abaixo, o conteúdo da divulgação:

¹⁴⁴ Caras. Edição 1074, Ano 21, Número 23 de 6 de junho de 2014

¹⁴⁵ Vide capa da revista filantropia #65 de 2014: “captação de alta classe: eventos para alta sociedade: interessante ferramenta de captação de recursos”. ver também no blog do jornal Zero Hora de 2 de novembro de 2014: “voluntárias pela vida: festa beneficente em porto alegre deve ter maior arrecadação do brasil”.

Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/redesocial/2014/11/02/voluntarias-pela-vida-festa-beneficente-em-porto-alegre-deve-ter-maior-arrecadacao-do-brasil/?topo=13%2c1%2c1%2c%2c%2c13>>

Figura 11 - Women for Women Project



Caros amigos,

No mês passado, a **BrazilFoundation** lançou o **Women for Women Project (Projeto "De Mulheres para Mulheres")**, criado para promover a filantropia entre mulheres brasileiras, conectar lideranças femininas, desenvolvendo oportunidades econômicas, capacidade de liderança e direitos para as mulheres no Brasil. Estamos muito felizes em compartilhar que, após o sucesso do **XII Gala New York**, o projeto está recebendo muitos apoios!

Em Miami, sob o comando de Jo Paes, outro evento de sucesso foi realizado para arrecadação de recursos que possibilitarão o apoio ao [Instituto Arte de Viver Bem](#), organização que atua em São Paulo e trabalha para melhorar a qualidade de vida de mulheres que lutam contra o câncer de mama no Brasil. A organização promove ainda atividades para a prevenção do câncer mais letal entre as mulheres no país. As convidadas tiveram a oportunidade de conhecer Valeria Bacarat, que sobreviveu ao câncer de mama e fundou o Instituto. Agradecemos especialmente à **Jo Paes** e às mulheres que apoiaram o Projeto **"De Mulheres para Mulheres"** e contribuíram na arrecadação de fundos para essa iniciativa, justamente no mês da consciência e prevenção do câncer de mama.

Entre outras organizações que serão apoiadas, destacamos a [Casa de Santa Ana](#), no Rio de Janeiro. O **XII Gala New York** sozinho levantou fundos para apoiar quatro projetos que promovem oportunidades para mulheres no Brasil. A **BrazilFoundation** comemora o primeiro evento da campanha em Boston, no dia 23 de outubro, que está sendo organizado por **Sinesia Karol**. Você também pode fazer parte dessa campanha. Saiba mais [aqui](#).



Jo Paes, Carmem Gusmão,
Rejane de Paula

"Eu não sabia o que fazer exatamente para captar recursos, mas sabia que queria participar e fazer a diferença. Então convoquei meu círculo de amigas, mulheres que fazem diferença na minha própria vida e em suas comunidades.

Boas intenções precisam ser colocadas em prática, o que parece trivial para nós pode ser um diferencial na vida de muitas mulheres. Fico feliz para poder ter envolvido mais mulheres no projeto." -Jo Paes

Fonte: BrazilFoundation

Figura 12 – Revista Caras



Fontes: Revista Caras

Figura 13 - Revista Filantropia



Fonte: Revista Filantropia

É possível perceber como as organizações e indivíduos estão articulados nestas redes transnacionais de iniciativas filantrópicas e de investimento social. No quadro Diretor do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) - cuja conferência anual fora etnografada e apresento a seguir - encontram-se membros como Maria Elena Pereira Johannpeter que, além de Presidente da ONG

Parceiro Voluntários, em Porto Alegre, local em que inicia a pesquisa, é Diretora da Associação Comercial de Porto Alegre, Conselheira do Conselho de Cidadania da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS, membro do Conselho da Brazil Foundation e Empreendedora Social da Schwab Foundation¹⁴⁶.

4.1.2 Investimento Social Privado: Fórum de Filantropos e Investidores Sociais¹⁴⁷

Por meio de um contato feito por e-mail com um palestrante que conheci em um evento sobre *endowments* da Fundação Gerações em Porto Alegre - a fim de manter um canal aberto de comunicação e questionar sobre a possibilidade de uma futura entrevista - fui informada sobre o Fórum de Filantropos e Investidores Sociais, organizado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), que estava para acontecer na cidade de São Paulo. Imediatamente, demonstrei interesse em participar do evento, mas logo fui informada de que a entrada seria mediante convite pessoal e intransferível. Após algumas tentativas de contatos com interlocutores para solicitar um convite, sem sucesso, preenchi um formulário no site do IDIS, a fim de tentar a participação. Alguns dias mais tarde, recebi um telefonema de uma pessoa que estava no comitê de organização do evento. Passei por uma espécie de entrevista telefônica, acerca de minha pesquisa, trabalhos anteriores, professor orientador e sua experiência na área. Na sequência, foi explicado que o evento era bastante *fechado*, um espaço para *quem realmente doa dinheiro, um espaço para empresários, presidentes e diretores de institutos e fundações sentirem-se à vontade para falar de suas somas*. Desta forma, não seriam convidados *ongueiros, consultores e captadores de recursos*. Por meu interesse de pesquisa e como eu vinha *da academia*, meu pedido foi aprovado e recebi, via e-mail, o convite para a participação.

No dia 24 de outubro, às oito horas da manhã, no Hotel Tivoli Mofarrej, cidade de São Paulo, região de Jardins¹⁴⁸, a um quarteirão da Avenida Paulista, teve início

¹⁴⁶ Ver <<http://idis.org.br/sobre/conselho/>>

¹⁴⁷ Sobre a temática, ver o Documentário: “Investimento Social Privado - O presente é o Futuro”, lançado durante o evento, com depoimentos dos convidados do evento e mesmo do evento da Fundação Gerações, em Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ilRpr5DR8E>> Acesso em: 17 jan. 2014.

¹⁴⁸ Citado por Jessica Sklair (2010:21) como exemplo de uma das “regiões das elites mais antigas da cidade” de São Paulo.

o II Fórum Filantropos e Investidores Sociais. Ao chegar no local, impressionei-me com a opulência do prédio. Passei o *hall* de entrada e logo deparei-me com os *banners* ao longo de uma escada, indicando a localização do evento em uma espécie de andar subsolo. A mesa de credenciamento estava vazia, o espaço ainda muito tranquilo. Fiz minha inscrição e recebi uma credencial com meu nome e pertencimento institucional. Recebi ainda um caderno/agenda com mensagem de boas-vindas, apresentação do fórum - feita pelo IDIS e Global Philanthropy Forum - apresentação/perfil dos integrantes do comitê consultivo do fórum, uma agenda resumida do evento e um Programa do Evento [equivalente a uma programação/agenda detalhada, com o nome dos palestrantes e títulos das falas, bem como opções de seções e mesas temáticas paralelas]. Todo o material foi escrito, em português e em inglês. Junto à agenda/caderno, foram entregues dois livros: um intitulado “O papel da Filantropia no Desenvolvimento do Brasil - I Fórum Brasileiro de Filantropos Sociais”, com a publicação de diversas falas e textos decorrentes do encontro realizado no ano de 2012 - e outro: “Fundos Patrimoniais. Criação e Gestão no Brasil”.

Na fala de abertura, feita em nome do IDIS, foi trazido então o termo *filantropia estratégica para o desenvolvimento da sociedade brasileira*. Outro representante do Instituto enfatizou a necessidade de “desenvolvimento, da evolução das potencialidades humanas” e sublinhou que “a exclusão leva a graves conflitos”. Seguindo as falas, os temas abordados tratavam das *novas tecnologias, novos métodos, diminuição na utilização de recursos* e davam as boas-vindas aos convidados, destacando “a diferença que vocês fazem. São pessoas iluminadas, diferentes”, remetendo à ideia de “distinção” (BOURDIEU, 2008). Ainda nas palestras ocorridas pela manhã, destaco a fala do Ministro Gilberto Carvalho, que gerou um clima de tensão no auditório. O Ministro colocou o Governo à disposição para dialogar com os empresários e investidores sociais, ao passo em que era questionado sobre a criação de um marco regulatório para o Terceiro Setor. O Ministro fez uma espécie de autocrítica, dizendo que “a burocracia administrativa para utilização dos recursos engessa os processos”. Dessa forma, a burocracia aparece como um elemento distintivo no incentivo a doações no Brasil. Recorrente

foi a queixa de que o Governo não incentivaria doadores e que os abatimentos fiscais seriam muito baixos¹⁴⁹.

Outro fator indicado, ao longo do evento, como causa de poucas doações no país, seria a desconfiança em relações às instituições e ONGs. A assessora especial do Ministro, Laís de Figueirêdo Lopes, apontou como parte da culpa o “cenário de criminalização colocado no país com duas CPI’s de ONGs no Governo Lula” e acrescentou: “Isso é da nossa sociedade. Quando falamos da Siemens¹⁵⁰, especificamos, não culpamos todos, mas no Brasil haveria uma generalização” [contra ONGs]. A plateia bate palmas e Laís segue, apontando que os jornalistas e a “mídia”, teriam criado este “cenário de criminalização porque não se faz essa divulgação recortada”.

Na sequência, o Diretor do Brazil Institute, palestrante do evento, que se encontrava na plateia disparou: “o que me impressiona no Brasil, porque moro fora [nos Estados Unidos] há muitos e muitos anos (...) é a quantidade de coisas que se pede do Governo, precisa sempre o Governo decidir (...). Qual deve ser a participação do Governo nisso? Porque eu fico pensando nos *endowments* nos Estados Unidos, onde eu moro, e eu não sei qual é a participação dos Governos federal e estaduais lá, porque eu acho que não passa pela cabeça de ninguém que o Governo Federal tenha qualquer coisa a ver com isso, a não ser, via IRS, a receita federal, que terá os códigos e aquilo deve ser seguido”. Ainda em sua fala de encerramento no evento, o Diretor lança a seguinte perspectiva: “a filantropia está no DNA dos americanos, é a forma de participar na sociedade (...)“os EUA foram feitos de baixo para cima, a Nação inventou o Estado e o Brasil foi de cima para baixo, o Estado inventou a Nação”. A questão da associação filantropia com a identidade nacional nos EUA aparece de forma recorrente (cf. BHABHA, 1990; LÖFGREN, 1989; OLIVEN, 2006).

¹⁴⁹ De acordo com a lei Rouanet, “A Lei Rouanet estabelece o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e estimula o apoio da iniciativa privada ao setor cultural. O proponente apresenta uma proposta cultural ao Ministério da Cultura (MinC) e, caso seja aprovada, é autorizado a captar recursos junto a pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda (IR) ou empresas tributadas com base no lucro real visando à execução do projeto. Os incentivadores que apoiarem o projeto terão dedução fiscal: para empresas, até 4% do imposto devido; para pessoas físicas, até 6% do imposto devido”.

Disponível em: <<http://www.fundacaogeracoes.org.br/index.php?page=legislacao&c=federal&cid=1>>
Acesso em: 14 jan. 2013.

Ver também:

<http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=42&cod_noticia=16868>

¹⁵⁰ Referente ao escândalo da Siemens em São Paulo ver:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/08/130812_siemens_escandalo_dg.shtml>

Mais do que a ideia de uma “tradição inventada” e vinculada à identidade norte-americana - e aqui penso em Hobsbawm (1984), que define “tradição inventada (...) tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente instituídas, como aquelas que surgem de um modo difícil de investigar durante um período breve e mensurável, talvez durante uns poucos anos e se estabelecem com grande rapidez” - a filantropia aparece como um elemento praticamente essencializado da nação estadunidense. Autores como Bhabha (1990) e Löfgren (1989), no entanto, rompem justamente com uma perspectiva essencialista da nação. O primeiro toma-a mesmo como um processo narrativo e, por meio de uma complexa abordagem semiótica e com referências na psicanálise, fornece um entendimento da nação ocidental com um caráter de representação ambivalente e vacilante, estruturado por meio da relação com o externo, um local do qual se falar, uma contenção liminar, “algo exílico, marginal e emergente”. Babha atenta ainda para o pluralismo do signo nacional, indicando seu caráter ambíguo de narrativa performática e pedagógica. Löfgren, por sua vez, destaca uma “retórica nacional” e experiências e estratégias de criação de elementos nacionais. Estas abordagens rompem com uma perspectiva homogeneizante e naturalizante da nação, que seria dada em outras leituras como inata, historicamente contínua e permeada de tradições unificantes.

Percebe-se assim como se agrupam noções evolucionistas e de desenvolvimento, do “avanço da sociedade”, a percepção da disciplina e aqui lembro das seguintes falas no evento: “precisamos de uma sociedade civil organizada...” e “we are having a civilized meeting here, but we have rapers, murderers, out there...”; e assim a referência a Norbert Elias, em “O Processo civilizador” (1994), presente na ideia - repetida exaustivamente de que “como empresários, temos mais responsabilidade, nós sabemos organizar as coisas” e que, conforme retirado do texto relatório anual de um dos Institutos com os quais tive contato, o público das ações seria composto por pessoas “sem regras, horários, rotinas de trabalho. Ou seja, como descrito na literatura especializada, há um pequeno percentual da população que não adere ao modo de produção socialmente aceito e constrói formas alternativas de sobrevivência”.

É interessante ainda notar dispositivos de uma economia moral sendo elaborados, definidos e disputados. Postas estão as questões: a prática filantrópica pode gerar lucros?; quem deve receber assistência?; que atores, discursos e

práticas são legítimos nesse campo?; quem deve doar dinheiro?; quem está apto a recebê-lo e geri-lo da melhor forma?; como demonstrar transparência?; entre outras que aparecem ao longo do estudo. No universo da Filantropia contemporânea e Investimento Social Privado, ao nos depararmos com as falas dos agentes envolvidos, encontramos indicações de um “dever ser” da sociedade. A “pobreza” é vista como algo fora de lugar, algo potencialmente “perigoso” e que precisa ser corrigido e disciplinado.

Carolina Pulici (2009), em sua análise sobre o gosto, já chama a atenção para questões dos conflitos de classes na esfera de consumo e seus parâmetros econômicos de legitimidade, estilos de vida e a busca por afirmação de certos tipos de capitais. A autora lembra ainda, pelas palavras de Bourdieu, que “a intolerância estética gera violências terríveis. A aversão pelos estilos de vida diferentes é sem dúvida uma das mais fortes barreiras entre as classes”, e parece claro que neste universo se delinea um único horizonte possível e desejável, qual seja, o de ajuste à “ordem socialmente aceita”, o *capitalismo global* calcado nas ferramentas administrativas de gestão. Chama ainda a atenção como, neste e em outros eventos acompanhados nesta fase de estudo, seja por seus públicos-alvo e/ou objetivos, embora tenham aparecido falas no sentido de “temos que manter o foco nos beneficiários”, pareceu haver um silêncio ou uma invisibilidade desses sujeitos “objetos” das ações.

4.1.3 Prêmios e Certificações

São nos eventos de gala, de concessão de prêmios, de *rankeamentos* e certificações que o estudo da filantropia parece encontrar a representação que mais se presta à analogia do *potlatch*, como definido por Mauss (2003), pelo menos em termos das cerimônias que se apresentam à visão de um público mais amplo. Entendendo este como instituição de prestações totais de tipo agonístico, vemos o caráter de disputa conformado em premiações e a ostentação e consumo de riquezas acumuladas para superar os rivais - ou *concorrentes*. Ciente do risco que corro em fazer transposições para contextos tão distintos, acredito que este elemento de análise pode contribuir para entender parte fundamental dos dispositivos de poder e legitimação das elites por meio da prática que chamam filantrópica e socialmente responsável.

4.1.3.1 Empreendedorismo Social: Prêmio Folha Empreendedor Social 2013

O Prêmio Folha Empreendedor Social, do Jornal Folha de São Paulo, é um dos mais destacados prêmios para o setor filantrópico no cenário nacional. Ele começou a ser realizado no ano de 2005, em Parceria com a Fundação Schwab¹⁵¹ e se apresenta como “o principal concurso de empreendedorismo socioambiental na América Latina, sendo um dos mais concorridos do mundo¹⁵²”.

No ano de 2013, acompanhei a transmissão *on-line* do Prêmio, que foi realizada ao vivo nos sites do UOL e da Folha de São Paulo. No dia 21 de novembro, por volta das dezenove horas, teve início a entrega do Prêmio Folha Empreendedor Social 2013, no auditório do Masp, em São Paulo.

No próprio Fórum de Filantropos e Investidores Sociais foi possível ouvir as pessoas comentando a respeito de convidados que estariam concorrendo ao prêmio, sendo possível perceber pelo menos uma matriz de certos agentes que circulam e recebem reconhecimento nesses espaços. Por meio das falas do mestre de cerimônias, dos destaques e premiados, foi possível identificar, novamente, categorias que emergem e uma gramática bastante específica que permeia o imaginário do terceiro setor. Gostaria de destacar, simplesmente como exemplo disso, os critérios para julgamento dos inscritos: “Os vencedores serão eleitos por um júri de especialistas a partir de critérios como perfil, inovação, sustentabilidade, impacto social, influência em políticas públicas, abrangência, entre outros”. Em algumas justificativas de ação apareceram declarações como “nos taxaram de comunistas, de esquerdistas, mas não somos nada disso, estamos na missão de ser um ser humano completo”. E novamente a ideia do *receber nada em troca*: “é dado com mais vontade e você não espera nada em troca”. Essa lógica aparece de forma recorrente no universo de voluntariado, como explicitado na fala de interlocutores que se dedicam a este tipo de atividade.

Ainda no ano de 2013, a Folha de São Paulo divulgou o protagonismo das mulheres no prêmio. Em matéria intitulada “Pela primeira vez empreendedor social só tem mulheres na final¹⁵³” anunciava as quatro finalistas e reforçava o estabelecimento desse campo em crescimento no país.

¹⁵¹ Ver <<http://www.schwabfound.org/>>

¹⁵² Ver <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/sobre_o_premio.shtml>

¹⁵³ Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2013/10/1358825-pela-1-vez-empreendedor-social-so-tem-mulheres-na-final.shtml>>

4.1.4 Considerações

O campo da filantropia no Brasil, que se estrutura a partir de redes e se articula para ganhar força enquanto mercado - com produtos, serviços, valores de troca e *expertises* específicos - apresenta-se como um campo complexo, no qual se articulam uma série de atores desde *beneficiários, voluntários, ongueiros, captadores de recursos, consultores, empresários, Governos, ONGs e sociedade civil*, bem como engloba iniciativa privada, terceiro setor e políticas públicas. Talvez emergente dessa complexidade, foi possível identificar uma disputa conceitual, que aparece em campo e se articula nas próprias falas de interlocutores, compreendendo, principalmente: *filantropia, responsabilidade social corporativa/empresarial e investimento social privado*.

As definições utilizadas por Ricardo, principal interlocutor, são derivadas do Instituto Ethos - organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) vinculada à RSC - e do GIFE - referência no campo do Investimento Privado. De acordo com seu material: “Responsabilidade Social Corporativa é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social”. E Investimento Social Privado é “o uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados - provenientes de pessoas físicas ou jurídicas em projetos sociais de interesse público”. Quanto à noção de *filantropia estratégica* - ou ainda *marketing* de causas¹⁵⁴ - é definida por “estabelecimento de parcerias, facultando a promoção conjunta de causas” e com o objetivo de gerar lucro.

Parece haver novamente uma ausência, a falta do outro, qual seja, os *beneficiários* das ações. Entre ditos e não-ditos, parece-me crucial pensar como essas práticas se engajam na formação de um mercado muito específico, um mercado para *líderes sociais, empreendedores, permeado por ares de inovação, desenvolvimento, evolução, controle e gestão*. Essas noções estão expressas mesmo no título do Prêmio Folha, elemento de distinção por si só. Da mesma forma que essa invisibilidade e não ditos, mesmo que parciais - pois alguns sujeitos aparecem em vídeos e fotografias - é interessante perceber como neste universo

¹⁵⁴ Ver RENDEIRO, Humberto. Museus: o colapso do “Estado-Providência” e a emergência da filantropia estratégica. Disponível em: <https://www.academia.edu/1624047/Museus_o_colapso_do_Estado-Providencia_e_a_emergencia_da_filantropia_estrategica>

trabalha-se com uma naturalização da pobreza, pobreza que está dada, na desordem, com sujeitos que precisam ser ajustados e disciplinados.

Lembro ainda da citação de que “precisamos reinventar na prática o que entendemos como sistema capitalista”, “criar o capitalismo 3.0” e, buscando a referência no livro de Peter Barnes, assim intitulado [“Capitalism 3.0”], percebo em operação a lógica evolutiva de que o capitalismo seria um sistema complexo, sujeito a falhas, que iriam progressivamente sendo ajustadas em suas novas versões. Quanto aos fatores levantados referentes aos motivos pelos quais se doa ou não no Brasil, destaca-se a valorização do sujeito, da figura do mecenas, do filantropo e/ou investidor social junto a seus pares, enquanto um valor positivo para doação.

Na comparação com os Estados Unidos, em quase todos os casos, majoritariamente, é possível citar as diferenças nas cargas tributárias e incentivos fiscais, bem como as diferenças na concepção da intervenção estatal. Conforme apontado, em alguns debates, surge a ideia de que *a filantropia está no DNA dos americanos* e é uma questão de identidade nacional.

No Brasil, acredito estarmos assistindo à construção de um campo que está se profissionalizando, um mercado de negócios, com a importação direta de lógicas, práticas e mesmo consultorias americanas - vide parceria IDIS e *Global Philanthropy Forum*, bem como as estratégias promovidas de *endowments*. Quanto à desconfiança, no Brasil, em relação às instituições, é o fator que aparece como uma das principais causas de não doação, associado a uma noção êmica de *fator cultural* pelo qual o brasileiro não doaria. Ao fim das primeiras reflexões acerca do tema e do campo que se estrutura, indico a confluência com o texto de Marc Abélès, especialmente ao retratar a figura do consultor filantrópico e apontar a visão de os empresários serem os responsáveis pelo *desenvolvimento*, eu diria não só de uma área, mas de todo o país.

Ao longo destas páginas, busquei também evidenciar as implicações de realizar uma pesquisa com elites, em um campo de disputas, no qual os sujeitos pesquisados possuem interesses muito específicos na sua própria configuração e domínio. Além de percorrer uma trajetória específica, ilustrada em uma rede, e falar com indivíduos indicados pelos interlocutores, as informações são de difícil acesso, não ficam claras as cifras do quanto é doado nem os nomes de quem exatamente doa no Brasil - como indicado nas pesquisas trazidas ao longo do texto e na fala da Professora Patrícia Mendonça. Discursos e práticas distintas se colocam nos

espaços percorridos e imbricam a formação de profissionais para compor uma elite: organizações não governamentais, investimentos social e filantropia, Terceiro Setor, Institutos e Fundações, Empresas, Consultores e agentes do Governo. Com o intuito de operar em um mercado que chamo de *social*, são ofertados inúmeros cursos, palestras, congressos e conferências, sendo a quantidade de opções e os valores das inscrições e custos envolvidos, muitas vezes, impeditivos da participação. Da mesma forma, a restrição do *público-alvo* destas ações marca o distanciamento entre a elite que circula nesses espaços de formação e o universo da *pobreza* sobre a qual intervém.

A realização desta pesquisa junto ao universo da elite que compõe - e disputa - o cenário contemporâneo da filantropia brasileira, denota a acentuada dificuldade em encontrar figuras públicas que se destaquem como filantropos doadores de altas somas, como indica minha interlocutora Joana: “tem quem doe, mas muitas vezes essas pessoas não querem ser identificadas”. No entanto, são inúmeras as figuras de empresários, gestores e administradores de ONGs que povoam o campo, circulam em eventos e premiações. Observa-se uma série de atores estabelecendo carreiras no que chamei de *o mercado do social*, identificando-se como *aqueles que fazem o que o Governo não faz* e que darão as bases e diretrizes de um devir ser da sociedade.

As implicações éticas de conduzir a pesquisa neste universo fazem com que uma série de dados não possam ser incorporados à análise - seja pelo pedido explícito de sigilo por parte de interlocutores, seja pelo conhecimento de que podem interferir na vida profissional e até mesmo pessoal dos pesquisados. Da mesma forma, aparece em campo a negociação constante da expectativa dos interlocutores - desde o uso de referências até a busca por ajudar a definir hipóteses e análises - e do meu posicionamento enquanto pesquisadora, tentando evidenciar que o caráter antropológico de meu estudo e minhas escolhas teóricas nem sempre estão de acordo com as práticas discursivas e de intervenção dos atores com quem trabalho.

É possível perceber que o universo da Filantropia empresarial e Investimento Social Privado, que se pretendem como formas hegemônicas de recebimento e administração de doações, está em disputas com uma série de atores buscando traçar seus marcos, exigindo estímulos e regulações do Governo, buscando atuar em políticas públicas ao mesmo passo que se estabelecer enquanto um mercado - com produtos, projetos e ferramentas de avaliação específicos.

4.2 PARTE 2 – ESTADOS UNIDOS

Nesta segunda seção, analiso parte da experiência de campo de pesquisa nos Estados Unidos, enfocando as cidades de Irvine, Los Angeles, São Francisco e Berkeley (no Vale do Silício), Seattle e Washington D.C. em que estão sediadas organizações pesquisadas como a Fundação da Universidade da Califórnia, Irvine, o Global Philanthropy Forum, Brazil Institute, Fundação Bill e Melinda Gates e Intellectual Ventures. Iniciada a pesquisa no Brasil com pessoas e organizações que traziam abordagens da “nova filantropia”, ou filantropia estratégica, segui interagindo com esta rede no início de meu estágio de doutorado sanduíche na Universidade da Califórnia Irvine (UCI), sob supervisão do Professor Bill Maurer¹⁵⁵, também diretor do *Institute for Money, Technology and Financial Inclusion*¹⁵⁶ (IMTFI), financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates.

Em nossa primeira reunião, em março de 2015, o Professor Maurer sinalizou a necessidade de submeter meu trabalho de pesquisa ao comitê de ética da UCI antes de iniciar qualquer contato para trabalho de campo. O comitê entendia que havia um risco de quebra de confidencialidade por eu realizar entrevistas em profundidade. A aprovação final viria somente em agosto de 2015.

De março a agosto de 2015, realizei conversas informais com pessoas ligadas ao setor filantrópico, às irmandades e fraternidades universitárias que fazem contribuições filantrópicas, visitei organizações financiadas por meio de filantropia como museus, universidades e bibliotecas, além de estar cercada pelo *ethos* filantrópico, em que, literalmente, cada banco de praça e cada árvore na rua possui uma placa com o nome de uma família ou benfeitor. Realizei ainda um curso *on-line* ou *massive on-line open course* (MOOC) em filantropia estratégica, ministrado pela professora de Stanford, bilionária e filantropa Laura Arrillaga-Andreessen, com o mesmo título de seu *best-seller Giving 2.0*, na plataforma virtual Coursera¹⁵⁷.

Uma vez aprovado no comitê de ética, realizei entrevistas em profundidade e observação participante em eventos fechados, conferências e treinamentos do setor filantrópico. Para fins de análise, destaco, a seguir, o livro e curso on-line *Giving 2.0*,

¹⁵⁵ <<http://faculty.sites.uci.edu/wmmaurer/>>

¹⁵⁶ <<http://www.imtffi.uci.edu/>>

¹⁵⁷ <<https://www.coursera.org/learn/philanthropist/home/welcome>> Acesso em: 12 nov. 2016.

entrevistas e trabalho de campo realizado junto a organizações e atores voltados à perspectiva filantropocapitalista ou de filantropia estratégica.

4.2.1 Vale do Silício: a Escola de Filantropia Estratégica (Stanford)

“As you probably already know,” she adds, “giving away money is easy - doing so effectively is much harder.”
Laura Arrillaga-Andreessen

Em termos geopolíticos, emana do Vale do Silício um novo paradigma filantrópico aliado a um estilo de vida a ser exportado. Trata-se do *ethos* das elites tecnológicas que se pretende global, na organização de finanças e do trabalho, centrado na competitividade, na meritocracia, na ideologia do *self made man* e *self made woman*, no individualismo, desinstitucionalização, associativismo e transnacionalismo (ABÉLÈS, 2012).

Para o antropólogo Marc Abélès (2012), há uma cultura bastante específica na região compartilhada pelos residentes e integrantes da indústria de tecnologia. Trata-se de uma mesma linguagem e comportamento, aparente descontração para compensar as longas e competitivas jornadas de trabalho, atitudes de simplicidade e contato com a natureza, herança dos ideais da nova era dos anos 60. Segundo Abélès (2012: 52), “pode-se também perceber a rejeição de uma cultura de aparências que era característica do Antigo Mundo. Como se a Califórnia, e singularmente o nosso Vale, encarnasse uma nova Renascença” e ainda “os siliconianos também têm uma certeza em comum: eles se sabem o centro do mundo”, como se o mundo girasse ao redor do sol californiano.

A filantropia marca de forma acentuada este *ethos*. O etnógrafo mostra que enriquecer não basta, é preciso “entrar para o clube”, pertencer a uma rede. Para tanto, a prática filantrópica é fundamental. É neste contexto que se situa a Universidade de Stanford, sede do Centro de Filantropia e Sociedade Civil, o PACS Stanford, fundado (em 2006) e presidido pela ex-aluna e atual Professora, bilionária e filantropa Laura Arrillaga-Andreessen, e visitado durante o trabalho de campo. O centro está focado em pesquisa e inovação no campo da filantropia transnacional. Laura é também consultora para a filantropia de nomes como Mark Zuckerberg, CEO do Facebook e Meg Whitman, CEO da Hewlett-Packard, autora do livro best-seller *Giving 2.0*, fundadora e administradora de sua Fundação, a Laura Arrillaga-

Andreessen Foundation (LAAF) e ministrante do curso *on-line* em filantropia estratégica *MOOC Giving 2.0*.

Laura é casada com o empreendedor da internet, criador do Netscape e capitalista de risco Marc Andreessen. Na divisão de gênero tradicional das famílias de elite¹⁵⁸, ele cuida dos negócios e geração da riqueza e ela, pelo menos de acordo com a imagem pública, cuida da filantropia, educa e assessora os parceiros de negócios do marido na área. Laura é graduada e possui um título de mestrado em História da Arte, um mestrado em Educação e um *master in business administration* (MBA), todos pela Universidade de Stanford. Durante seus estudos na escola de pós-graduação em administração, Laura desenvolveu um plano de negócios para o ensino de filantropia e de doações embasadas nas estratégias das firmas de investimento de capital de risco¹⁵⁹, que seria utilizado pela organização fundada por ela em 1998, o *Silicon Valley Social Venture Fund* (SV2). O SV2, organização premiada no Vale do Silício¹⁶⁰, repassa doações para organizações do terceiro setor que compõem seu portfolio por meio de *grants*.

Apesar de não ter ainda um equivalente de uso coloquial no português, é importante ressaltar que financiamentos educacionais, de pesquisa e agora no âmbito da prestação de serviços sociais e mesmo para desenvolvimento de produtos - como nos empreendimentos *startups*¹⁶¹ - são feitos nos Estados Unidos prioritariamente via *grants* (Galaskiewicz, 1985). Trata-se de uma espécie de dádiva que coloca em relação ego e alter (idem), uma subvenção advinda de organizações privadas e Fundações, que recebem as propostas e projetos a serem julgados, eventualmente financiados e progressivamente avaliados. Bill Maurer (2012) indica nesse processo a privatização de funções antes consideradas como de incumbência do Estado e uma consequente transição para novos modelos de governança.

¹⁵⁸ Como observado também pela antropóloga Teresa Odendahl, por Simone Coelho e na fala de diversas interlocutoras e interlocutores desta pesquisa.

¹⁵⁹ Lembrando que Felipe Sotto-Maior, o criador do primeiro fundo de *endowment* no Brasil, para a USP, já pedia que filantropos brasileiros passassem a empregar essas estratégias, quando da sua palestra em Porto Alegre em 2013 (dados de campo).

¹⁶⁰ The organization won the Silicon Valley Association of Fundraising Professionals Philanthropic Organization of the Year in 2008. See

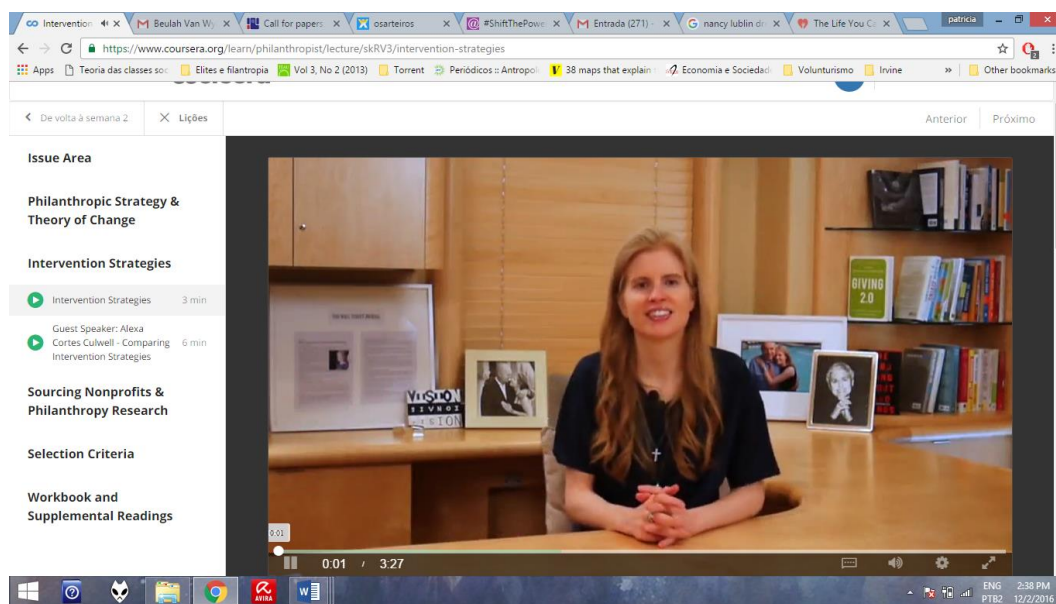
<http://api.ning.com/files/JHB0J6CpZefatmcq5xHIA5uKqHnTO7gRWglZpVLvIXBYaw2zvdTs*2S8nJi2UKe3SvrboBpaUJKTR5rLo430jKYWzst8hn0q/AnnualReport1112_final.pdf>

¹⁶¹ Ver <<http://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>>

4.2.1.1 Laura Arrillaga-Andresen

“Too often the warm glow that drives us to give is not backed by knowledge, research, and strategy.”
Laura Arrillaga-Andresen

Figura 14 - Laura Arrillaga-Andresen



Fonte: coursera.org

Parte importante do campo de pesquisa consistiu em mapear, analisar e arquivar matérias referentes à filantropia no Brasil e nos Estados Unidos. Para tanto, afiliei-me ao Instituto Filantropia e recebi sua publicação Revista Filantropia ao longo dos anos de 2013 e 2014, assinei o *The Chronicle of Philanthropy*, no ano de 2015 e utilizei a ferramenta de alerta do *google* nas categorias filantropia e *philanthropy* para receber notícias referentes ao assunto. No ano de 2014, Laura Arrillaga-Andresen estampou as páginas do *The Washington Post*, um dos jornais de maior circulação publicados em Washington DC, na seção “*on leadership*” em matéria e entrevista intituladas “*Reinventing Philanthropy, with a Silicon Valley blueprint*”¹⁶².

Nesta entrevista, bem como na apresentação de seu curso *on-line*, Laura aponta o trabalho filantrópico de sua mãe e a morte prematura dela, vítima de câncer de pulmão, como elementos centrais em seu interesse pela área. A antropóloga Teresa Odendahl (1990) aponta em seu estudo acerca da cultura e estilo de vida

¹⁶² <https://www.washingtonpost.com/business/on-leadership/reinventing-philanthropy-with-a-silicon-valley-blueprint/2015/02/12/f0fc77b8-85fd-11e4-b9b7-b8632ae73d25_story.html>

das elites filantrópicas a centralidade das mulheres neste campo e desta atividade na identidade das mesmas, bem como a recusa ao *ethos* do consumo conspícuo (VEBLEN, 1994):

Em geral, os ricos caridosos vivem bem abaixo de suas condições. Eles são contribuintes conspícuos no lugar de consumidores conspícuos. O trabalho sem fins lucrativos, mais do que qualquer coisa, os engaja, dando a eles um senso de identidade e sentido. Isto é particularmente verdade para mulheres ricas, que se veem tendo menos opções que os homens ricos devido a uma rígida divisão do trabalho em gênero nas classes mais altas. Historicamente, o trabalho caritativo tem sido uma atividade significativa permitida, mas não limitada, às mulheres.

Em seu capítulo intitulado “Lady Bountiful” (ODENDAHL, 1990: 100) - termo de cunho pejorativo que no idioma inglês descreve o tipo ideal da mulher rica que utiliza a caridade e filantropia para ilustrar sua distinção - Odendahl mostra as restrições e subjugação das mulheres de elite em relação aos seus homens e como elas são treinadas para atuar no setor. Ela chama a atenção como teóricas feministas e estudos de gênero clamam por estudos acerca da “combinação entre patriarcado e capitalismo” e sinaliza que o estudo das mulheres de camadas de elite se faz extremamente necessário.

Most rich women are invisible; we are the faces that appear behind wellknown men, floating up to the surface infrequently, palely; the big contributors, often anonymous, to approved charities, or the organizers of fundraising events. Rich women have been so well rewarded by an unjust system that we have lost our voices; we are captives, as women are captives, of a system that deprives us from our identities” – Sallie Bingham, “The Truth About Growing up Rich”, Ms., June 1986 apud Odendahl.

Algumas características da filantropia estratégica apontadas na entrevista são sua ligação direta com a indústria de tecnologia no Vale do Silício, a busca por inovação, e uma abordagem ativa em contraposição à filantropia reativa, que atua em casos de catástrofes e emergências. “she has worked with tech industry peers to develop innovative models for giving that she said she hopes will transform the world in ways as profound as the Internet, which gave rise to much of the new wealth in Silicon Valley”.

Laura percorreu sobre o direcionamento da filantropia para a ciência e medicina, o que considera caráter revolucionário do Vale do Silício. Também aponta o uso de tecnologias e o empreendedorismo como outras áreas prioritárias de alocação de recursos.

...to democratize access to so many things people in this country have the blessing to call our basic human rights, whether that's freedom of expression, access to education [or] medical care, knowledge or being a part of the global economy. There is great interest in Silicon Valley in how we can use technology to break down the barriers to access that so many billions of people in the world face”.

That and entrepreneurship. We're seeing a trend of hybridization of entrepreneurship and social entrepreneurship that individuals are excited about investing in. Whether it's investing in for-profit companies that have social value creation inherent in their business models or nonprofits that have revenue generation that will lead to financial self-sustainability for nonprofits.

Outros pontos abordados na entrevista foram a doação de 27.5 milhões de dólares, feita por Laura e seu marido, para o Stanford Hospital. Uma das críticas levantadas ao tratar da filantropia de elite, trata de suas doações destinarem-se muitas vezes a instituições de elite com fundos de *endowment* bilionários. A entrevista abordou ainda o trabalho de Laura para aumentar a transparência no setor filantrópico e seu foco em pesquisa. Segundo a bilionária, “é este compartilhamento de conhecimento que nos possibilita ambos a influência positiva para financiar bem como uma influência também positiva de não financiar determinadas organizações sem fins lucrativos¹⁶³”.

Ao longo de seu livro e do curso *on-line*, a ênfase recai justamente na *expertise* e consultoria de Laura para que filantropas, filantropos e doadores individuais façam uma escolha racional otimizada (ou ainda, eficiente, nos moldes do pensamento econômico racional) de quanto e, principalmente, para quem doar.

Ao final, Laura foi questionada sobre a diferença entre jovens filantropas e filantropos em relação a gerações anteriores e o quão popular seria a ideia de “altruísmo efetivo - o uso de pesquisa empírica em detrimento da emoção para tomar decisões sobre doações” - entre seus clientes de consultoria.

¹⁶³ Ver <www.washingtonpost.com/business/on-leadership/reinventing-philanthropy-with-a-silicon-valley-blueprint/2015/02/12/f0fc77b8-85fd-11e4-b9b7-b8632ae73d25_story.html> Do original: “it is that knowledge-sharing that enables both the positive influence to fund as well as an also positive influence not to fund specific nonprofits” (tradução minha).

A *expert* respondeu apontando ser essa uma área de interesse para os *millenials*¹⁶⁴:

É uma geração que cresceu com um senso de comunidade global e uma consciência que transcende os limites geográficos tradicionais. E é também um grupo que se tornou adulto com a informação enquanto elemento-chave da tomada de decisão. Essas duas influências externas naturalmente levaram muitos indivíduos a compartilhar essa abordagem filantrópica¹⁶⁵.

Em maio de 2014, seria a vez da Revista Vogue¹⁶⁶ recheiar suas páginas com uma matéria sobre Laura, a “guru da filantropia”, intitulada “When Facebook and Twitter Give Back: A New Philanthropy Guru and Her Silicon Valley Mission”. De semelhante teor, o texto conduz a leitora e o leitor por um vale em que parte da população protesta contra a desigualdade social, de um lado; e a elite (tecnológica) busca amenizar esse quadro via filantropia, de outro. No universo deste segundo grupo, jantares com bilionários do setor, conferências fechadas, a inserção do marido de Laura na indústria da tecnologia e seu protagonismo no mercado de capitais de risco e a consultoria e *expertise* dela na indústria filantrópica. O excerto abaixo, ilustra esses pontos da matéria (tradução minha):

Para Arrillaga-Andreessen - lecturer em Stanford ,que se tornou uma guru em Filantropia no Vale do Silício - é um *gospel* que uma força de trabalho jovem e idealista queira tanto criar bem social quanto quer benefícios como refeições gratuitas e lavagem a seco.

Com fortunas de ouro feitas o tempo todo no Vale do Silício, a face da filantropia está mudando. A lista das doações que ficaram no topo, compiladas pelo The Chronicle of Philanthropy, enquanto ainda cheia de legados e famílias da Costa

¹⁶⁴ Também chamada de Geração Y, compreende as pessoas nascidas entre os anos 80 e 2000 (período variável, alguns autores consideram pessoas nascidas nos finais dos anos setenta, até os anos 90). A principal característica dessa geração seria ter nascido com o advento da internet e crescido com acesso a tecnologias da informação. É um grupo que se encontra atualmente em fase adulta. Tratei desse público na dissertação acerca da organização AIESEC. Há uma série de pesquisas, organizações e configurações de mercado - de consumo e do trabalho - voltado para este público. “One of the largest generations in history is about to move into its prime spending years. Millennials are poised to reshape the economy; their unique experiences will change the ways we buy and sell, forcing companies to examine how they do business for decades to come”.

Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/pages/millennials/>>

Ver também <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos3/Geracao_Y.htm> Acesso em: 28 nov. 2016.

¹⁶⁵ Tradução minha. Do original: It’s a generation that has grown up with a sense of global community and awareness that transcends traditional geographic boundaries and also a group that has become grown-ups with data as a key driver of decision-making. Those two external influences naturally lead many individuals to sharing that particular philanthropic approach.

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www.vogue.com/article/laura-arrillaga-andreessen-philanthropy-charity-technology>>

Leste, está agora pontuada por empresários da Costa Oeste e pessoas com quarenta anos, ou menos.

Arrillaga-Andreessen é a pessoa persuadindo essa nova geração de magnatas da tecnologia a doar suas riquezas. Em um fim de tarde típico do Vale, Laura e Anne Wojcicki, cofundadora da empresa de testes de DNA 23andMe, conspirando enquanto tomam drinques sobre como mudar o mundo - e fofocando sobre sentar ao lado de Kevin Spacey no jantar formal. Ao redor de seu pescoço estão duas cruzeiras Tiffany, que ela sempre usa, uma foi um presente do seu marido (“meu amado”) e a outra foi uma lembrança de sua falecida mãe. “Mover-se do Giving 1.0 para o Giving 2.0 é uma transição de ser reativo para ser pró-ativo, de doações baseadas em emoção para baseadas em estratégia, do isolado para o colaborativo”, ela me conta. “Então não é tanto sobre o que você doa, mas sobre mitigar os riscos do tempo, do dinheiro, do portfólio de ativos que você está escolhendo investir”.

Suas ideias têm ganhado urgência desde que o conflito entre os que têm muito e os que têm pouco eclodiu no Vale. Em várias ocasiões, nesse inverno, os ativistas de São Francisco bloquearam o caminho dos ônibus privados que os trabalhadores da indústria tecnológica usam para chegar na Apple e no Google. Os protestos buscaram demonstrar que os trabalhadores da indústria tecnológica vivem em uma bolha privilegiada, intocados pelos problemas sociais da comunidade mais ampla.

Ela fornece conselhos de carreira para dezenas de seus alumni, que constituem uma rede de empreendedores sociais em organizações sem fins lucrativos inovadoras como Kiva, Ashoka, Anjna, GuideStar, GiveWell e Google.org, bem como a Hewlett da Califórnia, Gordon e Betty Moore, e George Lucas Educational foundations. A maioria ainda com seus vinte e poucos anos, seus formandos idealistas são apaixonados por mudar o mundo por meio da filantropia, e mudar a filantropia por meio da tecnologia.

Um deles, Alexander Berger, fala animado sobre a organização GiveDirectly e seu uso de celulares para transferir somas a recipientes no Quênia.

Considero de fundamental relevância para diversos públicos e áreas de interesse (como por exemplo, a antropologia da economia e da política, bem como estudos de ciência, tecnologia, administração, administração pública, terceiro setor,

sociologia e mesmo movimentos sociais) atentar para a lógica central da abordagem filantrópica, na transferência das funções de cunho “social” dos Estados, seja via terceirização e privatização de serviços, para empresas e fundações e toda ordem de organizações de cunho filantrópico.

Nessa nova ordem, que venho entendendo como um sistema de governança econômica liderada por um emaranhado de organizações presididas por bilionárias e bilionários de uma elite transnacional, em andamento e crescimento, a noção de direito é progressivamente substituída pela noção de dívida. A impossibilidade de retribuição, a exclusão de grossas camadas da população mundial dos processos de tomada de decisão, além da concentração de recursos advindos de governos de países considerados pobres na mão de fornecedores privados de bens e serviços “sociais” pertencentes a essas elites transnacionais constituem graves desafios ao papel transformador da filantropia contemporânea.

4.2.1.2 Massive on-line open course (MOOC) Strategic Philanthropy. Giving 2.0

Por meio das reportagens supracitadas, tomei conhecimento da atuação e protagonismo de Laura Arrillaga-Andreesen no setor filantrópico. Iniciei, assim, em março de 2015, o *Massive on-line open course* (MOOC) em filantropia estratégica¹⁶⁷ da Universidade de Stanford, por ela ministrado, na plataforma *on-line* Coursera. De acordo com o site da Fundação Laura Arrillaga-Andreesen, o curso lançado em agosto de 2014 foca em aumentar a escala de

...acesso e participação em educação sobre filantropia globalmente. Aproveitando o melhor da inovação em tecnologia da educação e as duas décadas de *expertise* filantrópico de Laura, esse MOOC empodera doadores em todos os lugares do mundo com conhecimento e habilidades para fazer o máximo com o que doam - dinheiro, tempo, *expertise*, redes e paixão. Os estudantes têm a oportunidade de aprender com uma variedade de *experts* filantrópicos e praticar suas novas habilidades por meio de experiências integradas de voluntariado e concessão de fundos¹⁶⁸.

A fim de analisar o conteúdo do curso, além de realizá-lo, transcrevi as falas que aparecem nos vídeos, baixei e arqueei em meu computador todo o material disponível, desde esses mesmos vídeos, os livros de trabalho, as leituras suplementares e arquivos formato pdf dos links disponibilizados por Laura e seus

¹⁶⁷ Ver Course overview, Anexo 7

¹⁶⁸ Ver mais em <<http://laaf.org/mooc/>> Ver também: <<http://laaf.org/mooc/#sthash.eIQgFRud.dpuf>>

experts convidados. Realizei as atividades solicitadas recorrendo a organizações com as quais realizei pesquisa e bancos de dados de organismos internacionais que estabelecem diretrizes e muitas das métricas do setor como o Banco Mundial¹⁶⁹ e a Organização das Nações Unidas.

O curso, com duração de seis semanas, está dividido em seis módulos correspondentes a cada semana. O primeiro módulo intitula-se “Introdução à Filantropia”. De acordo com a descrição do site, os “alunos vão examinar como abordar suas doações de novas formas, o porquê eles têm doado historicamente e como eles - por meio de estratégia e planejamento - podem doar de uma forma que importa mais¹⁷⁰”.

Na segunda semana de curso¹⁷¹, intitulada “Estratégia Filantrópica”, o objetivo descrito é “estudar as ferramentas utilizadas para criar uma estratégia filantrópica. Alunos serão guiados por uma seleção da área de problema social, o *framework* da teoria da mudança [Theory of Change], como acessar o mapa de um problema social ou ambiental e como escolher uma estratégia de intervenção de alto impacto”.

A terceira semana de curso volta-se então para “Seleção e Avaliação de organizações sem fins lucrativos” com foco em “empoderar os alunos a avaliar eficientemente qualquer organização sem fins lucrativos por meio de uma variedade de ferramentas, métricas e perspectivas. Os participantes do curso aprenderão como pesquisar e se engajar com organizações sem fins lucrativos, bem como conduzir uma avaliação compreensiva das mesmas¹⁷²”.

Na quarta semana de curso¹⁷³, intitulada “*Taking Stock*” (Fazendo um Balanço), define-se que os estudantes vão “refletir acerca dos recursos que eles podem acessar e/ou aplicar a fim de realizar seu completo potencial de doação”. Este quarto módulo encontra-se dividido em 1. “*Introduction*”: Introdução com um vídeo do convidado Alexander Berger, a que Laura apresenta como seu ex-aluno “*superstar*”, analista de pesquisa na *GiveWell* que, de acordo com ele, “faz pesquisa

¹⁶⁹ Ver, por exemplo: <<http://www.app.collinsindicate.com/worldbankatlas-gender/en-us>>; <<https://sustainabledevelopment.un.org/>>

¹⁷⁰ Do original “Learners will examine how to approach their giving in new ways, why they have given historically and how they – through strategy and planning – can give in a way that matters more”. Tradução minha. Disponível em <https://www.coursera.org/learn/philanthropist/home/week/1>

¹⁷¹ Ver também material suplementar desta segunda semana de curso, disponibilizado em <http://www.ssireview.org/blog/entry/the_eight_word_mission_statement> e <https://ssir.org/articles/entry/cultivate_your_ecosystem>

¹⁷² Disponível em <<https://www.coursera.org/learn/philanthropist/home/week/3>> Acesso em: 3 dez. 2016.

¹⁷³ Ver Anexo xyz

para ajudar o doador a decidir onde doar dinheiro”; 2. “*What you have*”: para analisar os recursos que estão em jogo, com um vídeo do convidado David Kelley, fundador da firma de design de companhias IDEO¹⁷⁴, Professor de Stanford há trinta e cinco anos e fundador do *Hasso Plattner Institute of Design*¹⁷⁵, na mesma instituição. David discorre sobre design e criatividade, aplicados para o “bem social” e “negócios sociais”; 3. “*What you can access or develop*”: com um vídeo da convidada Beth Kanter¹⁷⁶, consultora, *blogger*, autora e palestrante, com experiência de trinta e cinco anos no setor sem fins lucrativos e de vinte anos em tecnologia, mais especificamente em internet, como se apresenta, que fala do uso de tecnologias e redes no setor; 4. “*Tacking Stock*”: com a participação de Nancy Lublin, empreendedora social, fundadora de *Dress for Success* e CEO do *dosomething.org* e fundadora da *Crisis text line* falando de seu pioneirismo nos negócios sociais e sua *expertise* em alavancar (*leveraging*, como se diz no jargão do campo) redes, *expertise* e recursos em geral. Nancy explica que, mais do que indivíduos com recursos, as pessoas são parte de instituições e grupos e, por meio de doações, é possível influenciar tomadas de decisões e causar impacto social.

Na quinta semana, será o momento de “transformar essa reflexão em ação”. O quinto módulo, intitulado “*Giving with Greater Meaning*”, conforme a descrição do site, “centra em descobrir os diversos meios pelos quais os participantes podem alavancar seus recursos filantrópicos únicos para criar o impacto que querem ter”. É anunciado que há “numerosos convidados compartilhando sua *expertise* neste módulo”. Ele está dividido nas seguintes sessões: 1. “*Creating your IGAP*” (*individual giving action plan*); 2. “*Giving financially and social impact investing*”

A sexta e última semana de curso traz o módulo intitulado “*Philanthropy. The Never-Ending Gift*”, com o objetivo de que os alunos façam um “balanço do seu progresso ao longo do curso e aprendam como ficar conectados com o conteúdo e com outros participantes do curso ao seguir em frente¹⁷⁷”.

¹⁷⁴ Ver <<https://www.ideo.com/people/david-kelley>> Acesso em: 5 dez. 2016.

¹⁷⁵ Ver <<http://dschool.stanford.edu/>>

¹⁷⁶ Ver <<http://www.bethkanter.org/>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

¹⁷⁷ Disponível em <<https://www.coursera.org/learn/philanthropist/home/week/6>>

4.2.1.3 Módulos do MOOC

Laura Arrillaga-Andreessen aparece no vídeo introdutório - assim como em uma série de vídeos ao longo do curso - entusiasmada e simpática, usando os dois crucifixos Tiffany & Co, mencionados também na reportagem da revista Vogue¹⁷⁸, sendo um deles um presente de sua mãe e o outro um presente de seu marido. Ela se apresenta como *lecturer* da Stanford University Graduate School of Business, bem como no departamento de Políticas Públicas da mesma instituição, além de filantropa individual e profissional, com mais de vinte anos de experiência no setor e quatorze anos de pesquisa e docência.

O curso, segundo a filantropa, é destinado para todas as pessoas que desejam criar uma mudança no mundo por meio de suas doações e que queiram aprender como fazê-lo maximizando seus resultados, unindo “paixão pessoal e análises estratégicas”. Laura traz ainda dados que considera como uma “verdade desconfortável”, segundo os quais apenas 35% dos indivíduos que doam filantropicamente fariam pesquisa sobre essas doações e apenas 3% dos indivíduos comparariam as organizações sem fins lucrativos antes de fazer uma doação.

Uma das preocupações centrais que aparece no setor e, por consequência, no curso, é o de como obter escala para as doações e iniciativas financiadas. Além dessa introdução ao curso, na primeira semana, os alunos devem ler a biografia de Laura¹⁷⁹, o course overview e assistir a quatro vídeos: Introduction, Giving Levers, Course objectives and overview, R.A.D.A.R Roadmap. Os dois objetivos principais do curso são apresentados como: 1. Criar um plano estratégico para usar o seu tempo, dinheiro, paixão, *expertise* e redes maximizando seu impacto social; 2. Pesquisar, avaliar, comparar e selecionar organizações para investir os seus recursos.

Os “giving levers” ou alavancas da doação seriam o “what, where e how” ou “o que, onde e como”. A proposta apresentada é de que a doação deve evoluir de algo que faça a pessoa se sentir bem para algo que crie grandes mudanças. Para tanto, dever-se-ia ter em mente o que se deseja ou pode doar (tempo, habilidades, *expertise*, influência, redes de contatos ou *networks* e, por fim, dinheiro). Pode-se observar os diferentes tipos de capitais colocados em circulação no setor. O “onde”

¹⁷⁸ Ver <<http://www.vogue.com/article/laura-arrillaga-andreessen-philanthropy-charity-technology>>

¹⁷⁹ Anexo E.

será doado, por meio de identificação e seleção de organizações beneficiárias e o “como” acerca dos mecanismos que permitiriam obter maior impacto ou “como você investe seus recursos filantrópicos para criar a maior quantidade de bem mensurável”.

É possível perceber a centralidade da questão da avaliação de impacto no setor. A criação de índices de medição e relatórios de resultados são elementos cada vez mais *sine qua non* para as organizações e sujeitos que competem pelos recursos doados - o que muitas vezes prejudica organizações de pequeno porte. De acordo com Edward Pauly (2005), diretor de pesquisa e avaliação da Fundação Wallace¹⁸⁰, em seu artigo intitulado “The role of evaluation in the 21st century¹⁸¹”, um dos resultados mais visíveis da filantropia, nos últimos vinte anos, foi a atenção voltada aos resultados medidos por novas ferramentas, tais como “planejamento estratégico, planejamento operacional e avaliação” (p.95). “Essa ênfase nos resultados é parte de amplos movimentos pela efetividade das fundações e filantropia estratégica, que são globais em escopo”, explica o expert e autor.

Para ele, a avaliação é muito discutida entre Fundações dos Estados Unidos, aparentemente refletindo duas raízes históricas: a ênfase do setor de *business* em usar e transmitir informações confiáveis sobre performance, crescimento e lucro, e a aplicação dessas práticas de gestão por administradores dessas fundações em seu trabalho; e o uso extensivo no setor governamental de avaliação para acessar e melhorar os serviços do governo na ausência de mecanismos de mercado de *feedback*. Sobretudo, o *status* da avaliação nas fundações norte-americanas é misto. Existem algumas tendências esperançosas, mas nem o objetivo dos negócios de medir performance nem o objetivo governamental de melhorar serviços foi ainda alcançado em mais do que um modesto número de fundações (...). Um modesto, mas crescente número de Fundações nos Estados Unidos vai além da abordagem de avaliação do programa para capturar lições práticas de projetos inovadores apoiados pelas Fundações. Estudos de implementação são frequentemente uma fonte valiosa para quem faz políticas públicas na medida em que buscam financiar serviços bem desenhados e articular padrões de qualidade para programas que recebem financiamento do governo. Essas lições para a prática e a política,

¹⁸⁰ Ver <<http://www.wallacefoundation.org/>>

¹⁸¹ Também publicado no livro “Rethinking Philanthropic Effectiveness. Lessons from an International Network of Foundation Experts” (2005) editado pelo expert em finanças Dirk Eilinghoff.

oferecidas pelas avaliações, são frequentemente as construtoras de performance melhoradas pelo governo, organizações sem fins lucrativos e organizações do setor privado.

Neste trecho, observa-se também a preocupação comum a *experts* de diversas organizações pesquisadas com a elaboração de políticas públicas - abordada com mais profundidade no caso tratado no capítulo 3. Lobby e advocacy são as principais formas de influenciar as pautas públicas. Novamente, considero importante atentar como essas dinâmicas desconstroem noções caras a muitos estudos e teorias das ciências sociais em que Estado, setor privado e terceiro setor aparecem como esferas separadas quando não mesmo esferas hostis (ZELIZER, 2000). Dessa forma, mostra-se fundamental observar como esses indivíduos e instituições se organizam para gerir tanto os recursos públicos quanto os excedentes de suas riquezas privadas e elaborar modelos de governança para populações de escopo global.

Peter Singer protagoniza um vídeo no curso de Laura. Ele se apresenta como Professor Laureado na Escola de Estudos Históricos e Filosóficos da Universidade de Melbourne e Professor de Bioética da Universidade de Princeton. Apesar de ser autor de uma série de livros, aponta-se que o mais relevante para o que ele vai falar é “The Life You Can Save”. Singer revela ainda estar trabalhando em outro livro sobre altruísmo efetivo, que irá se chamar “Doing the Most Good”. O autor indica que altruísmo efetivo é uma filosofia e um movimento emergente.

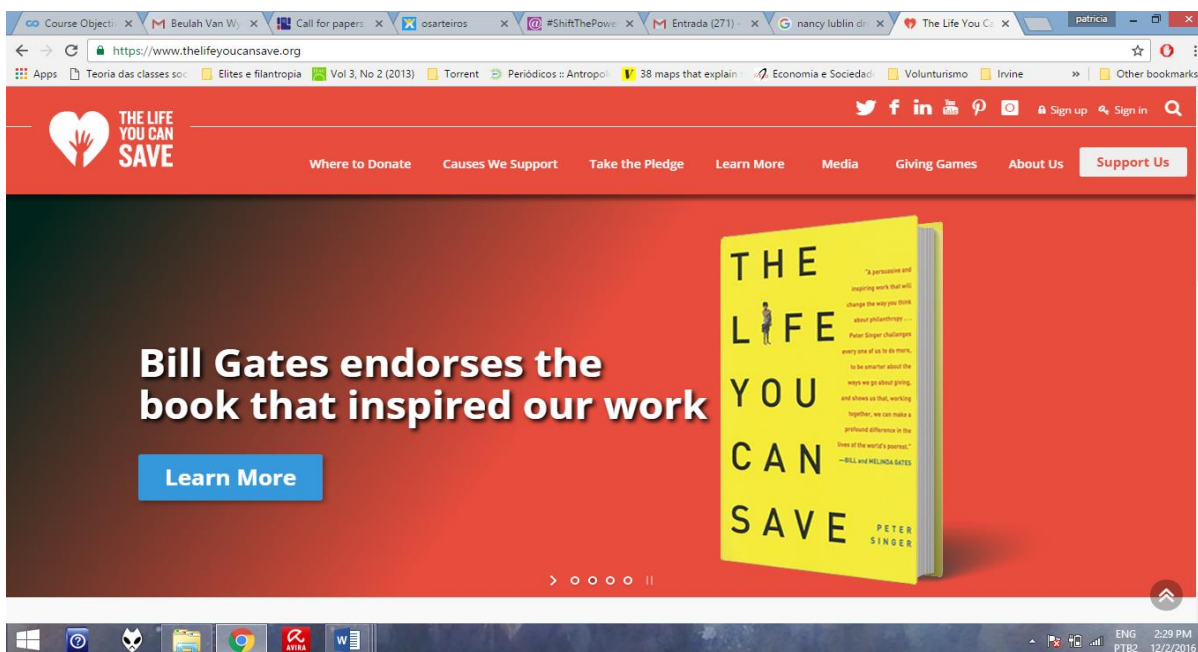
A filosofia é o que devemos usar em nossas vidas, ou ao menos em uma parte das nossas vidas, para fazer o maior bem possível no mundo. E o movimento emergente é um número de pessoas comprometidas com isso, as quais estariam usando evidência e razão para tentar trabalhar no que seria a melhor forma de fazer o maior bem no mundo.

O filósofo segue sua fala destacando algumas formas de se fazer maior bem, dentre elas, doar o que não se precisa para viver, comer e ter um pouco de conforto. Neste caso, caridades mais efetivas em usar a doação para fazer um bem maior. Na sequência, o autor destaca um questionamento, como saber qual caridade fará um bem maior e, ainda, indica um vasto número de entidades que ficariam felizes em pegar esse dinheiro: “Felizmente, existem agora organizações que estão examinando rigorosamente para ver onde elas farão maior bem”. São organizações como Give Well (givewell.com), por exemplo, sempre focadas em caridades que

doam para “os pobres globais” (“the global poor”), e Charity Navigator, entre outras. Peter Singer recomenda a organização Give Well e seu escopo global. Ele explica que apesar de haver pobres nos EUA, as organizações norte-americanas não conseguem fazer tanto com o dólar doado quanto organizações nos países em desenvolvimento, “isso porque apesar de haver pobreza na América, é realmente uma coisa distinta da pobreza em países em desenvolvimento”. Ele traz então dados do Banco Mundial, demonstrando haver mais de um bilhão de pessoas vivendo com menos de \$1,25 por dia, menos de \$500 dólares por ano, o que não ocorreria nos Estados Unidos (segundo o autor, o auxílio alimentício “food stamps” já superaria o valor). Além disso, as pessoas teriam auxílio a algum tipo de seguridade social nos EUA, alojamentos públicos e algum tipo de ajuda médica, se for extremamente pobre, o que ele afirma que não aconteceria em países em desenvolvimento. Assim, uma colocação um tanto questionável, especialmente pela ênfase que é dada no auxílio público, bem como nos direitos do cidadão, perspectivas que o modelo proposto por seus pares busca superar e que não são totalmente ausentes nos países em desenvolvimento, contando entre estes o Brasil.

Singer prossegue acrescentando que a pobreza na América para uma família de quatro pessoas é algo como vinte a vinte e três mil dólares por ano, enquanto a pobreza em países em desenvolvimento teria esses quinhentos dólares por ano. Assim, ele define que doar quinhentos dólares para os pobres dos países em desenvolvimento terá um impacto muito maior do que doados para os pobres dos Estados Unidos, portanto é disso que se trata o altruísmo efetivo. Peter Singer encerra dizendo que há uma gama de causas a serem consideradas pelos altruístas efetivos - como pobreza global, a causa animal, mudanças climáticas - mas são causas julgadas por sua eficiência. Estes provavelmente não vão doar para museus e galerias de arte nos Estados Unidos ou mesmo para Universidades. Dessa forma, Singer define o altruísmo efetivo como um desafio para os padrões de doações, pois tira o foco local e transfere para o global.

Figura 15 – The life you can save



Fonte: thelifeyoucansave.org

Em seguida, Laura explica que devido ao fato de o curso ser baseado nas suas experiências profissionais e pessoais com filantropia, ele é amplamente informado pelo entendimento da filantropia estadunidense. No entanto, ela sublinha que, ainda assim, a maior parte do conteúdo poderá ser usado globalmente. Para Laura, “as culturas e sistemas filantrópicos estão evoluindo mais rapidamente do que nunca ao redor do globo, oferecendo muitas oportunidades para os indivíduos abastecerem ativamente a mudança social independentemente de onde vivam”.

Encerrando a primeira parte do curso, Laura explica ter criado um mapa para que as pessoas possam guiar sua filantropia durante e após o curso. Trata-se do R.A.D.A.R. Roadmap. A sigla indica o que ela chama de as cinco fases centrais para lidar com os desafios da filantropia, no caso, recursos limitados. Dentro dessa lógica de escassez, já contestada por antropólogos como Marshal Sahlins, em seu texto *A Sociedade Afluente Original*, descarta-se a contextualização da concentração de renda e se mantém a ideia da disputa de muitos por poucos recursos existentes. Os pontos R.A.D.A.R. apontados por Laura são: Reflect, Assess, Decide, Act, Refine¹⁸².

As demais seções da primeira semana - e módulo - de curso estão divididas em “Why Give?” ou “Por que doar?”. Dois vídeos trazem motivações que levam as pessoas em geral a doar, como motivações pessoais, paixões internas e

¹⁸² Ver <<https://www.coursera.org/learn/philanthropist/lecture/U6kFK/r-a-d-a-r-roadmap>>

necessidades externas. Ela explica ainda a gênese de seu interesse no setor nas ações filantrópicas de sua falecida mãe. A terceira seção trata especificamente de “Filantropia”: o que é; algumas definições¹⁸³; contexto nacional (E.U.A.) e global; caridade *versus* filantropia (também discutido anteriormente); e um estudo de caso “Terremoto no Haiti”. A quarta seção é intitulada “What makes a Gift Effective?” E traz os convidados Peter Singer, já mencionado, e Bruce Sievers, visiting scholar no PACS Stanford e The Center for Public Service; lecturer em Ciência Política na mesma Universidade e ex-diretor de uma Fundação privada de São Francisco, Califórnia.

Destaco a abordagem da *Theory of Change*¹⁸⁴, pois foi utilizada nos diversos espaços em que esta pesquisa foi desenvolvida, mesmo por pessoas que diziam não se identificar com a abordagem estratégica da filantropia. De acordo com Laura:

...similar a construir uma ótima companhia ou produto, para construir um grande impacto filantrópico, você precisa de um planejamento estratégico de como você vai chegar onde quer levando em conta seu contexto atual. Esse plano para alcançar um objetivo social específico pode ser também chamado de teoria da mudança. A teoria da mudança é a premissa que embasa qualquer intervenção social. Uma hipótese para como um conjunto de ações pode levar a um resultado social desejado. Uma teoria da mudança destaca relações causais entre recursos mobilizados, ações tomadas e os fatos e resultados que se espera alcançar.

Distintas lógicas e categorias se cruzam, demonstrar isso talvez seja essa uma das contribuições centrais deste trabalho. Ao tratar da Teoria da Mudança, no livro *Reinventing Philanthropy*, a *expert* Diana Leat¹⁸⁵ mobiliza autores como Karl Marx, Anthony Giddens e Charles Tilly para dar conta das mudanças demandadas por movimentos sociais. Lembro ainda que por meio dessa pesquisa foi possível chegar a atores internacionais que financiam movimentos sociais no “sul global”, mesmo como a Via Campesina¹⁸⁶ - da qual fazem parte no Brasil o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude, Movimento de Pescadores e Pescadoras

¹⁸³ Ver anexo 9 – anexos curso MOOC

¹⁸⁴ Ver <<http://www.kipp.org/news/stanford-social-innovation-review-the-power-of-theories-of-change>> Anexo XXX Ver também <http://www.grantcraft.org/assets/content/resources/theory_change.pdf> e <<http://www.thinknpc.org/publications/theory-of-change/>>

¹⁸⁵ Ver <http://www.peecworks.org/peec/peec_inst/017962C6-001D0211.0/Leat%202005%20Theories_of_change.pdf>

¹⁸⁶ Ver <<https://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44/members>>

Artesanais (MPP) e Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) - com abordagem mais aprofundada no próximo capítulo.

Conforme referido no início da tese, uma de minhas hipóteses salienta que o campo da filantropia opera como um mercado de bens e serviços/simbólicos. Posteriormente, enfatizei que o campo também opera como um sistema de governança global. A fala de Laura durante o curso parece confirmar isso quando ela declara que “o setor sem fins lucrativos ainda é muito um mercado, com organizações competindo por talento profissional, por dólares, por voluntários, por financiamento ou contratos do Governo e muitas coisas mais”. Apesar do enfoque na lógica competitiva, Laura esclarece que “o que serve a humanidade é compartilhar conhecimentos, [elaborar] parcerias e transparência”.

O curso é encerrado na sexta semana com uma mensagem de Laura:

Existem infinitos problemas no nosso mundo. Existem infinitas pessoas precisando de ajuda. Existe apenas um número limitado de vocês. Você está aqui hoje porque escolheu dedicar o seu tempo e energia em fazer a sua doação importar mais. Nesta turma há pessoas com o potencial de mudar o nosso futuro. Todas as oportunidades estão aí para você escolher. A pergunta é: quais oportunidades você vai escolher ou você vai criar as suas oportunidades? A sua jornada vai seguir as pegadas de outros ou você vai criar uma nova jornada que outros vão seguir? Dê para a sua doação tudo o que você tem. Alcance seu potencial máximo. Se as poucas pessoas que completaram esse curso por meio de trabalho árduo e dedicação não o fizeram, quem o fará? Quem fará as mudanças se não você? Não tenha uma paixão, viva a sua paixão. Não tenha sonhos, torne os seus sonhos realidade por meio das suas ações e força de vontade. Seja uma força irrepresível do bem. Não aceite “não” como resposta quando o bem-estar dos outros está em jogo. Abrace os desafios. Na verdade, se autoimponha desafios. Se não expandirmos nossos limites nunca evolveremos. Faça importar o fato de você ter estado aqui. O fato de que você escolheu esse MOOC e chegou até este ponto no curso, você tem o que é necessário. Você é o que é necessário. Você tem tudo o que precisa agora para fazer tudo o que você decidir com sua mente e coração. Você está aqui porque nosso mundo nunca precisou tanto da sua liderança. A sua vida ainda é uma tela em branco, uma sinfonia inacabada, capítulos ainda para serem escritos. Vocês são os artistas, os compositores, os escritores que podem de fato criar a mais espetacular e única obra de arte que será a sua vida. Seja prolífico. Seja dono de sua criação, ambos na luz e na escuridão. Porque você vai encontrar a escuridão com cada novo dia, mas haverá sempre pelo menos uma fresta de luz, não importa se fraca, que o ajudará a sair. Mesmo que você a precise imaginar tornando realidade, encontre essa luz. A resiliência é ilimitada se você procurar com coragem e compaixão. Lembre-se de que a integridade importa mais do que o sucesso rápido. A generosidade ganha da ganância a cada passo da vida. O seu parceiro de vida, o seu marido, a sua esposa, o seu amado, será facilmente a decisão mais importante que você tomará. Escolha um parceiro igualmente generoso, cujo respeito por você seja igual ao seu amor, e se comprometa em ajudá-lo ou ajudá-la a alcançar o potencial filantrópico deles, assim como eles poderão fazer por você. As pessoas com as quais escolhermos nos cercar importa. No trabalho, em casa, na vida. Escolha com sabedoria.

Viva corajosamente, honestamente e generosamente. Seja conhecido pela sua lealdade e não por *status*. Toque os corações dos outros. Ria, dance, ame. Deixe-se amar. Peça ajuda. O poder do coletivo excede em muito o do indivíduo. Assuma riscos e nunca comprometa seus valores filantrópicos. Toda grande mudança que já aconteceu no mundo foi uma vez uma ideia intangível. Cada movimento significativo começou com a paixão de uma pessoa. Cada vida tocada, transformada, salva, foi por meio da ação, não por meio de pensamento. Não seja a pessoa que você queria ser quando criança. Seja a pessoa que você nunca sonhou ser possível. Seja a pessoa que dá oportunidade para os outros, assim como outros fizeram por você. Seja a pessoa que acredita nos outros antes deles acreditarem em si mesmos. Seja a pessoa que muda vidas. Não há maior legado a ser deixado. Obrigada.

Apesar da abordagem estratégica no curso de filantropia de Laura, que pode ser entendida também como filantrocipitalismo (Edwards, 2008), é importante observar o foco no indivíduo e em canalizar as doações individuais, uma vez que, apesar dos *rankings* de grandes filantropos e suas impressionantes doações e fortunas, o maior volume de doações nos Estados Unidos corresponde às doações individuais. Michael Edwards (2008) aponta que a maior parte da filantropia no país não provém do filantrocipitalismo, nem mesmo da filantropia institucional ou de fundações. A maior parte da filantropia viria de indivíduos com 70% dos domicílios realizando doações para a sociedade civil em uma média anual de \$296 bilhões com ano base em 2006.

Nos anos recentes, no entanto, vemos crescer o apelo para a filantropia estratégica ou filantrocipitalismo - a filantropia com foco e técnicas de mercado e negócios, e como investimento em negócios e empreendedores sociais - mesmo em relação aos doadores individuais. Na próxima seção, analiso uma organização guarda-chuva que combina fundações e doadores da vertente filantrocipitalista.

4.3 GLOBAL PHILANTHROPY FORUM (GPF)

Uma vez finalizado o curso, segui mapeando indivíduos e organizações filantrópicas, bem como vivenciando diariamente a “cultura da filantropia” estadunidense. Bastante focada no indivíduo e nas famílias doadoras, é notável a presença desse tipo de financiamento nos locais e estabelecimentos mais diversos.

Em agosto de 2015, recebi a aprovação do comitê de ética da Universidade da Califórnia Irvine para a realização do trabalho de campo com filantropas, filantropos e *experts* da área, nos Estados Unidos. Eu já havia retomado o contato

com a Vice-diretora, Sara, do GPF sediado em São Francisco. No entanto, o processo de contato foi bastante negociado, pois ela só concordou em me receber após muita insistência, fora do horário de expediente da organização. E não permitiu que a entrevista fosse gravada, pois disse sentir-se desconfortável com uma gravação. Da mesma forma, ao final da entrevista, quando perguntei se eu poderia falar com outras pessoas da organização ou mesmo com doadores, ela frisou que seria melhor que eu trabalhasse com meus próprios contatos.

O Global Philanthropy Forum é uma espécie de organização “guarda-chuva” que reúne, desde 2001, uma série de filantropos e investidores sociais em uma rede para troca de conhecimentos. Trata-se de uma iniciativa do World Affairs Council¹⁸⁷ com afiliados na América Latina, África e Ásia e membros, em cerca de 98 países¹⁸⁸

No dia 20 de agosto de 2015, à noite, cheguei em San Francisco (SF). Fiquei hospedada em Oakland, do outro lado da Baía de São Francisco, cidade ainda com uma população de renda mais baixa e concentração de minorias, mas já sofrendo com a gentrificação da área¹⁸⁹. A Bay Bridge, ponto que separa essas duas cidades, foi local de intensa manifestação e conflitos entre a população de São Francisco e trabalhadores da indústria tecnológica.

No dia seguinte, fui ao escritório do GPF, no centro da cidade de SF, para encontrar a vice-presidente da organização. Passamos para a sua sala e sentamos lado a lado. Pedi permissão para gravar a entrevista, mas Sara não permitiu, informando que não se sentia confortável e autorizava somente que eu tomasse algumas notas. Informou também que não havia ninguém com quem pudesse me colocar em contato, recomendou que eu trabalhasse com meus próprios contatos e que “people become private and close up” quando tratam de seu dinheiro, seus investimentos e filantropia. Durante toda a nossa conversa, o clima foi bastante tenso e pude perceber que minha interlocutora, infelizmente, estava desconfiada e um pouco defensiva, conforme é possível constatar em algumas respostas.

Sara falou de sua trajetória profissional, a respeito de sua formação na área de direito tributário, leis fiscais e impostos. Revelou que se interessava por filantropia há bastante tempo, mas que foi “meio que acidente” acabar trabalhando na área:

¹⁸⁷ Ver <<http://www.worldaffairs.org/>>

¹⁸⁸ Ver <<https://www.philanthropyforum.org/>>

¹⁸⁹ Ver <http://www.huffpostbrasil.com/entry/oakland-gentrification-art-installation_us_579bac86e4b0693164c1374e>

Eu me interessava por desenvolvimento, o que a filantropia poderia fazer que outros setores não podem e como a filantropia poderia ajudar governos fracos dando suporte social à sociedade civil. Pensava no que faltava nos governos e no setor privado. Meu interesse em desenvolvimento me levou à filantropia.

Logo na segunda pergunta, Sara demonstrou incômodo quando me referi à filantropia como um mercado, ao que rebateu acrescentando que o correto seria *setor* e não mercado. Ela prosseguiu informando que o setor nos Estados Unidos é muito dinâmico e representaria uma porcentagem significativa do produto interno bruto. Além disso, apontou a transição pela qual o setor estaria passando e indicou que:

O marco legal permite aos doadores fazerem o que querem fazer, é flexível. Há muita gente no setor, há setor de negócios, o setor social, administração e consultoria e como há muitas ferramentas tecnológicas, então há muitas inovações. A forma como o dinheiro circula no setor dá meios para ele se reinventar, reinventar suas estratégias e práticas.

Visivelmente marcada na fala de Sara, estava a preocupação com quem iria receber o dinheiro e como este seria usado. Para ela, assim como para a rede de filantropos que representa, é preciso ter critérios rígidos na hora de selecionar essas pessoas ou grupos beneficiários, deixar claro com qual finalidade o dinheiro está sendo doado ou investido e o que se quer ver realizado: “você tem que conhecer muito bem para quem está doando”.

Questionada sobre a diferença entre caridade e filantropia, Sara explicou:

Caridade é quando você vê o sintoma de um problema e trabalha nele. Como, por exemplo, quando você vê um casal desempregado vivendo uma vida dura, com filhos, e você compra comida e leite para eles. Mas esses pais podem não ter estudado. Para encontrar uma solução, você tem que investir antes que vire um problema. Você trabalha nas raízes das causas. Isto é quando você está fazendo filantropia. Nós precisamos que os empreendedores criem empregos, nós precisamos de infraestrutura para economizar energia. Nós precisamos investir na estrutura do sistema para ter um melhor ambiente, melhor nutrição e, conseqüentemente, melhores crianças. O que faz mais sentido para mim é investir para fazer uma mudança nas raízes [dos problemas]. Caridade é mais assistência humanitária, mas você não trabalha em uma solução de longo prazo. Ambas são necessárias.

A fala de Sara deixa transparecer ainda a ideia de que as bases do país foram moldadas pela religião protestante com os imigrantes ingleses, escandinavos e holandeses e [a filantropia] se tornou a cultura do país. Na cultura protestante não haveria vergonha no dinheiro, mas sim responsabilidade:

Deus te concedeu bênçãos e uma delas é financeira. Por meio do trabalho árduo você fez dinheiro. Até o final da Primeira Guerra Mundial não havia imposto de renda, mas as pessoas doavam porque elas acreditavam nas oportunidades do país. As pessoas vinham [para os Estados Unidos] e tinham em suas mentes a imagem de pessoas que vieram e fizeram sucesso. Então quando você alcança, você quer retribuir e isso moldou o papel da filantropia nos Estados Unidos. O conceito de governo no país é que é melhor quando o governo faz o mínimo. As pessoas querem fazer o que precisam para ter sucesso. O voluntariado é forte, apesar do papel do governo ter aumentado no século XX. Antes éramos moldados pela ideia de um governo mínimo. O governo na Europa tem um papel maior. O engajamento individual e o voluntariado são influências da cultura ou ética protestante. O país foi construído com oportunidades, então as pessoas querem dar algo em troca.

Na sequência, a conversa voltou-se para a relação das pessoas com o dinheiro no país. Ela explicava que:

Há uma tradição nos Estados Unidos das pessoas fazerem dinheiro enquanto empreendedores. É uma parte da nossa mitologia, nosso mito. Se você fez muito dinheiro é resultado de trabalho árduo (pago com muito tempo e sacrifício da sua vida privada). Dessa forma, seria "natural pensar que se você conseguiu então outros também podem. Os seus filhos deveriam fazer o mesmo e é natural pensar isso nos Estados Unidos, porque o país segue oferecendo oportunidades".

É interessante observar a centralidade da ideia de oportunidades, embora autores como Chomsky e Robert Putnam identifiquem uma crise do sonho americano. No entanto, na contramão de noções mais redistributivas, para Sara:

As crianças precisam ter oportunidade de ter uma vida cheia de sentido. Precisam poder trabalhar e fazer algo que tenha significado, não podemos apenas distribuir dinheiro. Se você se sai bem é por meio do trabalho duro e compaixão. O dinheiro é um subproduto, e não um fim em si mesmo. Nesse contexto, se você está fazendo a diferença, causando impacto, contribuindo para algo maior que você mesmo, você pensa sobre o sentido da sua vida. Doar dinheiro é então uma grande parte desse legado, de um *continuum* de uma vida significativa. É preciso ter então senso de responsabilidade, boas oportunidades e o senso de retribuição por meio da doação. Quanto a noções de pobreza, isso tem a ver com um pensamento político. Algumas pessoas pensam que trabalharam duro e não tiveram oportunidades e que se tivessem oportunidades iriam se sair bem. É uma questão política para além dos filantropos. Aqui nos Estados Unidos não há nenhuma lei que diga que se deve deixar dinheiro para seus filhos, como em alguns outros países. Aqui os pais só deixam se assim o escolherem.

Perguntei então sobre as diferentes práticas do setor, como Responsabilidade Social Corporativa, Investimento Social Privado, Voluntariado e Filantropia Estratégica. Sara identificou Investimento Social Privado como uma terminologia

brasileira, acrescentando que nos Estados Unidos seriam empresas sociais. Para ela, todos esses termos viriam sob o guarda-chuva da filantropia estratégica.

O escopo do que chamamos filantropia é cada vez mais amplo. Responsabilidade Social Corporativa é algo a se definir: se dizíamos que as companhias se tornavam cidadãs, então agora vemos os negócios centrais das companhias voltando a atenção para melhores práticas. Ser uma corporação cidadã e fazer o bem é mais importante do que definir o que é filantropia. As linhas estão cada vez mais borradas e isto é um fato mesmo para a filantropia individual: pode ser empréstimos, por exemplo. Há uma grande mistura no que as pessoas estão definindo como filantropia. O conceito de cidadania se infiltra fortemente aqui, na consciência dos norte-americanos, baseada no indivíduo. Existem direitos e existem responsabilidades. O que eu consigo correlacionar mais é a ideia de individualismo. O país foi construído por indivíduos rompendo limites. Você só pode confiar em si mesmo. Você ascende ou cai baseado em você mesmo, não importa de qual comunidade você venha. Se o indivíduo é tão forte assim, então ele pensa: “se eu me tornei tão grande, outras pessoas também podem”. O país teve por base indivíduos e a ideia de associação, de pessoas se unindo. As pessoas não dizem: “Sou apenas um indivíduo, o que posso fazer? ”; elas pensam: “indivíduos podem fazer a diferença”. Um grupo pode fazer mais, mas precisamos do empoderamento para o indivíduo contribuir para o grupo. Quando a mentalidade do Estado forte existe, o indivíduo não é empoderado e é difícil ver que se pode fazer a diferença dentro de um grupo ou comunidade.

Ao perguntar sobre o contexto brasileiro da filantropia, fiquei surpresa com a resposta de Sara (a quem conheci em uma conferência sobre o assunto no Brasil), que disse ter visto tão pouco que preferiria não comentar. Assim, encerrou-se o tópico. Perguntei se ela acreditava então que países como o Brasil poderiam se beneficiar das práticas e *expertise* norte-americanas e, em caso positivo, como, ao que Sara respondeu empolgada: “imensamente”. Para ela:

Os Estados Unidos têm um dos setores filantrópicos mais desenvolvidos do mundo com práticas testadas ao longo do tempo. Possui estruturas de doação - como Fundações, marco legal, habilidades de gestão, capacidade de pessoal - para operar e perpetuar Fundações e adaptar sua missão original às necessidades atuais. Possui, ainda, importante *expertise*, transparência no setor, advogados que atuam com a supervisão e fiscalização do setor e organizações que fornecem informações *on-line*.

Nossa transparência é enorme, claro que ainda mais é necessário, mas pelo menos há a infraestrutura. Resumi então em capacidade gerencial e administrativa, transparência, estratégias e quadro legal. Cada país deveria ter muita consciência da sua cultura e das motivações pelas quais as pessoas doam. Há muitos modelos interessantes e não se pode simplesmente importar um.

O que concerne aos valores compartilhados por filantropos e investidores sociais, Sara ressaltou “um senso de obrigação e de contribuição para algo maior do que eles mesmos”, o que me remeteu novamente à noção de *noblesse oblige* (Elias, 1994). Em termos das motivações que levariam, ou não, pessoas a fazer filantropia, minha interlocutora indicou que isso seria algo muito pessoal - embora autores e pesquisadores como Odendhal e Bremner demonstrem a tradição filantrópica de elite já presente como o grande jogo americano, que passa de forma intergeracional nas famílias de grandes fortunas - e que:

As pessoas doam por diferentes razões. No fundo, elas doam porque encontram nisso grande satisfação. Elas se sentem bem, mexe com algo profundo, de ordem moral e às vezes elas recebem mais de volta do que os beneficiários ou recipientes.

Questionada sobre o papel do GPF, Sara explicou que esta é uma rede de filantropos que se reúnem para aprender uns com os outros, se tornando mais efetivos e estratégicos.

A organização é um lugar seguro para compartilhar práticas e conhecer outras pessoas na área da filantropia global. Pares em potencial, parceiros e líderes do mundo do desenvolvimento, da política e do setor privado.

Finalizando a entrevista, falamos sobre a influência da filantropia nas políticas públicas e o *advocacy* de causas. Sara justificou:

Advocacy é algo muito forte nos Estados Unidos. Estamos vendo a filantropia se tornar cada vez mais envolvida com *advocacy*. Legalmente, as Fundações e ONGs não podem fazer trabalho político. Elas não podem ir ao Congresso e fazer lobby. No entanto, há uma série de organizações que apoiam certas causas como, por exemplo, o casamento gay [recentemente legalizado]. Então as Fundações são, e nesse caso foram, uma parte desse processo. O que elas podem fazer é financiar programas que empoderam e contribuem para uma campanha. Elas contribuem com partes que servem a uma campanha mais ampla. Essa também é uma forma de *advocacy*, mas não é *lobbying*. Eu imagino que alguns filantropos apoiam distintas campanhas de *advocacy*.

O último ponto tratado foi a questão de gênero. Apesar da presença de homens ser grande no universo filantrópico, Sara disse que a maior parte da riqueza está sendo colocada por mulheres. Seja porque elas viveram mais que seus maridos, seja porque seus maridos estão ocupados fazendo dinheiro [*making*

Money]. A doação das mulheres tende a ir para causas que são mais atraentes para as mulheres. “Estamos vendo cada vez mais por essa lente”.

4.4 – CONFERÊNCIA ANUAL GPF - 4 A 6 DE ABRIL DE 2016. REDWOOD CITY, CALIFORNIA.

Tomei conhecimento do Global Philanthropy Forum¹⁹⁰ (GPF) no ano de 2013, meu primeiro ano de pesquisa acerca da filantropia em nível de doutorado. Isso se deu mais especificamente em outubro de 2013, quando eu etnografava o II Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais, promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social Privado (IDIS) em parceria com o GPF. Sabe-se que a conferência anual do GPF é a versão internacional do Fórum brasileiro promovido pelo IDIS.

Após três anos consecutivos de contato e tentativas de estabelecer um relacionamento de pesquisa mais próximo com a vice-presidente da organização, tendo sempre meu pedido de participação na conferência “fechada e somente para o 1%, das famílias que doam ou CEOs de suas Fundações” negado, recebi um convite para participação no ano de 2016, após muita insistência e de ter entrevistado a vice-presidente e visitado a sede do GPF e World Council Affairs em São Francisco, Califórnia.

O custo de registro na conferência era de dois mil e duzentos dólares. Mediante a impossibilidade de arcar com a totalidade desse valor, recebi auxílio financeiro dos Professores Bill Maurer, George Marcus e Michael Montoya da Universidade da Califórnia, Irvine, para parte da inscrição. A conferência intitulada “People on the Move” aconteceu de 4 a 6 de abril de 2016, em um hotel de luxo de Redwood City, California. O foco temático recaiu nas crises de refugiados e

¹⁹⁰ De acordo com o *website* da organização: “Established in 2001, the Global Philanthropy Forum is a peer-learning network of philanthropists and social investors committed to advancing international causes. Through conferences, programs and matchmaking services, the GPF seeks to build a community of philanthropists, and to inform, enable and enhance the strategic nature of its members’ giving and social investing. A project of the World Affairs Council, the GPF now has affiliates in Latin America, Africa and Asia, and a membership in 98 countries. Learn more from the GPF in the video series *Philanthropy 360°*, featuring GPF philanthropist profiles”. Launched in partnership with the Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) in São Paulo, Brazil, the Brazilian Philanthropy Forum (BPF) is a joint initiative of IDIS and the Global Philanthropy Forum. BPF aims to connect Brazilian philanthropists and social investors with each other to build a learning community, and to inform and enable the strategic nature of their giving. It is intended to promote peer learning among donors in Brazil and to connect them to key issues, to effective strategies, to experts and to local and international leaders who seek innovative solutions to address social and development challenges”. Disponível em: <><https://www.philanthropyforum.org/about/> Acesso em: 26 abr.

movimentos globais de migração. O acesso aos salões do hotel se dava de forma restrita, mediante credenciais do evento. De início, percebia-se que a narrativa elaborada girava acerca de um suposto movimento recente de globalização e necessidade de criar “oportunidades locais” para estancar o fluxo das migrações.

Após estacionar meu carro velho - em nenhuma das conferências que acompanhei durante os anos de trabalho de campo pude me hospedar no mesmo hotel da conferência e de outros participantes, devido aos altíssimos custos envolvidos¹⁹¹ - me encaminhei para a mesa de registro. Em frente à mesa, em um grande cartaz, lia-se: “*Credentials needed beyond this point*”.

Peguei a credencial, o programa o evento - um livro impresso colorido e com diversas fotos, dividido nas seguintes seções: agenda, palestrantes e apoiadores. Então me encaminhei para a primeira seção intitulada “*Speed Networking Session*”. Para entrar na sala, apresentei o meu cartão de acesso “*Speed Networking Access Card*”, também recebido no credenciamento. Entrei na sala na qual pessoas já haviam iniciado o “networking”. Distribuídas em quatro fileiras de cadeiras, agrupadas duas a duas e com uma cadeira de frente para a outra, cada pessoa deveria ocupar uma cadeira e se apresentar para a pessoa na sua frente em um minuto e escutar a apresentação por outro minuto. Após os dois minutos, todos rotavam e as apresentações iniciavam novamente. O burburinho das vozes era perturbador na sala lotada e em muito se assemelhava a um zumbido de um enxame de abelhas.

A última pessoa a se apresentar me disse ser brasileira. Uma das diretoras do IDIS, um dos institutos por onde comecei o trabalho de campo em 2013. Imediatamente, ela me levou ao encontro de outra diretora, que eu já conhecia por ocasião do Fórum brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais. Assim, integrei a delegação brasileira formada por essas profissionais, uma filantropa e investidora social, e um casal formado por uma advogada e um advogado e filantropo.

A conferência, com duração de três dias, mostrou-se bastante intensa, cheguei a pensar que “somente” este evento renderia uma tese. Enfoco assim a sua programação, pois apresenta elementos-chave para entender as agendas de distintas vertentes do complexo setor filantrópico. As atividades iniciavam às sete e

¹⁹¹ Acredito que estes dados ilustram a atmosfera do campo de pesquisa, bem como indicam um poderoso filtro de público destes espaços de discussão e potencialmente de tomadas de decisões acerca de projetos de interesse sociais.

meia da manhã, no café da manhã especial para os participantes do evento, e se desenrolavam ao longo do dia até o jantar e encerramento, por volta das vinte e duas horas.

No primeiro dia, a fala de abertura foi realizada pela Presidente e CEO da organização, Janete. Ela assinava também as palavras de boas-vindas aos participantes no material impresso do evento. Em sua mensagem destacava a rápida difusão da tecnologia, da informação e das ideias, bem como de pessoas: “aproximadamente 60 milhões de refugiados e pessoas deslocadas ao redor do mundo, um número histórico. Ainda por muito tempo após essa crise imediata, elas precisarão de oportunidades não apenas para sobreviver, mas para prosperar e contribuir para a comunidade”. O foco da conferência anual recaía então nas “três condições sob as quais as migrações ocorrem”: busca de oportunidade econômica, busca de segurança e busca de significado.

Dessa forma, o tema do encontro tratava sobre Pessoas em Movimento, ou “People on the Move”, os objetivos do encontro eram destacados como explorar estratégias, dentro do escopo da filantropia estratégica, para: “engajá-las enquanto cidadãos; motivá-las enquanto trabalhadoras; encorajá-las enquanto empreendedoras; inspirá-las enquanto líderes”. Sua fala e texto destacam ainda as oportunidades de construir redes - *networking* - fechar parcerias e reencontrar colegas, nos diferentes ambientes do fórum.

u estou ansiosa para aprender com vocês - para arregaçar minhas mangas com vocês nos Grupos de Trabalho de Resolução de Problemas [Problem-solving Working Groups], nas conversas durante as refeições e escutar atentamente as suas experiências compartilhadas em cima e fora do palco.

Outra ideia reforçada ao longo do evento era a de que “a pessoa sentada ao seu lado é tão importante quanto a pessoa no palco” e a busca incessante por conhecer novas pessoas e trocar cartões de visita para parcerias de negócio no mercado do social guiava as atividades.

Sessões paralelas aconteciam nos salões do hotel, localizado na Baía de São Francisco, o qual sediava o evento. Cada atividade correspondia a um dos quatro seguintes enfoques:

1. Track 1: Buscando oportunidades [Seeking Opportunity]: Novas oportunidades econômicas estão atraindo milhões de pessoas a migrar das áreas rurais para as cidades ambos em seus países de origem e no

exterior. Esse enfoque examinará a busca por oportunidades, a resultante aceleração da urbanização e formas de enfrentar o desafio de empregos nas cidades e nos lugares de origem [back home].

2. Track 2: Buscando Proteção e Segurança [Seeking Safety & Security]: Enquanto o aumento do número de migrantes, refugiados e pessoas internamente deslocadas reflete uma tendência ampla e em curso, ele agora é um problema agudo, constituindo um dos maiores desafios humanitários, sociais, econômicos e políticos do nosso tempo. Esse enfoque explorará as raízes das causas - da falência do Estado e violência política, a climas extremos e escassez de recursos - e as consequências mediatas e a longo-prazo do deslocamento para indivíduos e Estados.
3. Track 3: Buscando Significado [Seeking Meaning]: Enquanto a busca por ambos, segurança e oportunidades, levou a migrações e urbanização, a busca por significado pode ser um fato da vida mesmo para aqueles que ficam no lugar, mas permanecem não ancorados, incertos de que seus valores, sua cultura e eles próprios pertencem. Essa busca por pertencimento é particularmente notável entre inquietos homens jovens, mas não se limita a eles. Alguns encontram afinidades em redes de contatos [network] que estendem seu alcance e parecem valorizar o seu papel. Essas redes podem ser benignas ou malignas - a fonte de inspiração para criar e contribuir, ou a motivação para destruir. Suas jornadas individuais podem ser uma preocupação global. Esse enfoque examinará questões de identidade individual e escolha, a integração social, aculturação e coesão.
4. Track 4: Filantropia Estratégica em Face a Mudanças [Strategic Philanthropy in the Face of Change]: Esse enfoque examinará as mudanças dos papéis das instituições e de seus líderes, novas expectativas de prestação de contas [accountability], e as capacidades e cultura necessárias dentro e entre filantropias para estarem preparadas a aprender com outros atores e influenciá-los. Os participantes também examinarão as tensões chave não resolvidas da filantropia, tais como a escolha entre abordar um problema urgente imediato e aderir a uma estratégia de longo prazo.

Após o café da manhã, a seção descrita de *speed networking* e as boas-vindas, a programação do primeiro dia de evento seguiu com uma conversa com o Presidente de outra organização guarda-chuva de Fundações, apresentado como “uma das pessoas mais brilhantes do mundo filantrópico”. O painel intitulado “People on The Move” trazia a seguinte descrição:

As pessoas em movimento estão desafiando reivindicações de classe, borrando fronteiras, redefinindo nações e afirmando suas próprias identidades individuais e culturais. Como resultado, mercados de trabalho estão mudando, ordens sociais evoluindo e Estados se transformando. Este é um momento de transição. Como nós podemos mitigar os perigos inerentes ao interregno e abraçar as mudanças positivas, tais como as oportunidades apresentadas pela tecnologia e pelas redes [networks]?

Após o almoço, ainda no Salão Principal [*Ballroom*], acontecia a sessão “*Filling the Gaps in Humanitarian Aid*” para todos os convidados. Na descrição da sessão: “Nos últimos quinze anos, a demanda por ajuda humanitária aumentou dramaticamente. O mundo gasta atualmente \$25 bilhões para prover assistência a 125 milhões de pessoas, e de acordo com um Painel de alto nível das Nações Unidas [*UN High-Level Panel*] sobre Financiamento Humanitário, outros \$15 bilhões são necessários para atender adequadamente às necessidades daqueles afetados por conflitos violentos, desastres naturais, mudanças demográficas e rápida urbanização, entre outras circunstâncias. Como resultado, o setor humanitário está passando por um período de autorreflexão com o primeiro World Humanitarian Summit que acontece em Istambul, Turquia em Maio de 2016. O que foi aprendido e para onde está indo o setor? Qual o papel dos atores públicos, privados e do setor social para preencher os espaços na ajuda? E qual é o papel único da filantropia em ambos dirigir-se às causas raízes das crises humanitárias e aumentar o conjunto de recursos disponíveis?”

Na sequência, três sessões aconteciam paralelamente de acordo com os enfoques:

“Track 1: Opportunity: Building the Infrastructure for Growth and Urbanization: De acordo com o Fundo População das Nações Unidas [*UN Population Fund*], o mundo está passando pela maior onda de urbanização da história, estimando que 5 bilhões de pessoas estarão vivendo em municípios e cidades até 2030. Esse Grupo de Trabalho examinará estratégias inovadoras para

criar as infraestruturas *hard* e *soft*¹⁹² - de transporte e eletricidade a sistemas legais e padrões ambientais - que permitem a atividade econômica e a integração e melhor qualidade de vida para atuais e futuros habitantes de classe média das cidades”.

“Track 2: Safety & Security: Protecting and Providing Safety for the Most Vulnerable: Esse Grupo de Trabalho irá apresentar estratégias inovadoras para construir instituições e estabelecer normas para auxiliar os mais vulneráveis em meio às pessoas deslocadas”.

“Track 3: Meaning: Esse Grupo de Trabalho considerará como organizações extremistas estão tendo sucesso em construir movimentos e amplificar suas mensagens radicais, e discutir estratégias para combater esses esforços e “quebrar a sua marca” [*breaking their brand*]. Por exemplo, os participantes examinarão como redes digitais [digital networks], que estendem o alcance de grupos terroristas, gangues, islamofóbicos ou grupos supremacistas brancos, podem ser usadas para enfrentar ideologias extremistas e mesmo prever e prevenir violência. O grupo irá considerar o que está em jogo quando a liberdade de expressão [*free speech*] dá lugar à expressão de ódio [*hate speech*] e a privacidade individual cede à segurança coletiva”.

Ainda nas atividades da tarde do primeiro dia de encontro, foi realizada uma gravação fechada na rede BBC World Service, apenas com mulheres. Lia-se na apresentação da agenda: “*The Conversation* permite apenas as vozes de mulheres serem ouvidas na rede global de notícias da BBC - a primeira. Sua apresentadora Kim Chakanetsa, originalmente de Zimbábue, traz uma personalidade distinta e inteligente [*warm intelligence*] ao programa, que busca demonstrar como mulheres podem ter sucesso frente a preconceitos e tradições - não importa de onde elas sejam. Nessa gravação especial, Kim estará se conectando com duas filantropas para revelar seus caminhos para o sucesso, as motivações pessoais por trás de suas doações, como elas priorizam suas doações e os dilemas éticos que podem surgir. Tudo isso na frente de uma audiência de estúdio”.

No final da tarde, ao lado da piscina em uma área externa do Hotel, acontecia uma recepção para os convidados, oferecida pela Charites Aid Foundation - CAF.

¹⁹² “Yesterday, along with a group of business folks from across New Hampshire, I learned about the difference between “soft” and “hard” infrastructure. “Hard” is the obvious: roads, bridges etc. “Soft” infrastructure is human capital and institutions that cultivate it, such as community colleges and universities. Apparently, the state has deficits in both areas”. Disponível em <<https://stateimpact.npr.org/new-hampshire/2011/10/26/infrastructure-soft-and-hard/>> Acesso em: 28 dez. 2016.

Espaço onde foram apresentadas as falas institucionais, bem como um lugar em que o público pudesse “descontrair” e continuar seu “*networking*”. “Nós agradecemos a Charities Aid Foundation e CAF America por oferecer este evento. A Charities Aid Foundation é uma organização sem fins lucrativos líder originada no Reino Unido e estabelecida na América há mais de vinte anos. CAF trabalha para aumentar a doação sustentável por meio de seu pioneirismo com formas efetivas de doar e apoiando outras organizações sem fins lucrativos a prosperar.

Na terça-feira, 5 de abril de 2016, segundo dia de conferência, as atividades tiveram início às 7h30 da manhã, no Foyer do Hotel, com um café da manhã em mesas de conversas: “Um participante da conferência lidera cada conversa, facilita o *networking* e encoraja o compartilhamento de conhecimento direcionado”. Os convidados poderiam escolher dentre os seguintes tópicos: Empoderando jovens mulheres como motoristas mecânicas em zonas de conflito: O caso do norte da Nigéria; Codificando a sua saída do campo de refugiados; Filantropia e Governo em Parceria: Enfrentando os desafios humanos na Amazônia, Brasil¹⁹³; Políticas (Domésticas) e Filantropia (Global); Raising a Mobility Sharing Barn: an Open Research Project; Educação na África subsaariana; Responsabilidade Social Corporativa na Índia: Experiências do Campo; Como funciona o modelo de finanças garantidas do MCE Social Capital? [MCE Social Capital Guarantee Finance Model]; Filantropia Africana; Alavancando o poder de pequenos negócios para preencher o *gap* de educação e saúde em economias emergentes; Resultados de Pesquisa: Financiadores não perguntam, beneficiários não falam.

Paralelamente, no Salão Principal, acontecia uma discussão durante o café da manhã, organizada pela Clinton Global Initiative, intitulada “Como amplificar os esforços para a crise dos refugiados Sírios. De acordo com a descrição da seção “Junte-se à Clinton Global Initiative (CGI) para uma discussão sobre o seu modelo de Compromisso com a Ação [Commitment to Action model] e para aprender mais sobre os esforços da CGI para enfrentar deslocamentos em massa, com uma ênfase particular na crise dos refugiados sírios. Escute Dona Shalala e Scarlet Cronin sobre como a CGI pode servir como um recurso para indivíduos e organizações que estão

¹⁹³ Ver <<http://idis.org.br/projeto-do-idis-de-protecao-integral-a-primeira-infancia-inspira-politica-publica-no-amazonas/>> e <<http://idis.org.br/programa-do-idis-de-protecao-a-infancia-no-amazonas-vai-tornar-se-politica-publica/>>

interessadas em identificar parceiros e amplificar seus esforços relacionados a este tópico.

Às 8h30min da manhã, no salão principal, teve início a sessão intitulada “Atendendo às necessidades imediatas e de longo prazo dos deslocados”. Segundo a descrição: “De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR], em 2014 havia cerca de 60 milhões de refugiados e Pessoas Internacionalmente Deslocadas [IDPs] ao redor do mundo - o maior número desde a Segunda Guerra Mundial. Qual é o papel do setor social em atender às necessidades imediatas dos mais vulneráveis enquanto ao mesmo tempo cria estratégias de longo prazo para assegurar a segurança e bem-estar daqueles forçados a deixar suas casas?”. Além das discussões do painel, foi exibida uma prévia do documentário “Humanity on the Move”: “Humanity on The Move busca iniciar uma discussão urgente e chamar para a ação em apoio a refugiados e migrantes forçados no mundo. Uma plataforma de mídia global e um evento internacional de transmissão em filme, Humanity on The Move irá capturar o escopo surpreendente dessa crise global e apontar na direção de novas soluções e avanços inovadores, tudo com uma ênfase renovada em nossos laços humanos compartilhados.

Após um curto intervalo das 10h às 10h30 da manhã para o café e networking, iniciaram os Grupos de Trabalho da manhã deste segundo dia de encontro, conforme descrição a seguir:

Track 1: Opportunity: Encontrando Proteções na Economia Gig¹⁹⁴ [Gig Economy]: Os trabalhadores pobres sempre viveram na “economia Gig” - juntando pedaços de diversas oportunidades temporárias para suprir a vida, sem o benefício

¹⁹⁴ “Os radares que monitoram as tendências - tanto de trabalho como da economia do futuro - já detectaram um novo vocábulo - trata-se do ‘gig’. É uma mistura de gíria, podendo significar bico, show, free-lance, canja remunerada, apresentação individual. Indicava a disponibilidade de músicos, que a qualquer momento poderiam ser chamados para um ‘gig’. Só que agora nestes tempos de pernas para o ar - amplia o significado de GIG. Com a reconfiguração do trabalho, ganha novos ares. Hoje é possível se trabalhar: fora do escritório da empresa, fora da estrutura hierárquica e de comando, e fora do vínculo empregatício. Separado ou tudo junto. Ou seja uma experiência cuidadosa (cada coisa de cada vez) ou uma experiência inovadora e radical (tudo junto). A economia GIG, ou simplesmente GIG, é uma espécie de tarefa autônoma. Uma atuação continuamente free-lance”. Disponível em: <<https://www.superempreendedores.com/empreendedorismo/recursos-humanos/a-economia-gig-esta-chegando-veja-o-que-vai-mudar-nas-relacoes-de-trabalho-e-na-sua-empresa>> Acesso em: 28 dez. 2016.

de proteções sociais. Agora, muitos trabalhadores de baixa e média rendas, no caso, pais e estudantes que trabalham meio turno, buscam a flexibilidade que a economia gig oferece para adicionar aos salários do lar e para colocar tempo e ativos não usados no trabalho. Como os trabalhadores podem ganhar a flexibilidade da economia gig e obter as proteções que empregos tradicionais de média renda ofereciam, tais como contribuições para seguro de saúde e pensões?

Track 2: Safety and Security: Educação para os Deslocados: Para crianças e jovens adultos em campos de refugiados, educação é crucial para desenvolver seu potencial e se juntar à força de trabalho, bem como para assegurar sua segurança e reconstruir seus valores e confiança. Esse grupo de Trabalho irá mostrar programas educacionais que atendem às necessidades específicas daqueles que estão fugindo de uma crise.

Track 3: Meaning: Contrapondo estratégias de recrutamento - Detectando sinais de alerta e oferecendo alternativas positivas: A radicalização da juventude, incluindo na Europa Ocidental, América do Norte e África, está aumentando. Esse Grupo de Trabalho irá destacar estratégias para contrapor o recrutamento, entendendo melhor as necessidades e desejos de adolescentes vulneráveis, detectando sinais de perigo e oferecendo oportunidades alternativas a recrutas atuais e potenciais. Por exemplo, os participantes examinarão iniciativas comunitárias que empoderam pais, cuidadores e professores para avaliar a vulnerabilidade dos adolescentes e se comunicar efetivamente com eles.

Track 4: Strategic Philanthropy: Ato de Equilíbrio: Tensões não resolvidas da filantropia: Junte-se a oficiais das Fundações e colegas filantropos em uma exploração de algumas tensões não resolvidas da filantropia - entre solucionar problemas urgentes e prover capital paciente; entre assumir riscos e se dirigir a resultados previsíveis; entre ficar com uma estratégia e buscar oportunidades não antecipadas. Qual é o equilíbrio e como ele é alcançado?

Por volta da uma hora da tarde, iniciaram as sessões vespertinas. A primeira sessão intitulada “Alavancando Cultura e Tradições” [*Leveraging Culture and Traditions*] foi conduzida pela Rainha do Reino de Buganda, Uganda, África. De acordo com a descrição do painel, o “Desenvolvimento que é sensível a circunstâncias locais constrói tolerância com as diferenças, engaja muitos *stakeholders* e tem mais chance de sucesso e sustentabilidade. Como a cultura e as

tradições podem ser alavancadas para construir sociedades inclusivas? E qual é o papel de líderes tradicionais nesse processo?”.

É notável a centralidade do discurso do desenvolvimento e crescimento econômico nesta vertente do universo filantrópico. No capítulo a seguir, trato da filantropia progressista e/ou de justiça social cujas ênfases recaem em “decréscimo e desinvestimento”, especialmente no caso de indústrias extrativistas.

Às 14h, acontecia também no salão principal, o painel “A Busca por Pertencimento por meio de Redes [network] Violentas Extremistas”: “De acordo com as Nações Unidas, estima-se que 15,000 radicais de mais de 80 nações aderiram a grupos extremistas. Essas redes se tornaram cada vez mais diversas, atraindo jovens de diferentes religiões, culturas e realidades socioeconômicas. Essa sessão irá considerar por que isso acontece; a ameaça que grupos extremistas representam para indivíduos, sociedades e Estados; e as formas como organizações da sociedade civil, filantropos, políticos e líderes empresários estão trabalhando juntos para avançar o pluralismo político e tolerância social, prevenindo descontentamento e radicalização”.

Na sequência, às 15h, os Grupo de Trabalho Paralelos iniciaram:

Track 1: Opportunity: Sourcing and Supply Chains: Novas tecnologias e práticas de negócios em mudança estão transformando a paisagem do emprego e oferecendo novas oportunidades àqueles na base e meio da pirâmide. “Impact sourcing” (ou terceirização socialmente responsável) - atualmente empregando aproximadamente 561,000 pessoas ao redor do mundo - tem o potencial de aumentar a eficiência de mercados globais, enquanto provê importantes oportunidades para homens e mulheres em desvantagem. Essa nova abordagem para o recrutamento de talentos poderia transformar completamente o mundo do trabalho. Mas será que vai?

Track 2: Safety & Security: Atendendo as necessidades dos deslocados: pensando no longo prazo. Milhões de refugiados estão vivendo no momento em condições insustentáveis: as crianças estão fora da escola, jovens adultos estão desempregados e as famílias não conseguem se sustentar, aumentando a sua vulnerabilidade. Essa sessão examinará soluções para atender as necessidades a longo prazo dos deslocados - desde direitos legais a treinamento para integrar a força de trabalho à infraestrutura tecnológica.

Track 2: Safety & Security: Migrantes ambientais e refugiados do clima: Um relatório de Julho de 2015, do Centro Interno de Monitoramento de Deslocamentos [Internal Displacement Monitoring Centre], indicou que de 2008 a 2014 uma média de 26.4 milhões de pessoas foram deslocadas a cada ano por desastres naturais. Qual é o papel da filantropia em mitigar os perigos da mudança climática, assim limitando o número de migrantes ambientais e refugiados climáticos?

Track 4: Strategic Philanthropy: Prestação de contas [accountability], Capacidades, Cultura: “Esse grupo de trabalho irá explorar novas expectativas de prestação de contas e o papel que a transparência tem, não apenas por motivos de conformidade e aprendizado em toda a área, mas também como pré-requisito para a colaboração com novos jogadores. E os participantes irão discutir as capacidades e cultura colaborativa necessárias nas filantropias, entre filantropias ou como parte de uma parceria, preparando-se para influenciar ou aprender com outros atores.

No final da tarde, às 18h, foi oferecida uma recepção e coquetel pela PATH: “Agradecemos a PATH por oferecer essa recepção. PATH é a líder em inovação em saúde. Uma organização internacional sem fins lucrativos trabalhando em mais de setenta países. PATH salva vidas e melhora a saúde, especialmente entre mulheres e crianças, avançando tecnologias, fortalecendo sistemas e encorajando comportamentos saudáveis”.

O terceiro e último dia de evento também teve início às 7h30 da manhã com um *buffet* de café da manhã. E às 7h45min, duas sessões paralelas. Uma delas intitulava-se “O papel da Filantropia de Risco” [Venture Philanthropy]: “Junte-se a Fundação X, um fórum global de filantropia de risco, para uma conversa sobre como empreendedores sociais estão atacando alguns dos maiores desafios da nossa sociedade. Escute diretamente de alguns empreendedores e suas distintas abordagens para resolver iniquidades na saúde”. A outra “Engajando o setor tecnológico [tech] nos desafios dos refugiados sírios”, uma discussão oferecida pelo Departamento de Estado Norte Americano: “Junte-se ao Departamento de Estado norte-americano, bem como a convidados de organizações não governamentais e do setor privado, em uma discussão sobre como alavancar tecnologia para enfrentar desafios relacionados aos refugiados sírios, recorrendo a lições aprendidas de um recente número de *workshops*, conferências e maratonas de programação [hackathons], incluindo o recente evento no estado, oferecido em parceria pelo

World Affairs Council, Stanford e Google, sobre “Bridging the Education Gap for Syrian Refugee Children”.

Às 9h da manhã, no salão principal, o painel “Desafios de Empregos” reuniu o público do evento: “As pessoas em economias que crescem rapidamente estão experimentando mobilidade econômica e social pela primeira vez, juntando-se à classe média. Produtores e fabricantes estão encontrando novos mercados para seus produtos e mercadorias, empreendedores conseguem acessar capital e consumidores com mais facilidade e pessoas que buscam emprego conseguem se conectar com empregadores em potencial. Redes e conhecimento não apenas estão permitindo o crescimento econômico e oportunidades, mas estão mudando a natureza do trabalho. Ainda assim, o “desafio dos empregos” continua enquanto há uma baixa oferta das habilidades necessárias para os empregos que aguardam. Que modelos existem para preencher esse vácuo de habilidades? Além disso, como os empregadores podem sinalizar melhor as habilidades que buscam, e os buscadores de emprego transmitir as habilidades que obtiveram, algumas vezes de formas não tradicionais? Como cada um desses pode alavancar redes para se conectarem?”

A última sessão antes do almoço de encerramento tratou do “Papel da Filantropia: Resolvendo crises enquanto mantém a visão de longo prazo”: “Guerra, extremismo violento e a resultante crise migratória ameaçam a segurança da humanidade no Levante e além. Em face da tragédia, filantropias privadas e aqueles que elas apoiam buscam ajudar. Seu objetivo de curto prazo é aliviar o sofrimento. No longo prazo, elas esperam avançar o desenvolvimento econômico e a resiliência social para evitar futuras crises. Líderes de filantropias na região, Europa e Estados Unidos irão compartilhar suas perspectivas com os membros do GPF. Quais ativos - tangíveis e intangíveis - a filantropia traz para a mesa?”

Considero de fundamental relevância observar a centralidade da ética protestante e o espírito capitalista weberianos no campo filantrópico. Percebe-se ainda que as discussões nos Estados Unidos configuram um setor já estruturado, enquanto no Brasil ainda dá os primeiros passos. Os EUA aparecem ainda como doadores consolidados, enquanto o Brasil estaria em fase transitória no quadro internacional, deixando de ser beneficiário para passar a ser doador.

É importante entender do que estamos falando quando se trata de filantropia para entender por que se doa ou não. O ethos empreendedor nos EUA e a responsabilidade individual, além da obrigatoriedade de doar para acessar grupos, associações e instituições de elite, parecem estimular o setor.

A ênfase nas lógicas de mercado e administrativas pautam as práticas e discursos da vertente filantrocipalista, configurando um nicho de mercado, bem

como possibilidades de governança econômica. No capítulo a seguir, discuto a vertente que, como indicou minha interlocutora, considera-se “mais de esquerda” e cujas lógicas recaem sobre alternativas a essa centralidade do mercado.

CAPÍTULO 5 - FILANTROPIA PROGRESSISTA E/OU DE JUSTIÇA SOCIAL

Crítica da filantropia chamada *mainstream* abordada até agora, a antropóloga Teresa Odendahl (1990) demonstra como esta serve primariamente à reprodução das elites. Como a pesquisadora aponta, não se trata de dizer que o financiamento da educação e das artes não sirva para ampliar o acesso à alta cultura, nem que não haja boas intenções por parte das elites. No entanto, o direcionamento do dinheiro privado para o bem público com uma retração significativa do Estado, coloca a elite em posições de tomada de decisão e liderança, sendo que esta considera o dinheiro que foi seu como ainda o sendo - mesmo após uma doação, o que seria uma ameaça grave à democracia.

Michael Edwards (2008, p.23) destaca as baixas porcentagens de dinheiro filantrópico destinado a causas sociais:

...miseros 5.4% dos recursos filantrópicos nos Estados Unidos são gastos em atividades definidas como “benefício público e social”, em oposição a religião, ópera e coisas do gênero, um número que sobe para 7% para dinheiro destinado a “comunidades de cor” e 11% para “doações de justiça social” de Fundações norte-americanas. Pelo que posso observar, o filantropocapitalismo está fazendo pouco para mudar essas assustadoras estatísticas”.

Assim sendo, além de medidas de taxaço progressiva e redistribuiço de renda, defendida por pensadores como Robert A. Dahl (1982) e Thomas Piketty (2013), aparece um novo modelo de filantropia, um tanto mais incipiente, mas que se identifica como progressista e/ou de justiça social. Conectei-me com este modelo apenas no último ano de pesquisa, por meio da interlocutora que declarava “esse pessoal que você está vendo é muito de direita, você precisa conhecer os de esquerda”. Os de esquerda seriam esses financiadores e doadores que destinam suas somas para causas de justiça social, movimentos sociais e ativistas. A seguir, apresento a entrada nesse campo à parte.

5.1 SINCRONICIDADES

Marcel Mauss, em sua obra *Antropologia e Sociologia*, elabora o fato social¹⁹⁵ do sociólogo francês e seu tio Durkheim como total. Esta era uma de suas proposições centrais para a antropologia nos anos vinte. Isso significaria dizer que a separação das diversas esferas sociais em religião, política, economia, ciência, moral, direito, entre outras - tais como as estudamos nas ciências sociais e as concebemos muitas vezes no senso comum - nada mais seria do que pura ficção. Ficção resultante de um projeto de modernidade baseado na racionalidade do positivismo e do iluminismo, em sociedades marcadas pela divisão social do trabalho (DURKHEIM, 1893) e no desencantamento do mundo (WEBER) que faria perder o contexto histórico e holístico de dado fenômeno. Com a filantropia não poderia ser diferente.

Uma série de iniciativas práticas como entre ambientalistas, indigenistas e ativistas de diversas ordens, bem como acadêmicas nos âmbitos da filosofia, antropologia, sociologia, entre outras, tentam superar essa chamada ficção que identificamos na didática do conhecimento e nos paradigmas dicotômicos estruturais que concebem por diversas vezes o mundo dividido em pares binários de oposição como, por exemplo, no trabalho do antropólogo Lévi-Strauss. A ênfase, que alguns chamam “pós-moderna”, recairia então no significado maior que a soma dessas partes, no amplo espectro encontrado entre os polos. Isso seria dizer que se suprimiria a ideia de “ou” - isso “ou” aquilo - e seria necessário complexificar o contexto dos fenômenos sociais para “e” - isso “e” aquilo “e” aquilo outro.

É dentro deste paradigma/ênfase de pensamento e apoiado em abordagens pós-estruturalistas, tais como as de Deleuze, Guatarri, Gibson-Graham, Graeber, entre outros, que pensadores e ativistas se reuniram para tratar da filantropia dita progressista ou de justiça social, dentro do escopo do Edge Funders Alliance, grupo participante desde a primeira edição do Fórum Social Mundial, neste capítulo

¹⁹⁵ Ver Durkheim, Émile. (1978). O que é fato social? Reproduzido de DURKHEIM, E. "O que é fato social?" In: As Regras do Método Sociológico. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972. p. 1-4, 5, 8-11. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/44830797/O_Que_e_Fato_Social_Emile_Durkh_eim_1_.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1486233203&Signature=az6vSnF3RnUHUlurfO2KdG3LQmY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_QUE_E_FATO_SOCIAL_Emile_DURKHEIM.pdf>

representado na fala de uma interlocutora central, Aurelia, integrante do edge, brasileira, mas com formação nos Estados Unidos, Califórnia.

A ideia de sincronicidade trabalhada por antropólogos é central para entender estas abordagens, mesmo essa indigenização da modernidade apontada por Sahlins, em que a noção de separação presente na concepção de indivíduo seria uma falácia, passando-se a perceber o mundo, pessoas, objetos, ideias, animais, etc., conectados seja em redes (Latour), rizomas (Deleuze) ou ainda malhas (Ingold). Nesse mundo conectado, não haveria espaço para coincidências e aleatoriedades, os fatos sociais se dariam a todo momento de forma sincronizada a algo maior do que os indivíduos.

Entendendo esta prerrogativa, aceitemos seu fundamento ou não, narro a seguir uma série do que considero sincronidades que levaram à elaboração do campo de pesquisa nesta vertente filantrópica que se autodenomina progressista ou de justiça social, lembrando que os eventos narrados são datados e encontram-se em permanente mudança e reformulação, alterando e sendo alterados em suas performatividades. Durante o período de estágio sanduíche nos Estados Unidos, residi na cidade de Long Beach, Califórnia. Além das atividades de pesquisa e estudo antropológico, despertava-me o interesse conhecer um pouco mais da cena artística do local, uma vez que eu tinha por atividade paralela a pintura.

No mês de setembro de 2015, busquei uma galeria de um casal polonês no East Village Art District, próximo ao centro da cidade. O estabelecimento, em parceria com o poder municipal, realiza feiras mensais de arte em que expositores ofertam seus produtos em uma via pública fechada para o evento.

Em uma placa na vitrine da galeria era ofertado um curso gratuito aos domingos sobre ‘o que é arte?’. Sendo eu uma leiga na área, decidi assistir a uma aula. Para minha surpresa, no dia marcado fui a única pessoa a comparecer ao local. Assim, conversei com o dono da galeria por algumas horas até que chegou Roger, que foi apresentado como um artista local e membro da galeria (para expor os artistas devem pagar um valor fixo ao estabelecimento). Roger, muito simpático, perguntou a respeito de minha pesquisa de doutorado. Expliquei tratar-se de um estudo de redes transnacionais de filantropia, ao que ele me indicou então que conversasse com Aurélia, sua ex-colega no curso intitulado International Service and Development and Cross Cultural Relations, da extinta faculdade de desenvolvimento World College West em Marin County, Califórnia.

5.2 ENTREVISTA COM AURÉLIA

Aurélia gentilmente concordou em ceder uma entrevista em profundidade por Skype - estando ela no Brasil e eu nos Estados Unidos - em 3 de novembro de 2015. Aurélia iniciou, por meio do curso nos Estados Unidos, na década de oitenta, o seu trabalho e ativismo com ambientalistas na Amazônia e atualmente dirige um Fundo Socioambiental, entre outras iniciativas no Brasil. Ela me apresenta a sua narrativa histórica do setor.

“...os movimentos sociais se viram sem recursos e não tendo acesso eles resolveram criar estruturas que viabilizassem recursos para os temas que precisavam ser apoiados. Então, o primeiro foi o Fundo que hoje chama Fundo Social ELAS, mas que começou como Fundo Ângela Borba, que era em homenagem a uma ativista feminista e foi fundado pela Amália Fischer, Madalena Guillon, que eram duas feministas... A Madalena é mexicana nicaraguense, veio para o Brasil estudar, mais de vinte anos, mas ela também já era envolvida com o primeiro fundo de mulheres do México, o Semillas. O Semillas e também o Fundo Ângela Borba, que depois mudou de nome, foram apoiados e continuam nas relações do Global Fund for Women, que fica em São Francisco a sede¹⁹⁶.”

Na sequência, Aurélia falou da criação dos fundos de cunho social, ainda na perspectiva de que seria mais progressista, observa-se que muitos destes fundos foram criados por famílias e filantropos tradicionais, ou ainda de “old Money”, ou seja, dinheiro velho, como dizem nos Estados Unidos, tais como os Rockefeller: “...o Fundo ELAS foi fundado no ano de 2000, eu não sei se você conhece, mas existem alguns incentivadores desse caminho de criação de institutos, de formas de filantropia bem importantes e um deles é o Synergos, que (...) foi criado por uma das Rockefellers”.

O Synergos foi fundado em 1986, por Peggy Dulany, filha de David Rockefeller. De acordo com o site¹⁹⁷ da organização, após viver e trabalhar no Rio de Janeiro na sua juventude, Peggy teria chegado à conclusão de que as “pessoas mais afetadas por condições adversas de vida também têm a maior energia e motivação para solucionar seus problemas. Os recursos que lhes faltam são conexões com as esferas econômicas e políticas em que as mudanças necessárias podem transformar comunidades inteiras”.

¹⁹⁶ Ver capítulo 3 sobre Global Fund for Women e reportagem da revista Caras a respeito, mostrando quem são alguns dos principais “jogadores” ou como chamam “players” do setor.

¹⁹⁷ Ver <<http://www.synergos.org>> e <<http://www.synergos.org/bios/pdulany.htm>> Acesso em: 25 fev. 2017.

O objetivo da organização seria promover a colaboração entre *grassroots groups*, ou grupos de base e governos ou líderes de negócios e organizações, conectando pessoas que de outra forma não teriam acesso umas às outras, a fim de “desenvolver relações de longo prazo e construir novos caminhos para superar a pobreza”.

O antropólogo norte-americano George Marcus (1992), ao tratar das famílias dinásticas dos Estados Unidos, em sua obra “Lives in Trust: The Fortune of Dynastic Families in Late Twentieth-Century America”, sublinha a construção da “pessoa piedosa”, especialmente entre o dinheiro velho ou “old Money” no país. Marcus demonstra como essas famílias referem-se aos valores da cidadania grega, especialmente a partir da obra *Old Money* de Nelson Aldrich Jr. (1988).

Tais valores, embora experimentados de distintas formas pelos sujeitos “dadas as particulares e configurações sociológicas de suas famílias e suas posições dentro destas”, seriam processos intergeracionais. Vemos, assim, nesta e em outras iniciativas (como a proposição da criação do quarto setor), a continuidade - em vertentes variadas - das obras filantrópicas da família Rockefeller.

John D. Rockefeller Sr. está no Hall da Fama da Filantropia estadunidense¹⁹⁸. Um *self-made man*, ele teria começado sua vida em condições humildes e aos quarenta anos de idade já seria o homem mais rico de sua geração dominando a indústria do petróleo. As convicções morais e religiosas de Rockefeller que o teriam impelido para a prática filantrópica ganham destaque. Seguindo a tradição da vigilância sanitária e controle de doentes, com investimentos em hospitais (SANGLARD, 2005), suas doações tiveram a saúde - e também a educação - como foco:

Ele era igualmente distinto enquanto filantropo. Um homem de negócios natural com um forte senso moral e intensas convicções religiosas, ele dedicou recursos sem precedentes para a caridade. Durante a sua vida, Rockefeller ajudou a lançar o campo de pesquisa biomédica, financiando investigações científicas que resultaram em vacinas para doenças como meningite e febre amarela. Ele revolucionou o treinamento médico nos Estados Unidos e construiu a primeira escola médica da China. Ele defendeu a causa do saneamento público, criando escolas de saúde pública na John Hopkins e Harvard, e ajudou a liderar os maiores esforços de saúde pública contra ancilostomídeo, malária, febre amarela e outras doenças. Também promoveu vigorosamente a causa da educação na nação, sem

¹⁹⁸ Ver <http://www.philanthropyroundtable.org/almanac/hall_of_fame/john_d._rockefeller_sr> Acesso em: 29 mar. 2017.

distinção de sexo, raça ou credo. Ele criou a Universidade de Chicago e em uma década a tornou em uma das universidades líderes do mundo¹⁹⁹.

Atualmente, ao abrirmos a página dos Rockefeller *philanthropy advisors*, encontramos a chamada “creating thoughtful, effective philanthropy”, que remete à noção de filantropia estratégica ou ainda do filantropocapitalismo²⁰⁰. Apesar disso, as ações filantrópicas da família são tão intensas e difusas que aparecem na fala de Aurélia e mesmo na Conferência do Edge Funders Alliance, adentrando o universo da filantropia que se coloca como progressista.

Aurélia explica então ter sido uma “fellow” ou associada do Synergos, nessa época (anos 80). O Synergos seria uma organização preocupada especificamente em fomentar a filantropia e acabou criando o Fundo ELAS²⁰¹, focado na causa das mulheres e meninas e, logo em seguida, O Fundo Socioambiental Casa²⁰², por volta do ano 2000.

Retomando a história do setor e passando para o foco ambiental, Aurélia conta ainda que nos anos 90, mais especificamente em 1993, foi fundado o Global Greengrants Fund²⁰³ (atualmente dirigido pela antropóloga Teresa Odendahl) em Bolder, Colorado: “A idéia foi do Chet Tchozewski. Ele era do Greenpeace²⁰⁴ e começou a ver os ativistas no mundo fazendo coisas incríveis com dinheiro nenhum e ele teve uma ideia”.

Acerca de sua formação e engajamento no setor, Aurélia focou na sua formação durante os anos que estudou nos Estados Unidos:

Quando eu estava ainda nos Estados Unidos, fazendo faculdade no ano de 1988, eu me envolvi logo (...) no primeiro mês de aula, minha professora, uma bióloga, trouxe um palestrante chamado Randy Hayes. Este homem foi

¹⁹⁹ Tradução minha.

Ver <http://www.philanthropyroundtable.org/almanac/hall_of_fame/john_d._rockefeller_sr>

“He was equally distinguished as a philanthropist. A natural businessman with a strong moral sense and intense religious convictions, he dedicated unprecedented resources to charity. Within his lifetime, Rockefeller helped launch the field of biomedical research, funding scientific investigations that resulted in vaccines for things like meningitis and yellow fever. He revolutionized medical training in the United States, and built China’s first proper medical school. He championed the cause of public sanitation, creating schools of public health at Johns Hopkins and Harvard, and helped lead major international public health efforts against hookworm, malaria, yellow fever, and other maladies. He vigorously promoted the cause of education nationwide, without distinction of sex, race, or creed. He created the University of Chicago, virtually from scratch, and within a decade turned it into one of the world’s leading universities”.

²⁰⁰ Ver <<http://www.rockpa.org>>

²⁰¹ Ver <<http://www.fundosocialelas.org/>>

²⁰² Ver <<http://www.casa.org.br>>

²⁰³ Ver <www.greengrants.org>

²⁰⁴ Ver [greenpeace.org](http://www.greenpeace.org)

o fundador da Rainforest action network, na ocasião, integrava um grupo de ambientalistas que realizou o primeiro movimento global para salvar as grandes florestas tropicais do mundo. Eu estava com vinte e três anos, iniciando a faculdade, pensando até em voltar para o Brasil, entretanto, perguntei a ele "o que eu poderia fazer para ajudar, eu gostaria de ser voluntária". Assim, tornei-me a primeira voluntária deles.

Aurélia contou ainda que em 1986 conheceu o líder indígena Ailton Krenak, que foi levado como testemunha para Washington para a primeira Citizens Conference on the World Bank, questionando os projetos do Banco Mundial, os quais estavam destruindo florestas tropicais no mundo. Ele era o líder da União das Nações Indígenas e Aliança dos Povos da Floresta, criadas por ele e Chico Mendes. A partir disso, Aurélia, muito interessada, passou a pensar em como captar recursos nos Estados Unidos para mandar para esse trabalho no Brasil. Foi assim que ela trabalhou com a Rainforest Network²⁰⁵ e Damien Foundation.

Em 1990, Aurélia retornou ao Brasil para trabalhar para a União das Nações Indígenas, Aliança dos Povos da Floresta, na captação de recursos e comunicações internacionais. Alguns anos depois, o Humberto Mafra (fundador da Damien Foundation) teria resolvido criar no Brasil a primeira Fundação com foco sócioambiental, a Fundação Francisco. Segundo Aurélia:

...a ideia dele era canalizar recursos maiores de Fundações internacionais através dessa estrutura para grupos menores de base que não tinham acesso a recursos. Porque o que acontecia na época: existia muito dinheiro internacional para as organizações de justiça social, as grandes ONGs, o Ibase, o Cedi, que não existe mais. O Cedi era o Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Então existiam os conservacionistas ou as [organizações] de justiça social, e não tinha uma comunicação. Era ou protege quem está com fome ou seca as florestas. E não tinha uma relação. Nesse tempo, já existiam grupos que estavam vendo que não tinha como salvar e proteger grandes biomas ou o ecossistema sem você lidar com a questão da pobreza, das comunidades que viviam dentro desses locais. O que aconteceu é que ele [Humberto Mafra] começou a apoiar algumas pequenas organizações que estavam trabalhando nessa conexão entre a proteção dos ecossistemas com pessoas, lidando com a questão da pobreza, do acesso a recursos, da viabilidade financeira com sustentabilidade ambiental, etc.

Questionada sobre se as captações aconteciam no Brasil também, Aurélia confirmou que não, "não tinha no Brasil nenhuma opção, captava sempre fora do Brasil". Então, por meio das Fundações, eram captados os recursos e por meio de "subdoações" repassados para ativistas e movimentos sociais.

²⁰⁵ Ver <<http://www.ran.org/>>

Em 1999, a Fundação Francisco foi fechada por motivos pessoais do fundador e atualmente o Global Green Grants ainda atua no repasse das doações:

Eles funcionam com conselhos. Eles doam no mundo todo, a partir de conselhos nacionais ou regionais, ou seja, indivíduos, ativistas ambientais que conhecem bem a região e que recomendam projetos muito pequenos, de até cinco, seis mil dólares (...). Então, esse conselho antigo da Fundação Francisco se tornou o Conselho do Global Green Grants para o Brasil (...). Nesse tempo, eu também voltei para esse campo e ofereci para o Green Grants coordenar esse Conselho aqui no Brasil. Eles toparam e a gente criou um conselho e começou a mapear o que estava acontecendo aqui no Brasil em relação à questão socioambiental e a recomendar projetos para serem apoiados pelo Global Green Grants. Isso evoluiu, começou com 25 mil dólares por ano, depois foi para 50 e aí, até hoje, nos últimos oito anos, meio que estacionou a 150 mil dólares por ano para doação e um pouco mais para custos operacionais. Então já naquele tempo, a gente viu que se a gente precisava de um fundo brasileiro para fazer filantropia mesmo, não investimento social, filantropia, ou seja, investir realmente, doar o recurso para as Instituições de base, comunidades de base comunitária, associações, organizações de base comunitária ou pequenas ONGs, para qualquer tipo de necessidade ligada à questão socioambiental. Então a gente resolveu criar o Fundo Socioambiental Casa.

O Fundo Casa é um fundo socioambiental em que Aurélia atua, e para acessar recursos tem uma parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica. Ela contou que não tem como conceber fronteiras geográficas tão restritas como o Estado nação, visto que os ecossistemas as atravessam. Assim definiu “Se a gente quer fazer alguma diferença real dentro da proteção da integridade do ecossistema inteiro, você tem que estar disponível para apoiar o que for possível dentro daquele ecossistema(...). Então, para a gente poder continuar as doações na América do Sul, a gente capta na Europa e Estados nos Unidos”.

Voltando à história da filantropia, Aurélia contou que mais ou menos nessa mesma época fora criado o Fundo Brasil de Direitos Humanos de uma forma diferente. Criado pela Fundação Ford com um *endowment*, à época, de três milhões de dólares, possui estrutura de uma Fundação mesmo, com toda sua complexidade:

Tem duas diferenças de estrutura, ou é Fundação ou é Associação da Sociedade Civil que tem OSCIP, que é uma variação. Associação que é organização da sociedade civil de interesse público ou só uma associação que é a estrutura mais simples que existe. A gente só tem essas duas possibilidades ainda. Não tem nada que tenha a ver com filantropia, não tem estrutura de Fundação Filantrópica como tem nos Estados Unidos e na Europa ainda. Não existe isso e o marco legal aqui no Brasil. Surgiram também algumas Fundações Comunitárias, “tipo o Instituto Rio, a Rede de Fundos Independentes para Justiça Social e aí todos os membros foram criados mais ou menos nessa última década”. Aurélia explicou que para as pessoas que atuam na frente da filantropia progressista ou de justiça social, esses seriam os fundos que fazem parte da rede que “realmente fazem

filantropia” - em contraposição à noção de investimento social. Ela prosseguiu acrescentando que no setor se busca resgatar o conceito de filantropia no Brasil, apostando na ideia de que há uma sociedade civil bem estruturada e informada, capaz de gerir seus projetos e recursos.

Há muito dinheiro no Brasil, mas ele não vai para a sociedade civil, então é muito diferente da filantropia americana ou europeia. Destaca-se nos Estados Unidos há incentivo para doar, para indivíduos inclusive serem doadores com incentivo fiscal, aqui no Brasil não tem nada. Então se você quer ser filantropo você sabe que não só você não tem incentivo, mas aqui no Brasil tem uma lei que doações individuais você tem que pagar imposto, que é uma coisa totalmente maluca. Então a gente tem bastante problemas ainda, bastante restrições, mas já tem esse pequeno grupo de Fundações, de Fundos, né, pra sociedade civil, pra justiça social como é chamado, que tem essa compreensão mais profunda dos temas mais complexos e que não são apoiados de outra forma a não ser pro Fundações internacionais e poucas agora, porque a maioria foi embora do Brasil e da América Latina em geral, a não ser dois países aqui na América do Sul, os únicos países que são prioridade pra filantropia internacional, para a cooperação internacional são Paraguai e Bolívia.

Perguntei então se havia no Brasil muitos editais para acessar recursos públicos. Aurélia revelou que há alguns recursos específicos por tema/causas. “Tinha um dinheiro da Petrobrás, Fundação Banco do Brasil tem alguma coisa ligada a tecnologias sociais²⁰⁶, o Fundo Socioambiental da Caixa também tem alguns editais também, são bem complexos”.

A próxima questão tratou das doações individuais. Aurélia respondeu que as organizações com as quais trabalha diretamente ainda não recebiam esse tipo de doações.

O Fundo ELAS eu sei que tem e o Fundo Brasil de Direitos Humanos também, mas tem alguma legislação aqui no Brasil que cria um imposto sobre doação individual. Então além de você doar algum recurso você tem que pagar por ele.

Ao final de nossa conversa, Aurélia sugeriu que eu conversasse com Leonardo da Sitawi, Finanças do Bem, o que fiz também via Skype. Ele ressaltou que a maioria de seus clientes são homens de negócios por se tratar de finanças - ao contrário do protagonismo feminino de outras vertentes da filantropia de elite - e me enviou uma série de materiais sobre sua abordagem de filantropia de portfólio²⁰⁷.

²⁰⁶ Ver o texto da interlocutora e diretora da FIJO PUC-RS: MACIEL, Ana Lucia Suarez. FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. “Tecnologias Sociais: interfaces com as políticas públicas e o Serviço Social”.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100009>

²⁰⁷ Anexo G

5.3 ENTREVISTA COM LEONARDO LETELIER - CEO - SITAWI. FINANÇAS DO BEM

A conversa com Leonardo foi via Skype, em junho de 2016. A sede da Sitawi, uma organização sem fins lucrativos e registrada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), fica no Rio de Janeiro. Leonardo enfatizou sua abordagem da filantropia de portfólio.

Uma das atividades da organização seria captar recursos e a filantropia de portfólio descentrara o foco das doações mais procuradas, que seriam “as doações para a ponta”, ou seja, diretamente para beneficiários e não intermediários:

Pra quem tá envolvido com filantropia isso faz bem pouco sentido. Então, a maneira que a gente se comunica com as pessoas é de olhar para a ponta como uma das possibilidades, mas olhar também que uma coisa é compra de atendimento, outra coisa é você comprar expansão de capacidade de atendimento.

Dentro da lógica do altruísmo efetivo e mesmo da filantropia estratégica, essa visão mercadológica da filantropia trata de maximizar os valores doados. Nesse caso, na fala de Leonardo, ele colocou como exemplo:

...uma coisa é comprar 500 crianças atendidas, outra coisa é comprar a expansão da capacidade de atendimento daquela organização de 500 para 1.500, por exemplo. Outra coisa é infraestrutura, que na prática não tem nada a ver com aquela organização, vai ser para várias organizações, então por exemplo, desenvolver soluções financeiras que ajudem o impacto social, que é o que a gente faz na prática, então desenvolver ferramentas financeiras, como a gente faz para fluir mais dinheiro para impacto social e a última é *advocacy*. Então são coisas cada vez mais distantes, cada vez mais difíceis de captar para, cada vez mais conceituais, mas se você olhar elas dentro de uma cadeia de valor ou dentro de um portfólio faz sentido você ter um pouco de cada.

Mais uma vez podemos ver a centralidade da lógica de mercado na própria terminologia utilizada pelo interlocutor. Não se trata de doar, mas sim comprar um determinado produto ou serviço no setor filantrópico. Na sequência, Leonardo conta que captam somente no Brasil e remete à pesquisa lançada pelo IDIS, no ano de 2016 que indica que as doações no país são muito baixas, em torno de 20 reais por mês, o que para ele trata de “compra de atendimento”. Ainda de acordo com a pesquisa mencionada:

Ao longo do ano passado, 77% dos brasileiros fizeram algum tipo de doação, sendo que 62% doaram bens, 52% doaram dinheiro e 34% doaram seu tempo para

algum trabalho voluntário. Se considerarmos apenas os que doaram dinheiro para organizações sociais, são 46%. No ano de 2015, as doações individuais dos brasileiros totalizaram R\$ 13,7 bilhões, valor que corresponde a 0,23% do PIB do Brasil.²⁰⁸

Leonardo relatou não gostar da terminologia Investimento Social Privado - lançado pelo GIFE e pelo IDIS para fugir do termo filantropia - que para ele se confundiu com impact investing²⁰⁹ e acabou sendo colocado como uma evolução da filantropia, o que para ele não é: “eu acho que isso fez mais mal do que bem, isso empodera as empresas a acreditar que como elas investem em plantas, então elas sabem investir no social. E elas não investem no social. 70% são projetos próprios, acho que tem uma série de coisas que saíram daí que foram muito negativas, então esse é o lado mais Brasil do tema”.

Na sequência, questionei sobre os *endowments* no Brasil e Leonardo explicou:

Eu sento no comitê do fundo de *endowment* do Baobá, eu acho que é uma coisa legal o *endowment* obviamente, tem aí uma lei que tá sob análise, que tava sendo alterada porque originalmente era só para universidades federais e foi um pouquinho alterada/complicada, e tá andando, mas não tem nada atual. O que a gente faz na Sitawi que quase pode servir como um substituto do *endowment* é *donor advised funds*. Que tem nos Estados Unidos, aqui não tem muito essa figura, a gente que começou fazendo isso aqui. Se você procurar literatura sobre isso nos EUA tem uma penca. No Brasil não tem. A gente chama de gestão de fundo filantrópico.

Como observei ao longo da pesquisa, os entrevistados e interlocutores nos eventos, treinamentos e cursos em geral se colocam quase como mentores, me indicando o que buscar, o que ler e com quem falar. Perguntei então sobre a percepção de Leonardo acerca dessas iniciativas de gestão de fundos para doação no Brasil, devido ao baixo volume delas, ao que ele respondeu sublinhando sua participação em um movimento chamado movimento para uma cultura de doação no

²⁰⁸ Disponível em <<http://idis.org.br/idis-divulga-resultados-da-pesquisa-doacao-brasil/>>

²⁰⁹ Perguntei sobre a diferença e considero que a resposta de Leonardo ilustra a confusão presente no setor: “São coisas bem diferentes. No impact investing você está procurando retorno sobre o seu capital, na doação não. O ISP como foi definido pelo GIFE não [tinha isso]. Só que agora ficou uma grande confusão. A gente tem fundações que procuram a gente e falam assim, além de doar eu gostaria também de emprestar, que é uma das coisas que a Sitawi faz, então isso sem dúvida vai acontecer, mas se isso ainda vai estar dentro do que o pessoal chama de Investimento Social Privado, eu não sei”.

Brasil²¹⁰. Uma das ações deste movimento foi a promoção do Dia de Doar no Brasil e Leonardo indicou que agora “tem até prefeituras fazendo”:

Depois tem outras coisas pequenas, a história do *endowment* é uma iniciativa legal, mas ela é pouco visível no sentido de que ela é uma iniciativa de legislação, não é natural que esteja na boca do povo, a nossa iniciativa de falar sobre filantropia de outra forma menos gente ainda conhece, mas tem várias coisas pipocando. O IDIS fez a pesquisa agora que é bem bacana, mas pra gente poder falar que viramos a página e estamos em outro patamar eu diria que ainda estamos longe.

Questionado sobre o trabalho conjunto com organizações como GIFE, IDIS e Instituto Ethos, Leonardo relatou que fazem parte do GIFE, além de ter um bom contato com o IDIS, embora considere mais difícil fazer parceria com o segundo, pois “gostam de trabalhar sozinhos”. Contou ainda que dentro do movimento pela cultura de doação, colaborou para o *crowdfunding* de financiamento da pesquisa do IDIS, embora tenha considerado que “não teve grande resultado”.

O GIFE criou algo chamado fundo BIS²¹¹. A ideia era que as Fundações colocassem 1% de seu orçamento nesse fundo, que iria financiar iniciativas de fortalecimento de uma cultura de doação no Brasil, ou fortalecimento de práticas de captação no setor como um todo, só que isso foi anunciado no ano passado e até agora não saiu do papel, eu acho que vai sair, vai acabar saindo... o GIFE colocou 2 bilhões de reais no setor social, no ano passado. Se a gente pegar 1% disso daria 20 milhões, e eu diria que é mais fácil eles terem 200 mil do que 20 milhões. Então mesmo dentro do próprio GIFE, esse conceito ainda não pegou.

Quanto à legislação, referenciada por muitos de meus interlocutores como um dos principais motivos para não doar, Leonardo considera que isso seja “uma bobagem”: “O benefício fiscal só é relevante se você já estiver doando o total que pode doar voluntariamente (...). No Brasil, você tem aquele que é generoso e aquele

²¹⁰ Ver <<https://www.facebook.com/ABCRCRBrasil/videos/1044571072221283/>>

²¹¹ “...o Fundo BIS visa apoiar iniciativas que contribuam para ampliar o volume de doações no país. Para concretizá-lo, o GIFE estimulará investidores sociais e interessados no tema a doarem 1% de seus orçamentos para o Fundo, que será gerido pelo banco JPMorgan, associado ao GIFE. Se todos direcionassem essa porcentagem de seus recursos, estima-se que o Fundo chegasse, aproximadamente, a R\$ 30 milhões. Para gerir e definir a alocação das verbas para projetos, será criado um comitê de investimento. “O Fundo BIS é resultado de um esforço coletivo para ampliar as doações no Brasil. Ele não apoiará projetos de organizações, mas financiará iniciativas que gerem benefícios coletivos para aperfeiçoar o ambiente para as doações no país”, afirma Andre Degenszajn, secretário-geral do GIFE. Entre as iniciativas a serem apoiadas, estão desenvolvimento de pesquisas e campanhas, por exemplo. Andre destaca também que a agenda da cultura da doação se tornou estratégica para o GIFE, assim como para seus associados, uma vez que há um potencial significativo de crescimento no volume de recursos filantrópicos disponível a partir da ampliação de doações de pessoas físicas”. Disponível em <<http://gife.org.br/gife-anuncia-novas-iniciativas-durante-evento-de-aniversario-de-20-anos/>> Acesso em: 17 mar. 2017.

que diz "claro, vou doar tudo que posso desde que não me custe um centavo" e aí é difícil...". Entretanto, ele admite que as leis de incentivo no país são ruins, pois, a seu ver, são "muito verticalizadas", diferentemente do que aconteceria nos Estados Unidos. Ainda assim acha que isso não seria razão para ter pouca doação, mas sim uma falta de reconhecimento de responsabilidade cidadã por parte da população brasileira em geral:

... mas isso [legislação] não é razão para ter pouca doação, isso pode facilitar um pouco mais ou um pouco menos, mas o problema maior é você acreditar que faz parte da sua responsabilidade cidadã, seja como cidadão pessoa física ou cidadão pessoa jurídica você aportar para o desenvolvimento da sociedade, se você não acha que faz parte da sua responsabilidade então não é o incentivo fiscal que vai fazer você doar. Porque daí vira *marketing*.

Percebe-se uma alusão à ausência de um *ethos* ou mesmo um *habitus* no sentido bourdiesano de disposição dos indivíduos e da população em geral no país para engajar-se em ações da sociedade civil. Segundo Leonardo: "Eu acho que no Brasil a gente tem essa mania de defletir, não é nunca comigo ou é com meu amigo mais rico ou com minha empresa, mas comigo não é...".

Em termos das ações de decrescimento e desinvestimento - do setor extrativista como proposto no cenário da filantropia progressista - e as atividades que realiza, Leonardo explica que são coisas de escopos distintos:

Para mim, são coisas complementares, mas feitas em mundos distintos. Eu vendo minhas ações da Vale, isso não tem nada a ver com as doações que eu faço para uma Anistia Internacional [por exemplo], do ponto de vista de ação. Claro que partem da mesma cabeça, mas são dois bolsos diferentes.

Acerca de sua trajetória profissional, Leonardo revelou ainda ter iniciado sua carreira na consultoria da transnacional McKinsey e depois ter criado a Sitawi. Ele diz que queria usar suas habilidades "para o bem", o que remete à literatura acerca de novas realidades de trabalho e mesmo juventude na busca por sentido. Ele acrescenta que

...isso tem crescido, as pessoas tem procurado isso cada vez mais cedo, antes eu falava com pessoas que queriam fazer transição de carreira, essas pessoas tinham cinquenta anos algo assim, e hoje as pessoas que me procuram têm trinta, vinte [anos]. Na verdade estão querendo começar a carreira. Então eu vejo claramente que essa vontade ela avançou na sociedade.

Em seguida, perguntei a Leonardo o que mobilizava as pessoas a fazerem os investimentos com ele, ao que ele explicou nos seguintes termos: “terem um contato maior com pessoas que são muito altruístas e bem-sucedidas e que consideram que isso fará do Brasil um país melhor. Ele conta ainda que Armínio Fraga é um de seus doadores e que assim são “um player de doação meio estranho, eu diria, porque é essa história de [investir em] infraestrutura, então a gente atrai gente que tem obviamente recursos, mas não tem uma necessidade de que o nome apareça, no fundo é o cara que não precisa de nada que a gente atrai. A gente para ele não dá nada, a gente dá para o setor”.

Perguntei então sobre a (in) visibilidade das doações no Brasil e Leonardo explicou que, de acordo com a pesquisa do IDIS, as pessoas acham que uma doação não identificada tem maior valor. No entanto, isso seria um problema para o setor, pois não incentivaria a cultura da doação, seria preciso falar dessas ações para ter modelos a seguir, ampliando, assim, a cultura no país. Acerca da discrepância com os Estados Unidos, Leonardo ponderou:

Eu acho que é diferente [BR e EUA]. Os Estados Unidos é um país muito associativo, as pessoas se juntam para fazer coisas, no Brasil muito pouco. Os doadores aqui acho que dificilmente eles se juntam. “Ah, vamos discutir o que a gente quer dessa causa”, por exemplo, não vejo isso. “Vamos discutir como a gente ajuda essa organização em conjunto”, isso não é comum, a gente está atrás nessa discussão.

Demonstrando a centralidade da lógica administrativa e da linguagem de negócios, Leonardo prosseguiu:

A gente tem dois tipos de doadores, doadores para a Sitawi - dinheiro para pagar aluguel - e doadores para fundos específicos. O doador do fundo específico é o cara que quer que alguma coisa aconteça e precisa de ajuda, mas ele já quer que alguma coisa aconteça, mas não sabe como, não pode fazer sozinho, ou não quer, etc. Esse cara tem uma motivação própria que é o problema que ele quer resolver. Do tipo, “eu tenho dinheiro chegando desse cnpj e preciso passar para aquele e não consigo passar”... no meio é como a gente faz. O doador para operações eu não sei o que o motiva a doar - para a Sitawi - acho que em geral são pessoas que são razoavelmente bem-sucedidas e ... tem quem não doa e descobriu a Sitawi e se identifica e vê que a Sitawi tem um vocabulário muito profissional e parecido ao dele e, portanto, se identifica e tem o cara que acha que a Sitawi cumpre um papel que está desatendido, que é esse de pensar o sistema como um todo e não uma causa específica...

Leonardo explicou ainda ter feito um *master in business administration* (MBA) nos Estados Unidos e que essa experiência lhe teria despertado o

empreendedorismo. Questionado sobre o fator de gênero e raça no setor e na Sitawi, ele encerrou a entrevista explicando ter abordagens de gênero no setor, como o Fundo Elas, mas admite ser este um ponto que ainda precisa ser muito trabalhado:

A gente comemorou muito que a gente tinha 50% do staff de mulheres, mas por exemplo a gente não tem negros... No Conselho, a gente só tem uma mulher agora, a gente já teve três, aí foi saindo, saindo,... a gente trabalha devagarinho nisso, como todo mundo”. “No nosso caso acho que a maior parte dos doadores é homem, mas aí o nosso tema cai dentro de finanças, então talvez seja por isso...”

5.4 CONFERÊNCIA EDGE FUNDERS ALLIANCE²¹² 2016

De 19 a 21 de abril de 2016, na cidade de Berkeley, Califórnia, acontecia a 16ª edição da conferência anual do Edge Funders Alliance, intitulada “*Just Giving*” e com o tema “*Build the New: Resourcing change for a world in transition*”. A organização, de presença ativa desde a primeira edição do Fórum Social Mundial, diferentemente dos defensores mais ferrenhos do filantropocapitalismo, abre espaço e reúne ativistas - como a Via Campesina na América Latina e o Fundo ELAS Brasil - e beneficiários. No entanto, há atores e organizações que se cruzam nestas distintas abordagens, como dirigentes da Fundação Rockefeller, por exemplo.

Minha participação na conferência remonta ao trabalho de campo que fiz em Seattle, em fevereiro de 2016, quando visitei a Fundação Bill e Melinda Gates, e entrevistei um *program officer* e dois *experts* que trabalham na *Intellectual Ventures*, parte da iniciativa Global Good²¹³ de Bill Gates. Na mesma ocasião, tive a oportunidade de entrevistar a diretora de uma pequena Fundação com foco no direito das mulheres, trabalhando especialmente com mulheres indígenas. Carla²¹⁴ acabaria se tornando uma de minhas principais interlocutoras, colaboradoras e amiga. Nosso contato se deu por meio da Universidade Federal da Califórnia, UCI²¹⁵. Eu estava fascinada com o trabalho dela. Durante o almoço no qual tivemos

²¹² De acordo com o site da organização <<http://edgefund.org/>>: “Nós somos financiadores e doadores comprometidos com a filantropia para mudança social global, acreditamos que equidade e justiça - acerca de gênero, raça, classe, orientação sexual, nacionalidade, *status* migratório, e habilidade - são críticos para ampliar o bem-estar sustentável internacional”.

²¹³ <<http://www.intellectualventures.com/globalgood/>>

²¹⁴ Os nomes foram alterados para preservar a identidade de interlocutoras e interlocutores.

²¹⁵ Após um evento sobre arte e dinheiro, organizado pelo Departamento de Antropologia e o Institute for Money Technology and Financial Inclusion (IMTFI) em parceria com a escola de artes da mesma

nossa primeira conversa, ela me perguntou sobre minha rede de pesquisa. Ao indicar a abordagem do filantropocapitalismo, nova filantropia ou filantropia estratégica e o Global Philanthropy Forum, Carla apontou que eram abordagens “muito de direita”. Ela então falou do Edge Funders Alliance, suas colegas de trabalho e lesbofeministas ativistas e uma filantropia progressista, ou com abordagem de justiça social. Recomendou-me participar da conferência a fim de obter um novo parâmetro de comparação e análise. Por meio de seu contato, medieei minha participação trabalhando como voluntária na relatoria da sessão temática intitulada “Governança Econômica”.

Apesar do foco em justiça social e movimentos sociais estarem presentes, a conferência ainda mantém um tom de negócios. Não me hospedei no luxuoso hotel dos demais participantes em que foi realizada a conferência, o Double Tree da rede Hilton, localizado na marina de Berkeley, no Eastshore State Park.

Durante nossa primeira sessão do laboratório de Governança Econômica, quatro participantes apresentaram suas iniciativas e propostas: Tax Justice Group²¹⁶; David Bollier sobre *the Commons*²¹⁷ (com quem falei sobre as geógrafas Gibson-Graham, que fazem uma crítica feminista à economia política e escrevem sobre pós-capitalismo. Bollier revelou então ser colega e amigo das autoras, bem como utilizar seus trabalhos como referência); microcrédito e, ainda, a proposta mais polêmica, o “quarto setor”.

Esta última proposta é bastante semelhante ao que alguns milionários e investidores sociais brasileiros têm proposto como setor 2.5. O quarto setor, ou setor 2.5, seria uma espécie de novo setor da economia (em contraposição ao primeiro setor ou setor público, Governos e Estado; o segundo setor ou setor privado e o terceiro setor²¹⁸, ou o setor das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Começam a surgir os chamados “negócios ou empreendimentos sociais”, que

Universidade, e eu ter manifestado meu interesse em trabalhar com direito das mulheres e justiça de gênero.

²¹⁶ Ver a rede internacional correspondente em <<http://www.taxjustice.net/>>

²¹⁷ <http://www.onthecommons.org/>

²¹⁸ De acordo com Simone Coelho (2000: 58), em sua pesquisa comparativa sobre o Terceiro Setor no Brasil e nos Estados Unidos, orientada por Ruth Cardoso, no final dos anos 90: “Várias denominações têm sido dadas para um certo grupo de organizações que surgem no seio da sociedade civil: organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, terceiro setor ou ONGs [organizações não governamentais], termo mais usado no Brasil. O termo “terceiro setor” foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos, na década de 70; e a partir da década de 80, passou a ser usado também pelos pesquisadores europeus. Para eles, o termo sugere elementos amplamente relevantes. Expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante”.

abarcariam um novo setor, a lógica de mercado dos negócios privados e obtenção de lucro com a prestação de serviços e ofertas de produtos considerados com “impacto social”, ou seja, para algum problema social identificado como tal por seus proponentes e dirigentes.

Essas propostas se colocam como “a” solução para o que a elite considera como problemas sociais. O quarto setor, proposto por um grupo de Stanford que trabalha com *angel investors* e uma *advisor* da filantropia Rockefeller, encontrou oposição em diversas pessoas no grupo, incluindo um dirigente do Edge Funder Alliance Europa. Seus proponentes foram questionados sobre como isso se diferencia de B Corps²¹⁹, mas apontaram que a proposta era inicial e estaria se desenhando, o que os deixava sem respostas no momento.

Tendo sido uma das pessoas a questionar esse modelo e tendo feito a comparação com o que conheci no Brasil do setor 2.5, fui abordada no corredor a sós, após a sessão, por um dos proponentes. Ele me perguntou por que eu não achava que os negócios sociais seriam a solução para um novo sistema de governança econômica e me disse conhecer exemplos muito bons no Brasil, como o da empresa Natura e sua responsabilidade social. Comentei então que acreditava ser uma questão mais complexa e que estávamos discutindo justamente isso em grande grupo.

Ele então, de forma intimidadora e também debochada, perguntou o que discutimos no grupo. Apontei o fato de que ele esteve presente na sessão durante a tarde toda, ele disse não se lembrar mais do que fora dito. Frente a isso, pedi licença e me retirei. As disputas são bastante acirradas e somas altas de financiamento estão em questão, creio que não calculei o “mal-estar” que meu comentário poderia causar. No entanto, o modelo apresentado consistia de fato em um modelo de negócios, agrupando governos, corporações e organizações não governamentais em um quarto setor, uma transição do modelo “*for profit*” para o modelo “*for benefit*” das organizações.

Durante os dias que seguiram de conferência, pude observar um discurso distinto do que vinha percebendo até agora no universo do filantropocapitalismo. Os diretores do Edge Funders apontaram estarem presentes desde a primeira edição do

²¹⁹ Certificação internacional para organizações social e ambientalmente responsáveis. Ver www.bcorporation.net

Fórum Social Mundial e ter esse espaço como um vetor central de sua lógica de atuação.

Diversos movimentos sociais, inclusive da América Latina, estavam presentes e são financiados por membros da organização que agrupa financiadores e filantropos. Ao final do primeiro dia de evento, fomos ao famoso cinema De Castro, no bairro LGBTQI de São Francisco, para o lançamento do documentário longa-metragem “Not without us” sobre ativistas e ambientalistas contra o aquecimento global na COUP em Paris. Diversos participantes da conferência estavam envolvidos no projeto do documentário, no ativismo e no financiamento.

No ônibus de volta ao hotel da conferência, sentou-se a meu lado uma senhora. Prontamente, ela fez as mesmas perguntas que se escuta incessantemente: “olá, com qual organização você está?” Expliquei que era antropóloga. Ela prontamente respondeu: “Eu também”. E começou a me contar que fizera uma pesquisa há alguns anos na filantropia de elite norte-americana e que seu livro estava intitulado “*Charity begins at home: generosity and self-interest among the philanthropic elite*”. Como se fala no circuito de estudantes: eu estava sentada ao lado de minha bibliografia: Teresa Odendahl. Ela me deu um de seus cartões de visita, explicou que hoje dirige uma Fundação Filantrópica e, também, que havia “posto dinheiro” no filme ao qual assistimos.

A sua presença no evento me fez pensar mais uma vez nas distintas categorias de *experts* que fazem sua carreira no setor e as distintas abordagens e linguagens utilizadas por distintos grupos, organizações. E em que medida a linguagem e o discurso utilizados têm potencial transformador e/ou alternativo em contrapartida a demandas sociais institucionalizadas nessas redes e espaços²²⁰.

Assim, um discurso emerge da associação de movimentos sociais e de membro do Edge Funders em tom de crítica ao capitalismo e à prática filantrópica. A partir de um reconhecimento no espaço do congresso de que há muitas falhas - e ao contrário do discurso do GPF em que o capitalismo é visto como o melhor sistema, embora sujeito a falhas que serão remediadas por meio, inclusive, da filantropia - e de que o capitalismo se provou impraticável, necessitando agora uma transição para uma nova economia, uma economia justa e um novo modelo de governança econômica.

²²⁰ Ver discussão sobre “finanças alternativas” e a diferença na linguagem, mas semelhança na prática das hipotecas tradicionais e as ditas hipotecas islâmicas em Maurer, Bill (2012)_.

5.5 Just Transition e Gender Justice Initiative: a perspectiva da transição justa, a crítica feminista da economia política e fundos de mulheres em campo

Existem inúmeras disputas em termos de discursos e práticas no universo filantrópico. Entre nomenclaturas como filantropocapitalismo, investimento social privado, nova filantropia, encontram-se também seus opositores que apostam na chamada justiça social e uma filantropia dita comunitária ou progressista.

Essa multiplicidade poderia bem ilustrar o quadro discursivo trabalhado pelas geógrafas feministas marxistas J. K. Gibson-Graham em sua obra “O Fim do Capitalismo como o Conhecemos, uma crítica feminista da economia política”. Mais do que um trabalho teórico, as autoras propõem o engajamento com iniciativas que desconstróem a hegemonia do capitalismo e estimulam a imaginação e experiências de economias alternativas, por mais complexo que este termo possa ser.

Para o antropólogo Bill Maurer (2015) “há um problema quando ativistas ou intelectuais imaginam o *alternativo* como algo totalmente diferente”. Para ele, essa noção atribui “ao sistema uma enorme estabilidade e realidade que pode ser que ele não tenha”:

Então em vez de pensar no *alternativo* como algo distante ou radicalmente separado, eu sempre penso no alternativo como uma forma de alternância que é como uma mudança de fase ou que há um ciclo no tempo e algumas vezes coisas entram em foco como uma alternativa, mas outras vezes exatamente a mesma coisa sai de foco e se parece com o resto do seu entorno... Então em vez de “o que é o alternativo”, eu pergunto “quando é alternativo?”. E podemos fazer com que esses momentos de alternativa ocupem mais e mais do tempo? Em vez de ocupar menos e menos. Como podemos trabalhar para construir um mundo onde há mais tempo para o alternativo.

O projeto de Gibson-Graham busca ainda “abrir um espaço discursivo para a prevalência e diversidade da atividade econômica não capitalista ao redor do mundo”. Além disso, propõe a “produção de uma linguagem da diferença econômica para ampliar o imaginário econômico, tornando visíveis e inteligíveis as diversas e prolíferas práticas que a preocupação com o capitalismo obscureceu”. A terceira dimensão em sua proposta de pesquisa ação seria “o difícil processo de cultivar sujeitos (nós e outros) que possam desejar e habitar espaços econômicos não capitalistas.

To frame this cultivation process, we step aside from the familiar structural vision of capitalism with its already identified and interested

subjects, developing a vision of the "community economy" as an ethical and political space of becoming. In this communal space, individual and collective subjects negotiate questions of livelihood and interdependence and (re)construct themselves in the process. Finally, there is the actual practice, under way in ongoing action research, of *building community economies* in place.

É dentro desta perspectiva teórica e envolvendo sujeitos alinhados com o trabalho de Gibson e Graham que aconteceu o encontro etnografado, uma conferência que reuniu financiadores filantrópicos, ativistas e movimentos sociais nos Estados Unidos. Por meio da participação observante neste, bem como de entrevistas com o coordenador do encontro e diretor da rede de financiadores para filantropia progressista e de justiça social, bem como de uma ativista acadêmica e militante feminista que faz parte do quadro diretivo da organização foi possível entender um pouco do histórico deste movimento dentro do complexo universo filantrópico, bem como da rede de justiça de gênero e direito das mulheres que vem pautando algumas de suas discussões e busca tornar-se central na proposta de transição para uma economia justa.

5.5.1 O campo

Em Fevereiro de 2016, durante a realização do campo de pesquisa sobre filantropia norte americana, fui a Seattle realizar algumas entrevistas e uma visita a famosa Fundação Bill e Melinda Gates. Encontrei na ocasião com uma interlocutora, diretora de uma pequena Fundação familiar que financiava projetos de justiça de gênero e direito das mulheres, principalmente de mulheres indígenas, Carla, supracitada.

Na descrição, no site da organização lê-se:

A Fundação A promove liderança em direitos humanos das mulheres ao redor do globo dando suporte a organizações engajadas em combater desigualdade de gênero. Por meio de doações, advocacy e colaboração com uma rede internacional de organizações e financiadoras de direitos das mulheres (tais como Fundo Elas, ONU Mulheres, AWID, Fundo Acción Urgente, Astrea the Lesbian Foundation for Justice, Mama Cash, Prospera entre outras) criamos

oportunidades para assegurar que os direitos das mulheres sejam respeitados, protegidos e realizados.

Durante nosso encontro que compreendeu uma conversa em um restaurante étnico no centro da cidade no horário de almoço, Carla me perguntou com quem eu estava trabalhando. Ao indicar a então centralidade de organizações ligadas à entidade “guarda-chuva” que interliga financiadores e beneficiários, o Global Philanthropy Forum, ela prontamente me respondeu: “ah, essa rede é muito de direita, você precisa conhecer a nossa que é mais de esquerda”. Ao tentar entender essa distinção, Carla me explicou que enquanto algumas organizações e mesmo intelectuais trabalham com a noção de filantropocapitalismo, ou a filantropia baseada em técnicas empresariais e como ferramenta para aliviar problemas causados pelo sistema e sustentado pelo financiamento entre pares de negócios, sua rede seria mais progressista e transformadora, apostando no financiamento de ativistas e movimentos sociais. Assim, Karen me colocou em contato com Lark, Diretor da rede de Fundações, movimentos sociais e ativistas com quem trabalha.

5.5.2 Entrevista com Lark

Nesta tentativa de se diferenciar de uma filantropia *mainstream*, a antropóloga Teresa Odendahl (2012), atualmente Diretora de um fundo e parte da rede de Karen e Lark, já indica a centralidade de fundos de mulheres e de causas feministas surgidos especialmente no contexto da segunda onda feminista²²¹, por volta dos anos sessenta e setenta. Enquanto Diretor de uma rede destas financiadoras e de movimentos sociais e ativistas, Lark, norte-americano residindo em Paris, gentilmente concordou em ceder uma entrevista por Skype em agosto de 2017.

Lark contou um pouco sobre sua trajetória:

Eu passei em torno de vinte e cinco anos mais ou menos trabalhando com o paradigma de desenvolvimento internacional. Nos anos setenta, quando saí da faculdade, entrei para o Peace Corp, fui

²²¹ Ver CLIFT, Elayne. *Women, Philanthropy and Social change*. 2005.

voluntário na África, trabalhei para financiadores e ongs, morei e trabalhei na Ásia, trabalhei com o USA for Africa, com a Oxfam e peguei uma época em que as ongs da África estavam pressionando por um desenvolvimento liderado mais endogenamente e comecei a repensar o desenvolvimento internacional...

Lark contou ainda que estava trabalhando para uma fundação focada em jovens desde 1997 em São Francisco, Califórnia, quando eclodiu o movimento que ficou conhecido como a “batalha de Seattle” em 1999 no contexto dos protestos em face à reunião Organização Mundial do Comércio (WTO) na cidade. Organizara então um grupo que foi participar dos protestos em Seattle, o que chama da emergência dos movimentos antiglobalização.

Então, essa foi realmente a transição e esse movimento mudou completamente a minha noção de desenvolvimento em direção ao paradigma da justiça social. Nós levamos quarenta jovens da Bay Area (região da baía de São Francisco, Califórnia) para Seattle... éramos um dos poucos contingentes formados por jovens ativistas negros, estudantes e não estudantes e isso era parte daquele debate..

Lark relata o questionamento acerca da ausência das chamadas “minorias”, especialmente de pessoas e movimentos negros nas manifestações contra a organização mundial do comércio em Seattle: “muitos dos grupos que estavam muito engajados como Global Exchange e Rain Forest Action Network eram organizações internacionalistas, o que é ótimo, mas o argumento sendo colocado pelas pessoas mais jovens em nossas organizações foi o que levou à noção de translocalização, translocalismo. Não eram grupos internacionais que deveriam estar à frente, deveria ser grupos em Oakland, ligados a grupos em Detroit, ligados a grupos em Porto Alegre, sabe? Então tinha que ser local, tinha que ser grassroots²²²

Sua trajetória prosseguiu com a coordenação de uma rede de financiadores que participaram dos eventos em Seattle, a “Funders Network on Trade and

²²² Ver

http://www.arjunappadurai.org/articles/Appadurai_Grassroots_Globalization_and_the_Research_Imagination.pdf

Globalization”. Dentre estes financiadores, Lark destaca duas vertentes de financiamento: uma para ongs e organizações internacionais e outra para organizações comunitárias e organização de movimentos sociais. A partir da sua atuação nessa rede conta que começou o envio de delegações de financiadores a encontros do Banco Mundial, encontros ministeriais da Organização Mundial do Comércio, às cúpulas climáticas e ao Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2002.

Gibson-Graham destaca também que “um dos propulsores do interesse acadêmico em alternativas e experimentos econômicos é indiscutivelmente o novo imaginário político que emergiu do Fórum Social Mundial e o performativamente designado “movimento dos movimentos”. Desde um ponto de vista feminista (Harding, 2010) e em um paralelo com o discurso da cultura do estupro – no qual o corpo masculino é visto como todo poderoso, penetrante e incontrolável – as autoras propõem desconstruir a noção do capitalismo como esse corpo que tudo penetra, tudo corrompe e sempre se impõe.

Ao final de nossa conversa, Lark me indicou que procurasse Mariana, latino americana, acadêmica e ativista feminista que trabalha em um fundo de justiça de gênero e direito das mulheres e componente do quadro diretivo da rede de financiadores, movimentos sociais e ativistas dirigida por ele. A fim de entender então a trajetória de Mariana, associada ao grupo do qual fazíamos parte – uma rede chamada Gender Justice Initiative – que se formou a partir de componentes da rede de Lark, a entrevistei por Skype em agosto de 2017.

5.5.3 Entrevista com Mariana

Após a negativa de algumas financiadoras em ceder entrevistas e mesmo a ausência de resposta, apesar de eu estar integrando a rede Gender Justice Initiative desde abril de 2016, momento em que foi lançada, quando fazia campo para a pesquisa de doutorado em filantropia, Mariana se mostrou muito solícita para conversarmos. Iniciamos falando um pouco sobre sua trajetória acadêmica e profissional:

Eu comecei no movimento feminista quando eu tinha 21 anos, agora tenho 56, então faz tempo. Eu comecei trabalhando em coletivos feministas e então fui fazer meu mestrado em estudos de gênero. Fui convidada a trabalhar com a FLACSO e participei da criação do mestrado em gênero para a Facultad Latino Americana de Ciências Sociales. Depois de trabalhar com coletivos feministas eu entrei para as Nações Unidas para trabalhar com a organização Pan Americana de Saúde (Pan American Health Organization) por cinco anos, depois voltei aos coletivos para trabalhar nos níveis locais e regionais e entrei em contato com a filantropia por meio do meu trabalho. Recebi um convite do Funds for Women para ser sua conselheira então fui assessora da Astrea, Mama Cash, Global Fund for Women e mais tarde para o fundo no qual trabalho, o Urgent Action Fund Latin America.

Considero importante destacar que todas as organizações citadas por Mariana fazem parte da rede atual de justiça de gênero, entre outras. Questionada sobre as diferentes perspectivas do universo filantrópico, no qual alguns financiadores são indicados como mais conservadores e outros mais progressistas, Mariana destacou sentir haver uma diferença clara entre essas distintas abordagens:

... mesmo aqueles que atuam em direitos humanos. Isso não implica necessariamente que eles tenham um entendimento holístico dos direitos humanos ou que ataquem as causas da desigualdade. Então eu diria que alguns financiadores têm o discurso, mas não buscam mudanças estruturais e outros sim. Nesse caso acho que a rede (ligada à organização de Lark) representa uma abordagem mais poderosa em direção a mudanças estruturais.

Ao tratar da abordagem da rede para a transição para uma sociedade mais justa, Mariana destacou a influência que recebe em seu trabalho de pensamentos pós-coloniais. Para ela, pensar uma transição linear, como se fôssemos passar do capitalismo a outro sistema de forma estática e linear é problemático “esse é um dos maiores desafios mesmo para a filantropia progressista, mover-se de um ponto de vista ocidental que é linear para um entendimento mais dinâmico dos processos e mudanças nas realidades sociais”.

Ao falar das origens dos financiamentos, Mariana indicou que a maior parte dos recursos que recebe vem do governo holandês e de financiadores dos Estados Unidos e da Europa, “muito pouca coisa vem de doações individuais”. Quanto à ligação com o Brasil, Mariana citou o Fundo Elas, “nosso fundo irmão” e contou receber pedidos de doações de movimentos e ativistas de toda a América Latina “principalmente de defensoras de terras e de territórios, protetoras ambientais”. Acerca da abordagem feminista no universo filantrópico, Mariana explicou:

...mesmo no âmbito da filantropia progressista se foca nas origens da desigualdade e da injustiça basicamente relacionadas a classe e economia e mesmo em termos de relações internacionais, como elas operam em termos de poder entre pobres e ricos e acho que isso é bem importante, mas isso não necessariamente implica que as dimensões do gênero e do feminismo estejam no centro da filantropia progressista... mesmo que haja um discurso de interseccionalidade isso não implica necessariamente que seja profundo e completo no universo filantrópico. Eu acho que enquanto movimentos de mulheres nós somos agora um assunto inevitável em termos de entendimento de mudanças políticas e sociais... Mas acho que ainda precisamos nos aprofundar no que isso implica, precisamente porque sentíamos que o gênero não era um assunto crucial com o qual estava se lidando em profundidade é que a iniciativa foi criada. Nós temos que lembrar que mesmo na nossa região e no mundo todo, os movimentos e as ideologias de esquerda e progressistas sempre pensaram que depois que a revolução fosse feita então lidariam com as questões das mulheres, então eu acho que também tem a ver com a linguagem com a qual a esquerda pensa sobre mudança e transformação.

Gibson-Graham indicam justamente uma dimensão política da linguagem no processo de afirmar projetos de economias diversas e comunitárias. “Apesar de diferirem de lugar para lugar, eles partilham três elementos fundamentais”:

*uma política da linguagem – desenvolvendo novas e mais ricas linguagens de economia e de possibilidade econômica; *uma política do sujeito – cultivando a nós mesmos e aos outros enquanto sujeitos de desenvolvimento não capitalista e *uma política da ação coletiva –

trabalhando em colaboração para produzir organizações e espaços econômicos alternativos.

Argumento que essas redes de fundos e uma série de organizações não governamentais vêm tentando desenvolver e financiar, não sem contradições e suas próprias disputas internas, iniciativas de economias alternativas especialmente em âmbitos locais. Acerca do fundo no qual atua, Mariana explicou financiarem defensores dos direitos humanos das mulheres “para que tenham liderança nas ações que querem tomar para transformar situações de opressão, exploração ou discriminação”.

Nós somos um fundo feminista. Sim, há muitos tipos diferentes de feminismo, mas nosso feminismo é progressista, não liberal. Não queremos apenas mudanças na legislação, nós queremos mudanças estruturais... Então lidamos com as múltiplas questões que tem a ver com as identidades das mulheres, suas sexualidades, idades, capacidades e deficiências.... Ser uma mulher é uma coisa, ser uma mulher negra que é pobre ou marginalizada é totalmente diferente e se você tem uma orientação sexual que é diferente da matriz heterossexual também é completamente diferente, então todos esses elementos jogam quando se trata de transformar a situação das mulheres e dos movimentos sociais em geral... Feminismo para mim não é apenas uma teoria, é também uma prática, uma ética, implica cuidado.... nós não recebemos dinheiro de quem explora aquelas que defendemos. Não aceitamos dinheiro de corporações, por exemplo”.

Mariana indicou então a centralidade de uma ética do cuidado que perpassaria seu trabalho prático e acadêmico. Não é o objetivo e nem seria possível tecer uma análise aqui em profundidade sobre a pluralidade de pensadoras feministas que vêm elaborando a ética do cuidado enquanto prática política, seja desde a perspectiva Foucaultiana do cuidado de si, que seria também um cuidado com o outro, seja a partir das experiências práticas de cuidado experienciados nos âmbitos de seu ativismo e pesquisas empíricas.

O foco de ação dessa rede de financiadores que busca colocar a justiça de gênero e direito das mulheres em uma perspectiva interseccional dentro da pauta da

filantropia e de diversos movimentos sociais parece estar alinhada com as elaborações de uma teoria engajada de Gibson-Graham que aposta na diversidade e nas iniciativas de âmbito local, conectadas em rede, para alcançar potencialmente mudanças sistêmicas. Mariana explica:

Eu acho que precisamos aprender que essa questão do mundo ocidental é absolutamente crítica. Eu acho que a América Latina está sendo ensinada e lembrada por descendentes afro e por povos indígenas que existem outras formas de viver, que existem outras formas de entender a vida e formas de bem viver com seres humanos e outros seres que são outras formas de vida. Por outro lado, estamos sendo ensinados pelos movimentos que uma política de identidade não é o que vai mudar o mundo, por exemplo, no Chile mulheres lésbicas estão apoiando a luta do povo Mapuche... Então elas não precisam imputar o ser lésbica para lutar por uma causa, elas estão apoiando a causa de outros, de mulheres indígenas e é uma forma de relação muito única, uma rede e dificuldades comuns... eu acho que um entendimento complexo da realidade, uma abordagem mais dinâmica e não ocidental é necessária, porque não é somente o capitalismo, é o entendimento ocidental do norte, a mente racional linear que realmente orientou paradigmas de desenvolvimento e direitos humanos e isto está sendo questionado e já não é mais sustentável, o que eu acho ótimo, mas nós precisamos sacudir as estruturas não apenas dos sistemas econômicos mas também dos sistemas de pensamento, como as pessoas pensam, nós precisamos questionar isso, nós precisamos questionar a filantropia, as relações de poder entre norte e sul mesmo que sejam progressistas.

As disputas aparecem em campo mesmo entre organizações e sujeitos que se identificam dentro da mesma vertente de ação filantrópica, como indica minha interlocutora. As relações de poder estão dadas, e Erica Kohl-Arenas (2015) já indica em seu trabalho acerca da filantropia nos Estados Unidos como os agentes tentam influenciar as políticas e disputam discursos, práticas e investimentos. Acerca da chamada divisão sexual do trabalho, lembrando os dados trazidos por Gibson-Graham de que a atividade não remunerada dos trabalhos considerados “femininos”

como o cuidado, o trabalho doméstico e o trabalho emocional já seriam responsáveis por 50% da economia mundial²²³, Mariana destacou:

Eu acho que é mais do que isso. Não é apenas deslocar o poder dos homens para as mulheres. Eu acho que é importante ter práticas mais democráticas entre homens e mulheres em geral, embora eu saiba que “democracia” é um termo que também está sendo questionado... Eu acho que é sobre justiça... em termos de mudanças nós, humanos, homens e mulheres de qualquer orientação sexual ou identidade de gênero ou raça precisamos pensar sobre como nos relacionamos com o meio ambiente e todos os outros viventes.... Qualquer nova sociedade não pode ser coonstruída se não agirmos em relação ao racismo histórico, estrutural, se não agirmos contra a aperversidade de impor uma matriz heteronormativa e também na desigualdade econômica entre seres humanos... Por exemplo, na matriz da transição justa (matriz de trabalho da rede investigada) espiritualidade foi um item colocado, trazido por alguns de nós, por fundos que trabalham com indígenas, mas acho que também tem vindo de outros movimentos... eu acho que na América Latina para povos indígenas e para pessoas de ascendência Africana a espiritualidade está no centro das mudanças e isso pode não ser entendido no ocidente. Vemos Berta Cáceres (líder indígena de Honduras e homenageada pela rede na conferência de 2016) quando foi assassinada ela disse “eu estou aqui para lembrar a humanidade, por favor, parem. Eu estou defendendo o rio Gualcarque que é o espírito das mulheres e as guardiãs desse rio são as meninas na cultura Lenca”.... Então eu acho que isso precisa ser repensado e o feminismo tem potencial para isto... Não é apenas o capitalismo, é o patriarcado, é a abordagem ocidental à vida... você precisa ver o trabalho desde uma perspectiva descolonial, porque é disso que eu estou falando...”.

²²³ “The most controversial but also the most successful counter to dominant economic thinking has been spearheaded by feminist activists and economists, who point to the significant amount of labor (much of it performed by women) expended on unpaid and non-market-oriented activities such as housework, volunteering, child-rearing, and care for the elderly and infirm. Empirical work on this topic has established that in both rich and poor countries, 30 to 50 percent of economic activity is accounted for by unpaid household labor (Ironmonger 1996; Luxton 1997). There is now a call for the system of national accounts to be revised so that the total measure of economic performance, gross economic product, includes both gross market product and gross household product (Ironmonger 1996, 38-39; Folbre 2001)”. Gibson-Graham.

5.5.4 Considerações

Assim como as mulheres são definidas pelo que não são, a saber uma representação do universal humano ligado ao homem. a dualidade do pensamento estrutural levaria a ver como movimentos alternativos a negação do capitalismo, ou seja, o não capitalista. No entanto, autoras como Gibson-Graham e interlocutores como Lark e Mariana advogam pela complexificação desse pensamento, descentrando as análises do capitalismo – ou como chamam, análises capitalocêntricas, assim como as falocêntricas – para abordar um conjunto de possibilidades dissidentes que atuam na esfera econômica em iniciativas diversas, a fim de poder se imaginar um outro mundo possível.

Gibson-Graham indicam que esse repensar da sexualidade feminina e a criação de discursos alternativos da sexualidade e da espacialidade do corpo estão bem mais avançados do que o repensar da identidade econômica e espacialidade social. É com o intuito de iniciar nessas discussões e abrir uma pequena porta dentro do projeto da crítica feminista da economia política de Gibson-Graham associada a pesquisa de campo com agentes que dizem se identificar com esse movimento que este ensaio foi escrito.

Repensar uma ética do cuidado e a transformação das identidades individuais, pensadas não mais como fechadas e essenciais, mas sim processuais e relacionais aparece como fundamental para repensar estratégias econômicas. As autoras destacam que “um dos elementos mais importantes dos nossos projetos de pesquisa ação é algo que viemos a chamar de uma política do sujeito” (Gibson-Graham, 2006). Para elas esse seria o processo de produzir “algo além das mudanças discursivas na identidade, algo que levaria em conta a experiência sensível e gravitacional de *embodiment*”. Mudar a si mesmo seria mudar o mundo. “Enquanto uma prática de fazer história , o projeto de construir uma economia alternativa também envolve novas práticas do self, produzindo diferentes sujeitos econômicos por meio de uma micropolítica ou ética da autotransformação”.

6. SEGUINDO O DINHEIRO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das teorias da moeda dão prioridade a um lado se esquecendo do outro. (...) Mas moeda tem dois lados pela simples razão destes serem indispensáveis. A moeda é ao mesmo tempo um aspecto das relações entre pessoas e uma coisa descolada das pessoas (HART, 1986, p. 638- 639).

Este estudo foi iniciado com uma pergunta em mente: por que se doa tanto dinheiro e outros recursos nos Estados Unidos, mas não no Brasil? No entanto, ao começar a pesquisa de campo, o maior desafio com o qual me deparei foi encontrar práticas filantrópicas no Brasil. Como declarava meu interlocutor: “Patricia, não vais encontrar nada sobre filantropia aqui, esse termo não nos cai bem”.

Não demoraria muito para deparar-me com termos como a já conhecida Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o inovador Investimento Social Privado (ISP). *Experts* na área e referências bibliográficas davam conta de explicar que o termo ISP foi criado no final dos anos 90, por empreendedores, empresários e dirigentes de institutos e fundações, com o surgimento de organizações como o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Justamente por “não nos cair bem” o termo filantropia, o Investimento Social Privado apareceria na tentativa de alavancar o setor e promover práticas estruturadas, planejadas e avaliadas de investimento social bastante semelhante ao que é proposto como filantropia estratégica, especialmente no contexto da indústria tecnológica do Vale do Silício. Assim, não é à toda que o IDS trabalha em conjunto com o Global Philanthropy Forum, sediado em São Francisco, Califórnia.

De forma mais aprofundada, acrescenta-se que apareceriam termos ainda como o filantropocapitalismo, a nova filantropia, o altruísmo efetivo, a filantropia progressista, a filantropia de justiça social e comunitária, entre outras. A pergunta passou a ser: como entender esse conjunto de práticas difusas? E qual a sua interação com Estados e o setor privado? Assim, de um lado, foram colocadas as práticas voltadas às lógicas de mercado e gestão como o Filantropocapitalismo, a filantropia estratégica, o altruísmo efetivo e o investimento social privado, pensados como sinônimos. De outro, a filantropia progressista ou de justiça social com foco nas demandas de organizações de base, ativistas e movimentos sociais. Ambas vertentes demonstraram envolver atores articulados com o *advocacy* de suas causas

e lobbying para influenciar políticas públicas, disputando financiamentos públicos e privados. Parte-se da pretensa falha do Estado social - or welfare state - para justificar a força da prática filantrópica.

Nos Estados Unidos, a força da filantropia encontra sua base no *ethos* protestante, no legado da colonização, no *American way of life*, seus mitos do *self made man* e *self made woman*, do sonho americano calcado em uma sociedade de iguais oportunidades, bem como na primazia da liberdade individual. Os indivíduos ricos advogam por um estado fraco, com menos taxaço de impostos, em uma nação em que possam escolher as causas para onde destinarão seus excedentes - isso é o que consideram democrático. Críticos da filantropia norte-americana, como a antropóloga Teresa Odendahl (1990), irão demonstrar que esse formato de democracia exclui a voz, representatividade e poder de decisão das classes mais pobres.

Iniciei pensando e problematizando as noções de pobreza e desigualdade social, especialmente por aparecerem por vezes como sinônimos em campo. No entanto, como Weber e Moog demonstram em seus estudos, já seria parte da ética protestante uma moralidade que condenaria a pobreza, a veria como uma anomalia social, um erro a ser corrigido dentro de uma lógica em que o cumprimento da vocação divina e uma vida ascética, ou seja, sem ostentação e consumo conspícuo, levariam inevitavelmente ao enriquecimento terreno.

Esta seria a moralidade a pautar a filantropia estadunidense. O auxílio aos pobres, quando feito por parte do Estado, traria cargas negativas como dependência e fracasso, anulando noções de direito social, como demonstram Nancy Fraser e Linda Gordon. Dentro de grupos de interesse e pautados pela lógica associativista, as elites do país buscam substituir o pagamento de impostos e governança forte estatal pela direção de seus próprios projetos de governança privados e em parcerias com o setor público.

Em seu livro *Do It Yourself Democracy*, a socióloga Caroline W. Lee atenta para a centralidade do empreendedorismo social no engajamento da sociedade civil na vida política e democrática do país. Com a conseqüente produção de *experts*, a autora também caracteriza tais práticas como nichos de mercado e remete mesmo à noção de fato social total:

A democracia de hoje é uma configuração dinâmica produzida, por um lado, por profissionais cada vez mais especializados e, por outro, composta por tendências culturais de espectros não políticos tão diversos quanto terapia, religião e esportes (...). Esse livro olha o mercado em expansão de participação pública (...). O amplo entusiasmo com o engajamento público levou os atuais empreendedores sociais a desenvolver um amplo escopo de métodos, tecnologias e serviços desenhados para facilitar a voz da cidadania apartidária em resolver problemas contemporâneos.

A autora considera o empreendedorismo social como uma sorte de tendência na democracia norte-americana performada especialmente por *experts* e na busca por maior participação cívica, melhores políticas e governança:

...esse livro explora as paixões e problemas dos empreendedores sociais que desenham os espaços participatórios nos quais um número cada vez maior de decisões na vida Americana são tomadas. Essas decisões incluem qual plano de saúde devemos ter, se resíduos tóxicos devem ser limpos, como orçamentos municipais devem ser cortados, como nossas cidades devem parecer e o que nossas crianças devem comer.

A crítica de Caroline Lee recai sobre o distanciamento que tais práticas tomam de mecanismos revolucionários de tomada de decisão. Para a autora, a deliberação pública, como vem ocorrendo, coloca um peso a mais no indivíduo com novas responsabilidades sem muito empoderamento e coloca as:

Elites e indústrias como salvadoras da mudança social, mesmo quando estas não fazem muito - apesar de muitas falas sobre transparência e accountability. Sobretudo, o engajamento público mobiliza participantes individuais a ajudarem, a serem a mudança que querem ver no despertar de falhas institucionais catastróficas.

Lee ressalta ainda que “a replicação da transformação buscada por profissionais na deliberação é também refratada através de instituições globais, enquanto outros mercados para diferentes tipos de produtos - propaganda, lobbying, filantropia - são refeitos na forma de empoderamento civil”.

No Brasil, por sua vez, observa-se a escassez de valores doados - veja a discrepância citada no início deste estudo pelas doações somente de Bill e Melinda Gates, por volta de 28 bilhões de dólares, enquanto no Brasil todo se arrecadaria uma média de 2 bilhões de dólares por ano. De matriz religiosa católica, autores como Moog indicam a centralidade de um pensamento no qual a riqueza é rechaçada, a usura pecaminosa, assim como a atividade visando o lucro. A pobreza seria uma forma de expiação dos pecados na vida terrena para alcançar a plenitude na vida eterna. As doações, quando feitas, individuais e institucionais, ainda

recairiam sobre lógicas de caridade. Estariam assim os brasileiros menos aptos a fazer riqueza, mas, quando feita, também o seriam menos aptos a redistribuí-la?

Os escassos dados sobre quanto se doa no país indicam que sim. As doações quando são feitas necessitam de estímulo fiscal por meio de abatimento de impostos, ou seja, não são feitas diretamente de valores pessoais e familiares. Os ricos não se sentem responsáveis pela sociedade e/ou pela nação que oportunizou que acumulassem capital, pelo menos não fora de cargos políticos com parceria governamental. Forte em campo, apareceu a centralidade dos governos - tanto federal quanto estadual - mostrando-se este fator importante no entendimento das distintas práticas comparadas nos dois países, e levando à elaboração do conceito de filantropoestatismo no Brasil.

No entanto, apesar da falta de incentivo fiscal e flexibilidade legal aparecerem como principais fatores citados por meus interlocutores como motivo para não se doar no Brasil, considere ser necessário formular uma resposta mais complexa que também leva em consideração a desconfiança em relação às organizações e instituições, o legado histórico do país, as matrizes religiosas e o *ethos* nacional - bem como os distintos *habitus* das elites nacionais nos dois países.

Nos Estados Unidos, de matriz protestante, a fortuna seria vista como algo positivo, como o cumprimento terreno da vocação divina. Como explicam meus interlocutores, com essa dádiva viria a responsabilidade em relação aos mais fracos e essa seria exercida por meio da filantropia. A filantropia promoveria coesão social ao mesmo passo que reconhecimento e disputa entre os pares. A disputa e a competição, por sua vez, também ganham aspecto positivo em uma sociedade que valora o mérito individual, a pró-atividade e inovação, muito presentes no *ethos* do empreendedor.

A filantropia marcaria ainda a forma de participação da sociedade civil (por mais ampla e heterogênea que essa categoria seja) dentro de uma lógica associativista que preza por premissas libertarianistas, ou seja, de Estado mínimo. Assim, para indivíduos e elites, seria preferível destinarem o dinheiro para seus projetos e causas escolhidas do que efetuar recolhimentos de impostos. De meus interlocutores brasileiros, ainda ouvi por diversas vezes que a filantropia estaria no DNA norte-americana, remetendo a noções de tradição e essencialismo da nação. No entanto, de fato, percebe-se o esforço para que desde crianças os indivíduos

pensem neste aspecto da vida em sociedade²²⁴, passando pelas instituições de ensino de elite e chegando ao mundo das corporações. O *ethos* filantrópico é uma constante e negá-lo é excluir-se desse universo seletivo e do reconhecimento familiar e individual.

No Brasil, por sua vez, a riqueza seria vista com desconfiança dentro de um Estado patrimonial que, por séculos, beneficiaria sempre seus estamentos mais altos. Além disso, na matriz católica, a pobreza poderia ser vista como uma virtude, uma forma de expiação terrena dos pecados para a plenitude na vida eterna. Do legado português, vimos também o entendimento de que a responsabilidade para com os pobres e doentes deveria ficar a cargo do Estado e não das classes mais abastadas. Na fala de meus interlocutores ocorre repetidamente essa falta de responsabilidade, por assim dizer, das elites brasileiras para com o restante da sociedade. Com o imperativo de práticas marcadamente caritativas - ou seja, paliativas - no país, nem mesmo o termo filantropia nos cairia bem, tendo assim iniciado o setor um movimento de alinhamento com as práticas administrativas norte-americanas dentro do agora chamado investimento social privado.

Após tomar conhecimento e pesquisar o filantropocapitalismo e o investimento social privado, foi possível mapear e pesquisar uma vertente distinta da filantropia contemporânea - e talvez o outro lado da moeda? - a filantropia progressista ou de justiça social. Meu contato com esta vertente deu-se ao longo do meu estágio de doutorado sanduíche e participação nas atividades do Instituto do Dinheiro, Tecnologia e Inclusão Financeira.

Da mesma forma, foi possível entender a centralidade do dinheiro e de se pensar o dinheiro enquanto uma ideia nos termos de Nigel Dodd (2015), bem como a necessidade de confiança para sua circulação e estabelecimento de relações sociais. Esta pesquisa se deu em boa medida seguindo o dinheiro e chegando não somente em financiamento de projetos privados, mas também de ativistas e movimentos sociais, encontrando novas configurações e coalisões que se formam buscando protagonizar sistemas de governança econômica. É dentro desta lógica e de confiança, circulação e estabelecimento de relações que foi possível situar a filantropia em suas distintas vertentes dentro do paradigma maussiano da dádiva.

²²⁴ Ver, por exemplo <https://www.wsj.com/articles/how-to-raise-your-child-to-be-a-philanthropist-1489757165>

Tendo iniciado a pesquisa entendendo a filantropia enquanto um nicho de mercado nos termos de Callon, passei a conceituá-la como elemento fundamental de um sistema de governança econômica remetendo às ideias - publicadas em caráter póstumo - de Deleuze, da transição das sociedades de disciplina foucaultianas das instituições totais para as sociedades de controle pautadas pelas lógicas empresariais e administrativas. Lembro que meus próprios interlocutores já colocavam questões nesses termos, tendo eu mesma participado da conferência do Edge Funders Alliance, na condição de relatora voluntária de um Engagement Lab, ou um grupo de trabalho intitulado Governança Econômica dentro do seu quadro de trabalho Transição Justa ou Justa Transição em que financiadores e financiados debateram essas novas sociedades e sistemas alternativos.

Assim, em campo, configuraram-se distintas formas de fazer filantropia. No recorte deste estudo, foquei na filantropia estratégica ou Investimento Social Privado (no Brasil anda muito alinhado com a Responsabilidade Social Corporativa), ou seja, a filantropia praticada com lógica de mercado e ferramentas de gestão e na filantropia progressista e de justiça social com financiamento de ativistas e movimentos sociais.

Considero relevante salientar ainda a distinção entre caridade e filantropia, levantada no primeiro capítulo. Enquanto a caridade aparece como obra piedosa bastante atrelada ao *ethos* católico e de purificação para a vida extra terrena, a filantropia aparece como dever social, como responsabilidade dos mais fortes e prósperos - especialmente atrelada ao *ethos* protestante - com os mais fracos e pobres, oferecendo-lhes oportunidades. Especialmente no contexto da filantropia estratégica, a caridade aparece como algo menor e paliativo, embora necessário. No entanto, há momentos em campo em que as lógicas se cruzam e os termos são usados como sinônimos, ou ainda refere-se de forma afetiva e religiosa a atos filantrópicos.

Ao longo deste estudo, busquei também evidenciar as implicações de realizar uma pesquisa com elites, em um campo de disputas, no qual os sujeitos pesquisados possuem interesses muito específicos na sua própria configuração e domínio. Além de percorrer uma trajetória específica, ilustrada em uma rede, e falar com indivíduos indicados pelos interlocutores, as informações são de difícil acesso, ainda não ficam claras as cifras do quanto é doado nem os nomes de quem

exatamente doa no Brasil - como indicado nas pesquisas trazidas ao longo do texto e na fala da Professora Patrícia Mendonça.

É interessante perceber como discursos e práticas distintas se colocam nos espaços percorridos e imbricam a formação de profissionais para compor uma elite focada em investimento social e filantropia, institutos e fundações, empresas, consultorias e agências do Governo. Assim sendo, o campo da filantropia no Brasil, que se estrutura a partir de redes e se articula para ganhar força enquanto mercado - com produtos, serviços, valores de troca e *expertise* específicos - apresenta-se como um campo complexo, no qual se articulam uma série de atores, desde beneficiários, voluntários, ONGs, captadores de recursos, consultores, empresários, governos, ONGs e sociedade civil, bem como engloba iniciativa privada, terceiro setor, movimentos sociais, ativistas e políticas públicas.

Com o intuito de operar em um mercado chamado de social, são ofertados inúmeros cursos, palestras, congressos e conferências, sendo a quantidade de opções e os valores das inscrições e custos envolvidos, muitas vezes, impeditivos da participação. Da mesma forma, a restrição do público-alvo destas ações marca o distanciamento entre a elite que circula nesses espaços de formação e o universo da pobreza sobre a qual intervém.

Talvez emergente dessa complexidade, foi possível identificar uma série de conceitos que aparecem em campo e se articulam nas falas de interlocutores, compreendendo, principalmente: filantropia, responsabilidade social corporativa/empresarial e investimento social privado. As definições utilizadas por Ricardo, principal interlocutor, são derivadas do Instituto Ethos - organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) vinculada à RSC - e do GIFE - referência no campo do Investimento Privado. De acordo com Ricardo: “Responsabilidade Social Corporativa é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social”. E Investimento Social Privado é “o uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados - provenientes de pessoas físicas ou jurídicas em projetos sociais de interesse público”. Quanto à noção de filantropia estratégica - que engloba, por vezes, essas práticas distintas -, ou *marketing* de causas (RENDEIRO, 2012), ela é definida como o “estabelecimento de parcerias, facultando a promoção conjunta de causas” e com o objetivo de gerar lucro.

Percebe-se entre essa elite a operação da lógica evolutiva de que o capitalismo seria um sistema complexo, sujeito a falhas, que iriam progressivamente sendo ajustadas em suas novas versões²²⁵. Quanto aos fatores levantados referentes aos motivos pelos quais se doa ou não no Brasil, destaca-se a valorização do sujeito, da figura do mecenas, do filantropo e/ou investidor social junto a seus pares, enquanto um valor positivo para doação. Quanto à desconfiança, no Brasil, em relação às instituições, é o fator que aparece como uma das principais causas de não doação, associado a uma noção êmica²²⁶ de fator cultural pelo qual o brasileiro não doaria.

A realização desta pesquisa junto ao universo da elite que compõe - e disputa - o cenário contemporâneo da filantropia brasileira denota a acentuada dificuldade em encontrar figuras públicas que se destaquem como filantropos doadores de altas somas, como indica minha interlocutora Joana: “tem quem doe, mas muitas vezes essas pessoas não querem ser identificadas”. São inúmeras as figuras de empresários, gestores e administradores de ONGs que povoam o campo, circulam em eventos e premiações.

Observa-se uma série de atores estabelecendo carreiras no que chamei de o mercado do social, identificando-se como aqueles que fazem o que o Governo não faz e que darão as bases e diretrizes de um devir da sociedade. No entanto, no universo do investimento social privado, negócios sociais e da filantropia que se identifica capitalista ou estratégica, as ações e debates focados em justiça social, desigualdade e mesmo as vozes dos chamados beneficiários não estão presentes, ao contrário da filantropia progressista ou de justiça social.

Apesar de reconhecer que os negócios sociais e a chamada filantropia estratégica podem melhorar a vida da população, encará-los como resposta única aos problemas sociais, de pobreza e de desigualdade coloca risco às noções de direito e democracia, além de inibirem reformas políticas. Neste escopo, a filantropia progressista ou de justiça social parece mostrar-se mais plural e seus experimentos interessantes para pensar alternativas realmente transformadoras para populações em geral, especialmente no dito sul global.

²²⁵ Ver BARNES, Peter. (2006). Capitalismo 3.0. Livro citado por interlocutores.

²²⁶ Termo utilizado na antropologia para descrever noções, categorias e valores próprios aos grupos estudados (em oposição a categorias éticas de análise da pesquisadora).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÉLÈS, M. “Les Nouveaux Philanthropes”. In: *Les Nouveaux riches – un ethnologue dans la Silicon Valley*. p.123-178, 2002.
- ARRILLAGA-ANDREESSEN, Laura. *Giving 2.0. Transform your giving and our world*. Jossey-Bass. A Wiley Imprint, 2012.
- BEGHIN, Nathalie. *A Filantropia Empresarial. Nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BERNHOLZ, Lucy. *Creating Philanthropic Capital Markets: The Deliberate Evolution*. John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey, 2004.
- BHABHA, H. K. “Introduction: narrating the nation”; “Dissemination: time, narrative and the margins of modern nation”. In: BHABHA, H. K. (ed). *Nation and Narration*. London, Routledge, p. 1-7 e 291-322, 1990.
- BOLTANSKI, Luc. THÉVENOT, Laurent. “The Sociology of Critical Capacity”. In: *European Journal of Social Theory* 2(3): 359–377. Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, 2009.
- BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BONI, Valdete. QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho/2005,.
- BOURDIEU, P. “É possível um ato desinteressado?”; “A Economia dos Bens Simbólicos”. In: *Razões Práticas*. Campinas, Papyrus, 1996.
- _____. *A Distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BUCKEL, S.; FISCHER-LESCANO, A. (2009), “Reconsiderando Gramsci: hegemonia no direito global”. In: *Revista Direito GV* v. 5 n. 2 São Paulo July/ Dec. 2009.
- BREMNER, R. H. *American Philanthropy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- _____. *Giving: Charity and Philanthropy in History*. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers, 1917.
- CAILLÉ, A. “O Dom entre o Interesse e “desinteressamento”. In: MARTINS, P. H.; BIVAR, R. C.. *Polifonia do Dom*. Recife: Editora Universitária da UFPE , p. 25-65, 2006.
- CALLON, M. *Los Mercados y lá performatividad*. Traducido de: *The embeddedness of economic markets in economics*, introducción en Callon, M. (ed.) *The laws of the markets*. Oxford: Backwell, 1998.
- CARNEGIE, Andrew. *The Gospel of Wealth*. Dodo Press, 1887, 2008.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATTANI, Antonio D. “Riqueza: totem e tabu”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 14-21, jul./dez. 2007.

_____. “Riqueza e Desigualdades”. In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009

_____. “A mitificação da riqueza e a desigualdade no contexto latino-americano. In: *IHU On-line*. Edição 449. 04 de Agosto de 2014.

CHANIAL, P. “Ce que le donner donne a voir: esquisse d’une gram- maire des relations humaines en cle de don”. In: *Mauss Vivant. Séminaire International*, Ceris-la-Salle, p. 31-61, 13-20 Juin 2009.

COELHO, S. C. T. *Terceiro Setor. Um Estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. SENAC: São Paulo, 2002.

D’ALISA, Giacomo. *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Tomo Editorial, 2016.

DODD, N. *The Social Life of Money*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2014.

DONZELOT, Jaques. “The mobilization of Society”. In.: BURCHELL, Graham. GORDON, Collin. MILLER, Peter. (eds.). *The Foucault Effect. Studies in Governmentality*. The University of Chicago Press, 1991.

DOUGLAS, Mary. “Jokes”. In: *Implicit Meanings. Essays in Anthropology*. London, Routledge & Kegan Paul, p. 90-114, 1993.

_____. “No Free Gifts”. In: MAUSS, M. *The Gift*. London and New York: Routledge, 2002.

EDWARDS, Michael. *Just Another Emperor. The Myths and Realities of Philanthrocapitalism*. The Young Foundation, 2008.

ELIAS, N. *Uma História dos Costumes*, (v. 1 de O Processo Civilizador). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCORSIM, Silvana Maria. “A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social”. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 86, julho de 2008.

EVANS, Peter B. RUESCHEMEYER, Dietrich. SKOCPOL, Theda. (ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press, 1985.

FAORO, R. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3. ed., revista, 2001.

FASSIN, D. *A companion to moral Anthropology*. Wiley-Blackwell, 2012.

_____. “Les économies morales revisitées”. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 64 (6), p. 1237-1266, 2009.

FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém Público. O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FOUCAULT, M. “Ciência e Saber” In: *A Arqueologia do Saber*. Rio, Forense-Universitária, 1987.

FRASER, Nancy. GORDON, Linda.. “Contrato versus Caridade: Porque não existe cidadania social nos Estados Unidos”. In.: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 42, Maio 1995.

GARCIA, Joana. *O Negócio do Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos científicos, 1989.

GIBSON-GRAHAM. J.K. *The end of capitalism (as we knew it): a feminist critique of political economy*. Oxford, Blackwell. 1996.

GIDDENS, Anthony. “Guardiães e Especialistas”; “Sabedoria e Especialização”. In: *Modernização Reflexiva*, 2012.

GIDDENS, Anthony. “Preface”. In : STANWORTH, P. & GIDDENS, A. (eds.). *Elites and Power in British Society*. Cambridge : Cambridge University, 1974.

GIUMBELLI, Emerson. “Caridade, Assistência Social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo”. In: LANDIM, Leila (org.). *Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência, etc.* Rio de Janeiro: NAU, 1998 (p.123 – 172).

GODBOUT, J.; CAILLÉ, A. *O espírito da dívida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GRAF, Norma. PALACIOS, Fátima Flores. EVERARDO, Maribel Ríos. *Investigación Feminista. Epistemología, Metodología y Representaciones Sociales*. UNAM, 2010.

GRANOVETTER, M. “The Strength of Weak Ties”. In: *American Journal of Sociology*, 78. 1360-1380, 1973.

_____. “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddednes”. In: *American Journal of Sociology*, 91. 481-510, 1985.

GREEN, Michael. BISHOP, Matthew. *Philanthrocapitalism*. AC Black, 2008.

HALL, Peter Dobkin. “A Historical Overview of Philanthropy, voluntary associations and nonprofit organizations in the United States 1600 – 2000”. In: W.W. Powell and R. Steinberg (eds.). *The Nonprofit Sector*. 2nd Edition and S. Cleggs (eds.). *Debating Organization*, Malden, MA. Blackwell, 2006.

HARAWAY, Donna. *Saberes Localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Disponível em <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpaqu/article/view/1773/1828>

HARDING, Sandra. “Una filosofía de la ciencia socialmente relevante? Argumento en torno a la controversia sobre el Punto de vista feminista”. In.: GRAF, Norma. PALACIOS, Fátima Flores. EVERARDO, Maribel Ríos. *Investigación Feminista. Epistemología, Metodología y Representaciones Sociales*. UNAM, 2010.

HART, K. *Heads or tails? Two sides of the coin*, December, 1986.

_____. *The Memory Bank: money in an unequal world*. London: Profile Books, 2000.

- HÉNAFF, Marcel. "Sur la norme de reciprocité". In: *Mauss Vivant*. Séminaire International, 13-20 Juin 2009, Ceris-la-Salle, p.67-77.
- HO, K. *Liquidated: An Ethnography of Wall Street*. John Hope Franklin Center, 2009.
- HOBBSAWM, E. "Introdução: a invenção das tradições"; "A Produção em Massa das Tradições: Europa 1879 a 1914". In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23; 271-316, 1984.
- HOLANDA, S. B. "O homem cordial". In: *Raízes do Brasil*. (1936) F 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras. p. 129-144, 1995.
- IVO, Anete B. L. "Georg Simmel e a 'sociologia da pobreza'". In: *Caderno CRH* vol.21 no.52 Salvador Jan./Apr. 2008.
- KATZ, Stanley N. "What Does It Mean to Say that Philanthropy is "Effective"? The Philanthropists' New Clothes". In: *Proceedings Of The American Philosophical Society*. Vol. 149, No. 2, June 2005.
- KISIL, Marcos; FABIAN, Paula J. *I Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais. O papel da filantropia no desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: IDIS, 2013.
- KOHL-ARENAS, Erica. *The Self-Help Myth. How Philanthropy Fails to Alleviate Poverty*. University of California Press, 2016.
- LANDIM, L. (Org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau, 1998.
- _____.; SCALON, M. C. *Doações e trabalho voluntário no Brasil - uma pesquisa*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- _____. ; _____. Quem dá e quem não dá - eis a questão. In: *RETS - Revista do Terceiro Setor*. Recuperado em 30 de abril de 2001, de <http://www.rits.org.br>
- LATOURETTE, B. *Reassembling the Social*. Oxford University Press, 2005.
- LAW, J. *Organizing Modernity*. Oxford: Blackwell, 1984.
- LIMA, Marcelo W. O. *A posição do Brasil na governança econômica global: um estudo da conformidade entre o posicionamento do governo brasileiro e o consenso expresso nos comunicados oficiais do G20 e do FMI (2006-2012)*. Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2013.
- LÖFGREN, O. "The Nationalization of Culture". In: *Journal of European Ethnology*. v. 19, n. 1, p. 5-24, 1989.
- LUHMANN, N. "Familiarity, confidence, trust". In: GAMBETTA, D. (Ed.): *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford/N.York, Basil Blackwell, 1988.
- MACFARLANE, Alan. "Amor e Capitalismo". In: *A Cultura do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989, p. 158-179.
- MACIEL, Ana Lúcia Suárez. FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. "Tecnologias Sociais: interfaces com as políticas públicas e o Serviço Social". In: *Serviço Social e Sociedade*. no.105 São Paulo Jan./Mar. 2011.

MARCUS, George. HALL, Peter Dobkin. *Lives in Trust. The fortunes of Dynastic Families in Late Twentieth-Century America*. Westview Press, 1992.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. “Metodologia qualitativa de pesquisa”. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MAURER, B. “Does Money Matter? Abstraction and Substitution in Alternative Financial Forms.” In: MILLER, D. (Ed.) *Materiality*. Durham: Duke University Press, pp.140-164, 2005.

_____. “The disunity of finance: alternative practices to western finance”. In: CETINA, K. K.; PREDA, A. (Ed.). *The Oxford Handbook of Sociology of Finance*. Oxford University Press, 2012.

MAUSS, M. “Da dádiva e, em particular, da obrigação de retribuir os presentes”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAZZER, Cassiana. CAVALCANTI, Osvaldo Albuquerque. Introdução à gestão ambiental de resíduos. In: *Infarma*. v.16, n° 11-12, 2004. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/77/i04-aintroducao.pdf>>. Acessado em 20 de abril de 2017.

MCDONOUGH, Peter. *Power and Ideology in Brazil*. New Jersey : Princeton University, 1981.

MCGOEY, Linsey. *No Such Thing as a Free Gift. The Gates Foundation and the Price of Philanthropy*. Verso, 2015.

MENDONÇA, Patricia Maria E. (coord.). *Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. FGV Ceapg 2013. Disponível em: <http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/arquivos/Pesquisa_Apoio_OS/rf_invest_social_priv_corp.pdf>. Acessado em 20 de abril de 2017.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo entre Duas Culturas*. Editora Globo, 1957.

MÜLLER, L. H. “A construção do social a partir da ótica empresarial”. In: BARBOSA, L. (org.). *Cultura e diferença nas organizações: reflexões sobre nós e os outros*. Editora Atlas, 2009.

NADER, L. *Harmony ideology: justice and control in a mountain Zapotec town*. Stanford, Stanford University Press, 1990.

_____. *Up the Anthropologist: Perspectives Gained From Studying Up*. 1972. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED065375.pdf>>. Acessado em 20 de abril de 2017.

_____. *Harmonia Coerciva. A Economia Política dos Modelos Jurídicos*. 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_02.htm>. Acessado em 20 de abril de 2017.

NORTON, J. “Pina Manique e o Iluminismo Filantrópico em Portugal”. In: *Revista Lusófona de Ciências Sociais*, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/431>.

ODENDAHL, Teresa. *Charity begins at home. Generosity and self-interest among the Philanthropic Elite*. Basic Books, 1990.

OLIVEN, R. G. "Nação e Tradição na Virada do Milênio". In: *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Vozes, p. 17-37, 2006.

_____. "The Money Rhetoric in the United States. In: Steptren Gudeman (ed). *Economic Persuasions*. New York, Berghahn, 2009.

_____. "O Vil Metal. O dinheiro na música popular brasileira". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 33, ano 12, 1997.

O'Toole, Patricia. *Money and Morals in America. A History*. New York: Clarckson Potter Publishers, 1998.

PAULA, S. G.; ROHDEN, F. "Filantropia Empresarial em Discussão: números e concepções a partir do estudo do Prêmio Eco". In: LANDIM, L. (Org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau, p. 173-239, 1998.

PULICI, C. "Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. n. 67, p. 95-109, 2009.

PUTNAM, Robert D. *Our Kids: The American Dream in Crisis*. Simon & Schuster, 2016.

REIS, E. P. "A desigualdade na Visão das Elites e do Povo Brasileiro". In: SCALON, C. (org.). *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

RENDEIRO, H. *Museus: o colapso do "Estado-Providência" e a emergência da filantropia estratégica*, 2012. Disponível em:

www.academia.edu/1624047/Museus_o_colapso_do_Estado-Providencia_e_a_emergencia_da_filantropia_estrategica.

SAHLINS, M. "A sociedade afluyente original". In: SAHLINS, M. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 105-152.

SAHLINS, Marshall. "Dos o tres cosas que sê acerca del concepto de cultura". In: *Revista Colombiana de Antropología*, vol. 37, enero-diciembre, 2001, pp. 290-327.

_____. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte I)". In: *Revista Mana*, vol. 3, n. 1. Rio de Janeiro, 1997.

SANGLARD, G. P. *Entre os salões e o laboratório: filantropia, mecenato e práticas científicas*. Rio de Janeiro, 1920-1940. Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

SAYAD, A. "A Pobreza exótica: A imigração argelina na França". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 17, out. 1991.

SCHUCH, P.; VIEIRA, M. S.; PETERS, R. (orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

SEIDL, E. "Estudar os Poderosos: sociologia do poder e das elites". In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. (orgs.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILBER, Ilana. “La philanthropie moderne à la lumière de Marcel Mauss”. In: CHANIAL, Philippe. *La société vue du don*. Paris: Édition La Découverte. M.A.U.S.S. 2008.

SILVA, K. C. “A Cooperação Internacional como Dádiva: algumas aproximações”. In: *Mana*, v. 14, n.1, p.141-171, 2008.

SIMMEL, G. *Les pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1907, 1998. .

SINGER, P. *Salvar uma vida. Cómo terminar com la pobreza*. Buenos Aires: Katz Editores, 2012.

SKLAIR, J. *A filantropia paulistana: ações sociais em uma cidade segregada*. São Paulo: Humanitas, 2010.

STEPAN, A. “State Power and the Strength of Civil Society in the Southern Cone of Latin America”. In: EVANS, P. B; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press, p. 317-346, 1985.

TOCQUEVILLE, A. *Democracia na América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

VEBLEN, Thorstein. “The Theory of Leisure Class. An Economic Study of Institutions”. In: *The Collected Works of Thorstein Veblen*, v. I. 1994.

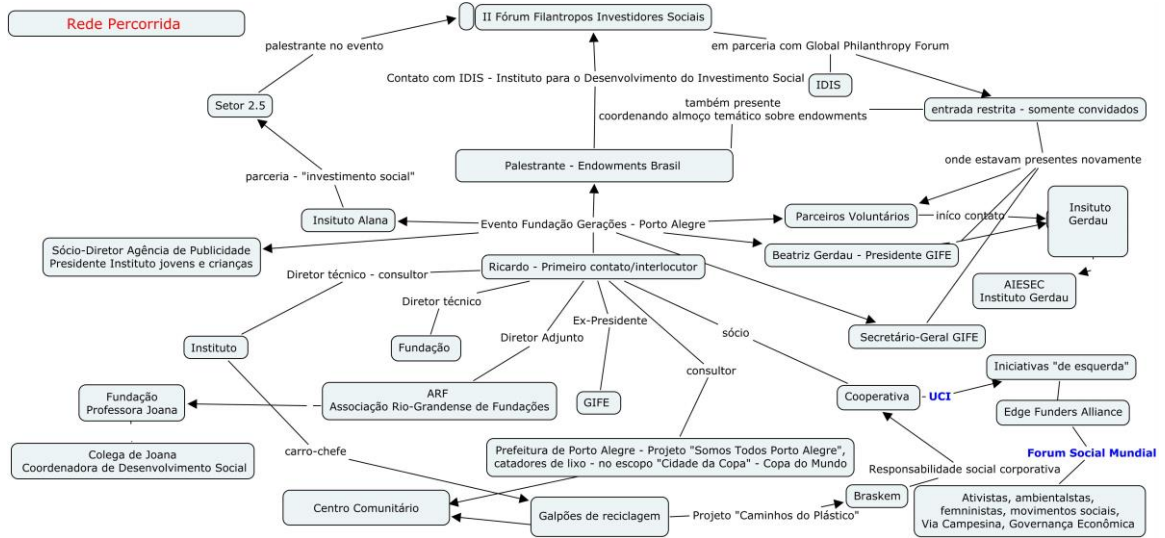
WEBER, M. “Relações Comunitárias Étnicas” In: *Economia e Sociedade*. V. I: Brasília, Editora da Universidade de Brasília. 2a parte, capítulo IV. (pp.267-277), 1991.

_____. “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZELIZER, V. “Circuits within Capitalism”. In: Victor Nee & Richard Swedberg (eds.). *The Economic Sociology of Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. *The Purchase of Intimacy*. Princeton University Press, 2000.

ANEXO A – REDE



ANEXO B – GLOBAL PHILANTHROPY FORUM 2015



[View Other Conferences](#) ▾

2015 GLOBAL PHILANTHROPY FORUM

Disruptors and Decision Makers: It Takes Us All

April 22-24, 2015 • Washington D.C.,

This year’s Conference will focus on global challenges where business, philanthropy and government have clear positive roles to play — both separately and collectively. Program tracks, teed up by plenary panels and analyzed deeply during Working Group sessions will consider methods for combating large-scale social problems — from cleaning up supply chains, to strengthening health systems, to mobilizing private capital flows for development. And chronic and acute challenges, such as modern-day slavery, disease outbreaks and extreme weather events, will be studied so as to understand the

ways in which business, government and philanthropic prevention and response strategies can be applied and potentially combined.

Throughout the Conference, the unique pressures on and requirements of each sector will be acknowledged, as will the need for communication and coordination among them. But most importantly, all of the conversations will begin with the assumption that regardless of one's profession, positions of authority or source of expertise, each individual can play a role — and that role may be one of disruptor, decision maker or both.

ANEXO C – COMITÉ ÉTICA

UC IRVINE: OFFICE OF RESEARCH
INSTITUTIONAL REVIEW BOARD (IRB)
PAGE 1 OF 2

August 21, 2015

PATRICIA SILVA
ANTHROPOLOGY

RE: UCI IRB HS# 2015-2100 *The Market of the Social: Corporate Philanthropy and Social Investment in Comparative Perspective (Brazil and the United States)*

The above-referenced human-subjects research project has been approved by the University of California, Irvine Institutional Review Board (UCI IRB). This approval is limited to the activities described in the approved Protocol Narrative, and extends to the performance of these activities at each respective site identified in the Application for IRB Review. In accordance with this approval, the specific conditions for the conduct of this research are listed below, and informed consent from subjects must be obtained unless otherwise indicated below. Additional conditions for the general conduct of human-subjects research are detailed on the attached sheet.

NOTE: Approval by the Institutional Review Board does not, in and of itself, constitute approval for the implementation of this research. Other institutional clearances and approvals may be required (e.g., EH&S, Radiation Safety, School Dean, other institutional IRBs). Research undertaken in conjunction with outside entities, such as drug or device companies, are typically contractual in nature and require an agreement between the University and the entity. Such agreements must be executed by an institutional official in Sponsored Projects, a division in the UCI Office of Research. The University is not obligated to legally defend or indemnify an employee who individually enters into these agreements and investigators are personally liable for contracts they sign. Accordingly, the project should not begin until all required approvals have been obtained.

Questions concerning the approval of this research project may be directed to the Office of Research, 5171 California Avenue, Suite 150, Irvine, CA 92697-7600; 949-824-6068 or 949-824-2125 (biomedical committee) or 949-824-6662 (social-behavioral committee).

Expedited Review: Categories 6,7

Elizabeth Cauffman, Ph.D
Chair, Institutional Review Board

Approval Issued: 8/21/2015

Expiration Date: 8/20/2018

UCI (FWA) 00004071, Approved: January 31, 2003

IRB Determinations as Conditions of Approval:

Study Status:

1. Three-Year Extended IRB Approval Granted¹

Informed Consent Determinations:

2. Waiver of Signed Consent Granted
 - a. Study Information Sheet Required
3. Waiver of Informed Consent Granted – observations only

¹Research posing no more than minimal risk to human subjects (Expedited review), is not subject to federal oversight (e.g. federally-supported) and is not subject to UCI COIOC review qualifies for Extended IRB Approval. If during the extended approval period the study becomes ineligible for Extended IRB Approval immediately contact the HRP staff for instructions on how to reset to a one-year (no more than 365 days) approval cycle.

APPROVAL CONDITIONS FOR ALL UCI HUMAN RESEARCH PROTOCOLS

UCI RESEARCH POLICIES:

All individuals engaged in human-subjects research are responsible for compliance with all applicable UCI Research Policies (<http://www.research.uci.edu/compliance/human-research-protections/hrp-policy-library/hrppPolicies.htm>). The Lead Researcher of the study is ultimately responsible for assuring all study team members adhere to applicable policies for the conduct of human-subjects research.

LEAD RESEARCHER RECORDKEEPING RESPONSIBILITIES:

Lead Researchers are responsible for the retention of protocol-related records. The following web pages should be reviewed for more information about the Lead Researcher's recordkeeping responsibilities for the preparation and maintenance of research files: <http://www.research.uci.edu/compliance/human-research-protections/researchers/lead-researcher-recordkeeping-responsibilities.html> and <http://www.research.uci.edu/compliance/human-research-protections/researchers/preparation-maintenance-research-audit-file.html>.

PROTOCOL EXPIRATION:

The UCI IRB approval letter references the protocol expiration date under the IRB Chair's signature authorization. A courtesy email will be sent approximately 60 to 90 days prior to expiration reminding the Lead Researcher to apply for continuing review. For studies granted Extended IRB Approval, a courtesy e-mail will be sent annually to verify eligibility for the continuation of extended approval. It is the Lead Researcher's responsibility to **apply for continuing review and in order to ensure continuing approval throughout the conduct of the study**. Lapses in approval must be avoided to protect the safety and welfare of enrolled subjects.

MODIFICATIONS & AMENDMENTS:

No changes are permissible to the approved protocol or the approved, stamped consent form without the prior review and approval of the UCI IRB. All changes (e.g., a change in procedure, number of subjects, personnel, study locations, new recruitment materials, study instruments, etc.) must be prospectively reviewed and approved by the IRB before they are implemented.

APPROVED VERSIONS OF CONSENT DOCUMENTS, INCLUDING STUDY INFORMATION SHEETS:

Unless a waiver of informed consent is granted by the IRB, the consent documents (consent form; study information sheet) with the UCI IRB approval stamp must be used for consenting all human subjects enrolled in this study. Only the current approved version of the consent documents may be used to consent subjects. **Approved consent documents are not to be used beyond their expiration date.**

ADVERSE EVENT & UNANTICIPATED PROBLEMS REPORTING:

All unanticipated problem involving risk to subjects or others or serious adverse events must be reported to the UCI IRB in accordance with Federal regulations and UCI policy. See <http://www.research.uci.edu/compliance/human-research-protections/researchers/reporting-of-adverse-events-unanticipated-problems-and-violations.html> for complete details.

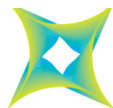
CHANGES IN FINANCIAL INTEREST:

Any changes in the financial relationship between the study sponsor and any of the investigators on the study and/or any new potential conflicts of interest must be reported immediately to the UCI Conflict of Interest Oversight Committee (COIOC). If these changes affect the conduct of the study or result in a change in the text of the currently-approved informed consent document, these changes must also be reported to the UCI IRB via a modification request. Research subject to COIOC oversight is not eligible for Extended IRB Approval.

CLOSING REPORT:

An electronic closing report should be filed with the UCI IRB when the research concludes. See <http://www.research.uci.edu/compliance/human-research-protections/researchers/closing-a-protocol.html> for complete details.

ANEXO D – PREÇOS INSCRIÇÕES



8º Congresso GIFE
Por um investimento social
Transformador

19 a 21
de março
de 2014

Sheraton São Paulo WTC Hotel
Av. das Nações Unidas, 12559
Brooklin Novo - São Paulo, Brasil



Digite sua busca

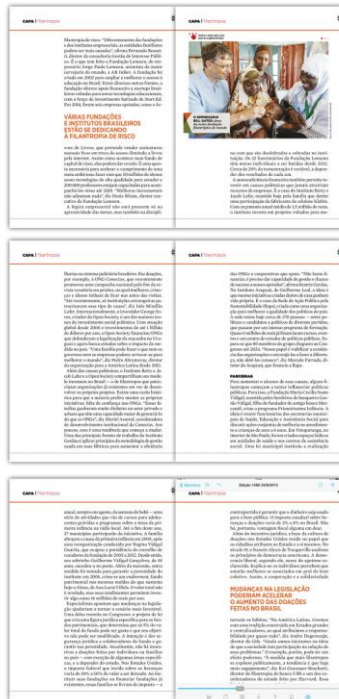
Apresentação Programação Palestrantes Notícias **Inscrições** Realização Dúvidas frequentes Fale conosco

Você está em: [Home](#) > Inscrições

INSCRIÇÕES

		Até 14/02/2014	Até 07/03/2014	Até 21/03/2014
Completo	Associados*	R\$ 1100	R\$ 1500	R\$ 1700
	Não Associados	R\$ 1700	R\$ 2100	R\$ 2300
1 dia**	Associados*	R\$ 720	R\$ 1000	R\$ 1300
	Não Associados	R\$ 1200	R\$ 1400	R\$ 1800

ANEXO E – REVISTA EXAME – BILIONÁRIOS COM CAUSA



CAPA | filantropia

BILIONÁRIOS COM CAUSA

Um grupo cada vez maior de empresários brasileiros dedica dinheiro, tempo e influência para mudar — ou melhorar — a cara da filantropia no país

ANALISA URSUA
e DANIELA PEREIRA

ANALISA URSUA
É presidente do Conselho Gestor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), criada em 1974 pelo empresário paulista Paulo de Góes e com o objetivo de fomentar a pesquisa científica no Brasil.

DANIELA PEREIRA
É diretora de projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



Industria não é só lucro e produção



O EMPREENHADOR
BILL GATES, diretor da maior fundação de filantropia do mundo

na casa, que são desdobradas e cobradas na instituição. Os 12 funcionários da Fundação Lemann têm metas individuais a ser batidas desde 2012. Cerca de 20% da remuneração é variável, a depender dos resultados de cada um.

A autossuficiência financeira também permite investir em causas políticas que jamais atrairiam recursos de empresas. É o caso do Instituto Betty e Jacob Lafer, mantido hoje pela família que detém uma participação da fabricante de celêlso Klabin. Com pagamento anual médio de 1,5 milhão de reais, o instituto investe em projetos voltados para o

ANEXO F – FILANTROPIA PORTFÓLIO





Chamado a uma Nova Filantropia

“Custa cerca de 40 mil dólares para treinar um cão-guia e seu receptor para que o cão possa ser uma ajuda eficaz à pessoa cega. Custa algo entre 20 e 50 dólares para curar uma pessoa cega que tenha tracoma em um país em desenvolvimento. Ou seja, com o mesmo dinheiro, você pode conseguir um cão-guia para um cego americano ou pode curar de 400 a 2.000 pessoas da cegueira. Qual seria a escolha mais ética?”

É com esse questionamento que Peter Singer, professor de filosofia em Princeton, explica os fundamentos de uma corrente filantrópica conhecida como “altruísmo eficaz”. Orientados pelo cálculo e pela racionalidade, os adeptos dessa mentalidade buscam aplicar evidências científicas para determinar os meios mais eficientes de se impactar positivamente o mundo.

Essa mentalidade pretende substituir o conceito tradicional de caridade. Historicamente associado à religião, a caridade é orientada predominantemente pelo sentimento de afeto e compaixão com outrem. Os doadores, neste modelo, são movidos pela empatia com os beneficiários ou também pela conexão com as causas. Não se considera, desta perspectiva, a eficiência ou eficácia do dinheiro. O que está em questão é um compromisso moral com o próximo que se materializa por meio da doação.

Se entendemos que a filantropia não é apenas o exercício da generosidade, mas também o uso de nossos recursos na promoção de um mundo melhor, fica clara a necessidade de avaliarmos o impacto do dinheiro que doamos. No entanto, sem mencionar as polêmicas de ordem ética que a mentalidade do altruísmo eficaz provoca, é preciso considerar os limites da objetividade na filantropia.

O intento de racionalizar ao máximo a filantropia e extirpar a emoção do processo colocaria em xeque características extremamente positivas do setor social. Com a prática exclusiva do altruísmo eficaz: quem doaria dinheiro para projetos inovadores ainda sem resultados a apresentar? Quantas causas não ficariam órfãs por não conseguirem apresentar evidências de seus resultados? Como se apostaria em ideias de longo prazo ou organizações de advocacy que busquem mudar a legislação?

Além desses limites, é fundamental não menosprezar os aspectos benéficos da emoção na filantropia. “Quando as pessoas têm mais tempo e dinheiro para doar, isso as torna mais felizes, mais conectadas, saudáveis e resilientes”, afirma Adam Pickering, presidente da Charity Aid Foundation. Há, globalmente, uma forte relação entre os países que mais doam e os países que melhor pontuam nos rankings de bem-estar. É também amplamente conhecido no terreno da psicologia social que os sentimentos positivos gerados a partir da filantropia - empatia, gratidão e satisfação - podem até mesmo produzir doações mais recorrentes e, com isso, mais impacto acumulado ao longo do tempo.

Há limites tanto para a razão quanto para a emoção. Por isso mesmo, é preciso pensar em uma filantropia que articule essas duas visões em um ponto de equilíbrio possível.

Há limites tanto para a razão quanto para a emoção. Por isso mesmo, é preciso pensar em uma filantropia que articule essas duas visões em um ponto de equilíbrio possível.

Avenida Ataulfo de Paiva, 658 / 401 • Leblon • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • 22440-033



É neste contexto que surge a *Filantropia de Portfólio*.

Para criar mudanças positivas articuladas com sua visão de mundo, é necessário planejamento. Esse é um dos princípios fundamentais da Filantropia de Portfólio.

Os adeptos deste enfoque defendem que a filantropia não deveria ser uma ação esporádica ou contingencial, influenciada unicamente pelas circunstâncias, mas sim uma área presente no planejamento financeiro de cada um: o dinheiro deveria ser dividido em gastos, investimentos e doações.

A quantidade de recursos, a visão de mundo, os desejos, a busca pela eficiência, o compromisso moral, o que existe no mercado, são várias as condições de contorno a serem consideradas na filantropia. Segundo essa nova corrente, portanto, tornar-se um doador requer a formação de uma visão filantrópica, que oriente a alocação dos recursos observando as preferências e restrições¹ do próprio doador - assim como deve ser feito no caso dos investimentos e gastos correntes -, mas também que leve em consideração diferentes abordagens, causas e estratégias encontradas no setor social.

Como consequência de um planejamento, o portfólio de doações costuma prezar pelo equilíbrio de abordagens e diversidade de organizações apoiadas, afinal o impacto que o doador deseja ver no mundo dificilmente se restringe a uma organização ou a uma só causa. Assim, as diferentes abordagens de trabalho encontradas no setor social - compra de atendimento, aumento de capacidades, construção de infraestrutura e campanhas por mudanças - devem ser consideradas.

Esse portfólio variado implica em uma sofisticação maior dos processos de apoio - incluindo outros ativos além de recursos financeiros - e acompanhamento - alinhados ao volume e foco dos recursos aportados -, mas mantendo a menor ingerência do doador sobre a gestão das organizações.

O planejamento de uma Filantropia de Portfólio segue então quatro etapas que suportam o crescimento, desenvolvimento e multiplicação do impacto do setor social: Visão & Condições de Contorno, Causas & Objetivos, Portfólio de Abordagens & Parceiros e Apoio & Acompanhamento.

O desafio da filantropia não está em uma batalha entre cabeça e coração, mas sim em criar uma parceria harmoniosa entre os dois.

É hora de planejar as suas doações!

LEONARDO LETELIER, CEO da SITAWI Finanças do Bem

RICARDO BORGES MARTINS, Coord. Da área de Cultura Filantrópica da SITAWI

¹ Nesta visão, eventuais benefícios fiscais não fazem parte das restrições e do processo de escolha da causa, abordagem ou organização a apoiar, mas sim como um potencial alavancador do volume de recursos disponível para a abordagem selecionada.

FRAMEWORK FILANTROPIA DE PORTFÓLIO

Apoio e Melhora de Desempenho

- Estamos bem equipados para gerenciar nossas doações após tê-las feito?
 - Como alavancar capital de terceiros para aumentar os recursos disponíveis para as organizações?
 - Quais recursos não financeiros poderiam ser aportados nas organizações em nosso portfólio?
 - Quais padrões que podemos utilizar para mensurar e monitorar o impacto de nossa filantropia e seus objetivos específicos?
 - Quais dados nos trariam a visão do desempenho da nossa filantropia? Como obter tais dados sem prejudicar as operações das organizações?
- Melhor prática: burocracia adicional mínima, trazer mais doadores/capital e outros recursos, absorver os custos reais de acompanhamento



Avaliação e Seleção de Parceiros

- Quais são as organizações que trabalham com as causas, abordagens, públicos e prazos definidos?
 - Como avaliar a credibilidade e eficiência dos parceiros elegíveis?
 - Dados nossos objetivos e necessidades específicos, quantos são os parceiros que devemos apoiar?
- Melhor prática: poucos parceiros de longo prazo, doações livres, cobrindo custos diretos e indiretos

Visão e Causas

- Por que estamos considerando fazer filantropia? Quais desafios sociais e ambientais nos movem?
 - Quais os valores que compartilhamos entre e dentro de gerações de nossa família? Há setores, temas ou estratégias que particularmente se alinham com esses valores?
 - Quais desses identidade, valores e o impacto que desejamos ter no mundo e podem também ser apoiados por nossas atividades de consumo, trabalho e investimento?
- Melhor prática: identificação de um "centro de gravidade" para as ações filantrópicas

Objetivos e Condições de Contorno

- Qual nossa definição de contribuição significativa para o tema?
 - Quais são os nossos "pontos críticos" emocionais e operacionais à medida que consideramos fazer filantropia?
 - Quais as ferramentas à nossa disposição para impacto social?
 - Que ativos/ fluxos financeiros dispomos? Qual nossa meta de alocação filantrópica de longo prazo?
 - Quais as restrições legais e os incentivos fiscais que podem alavancar nossa ação filantrópica?
- Melhor prática: ambição adequada, % relevante de ativos/fluxos, disposição para tentar, errar/acertar, mas principalmente aprender

Definição de Abordagens

- Quais os públicos, quais territórios, quais setores e com que temporalidade queremos trabalhar?
 - Que tipos de doação nos darão a melhor chance de alcançar os nossos objetivos desejados e, ao mesmo tempo, atender às nossas necessidades?
 - Das diferentes abordagens de atuação - compra de atendimento, aumento de capacidades, construção de infraestrutura e campanhas por mudanças -, quais serão contempladas e como?
 - Como alocar nossos recursos no curto, médio e longo prazos?
- Melhor prática: mix de abordagens complementares

ANEXO G – COURSE OVERVIEW – MOOC FILANTROPIA ESTRATÉGICA

Course Overview

COURSE DESCRIPTION

Giving 2.0: The MOOC is intended to educate givers of all ages, backgrounds, incomes and experiences about effective philanthropy. Taught by social entrepreneur, philanthropist and bestselling author Laura Arrillaga-Andreessen, Giving 2.0: The MOOC will teach learners how to assess nonprofits, create a high-impact philanthropic strategy, volunteer more effectively, use existing, free technology for good and more. This course is produced by the Laura Arrillaga-Andreessen Foundation (LAAF). Each week has a particular theme and content-packed and activity-rich, video modules exploring that theme. Video modules will include lectures from Laura Arrillaga-Andreessen as well as interviews, discussions and lectures given by guest speakers. Guest speakers are renowned leaders in multiple industries including philanthropy, technology and business, who will provide unique insights into course topics.

LEARNING GOALS

Course participants will learn how to...

- Create a strategic plan to use their time, money, expertise and networks to maximize their social impact.
- Research, evaluate, compare and select nonprofit organizations in which to invest their resources.

ASSIGNMENTS

Giving 2.0: The MOOC has two major projects that span the length of the course. Learners will develop an Individual Giving Action Plan (IGAP) as well as be guided through and participate in an in-depth nonprofit assessment:

Nonprofit Assessment

Learners taking Giving 2.0: The MOOC will complete extensive due diligence on a nonprofit in order to determine whether or not it is an effective philanthropic investment

Individual Giving Action Plan (IGAP)

The IGAP is created throughout the course as learners complete assignments in their workbooks that encourage them to reflect on their giving, develop a philanthropic approach and theory of change, take stock of their unique resources, select a nonprofit to give to and ultimately determine how they can uniquely create the most impact. The

The focus of this week is on understanding theory of change and learning how to assess a social/environmental issue's landscape. Learners will then competitively select two nonprofits for our course's grantmaking process.

Module 3: Nonprofit Selection and Assessment

This week will empower learners to efficiently assess any nonprofit through a variety of tools, metrics and perspectives. Course participants will learn how to research and engage with nonprofits, as well as conduct a comprehensive nonprofit assessment.

Module 4: Taking Stock

Learners will reflect on all of the resources they have or can access to be an effective philanthropist and realize their full giving potential.

Module 5: Giving with Greater Meaning

This week centers on discovering the many, diverse ways students can leverage their unique philanthropic resources to create the impact they want to have.

Module 6: Philanthropy – the Never-Ending Gift

Learners will finish their IGAP, take stock of their progress over the course and learn how to stay connected with the course and their fellow course participants.

✓ Concluído



**ANEXO H - ARTIGO SOLICITADO PELOS ORGANIZADORES DA
CONFERÊNCIA EDGE FUNDERS ALLIANCE 2016.**

Paradox²²⁷

by Patricia Kunrath Silva²²⁸

Our minds have been colonized.

Joanna Macy

When you've forgotten who you are,
you can easily be manipulated.
When you remember who you are,
you can't be colonized²²⁹.

Have we hit a paradox? Can philanthropy address social justice and not only alleviate poverty but help end the very inequality that is a *sine qua non* condition of its possibility? If we, as collectives of so-called western people, can't for now destroy the dichotomies of our ways of thinking, we should at least listen and try to eclipse them. Because the dichotomist thought is colonizing minds, systems of production and specially distribution.

Several initiatives and stories hint at possibilities for social justice, such as solidary economy, alternative local currencies, time exchanges, indigenous cosmologies and so on. However, they end up telling familiar stories at times that perpetuate the system when they fall into the dichotomy of "good versus evil". The world as we may understand is far more complex than that. Is there a thought that instead of doing "either or" does "and"? And what categories may we replace in certain contexts, such as the ideas of "benevolence and aid" in cases we should be talking about "reparation and rights".

Feminist scholars Nancy Fraser and Linda Gordon wrote in the nineties a piece titled *Contract versus Charity: why is there no social citizenship in the United States?*, highlighting the loss of the notion of citizenship and rights in a contractual context, where the welfare system, a basic right to every citizen, is seen as

²²⁷ This piece was elaborated mainly with the outputs of the Engagement Labs that happened during the 16th EDGE Funders Alliance's annual conference in April, 2016 in the city of Berkeley, California; incorporating social movements' and activists' as well as academic's points of view.

²²⁸ Anthropologist and Feminist activist. PHD candidate in social anthropology at the Federal University of Rio Grande do Sul, Brasil (2013 – 2017) and visiting scholar at the University of California Irvine (2015 – 2016).

²²⁹ Extracted from Edge Funders Alliance conference Engagement Labs notes.

something pejorative and lack of merit. In fact, several philanthropic initiatives take this assumption as its fallacious starting point.

Several other feminist scholars²³⁰ point the need to deconstruct the bipolar hegemonic way of thinking, based on the supremacy of rationality, objectivity, quantity, scientism (based on an androcentric conception of science) over emotions, affection, quality, situated knowledge²³¹ to try and reach a more balanced condition of existence. It is important to note most virtuous characteristics in hegemonic thinking are the ones attributed to the male gender (such as rationality, objectivity and neutrality or the culture) whereas the feminine attributions (such as care, affection and emotions or the natural) are still seen as secondary and often times weak and counterproductive.

Interesting enough, some keywords that lead the encounters during the 16th Edge Funders Alliance (EFA) conference were divestment and systemic change. We can't address the latter if we don't start thinking in terms that are alternatives as well. Our way of thinking happens in a context and within societies²³².

Nothing should seem "natural". We learn how to walk, how to speak, how to perform our identities and how to think and make sense of the world around us. What if we started questioning certainties? The reader may label this view as naive, but it is then with naivety and a deep strong will for social justice that I write this text. I believe there is plenty of allies out there.

That is what I could observe during the 2016 EDGE Funders Alliance's conference in April, 2016. During the three days conference, some 250 donors, funders, civil society allies and social movements' representatives discussed systemic change in eight engagement labs: Culture and Narrative, Grassroots Movement Building, Investment and Regenerative Finance, Economy and Economic Governance, Global Trade Governance Alternatives, Climate & Environment, Food & Agriculture, Donor Organizing & Philanthropic Practice,

On the first day of the conference, the Feminist and Gender Justice Caucus got together for a **luncheon** discussion. We met all the participants, highlighted the need for intersectionality in our demands and decision-making spaces. We also learned we would not be having a specific engagement lab. Instead, we would

²³⁰ **List references**

²³¹ List reference – Donna Haraway

²³² See Gibson-Graham

spread into the other Labs and bring the gender discussion and the attention to the extent economic and political practices impact women differently, especially women in the so-called global south or developing world.

It is from this perspective, with a feminist point of view²³³ in mind that the exchanges happened in the engagement labs and that I present the discussions. The seven labs offered for participants during the conference focused on Culture & Narrative; Grassroots Movement Building; Investment & Regenerative Finance; Economy & Economic Governance; Climate & Environment; Food & Agriculture and Donor Organizing & Philanthropic Practice.

The discussions happened within the Just Transition²³⁴ framework, or the “transition towards a more ecologically sustainable and socially just economy” in the face of global crisis and exponential inequality – remembering that alleviating poverty is not the same as reducing inequality. After the three days of exchanges and building dialog, thinkers, innovators, experts, social movements and activists on each lab developed concrete initiatives and commitment to shift philanthropy and move towards a just economy.

Feminist geographers Gibson-Graham, in their book “The End of Capitalism (as we knew it). A Feminist Critique of Political Economy” (1996) point to this shift as a transition of perspective, decentering studies and analysis from capitalism into “alternative” economies and solidarity strategies. In their 2016 introduction to a new edition, the authors indicated the centrality as well as the controversy of feminist activists and economists who “point to the significant amount of labor (much of it performed by women) expended on unpaid and non-market oriented activities”. The idea that androcentric capitalism develops on top of unpaid labor and exploitation of women has been a strong “counter dominant economic thinking”, urging women to empower themselves and scholars to take these activities seriously. “Empirical work

²³³ See Sandra Harding

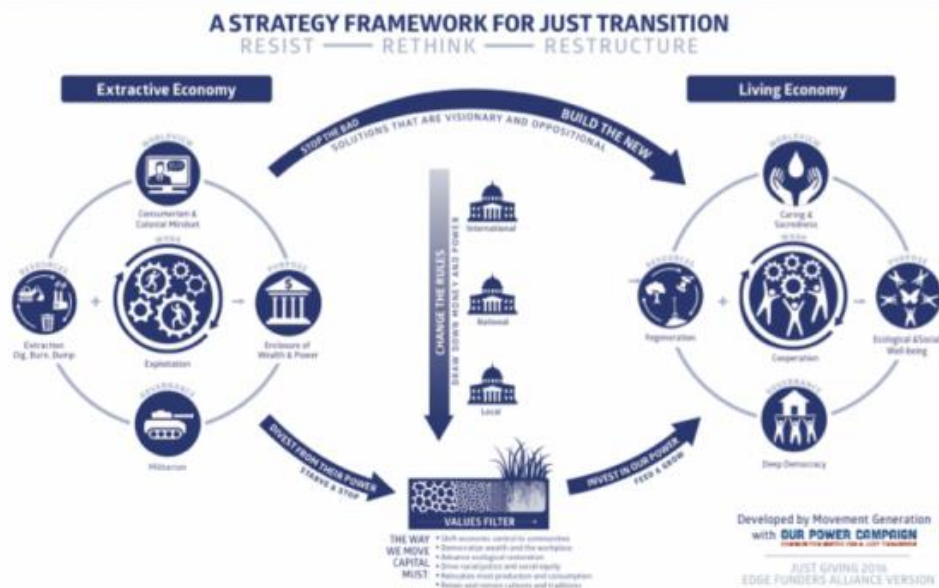
²³⁴ “Inspired by thinkers, innovators and resilient communities around the world, and building on inspirational philanthropic efforts such as the Building Equity and Alignment for Impact Initiative, we are launching a just transition collaborative that will encourage and enable funders to learn from, engage with and provide support to community-based movements and movement-support organizations working to build systemic economic alternatives at local, national and international levels. Over the coming year, this collaborative will help deepen understanding of just transition narratives and practice, while seeking to increase philanthropy’s commitment to funding more transformational work being undertaken across sectors and geographies by grassroots movements and allies”. Available on <http://edgefunders.org/just-transition-co-learning-and-strategy-development-collaborative/>

on this topic has established that in both rich and poor countries, 30 to 50 percent of economic activity is accounted for by unpaid household labor”.

Thinkers seem to be aligning, not only representations of the initiatives analyzed by the authors were present in the conference, but also colleagues who have been working with them. Anthropologist of money, finance and technology inclusion Bill Maurer, in an interview gently granted in 2015 already breaks with the notion of the alternative as some radically disembodied model of performativity²³⁵ of the economy. An idea in dispute for the anthropologist, it is “a problem when activists or scholars imagine the alternative to be something very different over there”. Maurer argues that this perspective of dismissing the system as a whole grants a homogeneity, stability and reality that it may lack. The proposition is to think of the alternative as a kind of alternation, and “instead of asking what is alternative, I ask when is the alternative”? We find a similar proposal in a special number of the journal *Cultural Anthropology* published in 2015 titled *Generating Capitalism*. Feminist scholars launch a *Feminist Manifesto for the study of Capitalism*, proposing this shift of decentering capitalism from several analysis.

According to this (pendulous) movement and within this framework, placing and performing a self-critique of philanthropy in its most diverse form might be a productive exercise. A series of scholars thinking about money and morals show how there is an intrinsic paradox and perversion of wealth and money accumulation that might be no longer sustainable. Having the codes to allow philanthropy may be seen a morality tool to legitimize extremely unfair practices. As pointed by Maurer as well, this shows that “we know there is something wrong with money, we know there needs to be a way to purify it, we know there needs to be a way to redeem it, and we’ll build that into our public policy”. Therefore, to provoke thought and practice shifts I will present in the next session the three directives proposed by Gibson-Graham and the summary and directives of Edge’s engagement Labs.

²³⁵ See Callon



Available on: <http://bollier.org/blog/progressive-philanthropy-needs-spur-system-change>

Engagement Labs and Directives

...the hope is to change the rules as we move the resources, so it is not enough to just say we are going to put the money in new places, we have to create those new places..." Fieldwork notes Edge Funder's Alliance Conference 2016. 16th Just Giving.

Scholars, writers, philosophers in general have researched and analyzed how language builds worlds. It is no surprise that in thinking and performing another world possible, appropriating the World Social Forum slogan, Gibson Graham identify three elements in projects on community/diverse economies²³⁶ in different parts of the globe. The first is what they call "a politics of language" or the development of "new, richer local languages of economy and of economic possibility"²³⁷; "a politics of the subject" or the cultivation of "ourselves and others as subjects of noncapitalist development"; and "a politics of collective action" or "working collaboratively to produce alternative economic organizations and spaces in place".

The Culture & Narrative Lab focused on the discussions around oral tradition, storytelling, ethnography and the importance of narrative and memory. The first

²³⁶ See Keith Hart and Cattani – Human Economy

²³⁷ See Bill Maurer on Islamic Banking.

session titled “Social Movements Requires Stories” proposed understanding “the role of story-based media in an ‘ecosystem of change’ and explore what healthy collaborations are possible, and what skills and tools can help grantmakers make better informed decisions and why”. For this topic, the role of new technologies, artists and media makers were central. The lab member also discussed on “Earth Ethics for a Regenerative Economy”, to think about the “Just Transition from the destructive “growth” economy” based on the illusion of separation of nature and culture²³⁸ to cultures of respect for life and reciprocity²³⁹. The last topic in discussion was the “Role of Sacredness and Culture in Deep Social and Ecological Transformation”. The three final directives drawn from the days of encounter were 1. To remember that everything moves at the speed of trust; 2. to use story circles to create a sense of sacred shared experience with teams, boards, coalitions, and grantees; and 3. To support storytelling, dance, art, song, theater and film as central to systemic change -- help create and fund spaces for heartfelt storytelling and story listening in as many ways as you can.

In order to think about local diverse initiatives, national policies, grassroots leadership and its importance for the Just Transition principles, the Lab Grassroots Movement Building approached “Equity as a Strategy for Impact in Policy and Funding”. The need to develop a grassroots-led Fund was central for the discussions as well as (re)thinking “The Essential Role of the Grassroots in System Change”. The movements Via Campesina and the World March for Women brought empirical experiences and knowledge to the sessions “Lessons and Future of Global Movement Building” as well as “The Digital Organizing: a new road to social change”. Communication continued to be a key element cut crossing the Labs, now with the approach of the new technologies of information. The three recommendations distilled from the lab were: 1. To create and follow a set of principles and processes that center and prioritize voices of most impacted people and those engaged in the work; to develop a “trust based practice”--relationship before task; to have democracy in every aspect of work. Ask movement leaders to serve as board members, grantmaking decision-makers. In strategy development, to co-develop measurement process, definition of impact; and 3. to pull people away from the work.

²³⁸ Paradigmatic dichotomies that can be seen on classic works of the linguist Saussure and anthropologist Lévi-Strauss and strongly criticized by contemporary feminist and so-called post modern scholars.

²³⁹ See Marcel Mauss on “The Gift”.

Recognize that grassroots movement leaders' time is precious when seeking direct involvement in full spectrum of grantmaking process. Recognize power dynamics and risk that movement leaders take when being asked to speak frankly in funder-hosted processes. Lift up best practices around this.

The Investments and Regenerative Finance Lab discussed "Impact Investing and a Just Transition" grounded in premises of equity, social justice and even reparation. The decision-making processes were questioned as well as the possibilities of shifting power relationships during the "Explorations in Indigenous Philanthropy, Loans, and Investments" session. An important initiative considered by the group was "community control over finance and the means of production". The three recommendations that came out of these debates were: 1. To inspect and question everything, rethink everything, envision alternatives developing a new, common language/philosophy; shared platforms, common tools; share best practices; 2. To take bigger/different risks having deeper solidarity with mission; releasing funding for initiatives that are viewed as "innovative" but "risky" and increasing training and diversity at the decision making level; and 3. changing program design, moving power away from the foundations, and to the user communities; moving from "beneficiaries" to "users"; moving towards self-sustaining models, listen to, and trust communities.

The sustainable development goals²⁴⁰ by the United Nations seem to be another important cross factor through all the Labs. It's abstraction leaves a lot to imagination and performance, therefore the means to reach them as well as the resources are in dispute, as we could clearly see in discussions around "the fourth sector" as a model presented to face the challenges²⁴¹. This initiative promoted in the Economy and Economic Governance Lab generated a lot of discussions, and so far it is not clear how corporations would transition from the for profit model to the for benefit model without falling in controversial business models of the social entrepreneurship world. A central issues debated on the Lab was tax justice and the accountability of public resources. Corruption, tax exemptions and off shores are seen as fundamental reason why inequality persists and is aggravated (as well as the speculation markets). The three directives distilled by the end of the three days encounters were 1. a proposal of impact investing and social businesses, find the

²⁴⁰ See <http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>

²⁴¹ See sector 2.5 in Brazil

best results when philanthropy, government, civil society come/work together as well as mission primacy in the 4th sector codified by law; 2. focus on tax justice and human rights; a regressive type of system through austerity; how to resist tax abuse? The right to question banking secrecy; and 3. a need to take a gender approach to a “new economy”; ex.: women's unpaid labor; gender justice; and a need to take a critical approach, civil society and activists organizing from a critical point of view to advance concrete agendas to reduce inequality (Sustainable Development Goals).

The Climate and Environment Lab had a massive presence of women activists and funders. During its sessions the discussions developed around “Bridging the Divide Between Large Scale Financing and Community-driven Approaches to coping with widespread Climate Vulnerabilities”; “Indigenous Rights Approach to Climate Justice and Just Economies” and “Gender and Climate Change: Funding Across Movements for Greater Impact”. A point that needs highlighting is the presence of the notion of rights, especially indigenous rights. People who have been displaced and whose rights have a long history of denial and oppression need to be seen from a new perspective or else they are left out of the decision making discussion and stay in the lower indebted position of grantees and beneficiaries of something that has been a right all along. The three recommendations of the Lab participants refer 1. to continue funding networking and gatherings (like Just Giving) to strengthen the impact of the work on the ground. We must learn from each other & share best practices; 2. we need both long term funding and urgent action for specific time-sensitive matters (like resistance to a mining proposal.), to make sure there’s a pool for both; and 3. Expand the funding to environmental issues, which is only 2% currently.

Another sensitive topic, surrounded by disputes and endangered by privatization of public resources is seeds²⁴². The Food & Agriculture Lab discussed the power relations and funding opportunities around agrobiodiversity. Other topics of discussion during the sessions were “Climate Resilience and Sustainable Food Production” as well as “Farmworkers Organizing at the Intersections of Food Sovereignty and Justice”. The distilled recommendation from the Lab were 1. all members of EDGE Funders should adopt the food sovereignty framework of La Via Campesina and therefore support the grassroots organizing of both farmworkers and

²⁴² See <http://www.cagj.org/wp-content/uploads/Fent-Gender-and-AGRA.pdf>

small producers to build a movement for agroecology, food sovereignty and against climate smart agriculture; 2. members of EDGE Funders should engage public and private funding institutions to reallocate significant development dollars to supporting agroecology, including training, access to land for production, and building the capacity of small producers to create supply chains for getting their products to market; 3. members of EDGE Funders should support and strengthen nascent and existing exchanges between organizations and producer groups (South-South and South-North) to foster understanding and dialogue, and to strategize together to confront threats to food sovereignty.

Last, but not least the Donor Organizing and Philanthropic Practice Lab hosted sessions on “Community-based grantmaking: Transforming the Power Dynamics in Philanthropy”, “Creating a New Social Impact System”, “Funding Challenging Issues”, “Exploring Power and Inequality in Progressive Philanthropic Alliances”, “Reimagining Funding with the Indie Philanthropy Initiative” and “Creating Alternative Revenue for Organizing and Advocacy”. Once again the role of the philanthropic sector was questioned and its juxtaposition to the apparently forgotten notion of rights and welfare. The Lab’s recommendations consisted in 1. Shifting radically the power dynamics in philanthropy; 2. Transforming radically philanthropic institutions and field; 3. Internal shifts: prove you care about applicants and grantees. Eg. Applicant Bill of Rights; External shifts: commit to being a base for progressive philanthropy; Be able to follow as much much we lead; Commit to being an organizer to mobilize more philanthropic resources for social justice; Be in solidarity with one another; stand shoulder to shoulder when a Funder ally takes a risk.

Final considerations

The discussions are dynamic and ongoing. As discussed, the field – and the system – are not homogeneous. There are several disputes around terminologies – e.g: progressive philanthropy, fourth sector, private social investment, philanthrocapitalism and so on. – and resources, obviously. Some of these initiatives encounter critiques in progressive thinkers who see these processes as movements of institutionalization of social movements and activists demands. Others see with optimism a possibility for a more social just future.

I believe these discussions and dissents are essential for progressive initiatives, they reflect diversity and continued performances and negotiations of the so-called social and therefore social justice. Creating language, we create worlds and the message some of the Edge members share along with the heterogeneous social forum initiative is that another world is possible and urgently needed and the “people, including and specially the women, from the south” have things to say and need and deserve to be heard.

I leave the readers with the distilled recommendations of the Gender Justice Initiative:

Constantly remind ourselves that systems of oppression are alive in the world and also within philanthropy, our organizations and in the movements we support.

Conduct a gender analysis of how money is spent within our organizations, how decisions are made and what impact do these decisions have in gender oppressed people.

In our collective critique of capitalism, remember that capitalism also depends on the exploitation of women and gender oppressed peoples.

ANEXO I – TAREFA CURSO MOOC

Instruções

The objective of this assignment is to learn how to research, evaluate and select high-impact nonprofit organizations in which to invest your resources. Throughout the course so far, you have been guided to select a specific issue area and intervention strategy on which to focus as well as select two nonprofit organizations to research. For this assignment, you will use a combination of research, critical thinking and your personal passions to select and analyze the single nonprofit organization you think is strongest.

How to Use Peer Reviewmenos

This is a peer-reviewed project. You can read the instructions for this project on this page.

Click on the *My project* tab to to start working on your assignment.

Peer review instructions:

Submit your own project. Click the *My project* tab to begin working on your own project. You can save drafts of your work as you go, and you can come back later to continue working on your draft. When you're finished working, click the *Submit* button.

Give feedback to your peers. You are required to give feedback to at least 3 peers to complete this project. You can begin giving feedback to other students as soon as you submit. Click the *Review Peers* tab to get started. Feel free to provide additional reviews beyond the 3 required!

Read feedback from your peers. Your peers will also begin reviewing your project as soon as you submit. You will receive an email notification of each new review. Only you will be able to see the feedback you receive. If you find someone's review helpful, click the *This review is helpful* button to thank the reviewer.

Browse other projects. You can browse through all of the submitted projects, even if you don't plan to review each one. Click the *like* button if you think someone did a great job on their project.

Part 1 - Your Focus

Issue Area Assessment: What issue area did you select and why is this an important social need? What data, facts or stories demonstrate that this is an

important social issue? You are encouraged to cite specific articles, studies and websites.

Intervention Strategy: What intervention strategy targeting your selected issue area did you choose? If there are multiple, choose the one you think has the greatest impact. Why do you think this intervention strategy is effective? How does it compare to other approaches one could take to address the selected issue?

Part 2 - Organization Overview

Please provide the following information so as to give an overview of the organization you selected. These are all facts that can typically be found on a nonprofit's website.

Organization Name

Mission

Year Founded

Geographic Area of Service

Target Population(s)

Programs/Services Offered

Head staff member of the Organization (usually an Executive Director or CEO)

Part 3 - Organization Assessment

Please address each of the following categories in three to four sentences. Each question is based on a specific video, so please watch the video for additional context and information. Subquestions are provided to help guide you, but you do not need to answer every one, and you are welcome to answer related questions that aren't written. Your objective is to analyze each of these aspects of the organization as thoroughly and thoughtfully as you can.

Evaluation and Measurement: What does success look like for this organization in the short, intermediate, and long-term? What data, metrics or indicators does the organization currently track and what do you think they should be tracking? Does the organization formally evaluate its programs and, if so, what are the results? [Evaluation and Metrics video](#)

Knowledge Management: Does the nonprofit have a knowledge management strategy? How has the nonprofit handled and learned its mistakes in the past? How is it sharing those findings? How is information disseminated across the nonprofit? How do they work with other organizations to learn and share findings? [Knowledge Management video](#)

Landscape Map and External Factors: What are the external factors facing the organization and how do they impact the organization and its services? Choose the three most important external factors and write how they impact and could potentially impact the nonprofit. List other factors that are relevant. Reference the landscape map you created in Week 2 to help you answer this question. [Landscape Map video](#)

Staff: What is the staff size and structure? Who leads the organization and is he or she (and the rest of the staff) equipped to handle the needs of the organization and its beneficiaries? How does the staff structure support or hinder the organization? [Internal Strategy video](#)

Board: What is the board size and structure? How does the nonprofit use its board? Are there a diversity of opinions, skill sets and backgrounds on the board team? Why would you trust them to guide the future of the organization? [Internal Strategy video](#)

Lifecycle Stage: What is the lifecycle stage of the organization (e.g. Is it newly founded and experiencing rapid growth or is it in a period of stability?)? How does its stage of growth impact its ability to be effective? What changes has the nonprofit gone through recently and how did it handle them? [Internal Strategy video](#)

Finances: Is the organization financially healthy, why or why not? How might the organization's financial situation shift over time? Does the nonprofit have a clearly demonstrated need for funding? Cite specific numbers you find in the nonprofit's financials. [Finances video](#)

Part 4 - "Elevator Pitch"menos

In no more than 150 words, please describe why you think this organization should receive (or not receive) funding. Feel free to highlight what makes it stand out from other organizations you researched.